UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
(FFLCH)
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS DE
LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

LEONARDO DE ATAYDE PEREIRA

**O medieval romântico (A construção da Idade Média nas obras de
Alexandre Herculano)**

São Paulo
2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
(FFLCH)
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS DE
LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

*O medieval romântico (A construção da Idade Média nas obras de
Alexandre Herculano)*

Leonardo de Atayde Pereira

Tese apresentada para a defesa de Doutorado na
área de Estudos Comparados de Literaturas de
Língua Portuguesa.

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fernando da Motta de
Oliveira

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P436m Pereira, Leonardo
 O medieval romântico (A construção da Idade Média
nas obras de Alexandre Herculano) / Leonardo Pereira
; orientador Paulo Oliveira. - São Paulo, 2016.
 232 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área
de concentração: Estudos Comparados de Literaturas de
Língua Portuguesa.

1. Literatura Comparada. 2. Romantismo. 3. Idade
Média. I. Oliveira, Paulo, orient. II. Título.

Ao meu pai, Atayde Pereira Neto, pelo seu amor incondicional, dedicação e entusiasmo por meus sonhos. Sempre sonharei com você e por nós.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Paulo Motta de Oliveira, pelas suas palavras de apoio, suas brilhantes e inspiradoras aulas e por todos esses anos de orientação, conselhos e amizade.

Ao Prof. Dr. Lincoln Secco, pelo seu acolhimento no Mestrado e confiança nos meus passos iniciais como pesquisador.

À minha querida mãe, Aparecida Roseli Monte Pereira, pela sua imbatível força, amor e exemplo de retidão como mulher e professora.

À minha irmã, Livia Jéssica Pereira, pela sua amizade, carinho e incontáveis brincadeiras de uma vida.

À minha amada, Marília Juremeira, pelo seu companheirismo, carinho, apoio e por fazer com que meus dias e anos sejam mais alegres e encantadores.

À minha sobrinha, Júlia Pereira dos Santos, por sua sabedoria e doçura de criança.

Aos meus fiéis amigos de infância, Luiz Henrique Quevedo Petrini e Clayton de Araújo, por tantos anos de conversas, conselhos, brincadeiras, música e inesquecíveis momentos.

A todos meus parentes e amigos, por seu inestimável carinho, amparo e compreensão pelas minhas ausências.

Aos meus doces companheiros de manhã, Cacau e Lupe, por serem perfeitos em sua inocência.

À Capes, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão da bolsa de Doutorado.

Quem hoje ouvir recontar os bravos golpes que no mês de julho de 1170 se deram na vargem da fronteira de Beja, notá-los-á de fábulas sonhadas; porque nós, homens corruptos e enfraquecidos por ócios e prazeres (...) medimos por nosso ânimo e forças as forças e ânimos dos bons cavaleiros portugueses do século XII; e, todavia, esses golpes ainda soam, através das eras, nas tradições e crônicas, tanto cristãs como muçulmanas (Alexandre Herculano)

Resumo:

Ao longo de sua prosa, Alexandre Herculano desenvolveu uma particular visão e interpretação acerca do passado português. Dentro de suas reflexões, o período da Idade Média portuguesa foi aquele que mais chamou a atenção do autor. Essa disposição em redimensionar a História nacional fez com que Herculano aliasse um sistemático estudo das fontes históricas com um notório poder criativo e exemplar talento ficcional em recriar os tempos medievais de outrora.

Na presente tese foram analisados quais caminhos teóricos e estéticos foram empreendidos por Herculano a fim de elucidar as bases temáticas de sua construção sobre a Idade Média portuguesa. Para alcançar tal objetivo tomou-se como referência algumas narrativas ficcionais do autor e algumas reflexões historiográficas sobre o período medieval português.

Para mostrar o alcance da construção medievalista e da reconfiguração da Idade Média dentro da História de Portugal feita por Herculano também abordou-se a visão histórica de Garrett captada através da análise de alguns exemplos de sua prosa e alguns temas presentes nas narrativas ficcionais de Camilo Castelo Branco.

Palavras-chave: Alexandre Herculano – Camilo Castelo Branco – Almeida Garrett – Romantismo – Idade Média.

Abstract:

Throughout his prose, Alexandre Herculano developed a particular vision and interpretation about the Portuguese past. According to his point of view, the period of the Middle Ages was the most important and the most studied by this author. The decision to resize the national history made Herculano a systematic scholar of the historical sources with a notorious creative skill and fictional talent to recreate the medieval period.

In the present thesis the theoretical and aesthetic paths made by Herculano were analyzed in order to elucidate the thematic bases of his construction about the Middle Ages. To achieve this goal, the references of some fictional narratives of the author and some thoughts about the medieval Portuguese period were evaluated.

In order to clarify the range of construction and medievalist reconfiguration of the Portuguese middle ages history inside the context made by Herculano, it was also discussed the historical view of Garrett captured in the analysis of some subjects of his prose and some themes present at the fictional narratives of Camilo Castelo Branco.

Keywords: Alexandre Herculano – Camilo Castelo Branco – Almeida Garrett – Romanticism – Middle Ages.

SUMÁRIO

• Introdução	11
• A força romântica (gênese, significados e diálogos)	13
1.1 – A revolução romântica	13
1.2 - Walter Scott e o historicismo romântico	38
1.3 - A Idade Média de Victor Hugo: o sublime e o grotesco	60
• A prosa romântica de Herculano (a utopia medieval)	78
2.1 – A formação romântica de Herculano	78
2.2 - Almeida Garrett e a experiência histórica oitocentista	90
2.3 – A Idade Média de Herculano: temas e interpretações	104
2.4 – Herculano e o imaginário medieval	128
• Herculano e Camilo (tradição interpretativa e energia fidalga)	136
3.1 – A recriação da origem de Portugal por Herculano	136
3.2 – A figura heroica do monarca.....	143
3.3 – Herculano e Camilo: o medievalismo profético.....	177
3.4 - A tradição fidalga na prosa de Camilo	189
• Conclusão	211
• Fontes e Bibliografia	216
Fontes impressas	216
Bibliografia específica	220
Bibliografia geral	223

Introdução:

O presente estudo tem como objetivo analisar a temática medievalista, como construção estética e historiográfica, na prosa do escritor oitocentista português Alexandre Herculano (1810 -1877).

A relação de Herculano com a Idade Média nasceu do vínculo estabelecido pelo escritor com o imaginário romântico e liberal europeu. Laços que irão, gradualmente, se desenvolver através de suas leituras e traduções, da sua produção intelectual e da preocupação do autor em renovar a cultura e a sociedade portuguesa.

A Idade Média “romantizada” de Herculano serviu de ponto nevrálgico na sua compreensão do passado português e do contexto histórico vivenciado por ele. Suas reflexões historiográficas, estéticas, sociais e políticas acerca da realidade portuguesa ficaram condicionadas à leitura e à interpretação do que o nosso autor compreendeu e traduziu por Idade Média portuguesa.

Para uma maior compreensão da temática medievalista na obra de Herculano é de essencial importância traçar um pequeno panorama de algumas ideias e temas do movimento romântico europeu que ajudaram o nosso autor na configuração do seu “medievalismo romântico”. Diante de tal tarefa, optou-se por destacar alguns nomes do Romantismo europeu, como Walter Scott e Victor Hugo, que exerceram influência direta na prosa de Herculano por meio de seus romances históricos e de suas reflexões estéticas e históricas.

Além de Scott e Hugo, o autor português realizou um profícuo diálogo com vários aspectos e discussões teóricas presentes no movimento romântico europeu como um todo. Em muitos momentos de seus escritos, cita diversos autores atrelados, de alguma maneira, ao Romantismo, como Thierry, Savigny, Guizot, Schiller, Herder e Garrett, mostrando a sintonia de Herculano com a cultura literária dos grandes centros formadores do pensamento romântico.

A temática medievalista pode ser encontrada tanto na prosa ficcional de Herculano, romances históricos e contos, quanto nos seus escritos de cunho

historiográfico, revelando a grande unidade que perpassa a obra do nosso autor, condicionada à interpretação e análise do passado português.

Diante dessa constatação, o presente estudo, na tentativa de confirmar a existência dessa unidade temática na prosa de Herculano, optou por analisar de forma concomitante os escritos ficcionais e historiográficos do autor português. Inicialmente, tomou-se como referência temas importantes do “medievalismo romântico” do escritor que aparecem tanto em seus trabalhos historiográficos quanto nos seus escritos ficcionais para, em seguida, traçar um paralelo de como esses variados temas surgem e se constroem como forças catalisadoras de sua prosa.

Alexandre Herculano, durante sua existência, alcançou respeito e admiração de seus contemporâneos e, conseqüentemente, se tornou uma referência, direta e indireta, na produção intelectual de seus pares. Autores como os portugueses Almeida Garrett, Camilo Castelo Branco, Oliveira Martins, Antero de Quental e Eça de Queirós, de alguma maneira, se formaram no contato com a obra ficcional e historiográfica de Herculano.

Para finalizar o presente estudo foram propostas algumas possíveis relações que podem ser traçadas entre Herculano e Camilo, autores paradigmáticos para a consolidação do romance em Portugal. A fim de alcançar tal objetivo, analisou-se, com base numa metodologia comparativa, exemplos da prosa de ambos os autores, como *Eurico, o presbítero* e *O Bobo* de Alexandre Herculano e *Anátema*, *Mistérios de Lisboa* e *o Livro Negro de Padre Dinis* de Camilo Castelo Branco.

Capítulo 1 – A força romântica (gênese, significados e diálogos):

1.1 – A Revolução romântica:

O Romantismo, como movimento artístico e intelectual, tem sua origem e seus principais aspectos atrelados a uma definição e caracterização problemáticas. Os críticos são quase unânimes em determinar o caráter heterogêneo e multifacetado do movimento¹, que sofreu alterações estéticas e aclimações teóricas determinadas pelo contexto histórico/social vivenciado por seus mais diversificados autores.

A origem do termo que batiza o movimento fora utilizado e difundido antes mesmo do período oitocentista², momento de apogeu e amadurecimento do Romantismo.

Desde o século XVIII, o termo “romântico” possuía uma função de adjetivo que qualificava toda produção literária que fizesse referência à temática das “novelas de cavalaria”, ou seja, que dialogasse com “(...) a exaltação dos sentimentos, extravagância, maravilhoso, cavalaria, etc” (LOWY; SAYRE, 1995, p. 71). Curiosamente já fazendo referência a um imaginário e a uma liberdade criativa³ presentes num hipotético passado medieval que será explorado, anos mais tarde, pela estética romântica⁴.

¹ “Segundo Paul Valéry, seria necessário ter perdido todo espírito de rigor para querer definir o Romantismo.” BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Ed.Cultrix, s/d, p. 99.

² Em Portugal, de acordo com o Dicionário de Moraes Silva o verbete “romantismo” não consta, mas sim, “romântico” e “romancismo”. Verbetes: “**Romântico**, A, adj. (do Fr. **romantique**; adopt. Do Ing. **romantic**) Diz-se ordinariamente dos lugares, paisagens, vistas que recordam, tornam a trazer à memória as descrições dos poemas e romances: v.g. sítio, vista - \\ Em literatura diz-se, estilo -; e neste sentido é opp. A clássico.” Verbetes: “**Romancismo**, s.m. Ficções, descrições românticas.” SILVA, António de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa (Tomo II – F-Z)**, 6ª edição, 1ª edição de 1813. Composto por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia de António José da Rocha, Rua da Vinha, nº 38 (Ao Bairro Alto), 1858, p. 750. Já referente à etimologia de “romântico” encontramos: Verbetes: “**Romântico**, adj. Do fr. **romantique**, já usado em 1694 pelo P. de Nicaise, mas vulgarizado durante o séc. XVIII, decalcado do ingl. **romantic**, que, por sua vez, provém do cit. voc.fr., a sua aplicação à literatura francesa verificou-se entre 1820 e 1830 (Bloch – Wartburg, s.v. **roman**.” Verbetes: “**Romantismo**, s. Do fr. **romantisme** (1822)”. MACHADO, José Pedro. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (Com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos vocábulos estudados) – Quinto Volume (Q-Z)**. 1ª edição de 1952, Lisboa: Livros Horizonte, 6ª edição, 1990).

³ “Este curioso devir semântico explica-nos que, a partir do século XVII, se tornem relativamente usuais os adjetivos ‘romanesque’, em francês, e ‘romantic’, em inglês, com o sentido nodular de ‘que lembra o clima fabuloso dos antigos romances’, matizado por conotações variadas (aventuroso, quimérico, idealista, próprio para estimular o sentimento e a fantasia), pejorativas ou não, conforme a mentalidade

Foi a partir da metade do século XVIII, com o advento da produção intelectual de alguns nomes tradicionalmente ligados ao pré-Romantismo⁵, como Rousseau e os artistas do “Sturm und Drang”, que as características estéticas ligadas ao termo “romântico” começaram a ser concebidas, não mais a partir de uma ótica negativa, seguindo os julgamentos de um modelo estético clássico, mas de forma positiva, como sinônimo de subjetividade e emancipação criativa⁶.

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), como representante das Luzes, soube aliar, perfeitamente, em suas obras, a postura cética e questionadora da Ilustração com o advento de uma nova sensibilidade e visão de mundo, que podemos chamar de “pré-romântica”⁷.

Podemos dizer que essa nova disposição perante a realidade, por parte de alguns intelectuais, e, exemplarmente em Rousseau, foi fruto da própria consequência das reflexões do pensamento ilustrado⁸, que forneceu as bases de uma atitude reflexiva e indagadora sobre a realidade e o homem⁹.

ou agosto de quem os utiliza”. MONTEIRO, Ofélia Paiva. “Romantismo e Romantismos”. In: MONTERIO, Ofélia Paiva et al., **História da Literatura Portuguesa (volume 4) – O Romantismo**. Portugal: Publicações Alfa, 2003, p. 10

⁴ “O termo ‘romântico’ tal como era compreendido nos começos do movimento que exhibia esse nome – o primeiro romantismo alemão – existe a referência a um passado bem determinado: a Idade Média.” LOWY, Michael; SAYRE, Robert. **Revolta e Melancolia – O romantismo na contramão da modernidade**. Rio de Janeiro: Ed.Vozes, 1995, p. 41.

⁵ “Primeiramente, o Romantismo deve ser visto como consequência do debate acerca dos rumos tomados pelo conhecimento filosófico iluminista, que no seu empenho investigativo sobre as origens do saber humano e dos significados do mundo revela a gênese da formação de um novo edifício crítico, baseado nos critérios julgadores dos sentimentos individuais como medida de leitura da realidade. Essa nova instância de movimento cultural, (...), abarca muitos autores que nessa transição de sensibilidade, configurada de maneira mais nítida no final dos setecentos, são chamados por muitos especialistas do período de “pré-românticos”, justamente por apresentar uma produção ainda indefinida em seus traços estéticos.” PEREIRA, Leonardo de Atayde. **O sentido de História para Alexandre Herculano: uma interpretação romântica (1830-1853)**. Dissertação de Mestrado/História Social/USP, 2009, p.10.

⁶ “(...) a palavra romantismo admite na linguagem usual, no espaço europeu, um lato sentido isento de constrições conceptuais de ordem estético-cultural: designa uma configuração afectiva e anímica marcada pelo pendor para a intimidade e o devaneio que libertam o “eu”, pela entrega à idealização sonhadora, pela exacerbação sentimental propensa ao romanesco – disposições, todas estas, virtualmente geradoras de atritos com a banalidade, o pragmatismo e as coacções de vária índole (convenções, preconceitos, rotinas) da concreteza quotidiana.” MONTEIRO, Ofélia Paiva. **Idem**. p. 9.

⁷ “Na medida, sobretudo em que, derivando de uma estrutura cultural clássica predominantemente greco-latina, o pré-romantismo provoca a sua desagregação por dentro. E provoca-a, antes de mais, pela ideia de natureza que lentamente elabora: seguindo Locke, os pré-românticos veem na natureza o mundo exterior que, através das sensações, se interioriza modelando as ideias.” MACHADO, Álvaro Manuel. **As origens do Romantismo em Portugal**. Lisboa: Livraria Bertrand, Biblioteca Breve (volume 36), 1979, p. 23.

⁸ “O movimento profundo, o esforço principal da filosofia do Iluminismo não se limitam, com efeito, a acompanhar a vida e a contemplá-la no espelho da reflexão. Pelo contrário, ela acredita na espontaneidade originária do pensamento e, longe de restringi-lo à tarefa de comentar a posteriori de refletir, reconhece-lhe o poder e o papel de organizar a vida. (...). O pensamento deve, ser dúvida,

O “sentimentalismo romântico”, encarado com frequência como situado nas fronteiras da Ilustração, além dos limites da razão, em decorrência do seu gosto pela natureza e pelo passado e sua estima pela fantasia e pela exaltação do instinto, marca, segundo P.Hazard, a desagregação do movimento ilustrado. O avanço do subjetivismo, os reclamos da “voz interior”, cujo expoente é invariavelmente encarnado por um certo Rousseau, em lugar de serem encarados como uma outra face da mentalidade ilustrada, seu complemento natural, contendo em si a possibilidade de atenuar ou corrigir aquelas formas mais exaltadas do racionalismo, são com frequência interpretadas como intrinsecamente contrários àquela mentalidade, numa simplificação excessiva e castradora da verdadeira totalidade da Ilustração. (FALCON, 1993, p. 104)

Assim como Francisco Falcon, o filósofo Ernst Cassirer também defende um eixo de ligação entre a Ilustração e o Romantismo, não apenas como movimentos antagônicos e de ruptura, mas como forças reflexivas dialéticas. “Se não tivesse beneficiado da ajuda e da herança intelectuais do Iluminismo, jamais o Romantismo teria podido estabelecer e sustentar as suas posições”. (CASSIRER, 1997, p. 267)

Dentro de sua visão pré-romântica e como representante da cultura ilustrada, Rousseau fez uma crítica feroz ao artificialismo da sociedade parisiense e à frivolidade do comportamento humano, mediados por uma atitude excessivamente racional¹⁰. Para ele faltava transparência e uma verdadeira afetividade nas relações humanas e, diante dessa constatação, passou a denunciar esses males em seus escritos.

analisar, examinar, mas também provocar, fazer nascer a ordem cuja necessidade ela concebeu, que mais não fosse para provar, no próprio ato de realizar-se, o seu realismo e verdade próprios.” CASSIRER, Ernst. **A filosofia do Iluminismo**. Campinas: Editora da Universidade de Campinas (Unicamp). 1997, p. 11 e 12.

⁹ “Toda essa valorização do empírico, dos costumes (como forma de apreensão da realidade) e da construção do conhecimento “a posteriori”, como características próprias da Ilustração, resultará numa nova concepção cultural e humana, numa sensibilidade voltada ao desejo, à vontade individual e ao sentimento.” PEREIRA, Leonardo de Atayde. **Idem**, p. 12. “A vontade, portanto, é o elemento ativo que pode controlar as paixões, e não o raciocínio, agora rebaixado à condição de simples instrumento do desejo, limitando-se a escolher os meios adequados para realizá-lo”. GRESPAN, Jorge. **Revolução Francesa e Iluminismo**. São Paulo: Editora Contexto, 2003, p. 62.

¹⁰ “O homem esclarecido age sempre segundo os ditames do intelecto, não se deixando levar pelo sentimento e pela paixão”. FALCON, Francisco. **A Época Pombalina (Política Econômica e Monarquia Ilustrada)**. São Paulo: Editora Ática (Ensaio 83), 1993, p. 100.

Como contraponto a essa leitura social, Rousseau defendia uma aproximação afetiva, sincera e profunda, entre os homens, de forma que os sentimentos não fossem mascarados por códigos frívolos de comportamento, mas que pudessem ser vividos de forma transparente e sincera.

Em busca dessa transparência e sinceridade de comportamentos e sentimentos, o autor cobriu de elogios a vida no campo e o contato com a natureza¹¹, locais ainda não corrompidos pela frivolidade e artificialismo dos centros urbanos.

O que Rousseau disse foi: vivemos em uma sociedade corrupta; vivemos em uma sociedade má, hipócrita, onde os homens mentem uns aos outros e matam uns aos outros e são falsos uns com os outros. É possível descobrir a verdade. Essa verdade deve ser descoberta não por meio da sofisticação ou da lógica cartesiana, e sim olhando dentro do coração do ser humano simples e não corrompido, do bom selvagem, ou da criança, ou de quem quer que seja. (BERLIN, 2015, 89-90)

Talvez o seu romance epistolar *Júlia ou A Nova Heloísa* (1761) seja o grande exemplo dessa nova sensibilidade e visão de mundo do pré-romantismo setecentista, por trazer uma história de amor mediada por reflexões filosóficas e intensas confissões sentimentais. Em todos os momentos da narrativa, Júlia e Saint-Preux são sinceros um com o outro, transparentes e intensos em seus sentimentos e atitudes¹².

A disposição amorosa dos amantes atua, no romance, como catalisador de novas experiências que aguçam a sensibilidade de ambos para o mundo. A natureza passa a ser

¹¹ Abordando o pré-romantismo de uma forma mais ampla, o crítico Arnold Hauser aponta a intencionalidade de renovação estética e moral em vários centros de produção intelectual e artística: “O emocionalismo e o naturalismo representados por Rousseau e Richardson, Greuze e Hogarth, é uma dessas direções, o racionalismo e o classicismo de Lessing e Winckelmann, Mengs e David, a outra. Ambos opõem o ideal de simplicidade e a sobriedade de uma visão puritana da vida ao gosto palaciano pela ostentação.” HAUSER, Arnold. **História Social da Arte e da Literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 498.

¹² “Não, Júlia, não me é possível não ver-te a cada dia senão como te vi na véspera: é preciso que meu amor aumente e cresça sem cessar com teus encantos, e és para mim uma fonte inesgotável de sentimentos novos que nem mesmo teria imaginado (...) Acho o campo mais alegre, a verdura mais fresca e mais viva, o ar mais puro, o Céu mais sereno; o canto dos pássaros parece ter mais ternura e voluptuosidade, o murmúrio das águas inspira um langor mais amoroso, a videira florida exala ao longe mais doces perfumes, um encanto secreto embeleza todas as coisas ou fascina meus sentidos, dir-se-ia que a terra enfeita-se para formar, para teu feliz amante, um leito nupcial digno da beleza que adora e do fogo que o consome”. ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Júlia ou A Nova Heloísa**. São Paulo/Campinas: Hucitec/ Editora da Unicamp, 1994, p. 114 e 115.

vista e interpretada a partir de uma nova sensibilidade, só captada por aqueles tomados pela volúpia e pelo fogo da paixão.

O mundo se abre de forma diferente para aqueles que vivem a intensidade de seus sentimentos, e tanto o amor e a alegria quanto a sofrimento e a tristeza são instrumentos de amadurecimento e aprendizagem para Júlia e seu amado, Saint Preux¹³.

Jean-Jacques Rousseau foi um autor basilar para o florescimento da estética romântica¹⁴, mas, não podemos esquecer que seu nome está atrelado a uma série de artistas, escritores e filósofos ligados, de forma distinta e particular, à renovação de valores e temas literários para a produção intelectual do final do século XVIII.

Nesse clima pré-romântico¹⁵, de intensa atividade criativa, configurou-se uma nova proposta de enredo medievalizante, o “romance gótico”¹⁶, também chamado de “romance negro ou de terror”. O termo “gótico”, até o século XVIII, era tomado como adjetivo referente à cultura dos povos godos, representantes dos povos germânicos que dominaram a Europa após a queda do Império Romano do Ocidente. O termo “gótico”

¹³ “(...) *La Nouvelle Héloïse* (1761) é, sobretudo, um romance sobre o amor como iniciação total a partir do sofrimento provocado pela paixão. Palavras como renascer e recomeçar surgem frequentemente, estando a experiência amorosa ligada à dolorosa experiência do efêmero existencial (...)” MACHADO, Álvaro Manuel. **As origens do Romantismo em Portugal**. Lisboa: Livraria Bertrand, Coleção Biblioteca Breve, volume 36, 1979, p. 37.

¹⁴ Não podemos deixar de mencionar que Rousseau, mesmo compactuando de uma série de medidas e propostas filosófico/estéticas comuns ao clima “pré-romântico” europeu não pode ser desvinculado do universo cultural e intelectual da Ilustração. Principalmente por defender princípios imutáveis e atemporais presentes no homem. “Se os homens pudessem arrancar toda a falsidade que se acumulou sobre eles ao longo dos séculos, se pudessem eliminar a má sociedade que os corrompeu, então poderiam viver bem para sempre, seguindo preceitos atemporais. (...) A única diferença é que os demais enciclopedistas em Paris acreditavam que isso poderia ser obtido por meio de reformas, gradualmente, convertendo os governantes, de algum modo, para a visão deles, conquistando o déspota esclarecido de modo que ele, se fosse esclarecido o suficiente, poderia estabelecer uma vida melhor na Terra. Rousseau acreditava que toda a amaldiçoada superestrutura deveria ser colocada abaixo, toda a sociedade humana perversa deveria ser queimada e reduzida a cinzas; e então uma nova fênix surgiria, construída por ele mesmo e por seus discípulos.” BERLIN, Isaiah. **As raízes do Romantismo**. São Paulo: Três Estrelas, 2015, p. 92.

¹⁵ “É nos seus começos que uma tendência estética nova, sem ter ainda o corpus doutrinário que a limita, cingindo-a a regras e mesmo preconceitos, se manifesta plenamente no domínio cultural, abrindo-se a possibilidades de criação da linguagem que esse corpus doutrinário e a subsequente moda literária esclerosam.” MACHADO, Álvaro Manuel. **Idem**. p. 25

¹⁶ “É o romance dos espectros em castelos arruinados, de mocinhas presas em cárceres subterrâneos por criminosos, de monges desenfreadamente debochados, uma caricatura do mundo feudal, com fortes tendências anticlericais, como convém ao Século das Luzes, e tudo isso colocado num país pitorescamente exótico, às mais das vezes na Itália, não importa, pois para o gosto oficial da época, (...), tudo aquilo que não é Antiguidade Greco-romana ou França, é exótico. (...) o país exótico para o qual se refugiavam o anticlassicismo, é o país de todas aquelas novidades – da poesia da natureza e da noite e dos túmulos, do romance sentimental e do romance “gótico”: é a Inglaterra.” CARPEAUX, Otto Maria. “Prosa e Ficção do Romantismo.” In: GUINSBURG, J. (Org.) **O Romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 160.

também está relacionado a um estilo arquitetônico medieval, que se desenvolveu no século XII e se prolongou até o advento do Renascimento florentino.

O “romance gótico” surgiu dentro do quadro do pré-romantismo através da publicação do *The Castle of Otranto* (1764), de Horace Walpole. Esse romance inaugurou um estilo literário que privilegiava os enredos cheios de mistério e permeados por uma atmosfera sobrenatural, sendo que uma minuciosa descrição de personagens e ambientes contribuía para realçar o clima sombrio e melancólico¹⁷ dessas histórias¹⁸.

A maior parte dessas narrativas fazia referência a um universo medieval, recriado, esteticamente, para ampliar a atmosfera de mistério e o forte apelo sobrenatural dos enredos. Os artistas “góticos” se reaproveitavam de temas e personagens das “novelas de cavalaria” para propagar a nova sensibilidade do pré-romantismo, difusora da exaltação das paixões, da irracionalidade¹⁹ e da impulsividade das ações das personagens.

O clima medievalizante, presente no estilo gótico, tinha por objetivo promover uma retomada do fantástico e do inexplicável na literatura, a partir de seu viés mais terrível e sinistro. A névoa, a noite, a tempestade, a floresta²⁰ e o castelo nos remetem a elementos pertencentes ao universo das “novelas de cavalaria”, onde os eventos não são facilmente

¹⁷ Os efeitos de mudanças paradigmáticas no cotidiano europeu, decorrentes da expansão da economia capitalista industrial, já podem ser visualizadas nessa produção do final do século XVIII. Com o amadurecimento do movimento romântico, a crítica aos males sociais, culturais, econômicos, políticos e culturais causados pelo desenvolvimento industrial serão exaustivamente denunciados pela produção intelectual do Romantismo. “*A miséria dos explorados, de qualquer forma, tem um efeito perturbador e deprimente. Uma profunda melancolia se apodera das almas humanas; os lados sombrios e as impropriedades da vida são percebidos por toda a parte; morte, noite, solidão e os anseios de um mundo longínquo e desconhecido, distante do presente, torna-se o principal tema da poesia e da literatura acompanhado de uma entrega à embriaguez do sofrimento, assim como houvera uma entrega à voluptuosidade do sentimentalismo.*” HAUSER, Arnold. *Idem*. p. 560.

¹⁸ “*No fim do século XVIII, o Satanás miltoniano transfigura seu sinistro fascínio no tipo tradicional do bandido generoso, do sublime delinquente. O salteador Karl Moor de Schiller (1781) é um anjo bandido à maneira dos de Milton e de seu imitador alemão, Klopstock (...). Rebeldes em grande estilo, netos do Satanás de Milton e irmãos do Salteador de Schiller começam a povoar as perspectivas pitorescas e goticizantes dos romances de terror ingleses no final do século XVIII.*” PRAZ, Mario. **A carne, a morte e o diabo na Literatura romântica**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996, p. 74 e 75.

¹⁹ “*Desde fins do século XVIII multiplicam-se os romances tendo por tema central a loucura. É evidente que este interesse pela loucura, culminando no seu elogio, tem muito a ver com a ideia de que o louco não é um doente, mas sim um insatisfeito, aquele que nega o poder absoluto da razão, (...).*” MACHADO, Álvaro Manuel. *Ibidem*. p. 29

²⁰ “*A natureza romântica é expressiva. Ao contrário da natureza árcaica, decorativa. Ela ‘significa’ e ‘revela’. Prefere-se a noite ao dia, pois à luz crua do sol o real impõe-se ao indivíduo, mas é na treva que latejam as forças inconscientes da alma: o sonho, a imaginação.*” BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, s/d, p. 102.

decifrados pelo pensamento racional, e esses permanecem encobertos por uma atmosfera de magia e encantamento.

De acordo com alguns críticos, a Idade Média estetizada dos autores góticos se estruturou a partir de elementos descritivos e superficiais, mesmo com a intenção de alguns escritores em apresentar um retrato fiel de épocas passadas. Contudo, o interesse despertado por essa literatura foi importante para a formação de uma consciência histórica que iria se cristalizar com o romance histórico oitocentista.

Os personagens dessas histórias “goticizantes”, como pontuou o crítico Mario Praz, absorveram esse clima sombrio, misterioso e sobrenatural em seus gestos e atitudes, revelando um lado mais profundo, enigmático e terrível do homem²¹. Tanto a natureza quanto o homem carregam, dentro do gótico, a força crítica e criadora de um irracionalismo, cristalizado no novo papel desempenhando pela imaginação²², e que tenta combater, através do ímpeto das paixões e de um alargamento da experiência humana, uma niveladora lógica racional.

Esses temas literários pertencentes ao estilo gótico se difundiram, livremente, pelas escolas românticas europeias²³, sendo que, aos poucos, foram cristalizadas, para uma parte da crítica, como características próprias do movimento romântico e não como legado da estética do pré-romantismo.

Além dessa atmosfera misteriosa e sobrenatural também encontramos, dentro do pré-romantismo, uma tendência em resgatar os vínculos comunitários originários de cada povo específico, difusos nas suas inúmeras manifestações populares, como canções, festividades, folclore, monumentos e em outros aspectos da cultura material.

²¹ “Notemos certos elementos recorrentes nos homens fatais dos românticos: a origem misteriosa, que se supõe ser ótima, os traços de paixões extintas, a suspeita de uma horrível culpa, o hábito melancólico, a face pálida, os olhos inesquecíveis. Há decididamente algo do Satanás de Milton nesse monge, cujo inteiro aspecto e cujo comportamento mostram a energia selvagem de uma criatura...que não é desta terra.” PRAZ, Mario, *Idem*. p. 76.

²² “Um lugar de relevo é dado à imaginação, qualidade em que se reconhece, para além da capacidade de promover a combinação original dos elementos apreendidos pelos sentidos (papel que lhe atribuirá já o sensualismo das “Luzes”), o poder de perscrutar uma realidade oculta, primordial, de que a natureza sensível é uma manifestação simbólica; pela imaginação, o artista tem, assim, antenas para auscultar a escondida unidade que tudo articula – sujeito e objecto, inconsciente e consciente, divino e humano – libertam-se das fronteiras do real para atingir verdades mais essenciais do que aquelas que a razão, os sentidos e o sentimento permitem alcançar.” MONTEIRO, Ofélia Paiva. “Romantismo e Romantismos”. In: MONTERIO, Ofélia Paiva et al., **História da Literatura Portuguesa (volume 4) – O Romantismo**. Portugal: Publicações Alfa, 2003, p. 22

²³ “Saliente-se ainda que os românticos se entregam, contra a norma clássica da homogeneidade estilística, à conciliação estética de “contrários” (nobre e vulgar, trágico e cômico, lírico e sarcástico), em nome da necessidade de dar expressão às antinomias que em si mesmos e na sociedade descobrem, e que, no seu gosto pelo original e na sua valorização do imaginário, cultivam frequentemente o bizarro, o grotesco e o excessivo.” MONTEIRO, Ofélia Paiva. *Idem*, p. 22.

Como exemplo desse movimento, citamos os poemas atribuídos ao bardo Ossian, criações do poeta Macpherson (1736-1796), que ajudaram a notabilizar a temática da coletividade orgânica e realçaram a importância do resgate histórico para as futuras gerações românticas²⁴.

Contudo, foi no pré-romantismo alemão do “Sturm und Drang” (“Tempestade e Ímpeto”) que o estudo e a importância das origens de uma coletividade orgânica definidora de um “espírito do povo” ganharão um contorno mais filosófico e sistemático.

O romantismo na Alemanha foi precedido pela corrente literária pré-romântica denominada *Sturm und Drang* (1767-1785), um movimento de protesto realizado por jovens intelectuais que herdaram do Iluminismo a valorização da liberdade e autodeterminação do indivíduo, mas que nutriram forte descrédito em relação à possibilidade de realização desse ideal pela educação ou ensino. Eles protestaram contra a arbitrariedade do poder dos príncipes e contra os imperativos de Razão e virtude determinados pelo Iluminismo, preferindo cultivar as emoções e sentimentos – herdados do pietismo²⁵ – e revesti-los de conotação antiautoritária. É a emancipação do indivíduo por meio do irracionalismo e do sentimento religioso. Subjetivismo extremo e intenso sentimentalismo constituem,

²⁴ Um dos herdeiros dessa tendência foi o escritor Walter Scott que, ao lado de Wordsworth e Coleridge, no seu trabalho de resgate das tradições históricas medievais escocesas e inglesas, ajudou a configurar importantes temas literários para o movimento romântico europeu. “Os mais conhecidos são Wordsworth (1770-1850) e Coleridge (1772 – 1834), que, trabalhando durante algum tempo em conjunto, publicam em 1798 as ‘Lyrical Ballads’: numa linguagem liberta de convenções, visam criar uma atmosfera plena de ‘strange things’ (...), onde ressurgam, pela via do símbolo, sonhos e vivências profundas do ‘eu’ (...). Pela mesma época, Walter Scott (1774-1832) recolhia baladas e lendas populares da Escócia, que mais popularizaram ainda o maravilhoso druídico divulgado por Ossian, e tornava-se a partir de 1814, com ‘Waverley’, o grande divulgador do romance histórico (bastante devedor ao romance ‘gótico’), que tão cultivado foi por toda a parte no Romantismo.” MONTEIRO, Ofélia. **Ibidem**, p. 28.

²⁵ Assim como Karin Volobuef, Isaiah Berlin destaca a força do pietismo alemão como referência para o advento de uma consciência romântica da realidade. “Nesse contexto, o movimento pietista, que realmente é a raiz do Romantismo, tornou-se profundamente arraigado na Alemanha. O pietismo era um ramo do luteranismo e consistia em um estudo cuidadoso da Bíblia e profundo respeito pela relação pessoal do homem com Deus. Havia, portanto, uma ênfase na vida espiritual, desprezo pelo aprendizado, desprezo pelo ritual e pela forma, pela pompa e pela cerimônia, e uma enorme ênfase na relação individual da alma humana sofredora com seu criador. (...). O que ocorreu foi uma espécie de retirada para as profundezas.” BERLIN, Isaiah. **As raízes do Romantismo**. São Paulo: Três Estrelas, 2015, p. 69.

assim, dois traços fundamentais do movimento. A eles juntam-se a propensão à melancolia e ao isolamento, a valorização da originalidade e a oposição a regras e convenções preestabelecidas pela poesia classicista, o interesse pelas características nacionais e um anseio pelo retorno à Natureza. (VOLOBUEF, 1999, p. 29)

O movimento “Tempestade e Ímpeto”, como pontuou Karin Volobuef, foi indispensável para a estruturação de conceitos e temas fundamentais do posterior movimento romântico alemão, iniciado em Jena, nos anos de 1796-1797, com Novalis e os irmãos Schlegel, e que teve continuidade nos círculos de Heidelberg e de Berlim, com Brentano, Arnim, os irmãos Grimm, Chamisso e outros autores.

Além de servir de base para o florescimento do movimento romântico alemão, o “Sturm und Drang” se firmou num diálogo constante com outras correntes do pré-romantismo europeu, construindo uma rede temática em torno da valorização do irracionalismo, da exacerbação dos sentimentos e da presença de elementos medievalizantes.

Para essa nova seara de intelectuais europeus, o homem estaria integrado a uma unidade orgânica de mundo, constituindo uma particularização composta de experiências, sensações e sentimentos submetidos a uma realidade empírica. De acordo com Anatol Rosenfeld:

Na medida, porém, em que a razão não é considerada valor supremo, realçando-se as forças emocionais e a sensibilidade imponderável do homem, como tais subjetivas e de irreduzível variedade, o individualismo tende a tornar-se “organicista”: a igualdade essencial, verificável somente através de operações analíticas de abstração, é negada, ou pelo menos, deixa de ser valorizada em sentido positivo; em contrapartida é acentuada a singularidade da pessoa concreta, inseparável do contexto histórico e nacional. (ROSENFELD 1973, 152)

No bojo dessas questões, uma ideia que vai ganhando força com o passar dos setecentos, é que toda a capacidade mental de raciocínio vem da habilidade de abstração

a partir das sensações. São as sensações, formadas com base na experiência empírica, que mobilizam a vontade – paixões - e as ações humanas.

A paixão seria fruto de um desejo muito forte, e esse estado levaria, indubitavelmente à ação. Portanto, o equilíbrio das ações só poderia ser realizado através da boa disposição das paixões e não da atividade do raciocínio, já que esta não pode criar vontades²⁶. Essas considerações seriam importantes para o advento de novas ideias ligadas à definição de sentimento.

A ideia de sentimento, com o avanço das teses pré-românticas europeias, incluindo o movimento do “Tempestade e Ímpeto”, sofre um alargamento de origens e significados. Ele se afasta, cada vez mais, de um postulado materialista e adquire uma força de categoria interna, voltada ao espírito e a uma disposição “panteísta”.

Os sentimentos passam a estar relacionados aos desejos puros advindos do coração, e desse modo, deveriam ser vividos em sua espontaneidade e força total. Tanto a imaginação quanto as disposições afetivas passam a vigorar, objetivamente e subjetivamente, dentro do campo de atuação do sentimento.

O sentimento passa a ser considerado o fator básico na vida individual, pois só nele se traduz a autêntica interioridade do homem. A razão não só é inferior, mas depende do sentimento. (BORNHEIM; GUINSBURG. (Org.) 1978, 81).

Dessa forma, o “Tempestade e Ímpeto” ajudou a inaugurar uma nova disposição em relação ao significado do verdadeiro conhecimento e da busca da real fórmula da sabedoria. O homem “sábio”, para o pré-romantismo alemão e europeu, é aquele que estabelece uma vivência afetiva com o mundo e abarca todas as suas experiências vividas com um forte, sincero e profundo sentimentalismo.

Para o “Sturm und Drang”, o elemento de ligação entre os homens formadores de uma coletividade estaria balizado em laços afetivos e religiosos, que se revelariam por

²⁶ “E ainda em 1746, Vauvenargues (1715-1747) foi mais longe, na Introdução ao “Conhecimento do Espírito Humano”, causando impacto ao dizer que a essência da alma é constituída pelas paixões, e não pela razão, uma vez que é a vontade que move as representações e não o contrário”. GRESPAN, Jorge. **Revolução Francesa e Iluminismo**. São Paulo: Editora Contexto, 2003. p. 63.

meio das várias manifestações culturais de um povo²⁷, como festividades religiosas, canções tradicionais e folclóricas.

A visão de mundo do “Sturm und Drang” estava imbuída de uma perspectiva panteísta²⁸ que ampliava o alcance da produção intelectual do movimento. Existia uma preocupação religiosa e cultural em resgatar antigos aspectos do paganismo germânico²⁹, visando retomar a verdadeira identidade da comunidade, o seu mais autêntico espírito.

Esse sentimento panteísta percorreu a obra dos principais nomes do “Tempestade e Ímpeto”, e os ajudou na formulação de temas e conceitos importantes tanto para o movimento em si quanto para o imaginário temático do posterior romantismo alemão.

Podemos perceber esse “panteísmo” na visão poética de Hamann: “O mundo inteiro é a linguagem de Deus e a poesia é, portanto, nada mais do que a imitação dessa linguagem” (WELLEK 1967: 162), e nas concepções filosóficas de Herder: “O homem primitivo pensa por símbolos, alegorias e metáforas, cujas combinações constituem fábulas e mitos. Assim, a poesia não é a imitação da natureza, mas uma imitação do poder criador e nomeador de Deus” (WELLEK 1967: 169).

Um novo conceito de “universal no particular” surge no “Sturm und Drang”, integrado aos valores do sentimento e da visão panteísta de compreensão do mundo. Essa atitude pré-romântica de comunicação com o Todo-natural, que aos poucos vai se fundindo ao pensamento alemão, foi muito bem caracterizada pelo filósofo Nicolai Hartmann:

²⁷ “Com a coletânea “*Stimmen der Volker*” [Vozes dos povos] (1778-1779), de Herder, instaura-se o interesse em coletar sistematicamente a poesia popular sob a crença de que esta revelaria, de fato, a alma de um povo, ou seja, aquilo que lhe é realmente peculiar”. VOLOBUEF, Karin. **Frestas e Arestas – A prosa de ficção do Romantismo na Alemanha e no Brasil**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999. p. 30.

²⁸ A perspectiva panteísta mencionada faz referência direta à maneira como o pré-romantismo alemão interpretou a visão filosófica de Espinosa e adaptou ao seu campo de significados. “*Bento Espinosa ensina: só há uma substância, que é Deus. É uma substância infinita, absoluta. Todas as substâncias finitas dela derivam, nela estão contidas, surgem e desaparecem: têm uma existência meramente relativa, transitória, accidental. A substância absoluta se revela para nós tanto sob a forma do pensar infinito, quanto sob a forma da extensão infinita. Ambos, o pensar infinito e a extensão infinita, são os dois atributos da substância absoluta. Conhecemos apenas esses dois atributos; no entanto, Deus, a substância absoluta, talvez ainda possua mais atributos que não conhecemos (...)*”. HEINE, Heinrich. **Contribuição à História da Religião e Filosofia na Alemanha**. (Tradução de Márcio Suzuki). Iluminuras: São Paulo, 1991. p. 62.

²⁹ “A crença nacional, muito mais ao norte do que ao sul da Europa, era panteísta: seus mistérios e símbolos se referiam a um culto à natureza, em cada elemento se venerava um ente maravilhoso, em cada árvore respirava uma divindade, e todo o mundo dos fenômenos era deificado, (...)”. HEINE, Heinrich. **Idem**. p. 27.

A natureza exterior não permanece estranha no mundo interior do coração humano. Um sentido novo da verdade surge subitamente no reconhecimento ou pressentimento do próprio ser nas configurações da variedade cósmica. Um novo sentido do belo e uma nova missão da arte cintilam nesta revelação do natural. (HARTMANN 1983, 190).

A relação entre a “natureza exterior” e o “mundo interior do coração humano” fez com que os intelectuais do “Sturm und Drang” também visualizem um novo significado para o desenvolvimento histórico da Humanidade³⁰.

A História, com as reflexões de Hamann e Herder, passou a ser concebida como construção da vivência humana, espiritual e material dos povos ao longo do tempo. Como um todo orgânico que reflete a existência de uma determinada comunidade em seus caminhos de gestação, maturidade e decadência.

Essa visão historicista e orgânica acerca dos povos foi melhor trabalhada por Herder em seu trabalho intitulado *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade* de 1774.

Nessa obra, Herder, além de descrever e analisar os mais diversos aspectos históricos de povos orientais e ocidentais mostra os caminhos percorridos pela Humanidade rumo aos desígnios inescrutáveis de um Providencialismo histórico³¹. “O Criador é o único que pode pensar a unidade global de uma ou de todas as nações em toda a multiplicidade que lhes pertence e sem que ao fazê-lo se desvaneça a unidade”. (HERDER, 1995, p. 38)

³⁰ “A doutrina fundamental de Hamann, (...), era que Deus não era geômetra nem matemático, e sim poeta; (...) uma espécie de vitalismo místico que percebe na natureza e na história a voz de Deus. Supor que a voz de Deus nos fala por meio da natureza era uma antiga crença mística. Hamann acrescentou a isso mais uma doutrina – que a história também fala conosco, que todos os vários eventos históricos, tornados simplesmente como eventos empíricos comuns pelos historiadores não iluminados, são, na verdade, métodos pelos quais o Divino fala. Cada um desses eventos possui um significado oculto ou místico, que aqueles que têm olhos para ver podem perceber.” BERLIN, Isaiah. **As raízes do romantismo**. São Paulo: Três Estrelas, 2015, p. 84.

³¹ Na sua obra Herder faz uma série de referências à Providência e aos seus desígnios, vejamos alguns deles: “Da história em ruínas resultará a perspectiva de uma existência humana mais elevada que a terrena e essa perspectiva mostrar-nos-á que existe um plano onde até hoje apenas vimos confusão. Tudo encontrará o seu verdadeiro lugar”. “Que poderei eu dizer do grande livro de Deus, que se estende pelos mundos e pela imensidão dos tempos? Do qual mal chego a ser uma letra! Do qual mal chego a ver três letras à minha volta...!”. “Mas, uma coisa e outra apenas instrumentos particulares dentro do plano da incomensurável providência!”. HERDER, Johann Gottfried. **Também uma filosofia da História para a formação da Humanidade** (Uma contribuição a muitas contribuições do século) . 1ª edição de 1774. Lisboa: Edições Antígona, 1995. (Tradução de José M. Justo). p. 105, 125-126.

Dentro dessa descrição e análise dos povos Herder deixa claro que cada povo possui um desenvolvimento histórico particular e que, segundo ele, só pode ser perscrutado com base num entendimento orgânico de mudança, transformação e superação.

Para se fazer entender, Herder utiliza-se de uma série de imagens poéticas e retiradas da natureza para mostrar os diversos estágios particulares que cada povo atravessa até chegar na sua decrepitude³² e, mesmo com todas as suas especificidades, revela em sua prosa como esses povos estão ligados e são dependentes um com os outros³³.

Mesmo defendendo a existência de uma interligação dos povos e uma, tantas vezes, inescrutável perspectiva teleológica dentro do movimento histórico de toda a humanidade³⁴, Herder, como linguista e filósofo da História, pensa em analisar os diversos aspectos culturais que fizeram cada povo único e dotado de um “espírito” particular. Para isso, recorre aos estudos de Winckelmann sobre as especificidades do “espírito” grego na gestação e formação de um ideal estético localizado historicamente.

Em outras palavras, tanto Winckelmann quanto Herder acreditavam que cada povo foi portador de um particular “espírito” condicionado historicamente³⁵ e, portanto, para uma maior compreensão dos mais variados aspectos de um povo, sejam materiais, estéticos ou políticos, há uma necessária tentativa de captar o “espírito” da época estudada.

³² “Que nenhum povo continuou nem poderia continuar por muito tempo sendo aquilo que era... Que cada um, como acontece com cada arte e cada ciência e com qualquer outra coisa, teve o seu período de crescimento, a que se seguiu o de florescimento e por fim o de declínio...Que cada uma dessas transformações durou tão somente aquele mínimo de tempo que a roda do destino humano lhe pôde atribuir...Que, por último, neste mundo não há dois momentos que sejam idênticos e que portanto nem os egípcios, nem os romanos, nem os gregos foram os mesmos ao longo de todas as épocas que atravessaram...(...)” HERDER, J. G. *Idem*. p. 36.

³³ “O egípcio e o fenício eram pois, por maior que fosse o contraste entre os respectivos modos de pensar, filhos gêmeos de uma mesma mãe oriental, destinados a colaborar na formação da Grécia e, assim, na mais ampla formação do mundo. (...) também na história da humanidade a Grécia há-de permanecer para sempre o local em que esta mesma humanidade, qual flor entre as mãos da jovem noiva, viveu o mais belo período da sua juventude.” HERDER, J. G. *Idem*. p. 26-25.

³⁴ “Conseguisse eu ligar entre si as mais díspares cenas, sem as confundir, mostrar como se relacionam umas com as outras, como crescem umas a partir de outras, como se perdem umas dentro de outras, mostrar que cada uma por si é apenas um momento, mas que todos os momentos tomados n sua progressão são meios orientados para fins ...Que perspectiva não obteria!”. HERDER, J. G. *Idem*. p. 46.

³⁵ “Até a imagem da felicidade muda com os diferentes estados das gentes e dos territórios em que habitam, pois que outra coisa é essa imagem senão o somatório da ‘satisfação dos desejos, da realização dos objectivos, da doçura alcançada pela libertação face às necessidades’, sendo que desejos, objectivos e necessidades se configuram totalmente na dependência do país, do tempo, do lugar em que se vive? No fundo, toda a comparação se torna duvidosa. (...). Cada nação traz em si o centro da sua felicidade, como uma esfera traz em si o seu centro de gravidade!”. HERDER, J.G. *Idem*. p. 42.

Se uma canção folclórica diz algo a você, assim pensavam eles (Herder e Hamann), é porque os que fizeram essa canção eram alemães como você mesmo, e eles falavam com você, que pertence à mesma sociedade que eles; e, por serem alemães, usavam certas nuances, usavam certas sucessões de sons, usavam certas palavras que, sendo de alguma forma conectadas e nadando na grande maré de palavras e símbolos e experiências na qual nadam todos os alemães, têm algo de peculiar a dizer a certas pessoas, que não podem dizer a outras pessoas. (BERLIN, 2015, p. 99)

Com a defesa deste postulado, a existência de uma espécie de particularidade orgânica presente nos povos³⁶, Herder iria influenciar toda uma geração de autores românticos ligados ao historicismo e ao estudo da História.

Surge a partir desse momento na Europa uma miríade de intelectuais que passariam a tentar resgatar, seja por meio do estudo de fontes históricas ou apelando diretamente à imaginação, esse “espírito” das épocas passadas. Num exercício de contínua criação e descoberta do passado, romancistas históricos e historiadores, se vêm incumbidos de dar uma nova significação aos possíveis elos afetivos que ligavam os costumes de outrora com os costumes do presente.

Para Herder e seus futuros discípulos esse “espírito”, assim como as instituições e os aspectos históricos que o encarnavam, tem seu momento de gestação, maturidade e decadência, mas, sempre estará presente dentro da existência mais íntima de cada povo.

A captação desse “espírito” estaria presente nas manifestações espontâneas de cada povo, cristalizado nos seus contos populares, nas suas canções, nos aspectos mais diversos do folclore e nas expressões linguísticas, ou seja, no cotidiano de simplicidade e vivência “transparente” desses povos.

Nessa forma de conceber as manifestações mais legítimas do “espírito do povo” por Herder encontramos um paralelo com a denúncia feita por Rousseau acerca do problema dos “artificialismos” das relações sociais parisienses e seu elogio sobre a transparência e

³⁶ “Um homem pertence ao lugar em que está, as pessoas têm raízes, só podem criar a partir daqueles símbolos nos quais foram educadas, e elas foram criadas em algum tipo de sociedade fechada, que falava com elas de uma forma inteligível e única.” BERLIN, Isaiah. *Idem*. p. 103.

simplicidade dos “selvagens”³⁷. Da mesma maneira, Winckelmann, importante nome para Herder e membros do “Sturm und Drang”, em seus escritos, faz uma crítica ao comportamento dos modernos em detrimento de hipotéticos ideais de simplicidade e de coletividade dos gregos antigos³⁸.

Assim como os “gregos” de Winckelmann e o “selvagem” de Rousseau estavam em contato com a natureza e seus costumes revelavam essa harmonia com o mundo natural, para Herder as manifestações populares de outrora seriam canais de contato para com esse originário e saudável “espírito do povo” ainda não corrompido com os “artificialismos” do mundo moderno.

Dentro das reflexões historicistas de Herder a Idade Média, mesmo sendo vista como “um estado particular pelo qual o mundo passou”, tem destaque especial dentro de seu panorama de desenvolvimento históricos dos povos. Segundo ele, a Idade Média representou o momento de apogeu dos ideais de honra, bravura e espírito guerreiro, e de formação de uma mentalidade cristã.

As inclinações paternas e a adoração sagrada do sexo feminino, o indescritível amor pela liberdade e o despotismo, a religião e o espírito guerreiro, a ordem severa e o gosto pelas festividades ou por invulgares aventuras... Tudo isso se reunia agora na mesma corrente! Conceitos e inclinações dos orientais, dos romanos, dos nórdicos, dos sarracenos! Quem sabe quando, onde e em que medida se reuniam ali e agora modificando-se mutuamente? O espírito do século atravessa e interligava as mais variadas características, a bravura e o espírito de

³⁷ Não podemos negligenciar que dentro dessa denúncia dos “artificialismos” da sociedade feita por Rousseau e que influenciou o pensamento de Herder e do “Sturm und Drang” existia, também, dentro do movimento pré-romântico alemão, uma forte herança das ideias do pietismo alemão que corroboravam com os pontos de vista e de julgamento do filósofo suíço. “*O resultado foi uma intensa vida interior, uma grande quantidade de literatura muito comovente e interessante, mas altamente pessoal e violentamente emocional, o ódio ao intelecto e, acima de tudo, claro, o ódio violento à França, às perucas, às meias de seda, aos salões, à corrupção, aos generais, aos imperadores, (...).*” BERLIN, Isaiah. *Idem*. p. 70.

³⁸ “(...) os gregos eram livres, imitavam segundo a natureza; possuíam um espírito atlético e saudável, não corrompido como o dos modernos; buscavam uma beleza ideal a partir da natureza; não faziam mera cópia dela, mas a apreendiam como ideal. Esta beleza ideal era, junto a eles, sublime. A natureza era unida, espírito e corpo em perfeita harmonia, ao contrário dos modernos, que se caracterizavam pela cisão”. WERLE, Marco Aurélio. “Winckelmann, Lessing e Herder: Estética do Efeito?” In: **Revista Trans/Form/Ação**, São Paulo, 23: 19-50, UNESP, Marília – SP, 2000, p. 32.

clausura, a aventura e a galanteria, a tirania e a nobreza de alma. Todas elas interligavam num todo que hoje, quando olhamos para esse tempo que medeia entre nós e os romanos, nos surge como um fantasma, como aventura romântica. (HERDER, 1995, p. 56)

Nesse trecho Herder dialoga com uma visão de Idade Média elaborada até o momento pelo Pré-Romantismo e que já anuncia alguns temas “medievalizantes” trabalhados, posteriormente, pelo movimento romântico, como a “adoração sagrada do sexo feminino” e a glorificação do “espírito guerreiro”.

O mais interessante é a maneira como Herder encerra esse trecho, afirmando que a Idade Média surge ao europeu do período como um “fantasma” e como “aventura romântica”. Parece-nos que Herder, nessas colocações, coloca nas “entrelinhas” do seu discurso a necessidade de resgatar o estudo e as relações afetivas orgânicas com o período medieval, já visualizado por ele como tempo de nascimento das diversas nacionalidades europeias e como referencial ético e moral.

Da mesma forma, assim como seus discípulos românticos, Herder também fez um elogio da vida “simples” que o homem medieval levava e da transparência dessas relações sociais. Análise necessária para ele como tentativa de motivação e inspiração para que seus contemporâneos analisassem, eles próprios, seus costumes, seu comportamento social e sua herança histórica. Citamos pois, Herder:

Nessas instituições e associações aparentemente violentas havia tantas vezes factores de solidez, de ligação, de nobreza e de grandiosidade que nós, com toda a nossa elaborada moral – Deus a guarde! –, com as nossas corporações dissolvidas e, por isso mesmo, com os nossos países aprisionados, com a nossa inteligência congênita e o nosso filantropismo capaz de se estender até ao fim do mundo, não sentimos nem podemos sentir. Vê bem! Ridicularizas a servidão desses tempos, a rudeza das moradias rurais dos nobres, os inúmeros enclaves e subdivisões e o que daí decorria...(…). Mas procura ver também como as circunstâncias daqueles tempos puderam desenvolver coisas que, se assim não tivesse sido, teriam deixado perplexa a inteligência humana. A Europa povoada e reconstruída. Os

sexos e as famílias, o senhor e o servo, o rei e os súbditos, ligados uns aos outros por laços estreitos e fortes. As moradias que achamos rudes eram um obstáculo contra o crescimento opulento e insalubre das cidades, esses abismos onde se perdem as forças vitais da humanidade. A ausência de comércio e de refinamento obstava ao abrandamento dos costumes e mantinha um sentido de vida simples: castidade e fecundidade dos casais, humildade, aplicação e coesão em cada casa. As rudes corporações e os costumes senhoriais conduziam ao orgulho do artesão e do cavaleiro, mas conduziam também à confiança que cada um tinha em si próprio, à firmeza dentro do seu círculo, à virilidade concentrada sobre o seu ponto de acção, e defendiam essas gentes da pior praga da humanidade, o jugo dos países e das almas sob o qual tudo se afunda, (...). (HERDER, 1995, p. 58-59)

Para Herder, a Idade Média foi um período com inúmeros problemas e, a partir do olhar de sua época, muitas vezes condenável, mas havia um “frescor” e uma transparência nas relações cotidianas que o cativava³⁹. Um período de origem e “infância” da Europa, onde as atitudes eram simples e sinceras, sem “refinamentos” desnecessários, e onde o homem se sentia fazendo parte de uma coletividade orgânica.

Depois dessa breve análise fica cada vez mais claro que Herder enxergava inúmeros pontos de contato entre o passado dos povos e seu presente, mesmo defendendo a existência de uma especificidade histórica do “espírito do povo” condicionada a determinados períodos históricos.

Dessa forma, Herder colocaria a História como vertente privilegiada do saber, devido a sua capacidade de inspirar lições morais advindas do passado, de gerar

³⁹ *“Piedade e honra cavaleiresca, ousadia do amor e firmeza dos cidadãos, constituição política do estado e poder legislativo, religião...! Estou longe de querer fazer a defesa das constantes migrações forçadas, das devastações, das guerras feudais, dos conflitos de suserania, dos exércitos de monges, das peregrinações ou das cruzadas. Mas pretendo explicá-los. Mostrar o espírito que respira em tudo isso! Mostrar a fermentação das forças humanas! O enorme processo de cura por que passou toda a espécie humana ao atravessar tão poderosas movimentações!”*. HERDER, Johann Gottfried. **Também uma filosofia da História para a formação da Humanidade** (Uma contribuição a muitas contribuições do século) . 1ª edição de 1774. Lisboa: Edições Antígona, 1995. (Tradução de José M. Justo). p. 59.

reflexões, no mínimo, de ordem política e social e como manancial de referências culturais e mentais para os povos coevos⁴⁰.

Vem daí a conclusão final de Herder, ou seja, a de que cada grupo humano deve se esforçar para perseguir aquilo que está em sua espinha dorsal, que faz parte de sua tradição. (BERLIN, 2015, p. 107)

Uma das ideias mais importantes e reveladoras do universo estético/filosófico do “Sturm und Drang”, e que dialogou intensamente com essa visão naturalista, historicista e panteísta pré-romântica, foi a da exaltação do *gênio*.

A temática do *gênio* foi gerada lentamente nesse universo de transição do Iluminismo para a revolucionária mentalidade romântica. Podemos encontrar, segundo Ernst Cassirer, Arnold Hauser e Isaiah Berlin, esse princípio comum do papel criador e inovador presente na produção e nas ações do homem genial em diversos autores como Diderot (1713-1784) e Shaftesbury (1671-1713).

O crítico Isaiah Berlin, em seu trabalho *As raízes do Romantismo*, chama a atenção para alguns textos de Diderot, que trazem para a discussão filosófica e estética a ideia da presença de uma espécie de disposição de espírito do artista, impulsiva e ousada, que colocava em cheque as regras e o senso de proporção estética defendida pelo neoclassicismo.

Diderot foi um dos primeiros a pregar que existem dois homens. Há o homem artificial, que pertence à sociedade, conforma-se às práticas da sociedade e procura agradar; é aquela figurinha artificial, afetada, tão comum para os caricaturistas do século XVIII. Dentro desse homem, porém, está aprisionado o instinto violento, ousado, tenebroso, criminoso de um homem que

⁴⁰ “Haverá alguém que ao ler esta história não se interrogue: inclinações, virtudes da honra e da liberdade, do amor e da coragem, da cortesia e da palavra, onde vos haveis perdido? A vossa profundidade desapareceu no lodaçal! A solidez em que assentáveis tornou-se um chão de areia repleto de grãos luzentes mas onde nada cresce! Mas, seja como for, tantos são os aspectos em que desejaríamos que nos désseis a vossa devoção e superstição, as vossas trevas e ignorância, a vossa desordem e rudeza dos costumes, e que nos libertásseis da nossa luz e da nossa descrença, da nossa frieza sem vigor e dos nossos refinamentos, da nossa fadiga filosófica e da nossa miséria humana! Mas afinal a montanha e o vale não podem deixar de confinar entre si! E aquele arco sólido e sombrio não podia ser outra coisa senão...um arco sólido e sombrio! Um arco gótico!”. HERDER, J. G. *Idem*. p. 60.

deseja escapar, romper as cadeias. Esse homem, se devidamente controlado, é o responsável por magníficas obras de gênio. (...). (BERLIN, 2015, p. 88)

Dentro dessas elucubrações estéticas de Diderot, a ideia de *gênio* já havia sido formulada, em partes, por Shaftesbury, lido tanto por Diderot quanto por Herder. Segundo Ernst Cassirer, para Shaftesbury o importante na criação artística era resgatar uma identificação da subjetividade do artista com uma “verdade” do Universo, através de processos não racionais, dando destaque para a ação da intuição no processo de elaboração da obra de arte, reveladora do Belo⁴¹.

O “Sturm und Drang”, como representante desse movimento de gestação da mentalidade romântica e, ao mesmo tempo, herdeiro e crítico das Luzes, colocou em cheque alguns conceitos da Ilustração, como o princípio de atemporalidade presente em uma hipotética “natureza humana”, e ampliou, filosoficamente, algumas ideias como a da exaltação do gênio.

Para o “Sturm und Drang”, o gênio seria o “*louco inspirado*”, aquele capaz de captar o “*espírito do povo*” escondido nos artificialismos da sociedade, e de revelar aos homens a essência desse espírito. Além disso, o gênio serviria de instrumento para que essa essência fosse transcendida pelo povo, rumo a uma perspectiva teleológica de superação e permanência. “(...) a ideia de gênio é toda sentimento; imaginação, ardor, inspiração, originalidade, poder de criação”. (WELLEK 1967: 162).

O gênio, elaborado sob essas premissas e como fonte para a criação artística pré-romântica, seria a encarnação de uma nova sensibilidade, nascida nas discussões sobre o significado da verdadeira essência do conhecimento e do novo ideal de sabedoria.

O homem “genial” seria obrigado a sentir o mundo com todas as forças da sua alma, numa comunicação intensa com a natureza, os outros homens e os seres em geral. O verdadeiro gênio teria a capacidade de viver guiado por um ideal ou uma utopia, mas sempre embevecido pela paixão.

⁴¹ “Ao proclamar que a beleza é verdade, Shaftesbury não entende a verdade no sentido de um conjunto de conhecimentos teóricos, de teses e de juízos redutíveis a regras lógicas fixas, a conceitos e princípios fundamentais. ‘Verdade’, para ele, significa acima de tudo a harmonia interna do universo: harmonia que não se pode conhecer através de simples conceitos nem aprender intuitivamente colecionando e acumulando experienciais particulares, mas com a qual é possível adequar diretamente nossas vidas compreendendo-a intuitivamente.” CASSIRER, Ernst. **A Filosofia do Iluminismo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 414.

O gênio é resgatado da abjeção da vida cotidiana para um mundo onírico de ilimitada liberdade de escolha. Aí ele vive não só livre dos grilhões da razão, mas da posse de poderes místicos que o habilitam a prescindir da experiência sensorial comum. (HAUSER 1995, 616).

A paixão individual deveria ser a grande guia do homem “genial”, o caminho para a concretização de uma experiência humana viva, palpitante, única, assimétrica e inclassificável.

Com as reflexões teóricas e estéticas iniciadas pelos autores do pré-romantismo europeu⁴², gradativamente, o movimento romântico vai se estruturando no continente, balizado por um novo ideal de homem e de sociedade⁴³.

O Romantismo, na sua constituição heterogênea e apadrinhado pelo pré-romantismo, se formou como resposta aos efeitos causados pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial⁴⁴, a “dupla revolução” europeia⁴⁵. Ambos os eventos, iniciados no final do século XVIII, promoveram uma série de mudanças paradigmáticas no cenário europeu. Novas fórmulas políticas e econômicas surgem através da

⁴² “Eis as fontes pré-românticas do Romantismo: o irracionalismo e a mística, o sentimentalismo e o terror, Shakespeare e a prosa, eloquente como grande poesia tribunícia, de Rousseau.” CARPEXU, Otto Maria. *Idem*. p. 160.

⁴³ “Em Inglaterra, onde, como vimos, não há uma quebra da tradição literária, data-se o movimento romântico das *Lyrical Ballads* de Wordsworth e Coleridge, 1º vol. 1798, 2º 1800, 3º 1802, contendo o 2º vol. um manifesto de Wordsworth. Em 1798 também, funda-se a revista *Athenaeum*, órgão do Romantismo alemão, dirigida pelos irmãos Augusto Guilherme e Frederico Schlegel. Mas certas concepções românticas já se manifestavam na Alemanha, desde 1790, nas obras de Tieck, Fichte e Frederico Schlegel. O primeiro manifesto romântico francês – aliás ainda muito tímido – é bastante posterior: o *Racine et Shakespeare* de Stendhal (1822), e só em 1827, no prefácio do *Cromwell* de Victor Hugo, aparece inteiramente desenvolvida uma doutrina romântica.” SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. **História da Literatura Portuguesa**. Portugal: Porto Editora, 1975, p. 731.

⁴⁴ “A expressão ‘Revolução Industrial’ justifica-se plenamente: de fato, inicialmente usada por escritores franceses no período 1820-1830 e gradualmente acolhida ao longo do século por escritores ingleses, brota ela explicitamente de uma analogia com a Revolução Francesa de 1789.” WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade: 1780 – 1950**. São Paulo: Editora Nacional, 1969, p. 16.

⁴⁵ “Em um sentido estrito, o romantismo surgiu como uma tendência militante e consciente das artes, na Grã-Bretanha, França e Alemanha, por volta de 1800 (no final da década da Revolução Francesa), e em uma área bem mais ampla da Europa e da América do Norte depois da batalha de Waterloo. Foi precedido antes da Revolução (principalmente na Alemanha e na França) pelo que tem sido chamado de ‘pré-romantismo’ de Jean-Jacques Rousseau, e a ‘tempestade e violência’ dos jovens poetas alemães. Provavelmente, a era revolucionária de 1830-48 assistiu a maior voga europeia do romantismo. No sentido mais amplo, ele dominou várias das artes criadoras da Europa, desde o começo da Revolução Francesa.” HOBBSAWM, Erich. **A Era das Revoluções (1789 – 1848)**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982, p. 280.

experiência liberal, antigas relações sociais desaparecem com as conquistas napoleônicas e com o avanço industrial⁴⁶. O desenvolvimento técnico faz acelerar o nível da produção material e a pauperização de uma grande massa de trabalhadores, e, historicamente, a burguesia assume o lugar de comando dos Estados nacionais.

Paralelamente ao clima de euforia e de crença num progresso econômico exponencial da humanidade, problemas antigos, como a desigualdade social e a pobreza, alcançam índices alarmantes e tomam o centro de discussões da intelectualidade europeia⁴⁷.

O movimento romântico, tanto na sua vertente mais revolucionária quanto no seu lado mais conservador, assume uma posição crítica diante dessa nova problemática europeia, denunciando os males sociais e culturais causados pela economia industrial capitalista.

O conjunto dessas mudanças, oriundas do desenvolvimento capitalista e interpretadas como sintomas de uma irrefreável modernidade⁴⁸, fez com que os românticos reafirmassem seus ideais coletivistas baseados numa recriação hipotética do passado.

O “eu” romântico, objetivamente incapaz de resolver os conflitos com a sociedade lança-se à evasão. No tempo, recriando uma Idade Média gótica e embruxada. No espaço,

⁴⁶ “A primeira palavra importante é ‘indústria’, e a forma de empregá-la se altera no período que hoje denominamos Revolução Industrial. Anteriormente, ‘indústria’ era nome de um atributo humano particular, sinônimo de ‘habilidade, assiduidade, perseverança, diligência’. Naturalmente, ‘indústria’ ainda se emprega nesse sentido. Mas nas últimas décadas do século dezoito, ‘indústria’ passou a significar também outra coisa; transformou-se em substantivo coletivo a designar as empresas fabris e produtivas e as atividades gerais a que se dedicam.” WILLIAMS, Raymond. *Idem*. p. 15.

⁴⁷ “Em meio à grande expansão econômica, ao súbito enriquecimento de uma minoria, da desabalada corrida dos inventos e inovações no setor tecnológico, e à crença na prosperidade e progresso humanos, surgiram graves problemas de ordem social em relação às massas de trabalhadores que este processo mobilizava e proletarizava, (...). A precariedade das instalações industriais, a falta de segurança, as péssimas condições higiênicas dos locais onde mulheres e crianças constituíam a mão-de-obra ao lado de homens, respirando o ar contaminado das minas, das oficinas mal instaladas, tudo isso convertia o período em um dos mais cruéis para a grande massa que sempre viveu do suor do rosto.” FALBEL, Nachman. “Fundamentos Históricos do Romantismo”. In: GUINSBURG, J. **O Romantismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978, p. 29.

⁴⁸ O conceito de modernidade foi captado pelos críticos Michael Lowy e Robert Sayre a partir de uma interpretação das ideias de Max Weber: “Como já tinha sido verificado por Max Weber, as principais características da modernidade – o espírito de cálculo (*‘Rechnenhaftigkeit’*), o desencantamento do mundo (*‘Entzauberung der Welt’*), a racionalidade instrumental (*‘Zweckrationalität’*), a dominação burocrática – são inseparáveis do advento do ‘espírito do capitalismo’.” LOWY, Michale; SAYRE, Robert. **Revolta e Melancolia – O romantismo na contramão da modernidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1995, p. 35.

fugindo para ermas paragens ou para o Oriente exótico. (BOSI, s/d, p. 102)

Os laços afetivos e históricos que ligavam uma determinada coletividade foram perdidos e substituídos por uma nova realidade que se assume como baluarte do individualismo e da maximização dos lucros capitalistas⁴⁹.

Para os estudiosos Michael Lowy e Robert Sayre, esse posicionamento crítico dos românticos diante da modernidade capitalista se configurava como elemento central e aglutinador do movimento.

O romantismo surge de uma oposição a essa realidade capitalista/moderna – designada, por vezes, na linguagem romântica como a “realidade” sem mais. No dicionário dos irmãos Grimm, romantisch define-se, em parte, como “pertencente ao mundo da poesia... por oposição à realidade prosaica”; e, para Chateaubriand e Musset, a superabundância de sentimentos contrasta com o “vazio” desolador do real. (LOWY;SAYRE, 1995, p. 36)

Os diversos temas e elementos presentes na literatura heterogênea do Romantismo, como a exaltação do passado, do gênio criativo e do sentimentalismo, eram ligados, conscientemente ou inconscientemente, por uma intensa “visão de mundo” (*Weltanschauung*) romântica que se afirmava como opositora de uma “visão de mundo”, moderna e capitalista⁵⁰.

Para Lowy e Sayre, a razão de ser do Romantismo era edificar um corpo teórico e poético que conseguisse contrastar com uma realidade excessivamente racional e

⁴⁹ O historiador Elias Thomé Saliba no seu trabalho *As utopias românticas* mostra a mudança paradigmática engendrada pelo advento da “modernidade capitalista” no contexto francês: “*Além de resíduos da hierarquia do passado, esta sociedade abalada, sobretudo após a confiscada revolução de julho de 1830, começa a mostrar sua verdadeira face: a tirania do dinheiro que, às consciências mais sensíveis, afigurava-se como mais terrível, muito mais bloqueadora e repressiva do que o antigo padrão de nascimento.*” SALIBA, Elias Thomé. **As utopias românticas**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003, p. 27.

⁵⁰ “*A exaltação romântica da subjetividade – considerada, por engano, como a característica essencial do romantismo – é uma das formas que assume a resistência à reificação. O capitalismo suscita indivíduos independentes para preencher funções sócio-econômicas; mas quando esses indivíduos agem como individualidades subjetivas – explorando e desenvolvendo seu mundo interior, seus sentimentos particulares – entram em contradição com um universo baseado na padronização e reificação.*” LOWY, Michael; SAYRE, Robert. **Ibidem**. p. 45.

prosaica. A paixão excessiva, o irracionalismo, a imaginação, a ambientação noturna⁵¹ e o sonho, elementos já presentes no pré-romantismo, seriam necessários como forças de reestruturação de antigos referenciais perdidos e amplamente desejados.

Um dos grandes nomes ligados ao estudo do Romantismo, Isaiah Berlin, assim como Lowy e Sayre, vê a necessidade e importância da análise de cada eixo do movimento romântico europeu, em suas particularidades e posições estéticas e sociopolíticas. Mas, contudo, destaca a existência de um intenso diálogo entre os intelectuais românticos, e de um “estado mental” comum⁵² advindo de uma série de mudanças de ordem social, política, econômica e cultural.

Esse “estado mental”, ou “visão de mundo”, comungado pelos românticos, pode ser visualizado nos valores defendidos por uma geração de intelectuais que pretendia romper com uma vida prosaica e com um sentimento de conformismo que atingia as massas. O indivíduo, em oposição aos novos valores da “modernidade capitalista”, deveria assumir seu destino e projetar sua conduta como modelo de realização pessoal, entendida aqui não com o objetivo de almejar um estado de felicidade, mas sim, de compromisso moral e ético com as crenças do próprio indivíduo.

Os valores aos quais elas atribuíam a maior importância eram integridade, sinceridade, disponibilidade para sacrificar a vida para alguma chama interior, dedicação a algum ideal pelo qual valia a pena sacrificar tudo aquilo que a pessoa é, pelo qual valia a pena viver e

⁵¹ “É nesse mesmo contexto que se deve interpretar o fascínio romântico pela noite, como espaço de sortilégios, mistério e magia, que os escritores e poetas opõem à luz – esse emblema clássico do racionalismo. Em seus *Hymnes à la nuit*, Novalis faz ouvir essa estranha e paradoxal queixa: ‘Será que a manhã deverá voltar sempre? Não mais terá fim o império do Terrestre? Será que um funesto labor acabará sempre por destruir o ímpeto divino da Noite?’”. LOWY, Michael; SAYRE, Robert. *Ibidem*. p. 54

⁵² “Para dar uma ideia do que considero ter sido essa grande ruptura, e por que creio que nesses anos, entre 1760 e 1830, ocorreu algo transformador, um forte rompimento na consciência europeia, para dar pelo menos algumas provas preliminares de por que penso que se pode dizer isso, gostaria de partir de um exemplo. Suponhamos que você estivesse viajando pela Europa Ocidental na década de 1820 e que conversasse, na França, com os jovens vanguardistas que eram amigos de Victor Hugo, (...). Suponhamos que fosse à Alemanha e lá conversasse com as pessoas que receberam a visita de Madame de Stael, a escritora que interpretou a alma alemã para os franceses. Suponhamos que conhecesse os irmãos Schlegel, grandes teóricos do Romantismo, ou um ou dois amigos de Goethe em Weimar, tal como o fabulista e poeta Tieck, ou outras pessoas relacionadas com o movimento romântico e seus seguidores nas universidades (...). Suponhamos que você conversasse na Inglaterra com alguém que foi influenciado por, digamos, Coleridge ou, acima de tudo, por Byron – com qualquer pessoa influenciada por Byron, fosse na Inglaterra, ou na França, ou na Itália, ou além do Reno, ou além do Elba. (...). Você descobriria que para elas o ideal de vida era algo próximo (...).” BERLIN, Isaiah. **As raízes do Romantismo**. São Paulo: Três Estrelas, 2015, p. 32.

também morrer. (...) Você descobriria que o bom-senso, a moderação, estava muito longe de seus pensamentos. Você descobriria que elas acreditavam na necessidade de lutar por suas crenças até o último alento de seu ser, e que acreditavam no valor do martírio como tal – martírio pelo quê, isso não importava. (...). O que as pessoas admiravam era a sinceridade, o empenho de todo o coração, a pureza de alma, a capacidade e a disponibilidade para se dedicar a seu ideal, qualquer que fosse. (BERLIN, 2015, p. 33)

Nesse trecho, fica claro que para Isaiah Berlin existia uma disposição de espírito comum entre os intelectuais românticos e, ao contrário do que eles visualizavam na sociedade europeia, ambiente de crescente massificação de opiniões e desejos, a transparência, a sinceridade e o sacrifício em prol da realização de qualquer ideal eram, para os românticos, caminhos que levariam a plena realização do sujeito.

A potencialidade do indivíduo, traduzida como o ímpeto apaixonado perante a realização de algum desejo ou de alguma causa, foi explorada, exaustivamente, pelo artista romântico e o sacrifício, sobre vários ângulos, se configurou como a doação máxima desse indivíduo⁵³ e sinal de distinção diante do homem comum.

Curiosamente, no movimento romântico, ao mesmo tempo em que existia uma reafirmação da identidade do indivíduo, também havia a busca por um modelo de sociedade que refletisse os valores professados pelo romântico. As “sociedades utópicas” do Romantismo antes de esboçarem um ideal coletivo orgânico expressavam todos os anseios, vontades e valores do homem romântico.

O seu traço mais característico: a afirmação de um mundo melhor e mais valioso, universalmente obrigatório e legítimo sem restrições, que seria essencialmente diferente do mundo real e da luta cotidiana pela existência. O seu traço distintivo: pressupunha que todo e qualquer indivíduo, a partir de sua interioridade (...) poderia, por si mesmo, realizar aquele mundo ideal e valioso. Eis aí um rico manancial para formulação de

⁵³ “O que importa é que as pessoas devem se dedicar a esses valores com todo o seu ser. Se fizerem isso, servirão como heróis para a tragédia. Se não o fizerem, serão burgueses medíocres, membros da burguesia, não servirão para nada e não valerá a pena escrever sobre elas”. BERLIN, Isaiah. **Idem**. 2015, p. 38.

utopias, fossem elas cerceadoras ou libertadoras, (...) (SALIBA, 2003, P.24)

Com base nessas ideias, podemos afirmar que o intelectual romântico, seja na sua face poética, política ou historicista, antes de elaborar sua produção artística/intelectual pensa o seu contexto, parte de sua realidade para se autoexaminar e formular novos caminhos e referenciais para si e para a sociedade em que vive.

O movimento romântico, em seus múltiplos significados e possibilidades de análise e interpretação⁵⁴, deve ser encarado como possuidor de uma particular visão de mundo, herdeiro de transformações sociais, econômicas e políticas, advindas do legado das revoluções francesa e industrial.

Movimento que também foi engendrado a partir das transformações ocorridas nas reflexões filosóficas e literárias de alguns intelectuais europeus, descontentes e insatisfeitos, com os prosaicos destinos que a sociedade europeia oitocentista reservava aos homens.

Portanto, é preciso acabar com essa ordem: é preciso rompê-la, seja voltando-a para o passado ou penetrando dentro de si mesmo, saindo do mundo exterior. É preciso sair à procura e se tornar um só com algum grandioso impulso espiritual com o qual nunca será possível se identificar por completo, ou é preciso idealizar algum mito que nunca se tornará realidade (...). Essa é a essência do movimento romântico, até onde percebo: o predomínio da vontade e o homem como uma atividade, como algo que não pode ser descrito porque está perpetuamente criando; não se deve nem mesmo dizer que ele está criando a si mesmo, pois não existe nenhum “eu”, existe apenas movimento. Esse é o cerne do Romantismo. (BERLIN, 2015, 206)

⁵⁴ Sobre esse caráter amplo, difuso e, algumas vezes, contraditório do Romantismo, Isaiah Berlin faz uma grande lista das adjetivações e aspectos do movimento: *“O Romantismo é o primitivo, o ignorante, é a juventude, a exuberante sensação de vida do homem natural, mas também é palidez, febre, doença, decadência, (...), a multiplicidade inexaurível, a turbulência, a violência, o conflito, o caos, mas também é a paz, a união com o grande “Eu”, a harmonia com a ordem natural, a música das esferas, a dissolução no eterno espírito que tudo contém. É o estranho, o exótico, o grotesco, o misterioso, o sobrenatural, as ruínas, o luar, castelos encantados, (...). É o antigo, o histórico, são as catedrais góticas, as névoas da Antiguidade, as raízes antigas e a velha ordem com suas qualidades não analisáveis, suas lealdades profundas mas inexprimíveis, o impalpável, o imponderável. (...)”*. BERLIN, Isaiah. *Ibidem*. 2015, p. 43.

1.2 – Walter Scott e o historicismo romântico:

No Romantismo, todos os elementos de uma determinada criação literária, ficcional ou não, acabam contribuindo para uma indubitável projeção utópica que tem por objetivo promover um “reencantamento do mundo”⁵⁵, ou seja, reestabelecer os vínculos perdidos de um passado idealizado.

Essa busca pelo passado idealizado, uma espécie de “idade de ouro” perdida, fez com que os românticos assumissem um compromisso com o conhecimento histórico, mesmo que, muitas vezes, esse estudo fosse feito de forma superficial e não respeitando um arcabouço metodológico e teórico.

Para os românticos, o importante era reavivar antigos laços afetivos com uma determinada comunidade e com o conjunto de seus valores, e estimular o interesse pelos eventos do passado nacional. A pesquisa histórica, nesse período de reestruturação cultural, caminhava ao lado de um nascente nacionalismo e era dependente de estímulos imaginativos.

A História, concebida nesse período romântico, não cumpria somente o papel de refúgio nostálgico perante os males da modernidade capitalista, que destruíra antigos referenciais políticos, econômicos, sociais e culturais, mas também servia de instrumento de reforma e superação da realidade.

Autores românticos, preocupados com a temática histórica, surgiram tanto no campo ficcional quanto na produção especificamente histórica, num contínuo e profícuo diálogo temático e metodológico.

A busca pelas características específicas de um determinado povo, tanto materiais quanto culturais, a valorização dos documentos escritos e dos monumentos da nação e a preocupação em estabelecer elos de continuidade e ruptura significativos entre passado e presente estavam entre os principais objetivos desse historicismo romântico.

Os “historiadores românticos” podem ser distribuídos ao longo de um eixo que corresponde ao seu comprometimento maior ou

⁵⁵ “Uma das principais modalidades românticas de reencantamento do mundo é o retorno às tradições religiosas e, por vezes, místicas como é sublinhado por Weber.” LOWY, Michael; SAYRE, Robert. **Ibidem.** p. 51.

menor com a erudição documental. Infensos aos rigores empíricos positivistas, tais historiadores se servem, indiferentemente, de fontes primárias e secundárias e só raramente revelam preocupações críticas em relação a elas. Em geral, estão convencidos de que o elemento-chave é o próprio historiador. Cabe a ele, com sua intuição e imaginação, “recriar o passado” tal com este “realmente existiu”: vivo e, sobretudo, humano. Daí a importância que atribuem às motivações e intuições dos indivíduos históricos, aos sentimentos, anseios e manifestações individuais e coletivos (populares), ainda que mágicos ou fantásticos. A verdade histórica, nesse caso, não remete apenas a evidências empíricas, mas sim à persuasão retórica do historiador, à sua capacidade de fazer o leitor crer na verossimilhança dos acontecimentos por ele narrados. Historiar é uma arte, e a história é um gênero literário cujo cerne é a sensação de ilusão de realidade que o texto é capaz de criar e transmitir ao leitor. (FALCON, 2002, p. 36)

Ao contrário de Francisco Falcon, acreditamos que o historicismo romântico foi um movimento amplo e que tratou de maneiras distintas as fontes do passado. Alguns de seus representantes valorizavam mais o rigor de análise documental, buscando uma apreensão objetiva do passado, como no caso dos autores da Escola Histórica Alemã⁵⁶. Porém, outros autores, se preocuparam mais em construir uma espécie de memória afetiva do passado, apelando mais aos recursos da imaginação ao invés do estudo sistemático dos documentos.

Não obstante, concordamos com a visão de Falcon de que o elemento-chave do historicismo romântico gravitou em torno da capacidade interpretativa e de reconstrução do passado feita pelo próprio historiador ou romancista.

⁵⁶ “A apreensão organicista do processo histórico proposta por Herder estava ainda presente na obra de Ranke como a metáfora pela qual o processo como um todo devia ser compreendido. (...). Os impulsos românticos por trás dos exercícios historiográficos de Ranke não podem, evidentemente, ser negados; ele mesmo deu testemunho da influência deles sobre seu pensamento durante sua juventude. Estão presentes em seu interesse pelo evento individual único e concreto, em sua concepção da explicação histórica como narração e em sua preocupação de penetrar no interior da consciência dos atores do drama histórico, para vê-los como eles se viam a si mesmos e reconstruir os mundos que eles enfrentavam no tempo e no lugar que lhes eram próprios”. WHITE, Hayden. **Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX**. São Paulo: Edusp, 1995, pp. 188 e 199.

Nomes como de Walter Scott (1771-1832), Victor Hugo (1802-1885), Augustin Thierry (1795-1856), François Guizot (1787-1874)⁵⁷ e, claro, de Alexandre Herculano (1810-1877), tiveram papel ímpar na difusão do historicismo romântico⁵⁸ e voltaram suas atenções para o período de constituição das diversas nacionalidades europeias, a Idade Média⁵⁹.

A Idade Média, mesmo sendo alvo de um estudo baseado em fontes e numa metodologia histórica, assumiu no trabalho desses autores uma roupagem ideológica específica, baseada no contexto e nas interpretações definidas por cada um. Contudo, a Idade Média, interpretada a partir de uma projeção utópica, se mostrou como eficaz porta-voz da crítica romântica diante dos males da modernidade capitalista.

A Idade Média, com todos os seus vestígios, seu espírito corporativo, suas formas particularistas de vida, seus métodos irracionais e tradicionais de produção, desaparece de uma vez para sempre, dando lugar a uma organização do trabalho baseada exclusivamente em razões de oportunidade e cálculo, aliadas a um espírito de implacável individualismo competitivo. (HAUSER, 1995, p. 553)

Walter Scott talvez tenha sido, dentro da perspectiva do Romantismo e de sua voga historicista, o autor mais lido e mais influente do movimento. Sua importância pode ser medida no número de traduções, para vários idiomas, dos seus escritos e na quantidade

⁵⁷ “Para os historiadores franceses do Romantismo, Guizot e Thierry, a Idade Média é o berço das liberdades burguesas, abafadas pelo absolutismo monárquico, a própria origem, portanto, da revolução de 89. (...) SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. *Idem*. p. 735.

⁵⁸ “(...) compreende-se que o romantismo tenha sido, em última análise, um historicismo. Daí o papel educativo e formativo que era conferido ao passado, horizonte que os romances (e algumas revistas) do período privilegiaram. É certo que os seus próprios cultores não escamoteavam a influência dos seus mestres estrangeiros – e, entre todos, de Walter Scott. No entanto, importa frisar os esforços que fizeram para ‘nacionalizar’ os temas, atitudes que se explicam pelo fato de, como acontece em todas as evocações históricas, tais reconstituições serem sobredeterminadas pelas perspectivas políticas e as intenções moralizadoras do presente.” CATROGA, Fernando. “Romantismo, Literatura e História”. In: MATTOSO, José (Direção.). **História de Portugal – O Liberalismo (1807-1890/5º volume)**. Portugal: Editorial Estampa, 1998, p. 465.

⁵⁹ “(...), o romântico estima a Idade Média sobretudo porque, pela imaginação, encontra nela tudo quanto julga perdido ou malbaratado pelo racionalismo clássico: ingenuidade, pureza, lirismo, inocência, misticismo, espiritualismo, nobreza, etc. (...) É tão rica é essa era histórica na imaginação do romântico, que lhe permite vê-la de vários ângulos: o da vida heroico-cavalheiresca, o da sentimentalidade mística, o do maravilhoso ingênuo e fantástico, o do pitoresco arquitetural, o das lendas populares e folclóricas, o do despertar do sentimento de nacionalidade, etc.” MOISÉS, Massaud. **A Literatura Portuguesa**. São Paulo: Ed.Cultrix, 1977, p. 146.

de autores que se espelharam nos seus personagens e temas literários para fundamentar suas particulares produções literárias⁶⁰ e historiográficas⁶¹.

O historiador francês Augustin Thierry, na sexta carta de suas *Lettres sur l'Histoire de France*, aponta a importância da leitura de Walter Scott para sua pesquisa:

La lecture des romans de Walter Scott a tourné beaucoup d'imaginations vers ce moyen âge dont naguère on s'éloignait avec dédain; et s'il s'opère de nos jours une révolution dans la manière de lire et d'écrire l'histoire, ces compositions, en apparence frivoles, y auront singulièrement contribué⁶².
(THIERRY, 1842, p. 81)

A literatura de Walter Scott, formada por seus romances e contos, foi construída a partir das influências temáticas do pré-romantismo inglês e alemão⁶³, particularmente do estilo gótico, e sob os ecos do poeta Macpherson.

O resgate de lendas populares, que tinham como norte a busca do “espírito do povo”, a atmosfera sombria de algumas passagens e enredos, e a reconstrução literária

⁶⁰ “Para Herculano, Walter Scott constituiu uma fonte profunda: era ele o inspirador da sua missão de romancista histórico. O escritor fala pouco dele, mas Scott está presente no seu espírito como um paradigma da literatura (...). Walter Scott é, portanto, o modelo desejado, conforme um certo programa, menos pela definição dos temas que pela definição de um ensino nacional ou nacionalista.” FRANÇA, José-Augusto. **O Romantismo em Portugal (estudos de factos socioculturais)**. Portugal: Livros Horizonte, 1993, p. 97.

⁶¹ “Em 1837, Thierry publicará também as suas *Lettres sur l'histoire de La France*, vinte e cinco peças das quais dez já haviam visto a luz no *Courrier Français*, no fim de 1820. (...). Thierry não fora romancista, mas confessou que a sua vocação histórica fizera-a brotar a leitura dos *Martyres* de Chateaubriand; e o seu ideal foi sempre conseguir a ressurreição colorida de Walter Scott no *Ivanhoé*.” FIQUEIREDO, Fidelino de. **História da Litteratura Romantica (1825-1870)**. 2ª edição. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1923. p. 127.

⁶² “A leitura dos romances de Walter Scott fez voltar muitas imaginações para a Idade Média, a qual, anteriormente, por menosprezo, era desconhecida; e se presentemente se está realizando uma revolução na maneira de ler e escrever a história, isso se deve principalmente à leitura dessas composições aparentemente frívolas” (Tradução de Castelo Branco Chaves. **O romance histórico no romantismo português**. Portugal: Livraria Bertrand (Biblioteca Breve – Instituto de Cultura Portuguesa), 1979, p. 30.

⁶³ “O drama ‘Gotz von Berlichingen’, de Goethe, não apenas traz consigo um reflorescimento do drama histórico, mas também exerce uma influência forte e direta na formação do romance histórico em Walter Scott. Essa ascensão consciente do historicismo, que encontra sua primeira expressão teórica nos escritos de Herder, tem suas raízes na situação particular da Alemanha, na discrepância entre o atraso econômico e político do país e a ideologia dos iluministas alemães, que, apoiando-se em seus predecessores ingleses e franceses, levaram as ideias do Iluminismo a um patamar mais elevado.” LUKÁCS, Gyorgy. **O romance histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 37.

de eventos históricos podem ser facilmente encontradas na literatura scottiana, herdeira direta desse início de preocupação com o passado medieval e remoto⁶⁴.

Contudo, mesmo dialogando com uma herança literária pré-romântica e romântica, como pontuou o historiador francês Augustin Thierry, Walter Scott soube, como nenhum outro antes dele, cobrir de colorido e riqueza imaginativa o período medieval, estimulando a formação de um séquito de entusiastas da Idade Média.

O poder imaginativo de Scott conseguiu se aliar a uma perspectiva empirista de análise histórica, talvez oriunda de uma tradição iluminista⁶⁵, que enfatizava a reconstituição das condições materiais dos povos ingleses e escoceses e o funcionamento de suas instituições históricas.

Walter Scott produzia um tipo de romance que apresentava detalhadamente os homens e os costumes de uma época distante, entretanto, a representação da vida humana era, pela primeira vez, fundamentada pela “observação” histórica. A representação histórica dos romances de Walter Scott abrangia questões sócio-culturais da população como um todo, por conseguinte, o processo histórico podia ser apreendido amplamente. (FRATTINI, 2010, p. 15)

Para o crítico Gyorgy Lukács, a importância do romance scottiano tinha como eixo esse detalhamento dos homens e dos costumes de uma determinada época, revelando, dessa forma, a existência e a importância do processo⁶⁶ na História. O que atraía Lukács

⁶⁴ “O romance histórico de Walter Scott é o descendente directo da primeira manifestação da literatura “negra” – o romance gótico de Walpole e seus sucessores. O romance histórico é, na realidade, a utilização aperfeiçoada dos elementos ‘góticos’, desde a época e o cenário às horríveis tempestades que ajudam a criar ambiente. Igualmente admite o sobrenatural, explicado ou não. A novidade está no grande relevo que é dado à época, nos seus costumes: o autor gótico conta uma história no quadro da vida e dos acontecimentos dos tempos em que ocorreu.” CALIXTO, Maria Leonor. **A Literatura “Negra” ou “de Terror” em Portugal nos séculos XVIII e XIX**. Lisboa: Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1955, p. 19.

⁶⁵ “O escritor escocês nasce em 1771 em Edimburgo, que, juntamente com Aberdeen e Glasgow, foi berço do Iluminismo Escocês – movimento que possui um papel preponderante no desenvolvimento da concepção histórica incorporada pelo autor. (...). Os fundamentos empregados pelo Iluminismo Escocês eram a análise filosófica da natureza humana e a análise empírica das sociedades. Para compreender e explicar a sociabilidade humana e seu desenvolvimento, os pensadores escoceses aplicavam uma análise histórica das instituições sociais, (...).” FRATTINI, Paula Caldas. **Walter Scott e Balzac: Romancistas da História**. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 12

⁶⁶ Walter Scott, na visão de Lukács, conseguia situar tanto as suas personagens, nos seus costumes, atitudes e reflexões, quanto a descrição dos ambientes naturais e artificiais (arquitetônicos) dentro da

para o romance histórico de Scott era a sua capacidade de transmitir ao leitor um clima de “realismo” em suas narrativas, ou nas palavras de Francisco Falcon, a ilusão de uma “sensação de realidade” muito bem elaborada.

O mais famoso “romance histórico” do século XVIII, *O castelo de Otranto*, de Walpole, trata a história apenas como roupagem; somente importa aqui a exposição da curiosidade e da excentricidade do meio, e não o retrato artístico fiel de uma época histórica concreta. O que falta ao pretense romance histórico anterior ao de Walter Scott é o elemento especificamente histórico: o fato de a particularidade dos homens ativos derivar da especificidade histórica de seu tempo. (LUKÁCS, 2011, p. 33)

Na sua análise do romance histórico de Walter Scott, Lukács desconsidera o fator imaginativo realçando, apenas, o poder descritivo (empírico) e a preocupação do autor em situar as personagens dentro da mentalidade do seu tempo. Nas palavras do crítico, Scott fazia “um retrato fiel de uma época histórica”, afirmação problemática, já que o romance scottiano estava inserido num movimento de interpretação e idealização⁶⁷ do passado.

Para Lukács, o romance de Walter Scott introduziu “o amplo retrato dos costumes e das circunstâncias dos acontecimentos, o caráter dramático da ação, (...), o novo e importante papel do diálogo no romance” (LUKÁCS, 2011, p. 47). Características que ajudaram a realçar o caráter épico⁶⁸ dos seus escritos, já que a intenção de Scott, na

lógica de um determinado contexto histórico. Mostrando que tudo obedece a um particular processo histórico preenchido por rupturas e continuidades com o passado.

⁶⁷ Para os românticos, a idealização estava próximo do adjetivo “romantizar” criado no contexto do movimento, que tinha como objetivo revelar aspectos não facilmente perceptíveis da realidade, mais elevados e misteriosos. Nas palavras do romântico alemão Novalis: “O mundo deve ser romantizado. Assim reencontraremos o sentido originário. Romantizar não é nada mais do que uma potencialização qualitativa. O si inferior, nessa operação, identifica-se com um si melhor. Assim, nós mesmos seríamos somente uma série qualitativa, de potências desse tipo. Essa operação é ainda totalmente desconhecida. Na medida em que dou ao comum um sentido elevado, ao habitual um aspecto misterioso, ao finito uma aparência infinita, ao conhecido a dignidade do desconhecido, eu o romantizo. Inversa é a operação para o mais-alto, o desconhecido, o místico, o infinito [...]”. NOVALIS apud BERMANN, Antoine. **A prova do estrangeiro: A cultura e tradução na Alemanha romântica: Herder, Goethe, Schlegel, Novalis, Humboldt, Scheiermacher, Holderlin**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2002, p. 140.

⁶⁸ “Isso, (...), está estreitamente ligado à temática histórica de Scott – não com uma virada em direção à história em geral, mas com a forma específica de sua temática histórica, com a escolha de períodos e camadas da sociedade em que são plasmadas a antiga atividade épica dos homens, o antigo aspecto

visão do crítico, era revelar o movimento histórico das coletividades, a existência material dos povos e dos “tipos sociais históricos”⁶⁹.

Walter Scott consegue esse efeito a partir da sua caracterização do “herói”, personagem central do romance que não se destaca por nenhum aspecto excepcional e apenas reproduz, em suas ações e reflexões, as “correntes sociais e potências históricas” (LUKÁCS, 2011, p. 50).

O “herói” do romance scottiano é sempre um *gentleman* inglês mediano, mais ou menos medíocre. Em geral, este possui certa inteligência prática, porém não excepcional, certa firmeza moral e honestidade que beiram o sacrifício, mas jamais alcançam o nível de uma paixão humana arrebatadora, de uma devoção entusiasmada a uma causa grandiosa. Não são só os Waverley, Osbaldiston etc. que encarnam esses representantes medianos, corretos e honestos da pequena nobreza inglesa, mas também Ivanhoé, o cavaleiro “romântico” da Idade Média. (LUKÁCS, 2011, p. 49)

No trecho acima, Lukács faz questão de colocar em destaque o personagem Ivanhoé, chamado por ele de “o cavaleiro romântico” da Idade Média, e enfatiza o caráter mediano do “herói”. Mas, a grande questão, é se de fato o cruzado Ivanhoé foi caracterizado como um simples herói “mediano” por Scott ou se carregava em suas atitudes aspectos excepcionais e diferenciados dos demais personagens do romance.

Como um dos principais estruturadores do romance histórico dentro do Romantismo, Walter Scott elaborou um projeto literário/cultural facilmente captado em seus inúmeros prefácios⁷⁰ e posfácios⁷¹, e cristalizado em suas narrativas.

épico do caráter diretamente social e espontaneamente público da vida. (...). Esse verdadeiro caráter épico da temática e da forma de figuração de Walter Scott está intimamente ligado ao caráter popular de sua arte, (...). “LUKÁCS, Gyorgy. *Idem*. p. 52.

⁶⁹ “Scott não possui a grandiosa e profunda dialética psicológica das personagens que caracterizam o romance do último grande período do desenvolvimento burguês. Também não alcança a altura a que chegou o romance burguês da segunda metade do século XVIII com Rousseau, Choderlos de Laclos e Goethe, com seu Werther. Púchkin e Manzoni, seus maiores sucessores no romance histórico, também o superaram largamente em profundidade e poesia das figuras humanas individuais. Mas a reviravolta que Walter Scott realiza na história da literatura universal é independente dessa estreiteza de horizonte humano-ficcional. A grandeza de Scott está em dar vida humana a tipos sociais históricos. Antes de Scott, os traços humanos típicos, em que se evidenciam as grandes correntes históricas, jamais haviam sido figurados com tal grandiosidade, univocidade e concisão. E, acima de tudo, jamais essa tendência da figuração havia sido trazida conscientemente para o centro da representação da realidade.” LUKÁCS, Gyorgy. *Ibidem*. p. 51.

O que fica evidente, ao longo dos prefácios, é uma reflexão consciente sobre o uso da história pela literatura. No discurso prefacial, o autor irá postular a possibilidade do conhecimento de um tempo vivido real no campo da ficção. (...). de fato, no caso dos prefácios de Walter Scott, existe a intenção de um projeto literário que pretende fundir história e ficção. O que percebemos é muito mais uma discussão sobre como elaborar tal entrecruzamento, ou seja, como construir uma narrativa em que elementos (realidade histórica e imaginação) até então considerados opostos serão seu pilar de sustentação. (FRATTINI, 2010, p. 28)

Walter Scott, como muitos autores do historicismo romântico, queria transmitir um vínculo afetivo e a importância do conhecimento histórico para seus leitores e revelar, através de descrições imaginativas e enredos cativantes, as possíveis relações que poderiam existir entre passado e presente. Seu romance histórico, além de ser um objeto de deleite, deveria cumprir uma missão didática e moral⁷².

⁷⁰ “ (...) Walter Scott somente assume a autoria de seus romances em 1827, quando decide publicar o conjunto de suas obras em uma edição intitulada ‘Magnum Opus’. As obras anteriores a essa data eram publicadas anonimamente e o autor assinava seus prefácios sob o nome de diferentes personagens. (...). Há, portanto, dois agrupamentos de prefácios: os prefácios originais, assinados pelas diferentes personagens – que a crítica designa como ‘personae’ – e os prefácios posteriores, que substituíram os originais, assinados como Walter Scott. (...). O tom do primeiro agrupamento é mais irônico enquanto o segundo é mais didático, preocupando-se mais em expor o material histórico do romance que introduzem.” FRATTINI, Paula Caldas. *Idem*. p. 26.

⁷¹ “O autor faz tanta questão que seu leitor leia os prefácios e compreenda a natureza da narrativa prestes a se iniciar que, se este ignorar a leitura prefacial, sua única e última solução é o posfácio. Fica evidente, portanto, uma preocupação ou a ‘intenção’ do discurso prefacial – digamos um tanto incomum para o texto literário – em compartilhar o conhecimento histórico com o leitor. (...). Percebemos que o texto (posfácio) ressalta a necessidade de se olhar para o passado, de observá-lo com cautela para que ele seja compreendido, pois as mudanças não são tão evidentes e gradativas. Sendo assim, somente o olhar atento é capaz de descortinar o conhecimento da nossa história.” FRATTINI, Paula Caldas. *Ibidem*. p. 32.

⁷² “Esta decida romântica às raízes foi uma opção global: o passado e os vestígios da cultura popular foram elevados a fontes inspiradoras de um movimento que, como em outros países (Alemanha, França, Espanha), visava, em última análise, nacionalizar as consciências. (...) se a aquisição de outros conhecimentos (jurídicos, científicos, técnicos, agrícolas, geográficos) era crucial para a modernização do país, os seus efeitos seriam civicamente nulos se não fossem sobredeterminados por uma nova consciência histórica capaz de alimentar o patriotismo, de fomentar o consenso e de conferir, a partir do passado, um sentido para o presente e para o futuro.” CATROGA, Fernando. “Alexandre Herculano e o Historicismo romântico.” In: CATROGA, Fernando; MENDES, José Maria Amado; TORGAL, Luís Reis. **História da História em Portugal (Sécs. XIX – XX)**. Coimbra: Temas e Debates Atividades Editoriais Lda, 1998, p. 48.

Mesmo existindo variações entre os autores do historicismo romântico em relação ao rigor investigativo das fontes históricas, um norte comum a esses autores, como Augustin Thierry e Alexandre Herculano, era mostrar como o conhecimento acerca do passado poderia ser aplicado no presente, na compreensão dos fenômenos sociais, políticos e econômicos.

Em determinado momento do prefácio de *Waverley*, de 1814, seu primeiro romance publicado, Walter Scott escreveu:

It was my accidental lot, though not born a Highlander (which may be an apology for much bad Gaelic), to reside during my childhood and youth among persons of the above description; and now, for the purpose of preserving some idea of the ancient manners of which I have witnessed the almost total extinction, I have embodied in imaginary scenes, and ascribed to fictitious characters, a part of the incidents which I then received from those who were actors in them. (SCOTT, 1978, p. 4)

No trecho acima, fica clara a intenção de Scott em transmitir ao leitor alguns aspectos dos costumes (características) dos antigos povos da Escócia, mesmo que para isso se utilize de artifícios imaginativos para preencher as lacunas existentes dentro das fontes utilizadas como referências⁷³.

Na sua intencionalidade de popularizar os diversos caracteres formadores do campo histórico, Scott através de sua ficção, como pontuou a pesquisadora Paula Frattini, estruturou recursos literários advindos da narrativa historiográfica, como a utilização de fontes históricas e a preocupação em resgatar uma perspectiva temporal entre passado e presente. Essa justaposição entre elementos ficcionais, preenchidos pelo talento imaginativo, e historiográficos definiu o modelo de romance histórico e o discurso historiográfico do historicismo romântico.

⁷³ “No entanto, para alcançar tal intento, precisa suplantar o vazio do que já se foi com ‘cenar imaginárias’, e investir as personagens fictícias com uma parcela de realidade, a qual lhe é transmitida pelo testemunho daqueles que vivenciaram os eventos transcorridos. O autor escocês sempre faz questão de evidenciar a natureza ficcional de sua narrativa, contudo, suas intenções fazem eco ao projeto de uma narrativa histórica, pois, às convenções romanescas alia procedimentos empregados no discurso historiográfico, como o emprego da fonte, a preocupação com a preservação de um conhecimento sobre o passado histórico, o estabelecimento de uma relação causal entre passado e presente, e a construção material desse tempo histórico”. FRATTINI, Paula Caldas. *Ibidem*. p. 33.

Apesar de carregar em sua ficção elementos do historicismo romântico⁷⁴, o crítico Gyorgy Lukács pontua, em sua análise sobre o romance histórico, o afastamento de Walter Scott das referências românticas. Esse hipotético rompimento se construiu, a partir da análise de Lukács, na estruturação que Scott fez dos seus “heróis e personagens medianos” e na caracterização histórica/ficcional das “forças sociais opostas”⁷⁵, reveladoras das “crises” na História⁷⁶.

A “autenticidade histórica”, apontada por Lukács, como um dos grandes diferenciais de Scott diante da prosa ficcional do período, nada mais é do que a busca do autor em reinterpretar o “espírito do povo” de uma determinada época e do esforço em situar as suas personagens nesse contexto escolhido. Efeito estético/histórico que vincula Walter Scott ao historicismo romântico europeu.

⁷⁴ O historicismo romântico, por exemplo, está presente na necessidade de situar as personagens dentro de seu determinado espaço histórico e revelar através do corpo textual, construído a partir da caracterização dos pequenos eventos do cotidiano, a existência desses homens de outrora. *“No romance histórico, portanto, não se trata de relatar contínuo dos grandes acontecimentos históricos, mas do despertar ficcional dos homens que os protagonizaram. Trata-se de figurar de modo vivo as motivações sociais e humanas a partir das quais os homens pensaram, sentiram e agiram de maneira precisa, retratando como isso ocorreu na realidade histórica. E é uma lei da figuração ficcional – lei que em um primeiro momento parece paradoxal, mas depois se mostra bastante óbvia – que, para evidenciar as motivações sociais e humanas da ação, os acontecimentos mais corriqueiros e superficiais, as mais miúdas relações, mesmo observadas superficialmente, são mais apropriadas que os grandes dramas monumentais da história mundial.”* LUKÁCS, Gyorgy. *Ibidem*. p. 60.

⁷⁵ *“A riqueza de cores e variações do mundo histórico de Walter Scott é consequência da multiplicidade dessas interações entre homens e a unidade do ser social, que, em toda essa riqueza, é o princípio dominante. Com isso, a questão da composição, (...), retorna sob uma nova luz: as grandes personagens históricas, os líderes das classes e dos partidos em luta são, do ponto de vista da trama, apenas coadjuvantes. Walter Scott não estiliza essas personagens, não as coloca em um pedestal romântico, mas retrata-as como pessoas dotadas de virtudes e fraquezas, de boas e más qualidades. (...) Em tais traços mostram-se de maneira muito clara a unidade em Walter Scott do espírito popular e a profunda compreensão da autenticidade histórica. Para ele, autenticidade histórica significa a singularidade temporalmente condicionada da vida psicológica, da moral, do heroísmo, da capacidade de sacrifício, da perseverança etc. É isso que, na autenticidade histórica de Walter Scott, é importante, imperecível, e marca época na história da literatura, e não o tão falado ‘colorido local’ das descrições, que é apenas um entre muitos recursos artísticos para figurar a questão principal e, por si só, jamais poderia despertar o espírito de uma época. Scott deixa que as grandes qualidades humanas, assim como os vícios e as limitações de seus heróis, brotem do solo histórico claramente figurado do ser. Ele nos familiariza com as peculiaridades históricas da vida psicológica de sua época não por meio da análise ou da explicação psicológica de seus conteúdos mentais, mas pela ampla figuração de seu ser, pela demonstração de como as ideias, sentimentos e modos de agir crescem a partir desse solo.”* LUKÁCS, Gyorgy. *Ibidem*. p.63 e 69.

⁷⁶ *“Walter Scott apresenta em seus romances as grandes crises da vida histórica. (...), em seus romances entram em choque potências sociais inimigas que visam destruir-se mutuamente. Como os representantes dessas potências são em geral partidários apaixonados de suas tendências, há o perigo de que a luta se torne apenas uma destruição externa, incapaz de despertar no leitor a compaixão e a empatia humanas. Aparece aqui a importância composicional do herói mediano. Scott escolhe sempre personagens que, por seu caráter e destino, põem em contato os dois lados do conflito. O destino que cabe ao herói mediano, que na grande crise de seu tempo não se alia a nenhuma das partes em conflito, pode fornecer facilmente, do ponto de vista da composição, esse elo.”* LUKÁCS, Gyorgy. *Ibidem*. p. 53.

O crítico húngaro ressalta no trabalho de Scott o fato de o autor cobrir as personalidades de suas personagens com virtudes e fraquezas, boas e más qualidades em sintonia com a “singularidade local”, desvinculando o autor da idealização cega dos românticos do período.

Lukács, dessa forma, numa análise problemática e ideológica da obra de Scott e do movimento romântico, diminui o caráter idealizado das personagens scottianas e a preocupação historicista do movimento romântico em definir características realistas à sua produção literária.

De forma oposta, o crítico Isaiah Berlin ressalta num breve trabalho sobre o Romantismo o teor romântico dos escritos de Scott, principalmente pelo fato desse autor destacar, positivamente, atitudes e costumes de outrora em relação ao período oitocentista.

Dessa forma, Scott rompeu com a ideia “progressista” de passado existente até então dentro dos estudos históricos e de uma visão historicista do passado e revela ao seu público leitor uma série de hipotéticos dados e informações históricas que mostram o quanto o homem oitocentista pode ter “perdido” em relação aos tempos de outrora.

Scott, porém, era um escritor romântico. (...). O ponto principal é que, ao pintar as imagens tão atraentes, deliciosas e hipnóticas dessas épocas, ele colocou ao lado de nossos valores – refiro-me aos valores de 1810, aos valores de 1820, aos valores de sua Escócia contemporânea, da Inglaterra ou da França contemporâneas, que eram o que eram, aos valores do início do século XIX -, ao lado desses valores, fossem o que fossem, (...), ele colocou outro conjunto de valores, igualmente bom, se não melhor, em concorrência com aqueles. Isso despedaçou o monopólio, despedaçou a possibilidade de que cada época é tão boa quanto pode ser e, na verdade, está avançando para outra época melhor ainda. (BERLIN, 2015, 203)

Podemos afirmar, com base nessas reflexões, que o modelo scottiano de romance propiciou vários caminhos interpretativos, entre eles o que colocava hipotéticos referenciais históricos como medida de julgamento de práticas e ações oitocentistas, e uma via aberta para a formação de toda uma literatura historicista, assentada no gênero do romance histórico.

Já é possível agora distinguir variedades diferentes do gênero que Walter Scott criara: uma variedade que aprecia só ou principalmente o aspecto pitoresco do passado; outra, que, por vários motivos, prefere o passado ao presente; mais outra, que se serve do passado para construir uma árvore genealógica de nobreza, para gente nova; uma quarta variedade, que pretende renovar moral e espiritualmente a nacionalidade, lembrando-lhe as grandezas do passado; e enfim a última, parecida, que pretende dar exemplos do passado para incentivar as lutas patrióticas atuais. (CARPEAUX, 2012, p. 96)

Dentre as inúmeras narrativas históricas de Walter Scott, escolhemos como referência de análise para o presente trabalho, o popular romance *Ivanhoé* (1819), ótimo exemplo de interpretação literária e histórica do período medieval feita pela literatura oitocentista. Na narrativa, conseguimos captar alguns importantes temas do universo scottiano, como a representação dos costumes medievais e a tradução estética dos ideais de uma hipotética cavalaria.

Ivanhoé, livro admirado por Herculano⁷⁷, tem como pano de fundo a Inglaterra sob o governo do príncipe João, regente de seu irmão, Ricardo Coração de Leão⁷⁸. Momento histórico problemático que é analisado por Scott logo no início do romance.

Nesse panorama, o autor privilegia dois elementos históricos que julga serem as principais forças de embate da Inglaterra do século XII, o poder desmedido da nobreza e as desavenças entre saxões e normandos, ambas agravadas pelo governo corrupto e inepto do príncipe João.

⁷⁷ “Não admira, pois, que um dos seus romances favoritos seja *Ivanhoé* (1819), classificando-o como ‘uma pintura da vida da Idade Média’ “. MELÃO, Dulce. “Medievalismo(s) a Duas Vozes: Acordes Românticos de Herculano e Ruskin”. *Imaginários Românticos/ Romantic Imaginative Realms*, p. 141 – 151, p. 143 (site: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5493.pdf>)

⁷⁸ “Quanto à data da nossa história, refere-se a um período de cerca do fim do reinado de Ricardo I, quando o seu regresso do longo cativeiro se tornou um acontecimento que os seus desesperados súditos - sujeitos, entrementes, a toda a espécie de opressões decorrentes do seu estado – mais desejavam que esperavam. Os nobres, cujo poder se tornara exorbitante durante o reinado de Stefano, e os quais a prudência de Enrique II não tinha senão reduzido a um certo grau de sujeição à coroa, haviam, então, readquirido, da maneira mais ampla, a sua antiga liberdade, e desprezavam a débil interferência do Conselho de Estado Inglês, fortificavam os seus castelos, aumentavam o número dos seus dependentes, e reduziam tudo que os cercava a um estado de vassalagem, procurando, por todos os meios, colocar-se à frente de forças que lhes permitissem destacar-se nas agitações nacionais que pareciam iminentes.” SCOTT, Walter. *Ivanhoé*. (Tradução de Brenno Silveira). São Paulo: Martins Editora, 1960, p. 25.

Dessa forma, Scott apresenta ao seu leitor uma interpretação de um determinado momento do passado inglês, definida logo nas primeiras páginas de seu romance⁷⁹. Leitura histórica que será corroborada com a presença de seus inúmeros personagens que têm como papel encarnar essas forças históricas.

O passado também é reavivado pelo romancista por meio de outros artifícios como a descrição de ambientes, costumes e crenças populares⁸⁰, a preocupação em registrar corretamente os termos históricos da época e fazer com que as personagens expressem opiniões e tenham atitudes coerentes com a visão de mundo do período retratado.

No *Ivanhoé*, temos grupos de personagens que, guiados por interesses pessoais, acabam revelando ao leitor elementos históricos distintos que traduzem a Inglaterra do período. Entre esses elementos destacamos as disputas entre povos de costumes diferentes, a problemática da centralização do poder e os ideais de cavalaria e da fidalguia.

O primeiro grupo de personagens é encabeçado por Cedric, nobre saxônio de relativo poder e influência, e muito zeloso pela preservação dos costumes de seus antepassados saxões. Sua principal motivação no romance é casar sua protegida Lady Rowena com o também nobre Athelstane de Coninsburgh, herdeiro dos últimos monarcas saxões.

A personagem de Cedric, ao lado de seu filho Wilfred de Ivanhoé, encarna todas as qualidades de uma suposta fidalguia saxã, como coragem, disposição guerreira e generosidade, mas, em muitos momentos da narrativa, é excessivamente impetuoso na defesa de seus ideais, cometendo algumas injustiças por causa de seu temperamento explosivo.

Cedric, visando à retomada dos tempos de glória da monarquia saxã, não aceita o amor do filho Ivanhoé por Lady Rowena, porque quer que sua protegida se case com o último representante dos monarcas saxões do passado, Althestane de Coninsburg. Dessa

⁷⁹ Estratégia também utilizada por Herculano em algumas de suas narrativas históricas, como por exemplo, no *Eurico, o Presbítero* e no *O Bobo*.

⁸⁰ A preocupação de Scott em ambientar suas narrativas dentro dum pretense universo medieval pode ser notada em muitos momentos do *Ivanhoé*, como no seguinte trecho destacado, onde o autor mescla eventos históricos, como a Guerra das Duas Rosas e elementos do imaginário medieval. “*Naquela região agradável da alegre Inglaterra que é banhada pelo rio Don, estendia-se, em época remota, uma grande floresta, cobrindo a maior parte das belas colinas e vales que jazem entre Sheffield e a aprazível localidade de Doncaster. Os restos dessa extensa floresta podem ainda ser vistos nas nobres paragens de Wentworth, em Warncliffe Park, e ao redor de Rotherdam. Lá aparecia, antigamente, o fabuloso Dragão de Wanthley; lá se travavam muitas das mais desesperadas batalhas, durante as Guerras Civis de Rosas! E lá também floresceram, em tempos distantes, aqueles bandos de proscritos galantes, cujas façanhas se tornaram tão populares nas canções inglesas.*” SCOTT, Walter. *Idem*. p. 25.

forma, com a união dos principais herdeiros da fidalguia saxã e com os frutos desse casamento, haveria uma possibilidade de retomada de poder por parte dos saxões na Inglaterra.

Curiosamente, a personagem de Athelstane⁸¹, ao contrário de Cedric, representa a decadência da linhagem nobre a que pertence, em seu comodismo aristocrata e falta de determinação. Talvez, a personagem seja representada dessa forma, para mostrar ao leitor a impossibilidade de reaver um momento histórico que passou, no caso da narrativa, os tempos de glória da monarquia saxã.

O protagonista da narrativa, o cavaleiro Wilfred de Ivanhoé, desempenha de forma exemplar sua função de herói provando, em muitos momentos da história, que está pronto a se sacrificar em prol de uma coletividade e honrar os ideais da cavalaria.

Ivanhoé deixa a casa de Cedric como sinal de respeito às decisões de seu pai de casar Lady Rowena com Athelstane, e, cumprindo seu dever de vassalo do rei Ricardo Coração de Leão, acompanha seu rei nas Cruzadas.

Quando retorna da Palestina, Ivanhoé se disfarça em duas ocasiões, a primeira como peregrino para poder participar de um banquete na casa de seu pai, e na segunda como o “Cavaleiro Deserdado” num torneio de armas, o *passo d’ármas*, promovido pelo príncipe João. O recurso do disfarce é utilizado por Scott como estratégia para manter o suspense do leitor ao longo da narrativa, mas também pode ser interpretado como exemplo da conduta virtuosa de Ivanhoé.

Quando chega disfarçado de peregrino na casa de seu pai, Ivanhoé recebe um tratamento equivalente a empregados e pessoas comuns, e mesmo assim, não demonstra nenhum tipo de atitude arrogante ou de desagrado por ter de se sentar ao lado de pessoas de condições sociais inferiores⁸².

⁸¹ “(...) *personagem que, pela sua descendência dos últimos monarcas saxônicos da Inglaterra, era tido no maior respeito por todos os saxônios nativos do norte do país. Mas, com o sangue dessa antiga raça real, Athelstane herdara muitas das suas irresoluções. De aparência agradável, estatura avultada e forte, Athelstane estava ainda no vigor dos anos, mas não tinha animação nas feições; o olhar mortiço, as sobrancelhas cerradas, de movimentos tardos e indolentes, era tão lento em suas resoluções, que a alcunha de um dos seus ancestrais lhe fora conferida, sendo geralmente chamado de Athelstane, o Irresoluto.*” SCOTT, Walter. **Ibidem**. p. 94.

⁸² “*Esses dois dignatários (o templário Brian de Bois-Guilbert e o prior Aymer da Abadia de Joraulx) eram seguidos dos respectivos servidores e, a uma distância mais respeitosa, vinha o homem que lhe servira de guia, cuja finura nada tinha de notável, além do seu traje usual de peregrino. Um manto grosseiro de sarja preta cobria-o inteiramente, e o seu feitio era um tanto semelhante ao dos hussardos modernos, com abas para proteger os braços. (...). Sandálias ordinárias, presas por correias aos pés nus; chapéus de abas largas, com conchas de caracol presas à copa, e um comprido varapau ferrado, em cuja extremidade superior havia um ramo de palmeira, completavam o vestuário do peregrino. Ele vinha, modestamente, atrás do último homem da comitiva que penetrou na sala e, observando que a mesa*

Já como “Cavaleiro Deserdado”, quer esconder sua identidade de “filho de Cedric” e mostrar aos nobres normandos o valor dos saxões como oponentes de armas e homenagear Lady Rowena com a vitória.

O talento no manejo das armas e a disposição guerreira de Ivanhoé, aliada ao espírito cortês e corajoso do cavaleiro, são enumerados inúmeras vezes na narrativa. Tanto as reminiscências de seus feitos na Palestina quanto as suas ações praticadas em solo inglês, revelam, ao leitor, um homem incomum, que se destacava dos demais por suas qualidades físicas e éticas.

A análise da personagem Ivanhoé fica muito mais interessante quando confrontada com a de outras personagens. Por exemplo, Cedric e Ivanhoé são ambos saxões e guerreiros corajosos, mas, enquanto o primeiro é relutante acerca do poder exercido pelo rei Ricardo Coração de Leão, o segundo aceita o rei como suserano e luta, ao seu lado, nas Cruzadas.

Ivanhoé, grande protagonista da narrativa, congrega em si elementos que indicam a mentalidade do período, como a crença no Cristianismo e nos ideais da cavalaria, mas também, e de maneira exemplar, funciona como arauto das mudanças históricas.

Walter Scott, como romancista e entusiasta do conhecimento histórico, formulou uma série de interpretações e construções históricas nas suas narrativas e que, muitas vezes, só se revelavam nas entrelinhas dos seus escritos.

Na interpretação de Scott a Inglaterra do período, governada pelo príncipe João, vivia um momento problemático de instabilidades políticas e sociais, e só a figura de um rei emblemático como Ricardo, conseguiria aplacar essas lutas e contentar a todos⁸³.

*mais baixa mal comportava a criadagem de Cedric e os que chegavam com os hóspedes, afastou-se para um banco próximo a uma das chaminés, e pareceu dedicar-se a enxugar a roupa, esperando que a saída de alguém fizesse vagar um lugar à mesa, ou que a hospitalidade do mordomo lhe fornecesse algum alimento no lugar que escolhera.” SCOTT, Walter. **Ibidem**. p. 54.*

⁸³ *“As condições da nação inglesa, eram, nessa época, bastante miseráveis. O Rei Ricardo estava ausente e prisioneiro, em poder do perverso e cruel Duque d’Áustria. Até mesmo o lugar do seu cativeiro era incerto, e a sua sorte pouco menos que desconhecida para a maioria dos seus súditos, os quais, durante esse tempo, permaneciam sujeitos a toda espécie de opressões subalternas. O príncipe João, ligado ao rei da França, inimigo mortal de Ricardo Coração-de-Leão, usava de toda a classe de influência, junto ao Duque d’Áustria, para prolongar o cativeiro do seu irmão Ricardo, a quem devia tantos favores. Enquanto isso, ia fortificando a sua própria facção no reino, (...). De caráter leviano, perverso e perverso, atraiu facilmente para o seu partido não só aqueles que tinham razão de temer o ressentimento de Ricardo pelos atos criminosos praticados durante a sua ausência, mas, também, a numerosa classe de homens dissolutos e perversos que voltavam das cruzadas, cheios de vícios do Oriente, empobrecidos de bens e corrompidos de caráter, que colocavam as suas esperanças de lucro num conflito civil.*

A essas causas de infortúnio público e de apreensão é necessário acrescentar a multidão de bandoleiros que, levados ao desespero pela opressão da nobreza feudal e pelo exercício cruel das leis da floresta, haviam-se reunido em grandes bandos e, conservando em seu poder as florestas e os lugares

A personagem Ivanhoé, mesmo que de forma inconsciente, consegue captar essa “necessidade” histórica e apoia o rei Ricardo para o bem da Inglaterra, atitude que não é comungada pela maioria dos saxões, entre eles, seu pai Cedric.

Ivanhoé, mesmo sendo um cavaleiro cruzado, trata com justiça e manifesta compaixão e agradecimento aos judeus, Isaac de York e sua filha Rebeca, por terem salvado sua vida, destoando do comportamento preconceituoso que as demais personagens cristãs da narrativa têm diante dos representantes do povo judeu⁸⁴.

Como exemplo dessa preocupação de Scott em retratar a mentalidade medieval, fantástica e, muitas vezes, preconceituosa, podemos citar a reação de Gurth, servo de Cedric e “escudeiro” de Ivanhoé, no contato com os judeus.

Entretanto, Gurth descera as escadas e, ao chegar a uma antecâmara escura, procurava com dificuldade encontrar a saída, quando um vulto vestido de branco, carregando uma pequena lâmpada de prata, o conduziu a um aposento lateral. Gurth sentiu alguma relutância em obedecer ao convite. Grosseiro e impetuoso como um javali, em que só se encontra a força animal, ele experimentava todos os terrores característicos dos saxônios, tratando-se de faunos, demônios das florestas, damas brancas, e todas as superstições trazidas pelos seus ancestrais das selvas da Alemanha. Lembrou-se, ademais, que estava na casa de um judeu, gente que, além das outras qualidades pouco amigáveis que o povo lhe atribuía, era tida

desertos, desafiavam a justiça e a magistratura do país. Os próprios nobres, fortificados nos seus castelos, exercendo o papel de pequenos soberanos em seus domínios, eram chefes de bandos não menos opressores e ilegais do que os dos depredadores declarados.” SCOTT, Walter. Ibidem. p. 85.

⁸⁴ Walter Scott traça um breve relato de como era vivenciado o preconceito religioso na época da sua narrativa: “(...) porque, com exceção talvez dos peixes-voadores, não havia raça alguma na terra, no mar ou nas águas, que fosse objeto por parte de todos, de tão ininterrupta e constante perseguição, como os judeus eram nessa época. Sob os mais ligeiros e irrazoáveis pretextos, bem como antes as acusações mais absurdas e infundadas, as suas pessoas e propriedades eram expostas a todos os caprichos da fúria popular, pois os normandos, saxônios, bretões e dinamarqueses, por mais adversas que essas raças fossem entre si, disputavam a primazia e a ferocidade para com esse povo, que eles supunham, baseando-se em suas próprias religiões, dever odiar, insultar, desprezar, saquear e perseguir. Os reis da raça normanda, e os seus nobres descendentes, que seguiam o seu exemplo em todos os atos de tirania, mantinham contra esse povo sacrificado a mais metódica, calculada e interesseira perseguição. É bastante conhecida a história do Rei João, que encarcerou, num dos seus castelos reais, um judeu muito rico e que, diariamente, fazia com que lhe arrancassem um dente, até que, finalmente, o desgraçado israelita, com as mandíbulas já quase inteiramente desguarnecidas, consentiu em pagar-lhe uma grande soma, que era o que o tirano extorquir-lhe.” SCOTT, Walter. Ibidem. p. 80.

como praticante da cabala e da nigromancia. (SCOTT, 1960, 126)

No *passo d'ármas* promovido pelo príncipe João, que ocupa na narrativa um bom número de capítulos, Scott tece longas descrições acerca dos costumes desses torneios medievais, momento ímpar do romance para revelar ao leitor o quanto Ivanhoé é um cavaleiro *sui generis*.

Nesse torneio, Ivanhoé, disfarçado de “Cavaleiro Deserdado”, combate vários adversários ao mesmo tempo, com audácia e respeitando todas as leis do torneio, além de revelar um incomum espírito cortês.

O gigantesco Testa-de-Boi, em armadura negra, foi o primeiro a apresentar-se na arena. Trazia pintada no escudo uma cabeça de touro preto, já meio apagada pelos numerosos recontros que sustentara, (...). O Cavaleiro Deserdado obteve sobre esse campeão ligeira mas decisiva vantagem. Ambos os contendores quebraram as lanças, mas Testa-de-Boi, que perdera um dos estribos no combate, foi julgado vencido.

No terceiro encontro, contra Felipe de Malvoisin, o desconhecido foi igualmente feliz. Atingiu o barão com um golpe tão violento no capacete, que as correias rebentaram e Malvoisin, que se deixou de cair devido a esse incidente, foi declarado vencido, como os seus companheiros.

No quarto combate, tendo Grantmesnil por adversário, o Cavaleiro Deserdado deu tantas provas de cortesia como até então havia dado de coragem e destreza. O cavalo de Grantmesnil, novo e fioso, empinou em meio da carreira, prejudicando o alvo do cavaleiro. O desconhecido, que poderia ter-se aproveitado desse incidente, levantou a sua lança passando pelo antagonista sem tocar-lhe. Depois, dando volta ao cavalo, voltou para o seu posto, mandando o arauto oferecer ao adversário a oportunidade de um segundo encontro.

Grantmesnil declinou do convite, declarando que se considerava vencido, tanto pela cortesia como pela destreza do seu antagonista. (SCOTT, 1960, 107)

O último grande feito de armas e exemplo de fidalguia de Ivanhoé ocorre no final do romance quando o valente cavaleiro, mesmo fraco e ainda em recuperação devido aos ferimentos sofridos no torneio de armas, defende a honra e a vida da judia Rebeca⁸⁵.

Rebeca, personagem cheia de encantos e enamorada de Ivanhoé, fora acusada de bruxaria por ter “seduzido” o templário Brian de Bois-Guilbert, que, na verdade, raptara a jovem junto com um enorme séquito de personagens, incluindo o próprio Ivanhoé, e que foram mantidos cativos no castelo de Reginaldo Testa-de-Boi.

Wilfred de Ivanhoé, mesmo apaixonado por Lady Rowena e correndo sério risco de perecer no duelo com o templário, luta para salvar Rebeca do fanatismo religioso dos templários e honrar sua dívida com aquela que curou seus ferimentos causados no torneio, potencializando, dessa forma, seu lugar no romance como “cavaleiro exemplar”.

Ao lado de Ivanhoé, outra personagem na narrativa chama a atenção do leitor, por sua valentia no *passo d'ármas* e pela destreza empregada na invasão do castelo de Reginaldo Testa-de-Boi, o misterioso cavaleiro de armadura negra, chamado ao longo da narrativa, de “Le Noir Faineant”.

O Cavaleiro Negro demonstra ser tão cativante quanto Ivanhoé não só pela sua destreza como cavaleiro, mas também pela facilidade como transita por grupos sociais distintos. Em suas andanças trava relações com o bando de desajustados liderados por Locksley, protagoniza uma cena bastante cômica ao lado do eremita de Copmanhurst e participa, ativamente, da invasão ao castelo de Reginaldo Testa-de-Boi.

As múltiplas relações que o Cavaleiro Negro estabelece na narrativa mostram a configuração de uma personagem com a capacidade de agregar nichos sociais distintos e apaziguar possíveis diferenças entre eles. Suas ações, que seguem antes de tudo sua

⁸⁵ A morte do templário Brian de Bois-Guilbert ocorre de forma misteriosa, já que no combate com Ivanhoé apenas leva um golpe de lança e cai da sela de seu cavalo. Entre as personagens presentes no momento do acontecimento, as razões da morte do templário são legadas à Providência e ao “julgamento de Deus”, mostrando que a judia era inocente da acusação de bruxaria. Sobre o acontecido, Ivanhoé mostra, mais uma vez, seu espírito cortês e sua fidalguia: “ – *Eu não o despojarei das suas armas – disse o cavaleiro de Ivanhoé – nem condenarei o seu cadáver à vergonha. Ele lutou pela Cristandade. Foi a mão de Deus e não um braço humano que o pôs hoje por terra. Mas desejo que o seu funeral seja sem pompa, como deve ser o de um homem que morreu por uma causa injusta.*” SCOTT, Walter. *Ibidem*. p. 467.

vontade, revelam um indivíduo generoso, corajoso e antes de tudo, zeloso na defesa dos mais fracos e injustiçados⁸⁶.

O Cavaleiro Negro, que havia mostrado até um pouco de desinteresse no *passo d'ármas*, ganhando por causa disso o apelido de “Le Noir Faineant”, combate com ímpeto e fúria no assalto ao castelo de Testa-de-Boi. Curiosamente, o local, descrito, em muitos momentos da narrativa com fortes tons góticos⁸⁷, acaba personalizando o poder desmedido exercido pelos nobres normandos.

Numa tentativa de justificar a necessidade de um poder apaziguador e agregador na Inglaterra de João Sem Terra e embasar historicamente sua tese, Scott interrompe sua narrativa e acrescenta:

E aqui não podemos deixar de julgar necessário dar aos leitores algumas provas mais positivas do que os incidentes de um simples romance, para justificar a triste descrição dos costumes que acabamos de narrar. É curioso pensar que esses valentes varões, cuja firme resistência à coroa assegurou a liberdade da Inglaterra, tenham sido também terríveis opressores, capazes de atentarem não só contra as leis do país, como também, contra as da natureza humana.

Mas basta-nos apenas ler uma das numerosas passagens das obras do hábil historiador Henry, por ele

⁸⁶ Numa carta enviada por Reginaldo Testa-de-Boi e Bois-Guilbert aos seus adversários, Scott mostra a distância que existia entre esses nobres, zelosos pela preservação de seus benefícios advindos do nascimento e da usurpação, e o Cavaleiro Negro, que defendia, por suas atitudes, a nobreza de ações e do espírito. “*Sir Reginaldo Testa-de-Boi e os nobres cavaleiros, seus aliados e companheiros, não recebem desafios das mãos de servos, escravos ou proscritos. Se a pessoa que se faz chamar Cavaleiro Negro tem realmente direito às honras da Cavalaria, deve muito bem saber que se degrada em companhia da gente que o cerca, e que não tem credenciais para pedir contas dos seus atos a homens da nossa hierquia.*” SCOTT, Walter. **Ibidem**. p. 250.

⁸⁷ O local é descrito como possuidor de várias passagens secretas, câmaras e porões sombrios, e carregado de uma atmosfera sinistra e perversa, resultado de anos de crimes e assassinatos. Citamos como exemplo desses “tons góticos” o local que Isaac, o judeu, foi aprisionado: “*O pobre judeu fôra brutalmente metido num cárcere sombrio e úmido, cujo assoalho ficava abaixo do nível do solo e, mesmo, do fosso que circundava o castelo. A única luz que lá penetrava o fazia através de duas frestas, muito além do alcance das mãos do prisioneiro. Essas aberturas, mesmo durante o dia, admitiam apenas uma claridade fosca e incerta, que se transformava em completa escuridão muito antes que o resto do castelo tivesse sido privado da bênção da luz do dia.*

Correntes e algemas de ferro, que tinham sido quinhão dos cativos anteriores, cuja tentativa de fuga se temia, achavam-se dependuradas, vazias e enferrujadas, nas paredes da prisão. Num dos anéis dessas correntes, viam-se dois ossos carcomidos, que pareciam ter pertencido a uma perna humana, como se o prisioneiro tivesse sido ali deixado não apenas até à morte, mas até se transformar em esqueleto.” SCOTT, Walter. **Ibidem**. p. 217.

coligidas de autores dessa época, para provar que a própria ficção dificilmente pode chegar à negra realidade dos horrores que então se verificavam.

A descrição feita pelo autor da *Crônica Saxônica* das crueldades praticadas, durante o reinado do Rei Stephen, pelos grandes barões e senhores feudais, que eram todos normandos, fornece uma prova convincente dos excessos de que eles eram capazes das suas paixões. (SCOTT, 1960, p. 232)

De acordo com Scott, a liberdade de ação dos nobres e senhores de terras garantiu a independência da Inglaterra contra tiranos e usurpadores do poder, mas o excesso dessa autonomia colocou em risco aquilo que chama de “leis do país” e da “natureza humana”.

Dessa forma, podemos deduzir que a Inglaterra sentia a ausência de um monarca com a capacidade de trazer equilíbrio a essa situação de “caos” político e social descritos no romance.

Para a nossa previsível surpresa, o misterioso Cavaleiro Negro da narrativa é Ricardo-Coração-de-Leão que voltou da Palestina, conseguiu fugir de seus algozes e, finalmente, retornou à Inglaterra para reassumir o trono. Ao lado dessa revelação temos outras, Scott coloca o rei da Inglaterra combatendo ao lado de Robin Hood (Locksley) e de seu bando, entre eles, frei Tuck (o eremita de Copmanhurst).

O autor, talvez de forma intencional, aproxima figuras lendárias da história da Inglaterra, como Robin Hood e frei Tuck, de personagens históricos, como Ricardo Coração-de-Leão e João Sem Terra, contribuindo, desse modo, para cristalizar leituras e julgamentos históricos.

Na narrativa, João Sem Terra é descrito como um líder ardiloso, covarde, cruel e incapaz de agremiar correligionários sinceros, já Ricardo assume uma posição heroica e muitas vezes, mesmo em sua impetuosidade, é visto como um indivíduo sincero em suas ações e abençoado pela Providência.

Durante a cena do cerco ao castelo de Testa-de-Boi, temos uma amostra de como Scott construiu seu rei “herói”, com base numa leitura idealizada e quase mítica dessa personagem histórica.

Rebeca, firme em sua resolução de zelar pela saúde e vida de Ivanhoé, permanece ao seu lado durante o ataque ao castelo em que estavam cativos e, observando duma janela o terrível cenário de combate, descreve, em pormenores, os muitos feitos do misterioso Cavaleiro Negro à Ivanhoé.

Num diálogo entre Rebeca e Wilfred de Ivanhoé, podemos notar o destaque e o alcance histórico que Scott quer dar ao seu rei Ricardo:

- Nada – respondeu a judia – Tudo em torno dele é negro como a asa de um corvo. Não vejo qualquer outro sinal exterior que possa revelar quem seja... Mas como já o vi demonstrar tanto vigor e tanta bravura no combate, creio que o reconheceria entre milhares de guerreiros. Corre para a peleja como se o tivessem convidado para um banquete. Há, nele, mais do que simples força: dir-se-ia que toda a sua alma e energia se concentram em cada golpe que desfecha contra os inimigos. Deus lhe perdoe o sangue que derramou! É terrível e, ao mesmo tempo, magnífico, ver o braço e o coração de um único homem triunfar de centenas de inimigos!

- Rebeca – disse Ivanhoé – tu acabas de descrever um herói. Espero que estejam apenas reparando as forças ou preparando-se para atravessar o fosso... Sob o comando de um chefe como o cavaleiro que me descreveste, não há hesitações nem receios paralisantes que os levem a abandonar tão corajosa empresa, pois as dificuldades que a tornam árdua são também gloriosas. Juro pela honra da minha família, e pelo nome da dama a quem dedico meu amor, que suportaria de bom grado dez anos de cativeiro para lutar, um dia que fosse, ao lado de um cavaleiro destemido como esse! (SCOTT, 1960, p. 298 – 299)

No trecho destacado, o rei Ricardo surge como porta-voz de um ideal de cavalaria construído por Scott e, posteriormente, continuado por seus discípulos, entre eles, Alexandre Herculano.

Ricardo, na interpretação de Scott, era rei, não por uma questão hereditária, mas por seus inúmeros atributos como cavaleiro. Foi dimensionado, na narrativa, como corajoso, justo, defensor dos desafortunados e, bom cristão. Alguém que deveria ser admirado pela sua valentia guerreira e capacidade de contagiar a todos com seu entusiasmo apaixonado pelo combate.

Ricardo-Coração-de-Leão não se incomoda em arriscar a vida em prol dos ideais de justiça e de fidalguia ligados à cavalaria, e, ao mesmo tempo, que luta para libertar pessoas inocentes, acaba combatendo os excessos da fragmentação de poder da Inglaterra do período.

Assim como Ricardo, o sacrifício da própria vida em prol dos outros ou de um ideal maior, talvez seja na narrativa, a atitude mais comungada pelas principais personagens. Ivanhoé, Rebeca, Cedric, lady Rowena e o bobo Wamba, todos, de alguma forma, se sacrificam ou colocam sua vida em risco em benefício de outros ou da defesa de um ideal.

Essa atitude, dentro do universo da Idade Média romantizada, tem papel fundamental em criar uma ideia de momento histórico único, no qual existia uma real identificação do indivíduo com os valores sociais do período. Dessa forma, o chamando “homem medieval” se sentia fazendo parte de uma grande comunidade e, sabia, muito bem, qual era o seu lugar e função nessa comunidade. A partir dessa ideia, não surpreende que Wamba, o bobo e servo de Cedric, na narrativa, aceite trocar de lugar com seu amo na prisão, arriscando a sua vida em prol da salvação do nobre saxão.

No romance, sentimos que essa espécie de “equilíbrio social”, uma das consequências dessa “unidade” estrutural do universo medieval romântico, foi um pouco abalada com o governo corrupto do príncipe João, que, por causa de suas ações fez com que a Inglaterra entrasse num momento de crise política e social. Assim, a figura “heroica” de Ricardo Coração de Leão, pelo menos na lógica interna do romance, seria essencial para retomar esse “equilíbrio” e “unidade” de outrora.

A maioria dos críticos, alicerçados muitas vezes pelo estudo de Lukács acerca do romance histórico e da narrativa scottiana, tendem a ressaltar que a preocupação de Scott em seus escritos gira em torno da revelação da História “enquanto processo” e da

defesa da “experiência de massas” nas mudanças sociais e políticas⁸⁸. Para isso, Scott se utilizaria da descrição de costumes de outrora e das dinâmicas do cotidiano para criar um quadro histórico convincente para seu público leitor.

Contudo, os críticos enfatizam a leitura problemática de Lukács a respeito dos protagonistas das narrativas de Scott. Essa interpretação defende o caráter “mediano e prosaico” das figuras centrais da obra scottiana⁸⁹ e, como visto no presente estudo, essa interpretação não se enquadra no romance *Ivanhoé*.

No caso do *Ivanhoé*, as personagens representam forças sociais decadentes ou em formação, como o exemplo de Cedric e Ivanhoé, e possuem um verdadeiro caráter heroico, como o rei Ricardo e Ivanhoé, indicadores de um modelo idealizado de cavalaria. Ambos, como demonstrado no presente estudo, possuem qualidades que os distinguem dos demais personagens, possuem grande vigor físico, coragem, valentia e integridade moral, ou seja, comungam dos códigos cavalheirescos idealizados pelo medievalismo romântico.

1.3 – A Idade Média de Victor Hugo: o sublime e o grotesco :

⁸⁸ Essa visão de Scott é corroborada com o advento do Romantismo e do romance como gênero literário, consequências das transformações paradigmáticas vivenciadas pela “dupla Revolução”, industrial e francesa. “*Tendo surgido no contexto da Revolução Industrial, da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas, o romance scottiano teve como fundamentos o romance social inglês do século XVIII, a historiografia romântica e a noção da história como experiência de massas, resultante da própria experiência da revolução.*” VASCONCELOS, Sandra Guardini. “Figurações do passado: O romance histórico em Walter Scott e José de Alencar.” **Terceira Margem**. Rio de Janeiro, Número 18, p. 15-37, janeiro-junho 2008, p. 19.

⁸⁹ A estudiosa Sandra Guardini Vasconcelos na comparação entre Scott e Alencar corrobora com a visão de Lukács acerca da “mediocridade” do herói scottiano e escreve: “*A ênfase na ação coletiva faz de Scott sistematicamente operar um esvaziamento do papel do herói, cuja atuação obedece a parâmetros de outra ordem, pois a ele cabe não só representar o processo histórico como mediar entre as forças sociais em oposição no romance. Para isso, Scott o concebe antes como um observador desinteressado do que como agente – uma espécie de “terreno neutro” onde se dá o encontro entre os campos sociais ou políticos em luta – e que, sintetizando as particularidades da época representada, funciona como o elo de ligação entre o plano individual e o geral.*

Alencar, ao contrário, infla seus heróis, atribui-lhes uma envergadura que os alça sobretudo à condição de personagens romanescas, superiores por sua força, coragem e integridade moral, em tudo e por tudo mais potentes que os comuns dos mortais, podendo ser quase abstraídos da conjuntura histórica em função dos atributos que os distinguem.” VASCONCELOS, Sandra Guardini. **Idem**. p. 23.

Um dos escritores românticos, seguidores desse modelo de romance construído por Scott e de seu projeto estético/histórico foi Victor Hugo⁹⁰. O autor francês é citado no trabalho paradigmático de Gyorgy Lukács sobre o romance histórico, numa comparação com Walter Scott.

Para Lukács, o romance histórico de Hugo é substancialmente diferente do romance de Scott por se afastar em alguns momentos desse formato realista defendido pelo autor escocês. Victor Hugo, como autor romântico, tem como intenção, nos seus romances históricos, criar algo que dialogue com a totalidade da criação literária, como o drama, a epopeia, o pitoresco e o poético.

A busca de Hugo por mesclar em sua obra o real com o ideal é vista por Lukács como algo que caracteriza a “práxis do romantismo”, também identificada com um “princípio de subjetivação e moralização da história”, intenções estéticas que se afastam da proposta inicial do romance histórico de Walter Scott.

Para todo conhecedor dos romances históricos de Victor Hugo, está claro que ele não apenas critica Scott, mas também lança um programa de sua própria atividade ficcional. Ao rejeitar “a prosa” de Scott, renuncia à única maneira verdadeira de se aproximar da grandeza épica, à figuração fidedigna das condições e movimentos do povo, das crises na vida do povo, fatores que contêm em si os elementos imanentes da grandeza épica. A “poetização” romântica da realidade histórica, ao contrário, é sempre um empobrecimento dessa poesia autêntica, específica, efetiva da vida histórica. Victor Hugo vai muito além, política e socialmente, das finalidades reacionárias de seus contemporâneos românticos. Mas conserva, com conteúdos modificados, seu subjetivismo moralizador. Também nele a história se transforma em uma série de lições morais para o presente. (LUKÁCS, 2011, p.101)

⁹⁰ “Intensa, mas efêmera, foi a repercussão na França: depois de ‘Cinq-Mars’ de Vigny, é ‘Notre-Dame de Paris’ de Victor Hugo, a obra-prima do scottismo pitoresco, ao passo que a descrição das lutas dos royalistas bretões contra a Revolução, em ‘Les Chouans’, de Balzac, é como se fosse um eco do torismo de Scott. Os franceses compreenderam, sobretudo, os aspectos pitorescos do gênero;” CARPEAUX, Otto Maria. **O romantismo por Carpeaux**. História da Literatura Ocidental; v.6. São Paulo: Leya, 2012, p. 92.

Nesse trecho selecionado da obra de Lukács, fica clara a sua preferência pelas soluções estéticas encontradas por Walter Scott nos seus romances históricos em detrimento daquelas defendidas por Victor Hugo. Afirma que a atividade ficcional de Scott possui uma “figuração fidedigna das condições e movimentos dos povos” e acusa Hugo de promover uma “poetização” romântica da realidade histórica.

Há, sem sombra de dúvida, como já apontado no presente trabalho, um julgamento problemático de Lukács em relação aos romances de Scott. O autor escocês, mesmo possuindo uma preocupação realista em definir os valores e a cultura material de um determinado período histórico, acabou promovendo uma particular construção histórica do passado nutrida por sua imaginação e talento.

Da mesma forma, Victor Hugo na elaboração de seu romance *Notre-Dame de Paris*, se preocupou em alavancar dados históricos para ajudá-lo na construção de sua Paris do século XV, poética e sombria⁹¹.

O romance histórico de Hugo, cheio de referências góticas e preocupado em referenciar historicamente e de forma “realista” seus enredos, assim como o romance de Scott, serviu perfeitamente às intenções reformuladoras do historicismo romântico europeu.

As referências góticas do romance histórico de Hugo, de certa forma, foram esmiuçadas já em 1827, ano da publicação do drama *Cromwell* e do seu extenso prefácio.

Nesse prefácio, Victor Hugo transfere para a criação dramaturgica o ideário estético do movimento romântico, enfatizando a importância da mistura de gêneros e a rejeição das regras dentro do processo de criação artística. Devido ao seu tom libertário e, em muitos momentos panfletário, esse prefácio, ao longo dos anos, acabou se tornando um importante manifesto para o romantismo francês e para os seguidores literários de Hugo, espalhados por toda a Europa.

⁹¹ “Não cabe acrescentar, ou acrescentar muito, ao estudo das fontes históricas de “Notre-Dame de Paris”: às pesquisas antigas, entre as quais se destacam as de E. Huguet, ou às recentes. “Les Mémoires de Commynes” [Memórias de Commynes], “Le Théâtre des antiquités de Paris” [O teatro das antiguidades de Paris] de Du Breul, publicado em 1612, a “Histoire de Louis XI Roi de France” [História de Luís XI Rei da França], de Pierre Mathieu, publicada em 1610, a “Histoire et recherches des antiquités de La Ville de Paris” [História e pesquisas das antiguidades da cidade de Paris], de Sauval, publicada em 1724: esses livros, sobretudo os de Du Breul e Sauval – aos quais cabe acrescentar a “Chronique scandaleuse” [Crônica escandalosa] de Jean de Roye, que Victor Hugo chama Jean de Troye, constituem o essencial da ciência histórica de nosso romancista”. CHEVALIER, Louis. “Prefácio”. In: HUGO, Victor. **Notre-Dame de Paris – 1482**. 1ª edição de 1831. Tradução de Ana de Alencar e Marcelo Diniz. São Paulo: Estação Liberdade, 2011, p. 13.

Influenciado pelas ideias de Herder expostas, principalmente, no trabalho *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade*, e do pré-romantismo europeu, que chegaram até Hugo por meio do trabalho de divulgação da Mme. De Stael, o autor francês inicia o seu prefácio defendendo a ideia de que a humanidade é fruto de um longo processo de desenvolvimento orgânico. O gênero humano, ao passar por uma série de etapas de transformação⁹², acabou manifestando um “espírito” diferente e determinado por cada etapa, sendo que esse “espírito” foi refletido nas tendências poéticas e estéticas de cada sociedade.

Para Victor Hugo a humanidade passou por três grandes etapas históricas, três momentos distintos que formavam um todo orgânico em suas instituições e representações culturais. Essas etapas históricas vivenciadas pelo homem foram chamadas por ele de “idades do mundo”, compreendendo os “tempos primitivos”, os “tempos antigos” e os “tempos modernos”.

Na sua interpretação da História da humanidade, Hugo caracterizou os “tempos primitivos” como sendo o período de nascimento da poesia, que é vista como sinônimo de adoração da criação divina. O homem vive uma época marcada pelo forte sentimento de comunidade e de intensa integração com a natureza, numa existência tranquila e respeitadora da ordem natural do mundo⁹³. Praticamente uma “idade de ouro” da humanidade.

Com o desenvolvimento material da sociedade humana, surgem os conflitos territoriais, os problemas sociais e as relações humanas se tornam mais complexas. O homem começa um processo de distanciamento da ordem natural e adquire uma visão de mundo diferente da humanidade dos tempos anteriores. O “espírito” comunitário é abandonado por uma necessidade de organização social institucionalizada que valoriza os desejos de glória, de distinção e de poder político e material.

⁹² “Partamos de um fato: a mesma natureza de civilização, ou, para empregar expressão mais precisa, ainda que mais extensa, a mesma sociedade não ocupou sempre a terra. O gênero humano no seu conjunto, cresceu, desenvolveu-se, amadureceu como qualquer de nós. Foi criança, foi homem; assistimos-lhe agora a imponente velhice.” HUGO, Victor. **Do grotesco e do sublime** (Tradução do prefácio de Cromwell). Tradução e notas de Célia Berrettini. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 16.

⁹³ “Nos tempos primitivos, quando o homem desperta num mundo que acaba de nascer, a poesia desperta com ele. Em presença das maravilhas que o ofuscam e o embriagam, sua primeira palavra não é senão um hino. Ele toca ainda de tão perto a Deus que todas as suas meditações são êxtases, todos os seus sonhos, visões. Expande-se, canta como respira. Sua lira tem somente três cordas: Deus, a alma, a criação; mas este triplo mistério envolve tudo, mas esta tripla ideia compreende tudo. (...). Tudo pertence a cada um e a todos. A sociedade é uma comunidade. Nada incomoda o homem. (...). Seu pensamento, como sua vida, assemelha-se à nuvem que troca de forma e de caminho, segundo o vento que o impele. Eis o primeiro homem, eis o primeiro poeta. É jovem, é lírico. A prece é toda a sua religião: a ode é toda a sua poesia.” HUGO, Victor. **Idem**. 2014, p. 17.

Para Victor Hugo, esse momento particular dos grandes impérios e dos poderosos Estados, foi eternizado no surgimento da poesia épica de autores como Homero⁹⁴ e no próprio teatro grego, apontado por Hugo como dependente desse “espírito” grandioso e espetacular da epopeia⁹⁵.

O “espírito” épico chega ao fim juntamente com a decadência dos grandes impérios e estados. Uma nova sociedade, aos poucos, vai se moldando com os escombros da anterior, abrindo lugar para uma nova mentalidade e, por conseguinte, uma nova religião.

Os “tempos modernos” são apresentados por Hugo como o momento de surgimento do cristianismo, a religião que irá destruir o paganismo, que irá introduzir novas bases morais e éticas e, finalmente, unir os povos numa mensagem universal de fraternidade e renovação.

Era tempo. Nova era vai começar para o mundo e para a poesia. Uma religião espiritualista, que supera o paganismo material e exterior, desliza no coração da sociedade antiga, mata-a, e neste cadáver de uma civilização decrépita deposita o germe da civilização moderna. Esta religião é completa, porque é verdadeira; entre seu dogma e seu culto, ela cimenta profundamente a moral. E de início, como primeiras verdades, ensina ao homem que ele tem duas vidas que deve viver, uma passageira, a outra imortal; uma da terra, a outra do céu. Mostra-lhe que ele é duplo como seu destino, que há nele um animal e uma inteligência, uma alma e um corpo; em uma palavra, que ele é o ponto de intersecção, o anel comum das duas cadeias de seres que abraçam a criação, da série dos seres materiais e da série dos seres incorpóreos, a primeira, partindo

⁹⁴ “No entanto as nações começam a ficar demasiado comprimidas no globo. Elas se incomodam e se ferem; daí os choques de impérios, a guerra. Elas se ultrapassam, umas sobre as outras; daí as migrações de povos, as viagens. A poesia reflete estes grandes acontecimentos; das ideias ela passa às coisas. Canta os séculos, os povos, os impérios. Torna-se épica, gera Homero.” HUGO, Victor. **Ibidem**. 2014. p. 18.

⁹⁵ “Mas é sobretudo na tragédia antiga que a epopeia sobressai por toda a parte. Ela sobre ao palco grego sem nada perder, de alguma forma, de suas proporções gigantescas e desmedidas. Suas personagens são ainda heróis, semideuses, deuses; suas molas, sonhos, oráculos, fatalidades; seus quadros, enumerações, funerais, combates. O que cantavam os rapsodos, declamam-nos os atores, eis tudo.” HUGO, Victor. **Ibidem**. p. 19.

da pedra para chegar ao homem, a segunda, partindo do homem para acabar em Deus. (HUGO, 2014, p. 21 e 22)

Para Hugo, o cristianismo, como baluarte da verdade, conduziu o homem a um novo entendimento de mundo, abriu os seus olhos diante da complexidade da vida e do gênero humano, fez com que ele enxergasse com mais facilidade a dualidade que compõe a sua existência.

Diante da constatação dessa ampliação da problemática da realidade e da condição humana, a criação artística, nas palavras de Hugo, deveria reproduzir esse embate entre o lado corpóreo e o lado espiritual do homem, revelando a luz e a sombra existentes dentro das ações e reflexões humanas⁹⁶.

A partir dessas elucubrações, Hugo constrói, gradualmente, ao longo do texto, sua análise sobre a ideia do grotesco, com base tanto no caráter externo relacionado à palavra, representado no seu lado cômico-burlesco e monstruoso⁹⁷, quanto no poder que o grotesco exerce como polo oposto ao conceito de sublime⁹⁸.

Como já foi apontado pelo crítico Wolfgang Kayser, nesse jogo dialético exercido entre o grotesco e o sublime, Victor Hugo acaba potencializando os efeitos estéticos dos dois conceitos⁹⁹, numa tentativa de revelar todas as faces que uma criação artística deveria possuir. Dessa forma, para Victor Hugo: “(...)o objetivo propriamente dito da

⁹⁶ “O cristianismo conduz a poesia à verdade. Como ele, a musa moderna verá as coisas com um olhar mais elevado e mais amplo. Sentirá que tudo na criação não é humanamente belo, que o feio existe ao lado do belo, o disforme perto do gracioso, o grotesco no reverso do sublime, o mal com o bem, a sombra com a luz.” HUGO, Victor. *Ibidem*. p. 26.

⁹⁷ “No pensamento dos Modernos, (...), o grotesco tem um papel imenso. Aí está por toda a parte; de um lado, cria o disforme e o horrível; do outro, o cômico e o bufo. (...) É ele que semeia, a mancheias, no ar, na água, na terra, no fogo, estas miríades de seres intermediários que encontramos bem vivos nas tradições populares da Idade Média; é ele que faz girar na sombra a ronda pavorosa do sabá, ele ainda que dá a Satã os cornos, os pés de bode, as asas de morcego. É ele, sempre ele, que ora lança no inferno cristão estas horrendas figuras que evocará o áspero gênio de Dante e de Milton, ora o povoa com estas formas ridículas no meio das quais se divertirá Callot, o Michelangelo burlesco.” HUGO, Victor. *Ibidem*. p; 30 e 31.

⁹⁸ “Mas, para Victor Hugo, os aspectos do grotesco não se esgotam com o cômico-burlesco e o monstruoso-horroroso. Ele o aproxima do feio que, frente à unicidade do belo, teria mil variantes. (...). abandona o modo de conceber que só vê a forma externa e passa a enxergar as coisas em suas relações. Ele vai mesmo, imediatamente, além do grotesco como um todo e o concebe como função em uma totalidade maior. Torna-o pólo de uma tensão, em que o sublime (le sublime) é constituído em pólo oposto. (...)” KAYSER, Wolfgang. *O grotesco* (configuração na pintura e na literatura). Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2013, p. 60.

⁹⁹ “É somente na qualidade de pólo oposto do sublime que o grotesco desvela toda sua profundidade. Pois, assim como o sublime – à diferença do belo – dirige o nosso olhar para um mundo mais elevado, sobre-humano, do mesmo modo abre-se no ridículo-disforme e no monstruoso-horrível do grotesco um mundo desumano do noturno e abismal.” KAYSER, Wolfgang. *Idem*. p. 60.

arte reside na união harmoniosa de ambos, em favor da beleza” (KAYSER, 2013, p. 60).

A busca pela representação da complexidade da condição humana e a preocupação em mostrar a unidade artística exercida na relação entre o grotesco e o sublime revelam a influência que o pré-romantismo alemão e inglês e o culto de Shakespeare exerceram nas reflexões artísticas de Hugo.

Como representante de uma literatura permeada pela tradição gótica, Victor Hugo conseguiu, principalmente, no seu romance histórico, *Notre-Dame de Paris*, unir os temas medievais das narrativas pré-românticas e scottianas com uma singular reflexão sobre as possibilidades de representação do belo, ampliando, ainda mais, os caminhos estéticos do gótico romântico.

O sublime sobre o sublime dificilmente produz um contraste, e tem-se necessidade de descansar de tudo, até do belo. Parece, ao contrário, que o grotesco é um tempo de parada, um termo de comparação, um ponto de partida, de onde nos elevamos para o belo com uma percepção mais fresca e mais excitada. A salamandra faz sobressair a Ondina; o gnomo embeleza o silfo. E seria também exato dizermos que o contato do disforme deu ao sublime moderno alguma coisa de mais puro, de maior, de mais sublime enfim que o belo antigo; e deve ser isso. (...). Se o Elísio homérico está muito longe deste encanto etéreo, desta angélica suavidade do paraíso de Milton é que sob o éden há um inferno muito mais horrível que o Tártaro pagão. (HUGO, 2014, p. 34)

O *Notre-Dame de Paris* de Hugo, publicado em 1831, trata da paixão avassaladora, e não correspondida, do padre Claude Frollo, arqui-diácono da Catedral de Notre-Dame, por La Esmeralda, misteriosa dançarina das ruas de Paris. Além de Claude Frollo, Quasímodo, o sineiro de Notre-Dame, e o soldado Phoebus, também gravitam em torno dos encantos da jovem.

O perfil de Claude Frollo só aparece no segundo capítulo do livro quatro do romance, e ficamos sabendo, de acordo com Hugo, por que o arqui-diácono de Notre-Dame não era uma “personagem qualquer”. Desde a infância, o nosso protagonista se

viu diante das obrigações de uma futura e inevitável vida eclesiástica, que o aproximaram dos livros e da erudição científica da época¹⁰⁰.

A morte prematura dos pais fez com que Claude Frollo, aos dezenove anos de idade, assumisse a guarda de seu irmão mais novo, Jehan, na época um bebê, fato que fez com que nosso personagem despertasse para uma nova vida.

Essa afeição se desenvolveu de forma singular. Em uma alma tão nova, era como um primeiro amor. Separado de seus pais desde a infância, mal os conhecera, enclausurado e murado em seus livros, sobretudo ávido de estudar e de aprender, atento apenas, até então, à sua inteligência, que se expandia com a ciência, à sua imaginação, que crescia com as letras, o pobre estudante não tivera ainda tempo de sentir o lugar de seu coração. Esse irmão mais novo, sem pai nem mãe, essa pequena criança, que lhe caía bruscamente do céu sobre seus braços, fez dele um homem novo. Percebeu que havia outra coisa no mundo além das especulações da Sorbonne e os versos de Homerus, que o homem tinha necessidade de afeições, que a vida sem ternura e sem amor era um mecanismo seco, barulhento e dilacerante. Imaginava somente, pois ele se encontrava na idade em que as ilusões apenas se convertem em ilusões, em que as afeições de sangue e de família eram as únicas necessárias e que um irmão mais novo bastava-lhe para preencher toda uma existência. (HUGO, 2011, p. 186)

O solitário Claude Frollo, apaixonado pelos livros e pelo saber, desenvolve um novo afeto e uma nova paixão na vida, cuidar de seu irmão mais novo, ser seu mestre e guia. Contudo, Jehan nunca será uma verdadeira companhia, pois com o passar do tempo se

¹⁰⁰ “Digerido o Decreto, lançou-se sobre a medicina e sobre as artes liberais. Estudou a ciência das ervas, a ciência dos unguentos. Tornou-se especialista em febres e contusões, em feridas e abscessos. [...]. Percorreu também todos os graus de licença, mestrado e doutorados das artes. Estudou latim, grego e hebraico, triplo santuário então bem pouco frequentado. Tinha uma terrível febre de adquirir e entesourar tudo o que era relativo à ciência. Com dezoito anos, concluíra quatro faculdades. Parecia que o jovem tinha uma única meta na vida: saber”. HUGO, Victor. **Notre-Dame de Paris – 1482**. 1ª edição de 1831. Tradução de Ana de Alencar e Marcelo Diniz. São Paulo: Estação Liberdade, 2011, p. 184.

torna preguiçoso, mau estudante e libertino. A personalidade de ambos era diferente e acabam se tornando estranhos um para o outro.

Mas, Claude Frollo vivia com alguém muito parecido com ele em Notre-Dame, um órfão que foi abandonado ao lado da imagem da Virgem Maria e criado por Frollo no isolamento da Catedral. Quasímodo, coxo, caolho e corcunda, cresceu na solidão de Notre-Dame e, da mesma forma que seu “pai adotivo”, impossibilitado de receber afeto e carinho de uma mulher.

A Catedral enclausurava, dentro de seus muros, dois seres proscritos da sociedade, um pela sua feiura e o outro pelo compromisso do celibato. O padre Claude Frollo e o corcunda Quasímodo fazem de Notre-Dame seu universo, onde se tornam parte integrante da construção, que oferece poucas aberturas para exíguos raios de luz e alegria¹⁰¹.

Desde seus primeiros passos entre os homens, ele (Quasímodo) (...) se viu, vaiado, difamado, repellido. A palavra humana para ele era sempre uma ralharia ou uma maldição. Crescendo, encontrava apenas a raiva ao seu redor. Ele a contraiu. Adquiriu a maldade geral. Armou-se com a arma que o feriam.

Depois de tudo, ele voltava sua face para os homens apenas com pesar. Sua catedral lhe bastava. Era povoada de figuras de mármore, reis, santos, bispos, que não se rebentavam de rir à sua presença e tinham por ele apenas um olhar tranquilo e benevolente. As outras estátuas,

¹⁰¹ “Também é certo que o arqui-diácono tomava-se por uma paixão singular pelo portal simbólico de Notre-Dame, essa página ilegível escrita em pedra pelo bispo Guillaume de Paris, o qual foi condenado, sem dúvida alguma, por ter acrescentado um tão infernal frontispício ao santo poema que canta eternamente o resto do edifício. (...). Mas o que todo mundo podia observar eram as intermináveis horas que, com frequência, ficava sentado no parapeito do adro contemplando as esculturas do portal, examinando ora as virgens loucas com suas lâmpadas invertidas, ora as virgens sábias com suas lâmpadas direitas; outras vezes calculava o ângulo do olhar do corvo agarrado ao portal da esquerda, que mirava um ponto misterioso na igreja, onde, com certeza, está escondida a pedra filosofal, caso não esteja na cava de Nicolas Flamel. Diga-se de passagem, era um destino singular da igreja Notre-Dame, nessa época, ser amada assim, em dois graus diferentes e com tanta devoção, por seres tão diferentes quanto Claude e Quasímodo; amada por um, espécie de meio-homem, instintivo e selvagem, por sua beleza, por sua estatura, pelas harmonias que emanam de seu magnífico conjunto; amada por outro, imaginação sábia e apaixonada, por sua significação, por seu mito, pelo sentido que encerra, pelo símbolo disperso sob as esculturas de sua fachada, como o primeiro texto sob o segundo num palimpsesto. Em uma só palavra, pelo enigma que ela propõe eternamente à inteligência.” HUGO. *Idem*. 2011, p. 200.

aquelas de monstros e dos demônios, não tinham raiva dele. Quasímodo se parecia muito com elas. Elas ralhavam, sobretudo, com os outros homens. Os santos eram seus amigos e velavam por ele; os monstros eram seus amigos e o protegiam. Assim, tinha ele grande efusão com eles. Assim, passava horas acorado diante de uma dessas estátuas conversando solitariamente com ela. Se alguém o flagrasse, fugia como um amante surpreendido em sua serenata. (...). O que mais amava no prédio maternal, o que excitava sua alma e lhe fazia abrir suas pobres asas, que recolhia tão miseravelmente fechadas em sua caverna, o que o tornava por vezes feliz eram os sinos. Amava-os, acariciava-os, falava-lhes, compreendia-os. Ele tinha ternura por todos, desde o carrilhão da agulha do cruzeiro até o largo sino do portal. O sino do cruzeiro, os das duas torres, eram-lhe três grandes viveiros, cujos pássaros, ensinados por ele, cantavam apenas para ele. Foram, no entanto, esses mesmos sinos que o tornaram surdo; mas as mães amam ainda mais o filho que mais as fazem sofrer. (HUGO, 2011, p. 192)

Notre-Dame, a imponente Catedral, era misteriosa e enigmática como seus adoradores, Claude e Quasímodo. Victor Hugo cria uma sombria personagem, aterrorizante em seus labirintos de pedra e anunciadora de uma atmosfera de fatalidade, deformando o monumento real em prol de seus objetivos estéticos do sublime e do grotesco¹⁰².

Num contraste com a ensolarada e movimentada Paris, a Notre-Dame de Hugo surge, inicialmente, como um belo monumento integrado à paisagem da cidade, mas no

¹⁰² “Seguir o advento e a marcha do grotesco na era moderna é um estudo curioso. É de início uma invasão, uma irrupção, um transbordamento; é uma torrente que rompeu seu dique. (...) Imprime sobretudo seu caráter a esta maravilhosa arquitetura que, na Idade Média, ocupa o lugar de todas as artes. Prende seu estigma na fachada das catedrais, emoldura seus infernos e seus purgatórios sob a ogiva dos portais, fá-los flamejar nos vitrais, desenrola seus monstros, seus cães de fila, seus demônios ao redor dos capitéis, ao longo dos frisos, nas bordas dos telhados. Estende-se sob inúmeras formas na fachada de madeira das casas, na fachada de pedra dos castelos, na fachada de mármore dos palácios.” HUGO, Victor. **Do grotesco e do sublime** (Tradução do prefácio de Cromwell). Tradução e notas de Célia Berrettini. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 36 – 38.

final da descrição, a rosácea da Catedral é comparada a um olho de ciclope, monstro mítico devorador de homens.

Era um desses dias doces e belos de primavera, em que toda Paris resplendia nas praças e nos passeios, nas festas e nos domingos. Nesses dias de claridade, calor e serenidade, é necessário, sobretudo em uma certa hora, admirar o portal da Notre-Dame. É o monumento em que o sol, já inclinado na direção do poente, olha quase de frente a catedral. Seus raios, mais e mais horizontais, retiram-se lentamente do pavimento da praça e sobem ao longo da fachada até o pico, de que ressaltam as mil esculturas em relevo sobre sua sombra, enquanto que a grande rosácea central flameja, como um olho de ciclope inflamado, com as reverberações da forja. (HUGO, 2011, p. 279)

De acordo com Louis Chevalier, Notre-Dame nunca foi vista pelos seus cronistas como “aterrorizante”, adjetivo incorporado por Hugo no imaginário em torno de sua reinvenção da famosa Catedral¹⁰³. O terror que encobre a atmosfera de Notre-Dame acaba encontrando eco nos destinos de todos aqueles que procuram refúgio entre seus muros, como Frollo, Quasímodo e La Esmeralda, personagens que perecem no final do romance, enquanto a sombria Catedral permanece como testemunha das paixões desmedidas dos homens.

A heroína do romance é a dançarina cigana La Esmeralda, espécie de “mulher fatal” que encarna, em toda a sua potencialidade, a beleza feminina. Com seus encantos, atrai o olhar devotado dos homens e a inveja das mulheres, ora representa a inocência e a

¹⁰³ “Tal como é em si mesma e tal como é descrita ao longo dos séculos, a catedral é majestosa, grandiosa, imensa, mas nunca aterrorizante. Torna-se assim com Victor Hugo. (...). Nada há nela que não se torne horrível. A rosácea, que para a Idade Média canta o paraíso, torna-se turbilhão infernal. O monstruoso Quasímodo a encarna; ela é sua alma, a menos que ele seja a dela; a partir da morte de Quasímodo, ela é “como um crânio onde há ainda as cavidades dos olhos, porém não mais o olhar” “. CHEVALIER. *Idem*. p. 19

bondade, ora encarna o desejo carnal, possuindo um lado angelical e outro demoníaco¹⁰⁴.

O celibatário Claude Frollo não consegue resistir aos encantos da bela cigana e será vítima da irresistível paixão que sente pela “mulher fatal”. De forma obsessiva, o arquidiácono persegue a jovem, tenta um frustrado sequestro e só encontra desprezo e repulsa por parte de La Esmeralda.

O desejo incontrollável de possuir a dançarina só cresce ainda mais quanto Claude fica sabendo da paixão que La Esmeralda sente pelo soldado Phoebus. A partir desse momento, todo o amor acumulado pelo arquidiácono se transforma no mais arrebatador desejo de vingança.

Claude Frollo, louco de ciúmes e vingança, consegue promover um encontro entre La Esmeralda e seu amante Phoebus, e de forma anônima, conduz o galante soldado até a jovem cigana que o espera num local secreto. Finalmente a sós, mas observados pelo padre¹⁰⁵, os amantes conduzem a narrativa a um momento de grande tensão sexual, que é bruscamente interrompido com o surgimento de um vulto que ataca Phoebeus com um punhal .

La Esmeralda é presa sob a acusação de ter assassinado o soldado Phoebus, como queria Claude, o verdadeiro criminoso. Uma cigana, que perambula pelas ruas de Paris

¹⁰⁴ Uma das personagens do romance, o poeta, filósofo e teatrólogo Pierre Gringoire, caminhando pelas ruas de Paris se depara com um grupo se aquecendo na fogueira e vê La Esmeralda. Todo o lado angelical e demoníaco da bela cigana consegue ser traduzido em palavras: “Num vasto espaço deixado livre entre a multidão e a fogueira, uma jovem dançava. Essa jovem era um ser humano, ou uma fada, ou um anjo, era o que Gringoire, filósofo tão cético, poeta tão irônico que era, não pode decidir no primeiro momento, pois estava bastante fascinado com essa deslumbrante visão. Ela não era alta, mas parecia, tanto seu fino talhe se lançava ousadamente. Era morena, mas se adivinhava que um dia sua pele teve esse belo reflexo dourado das andaluzas e das romanas. Seu pequeno pé também era andaluz, pois, bem ajustado, estava a gosto no gracioso sapato. Dançava, volteava, turbilhonava num velho tapete da Pérsia jogado negligentemente sob seus pés; e, cada vez que volteava, sua radiante figura passava diante de nós e seus grandes olhos negros lançavam-nos um clarão. Ao seu redor, todos os olhares estavam fixos e todas as bocas, abertas; de fato, enquanto ela dançava ao soar do pandeiro que seus braços torneados e claros elevavam acima de sua cabeça, delgada, frágil e viva como uma vespa, com seu corpete dourado sem dobras, o vestido multicolor que se enfunava, com suas costas nuas, suas pernas finas, que sua saia descobria por instantes, seus cabelos negros, seus olhos de fogo, era uma criatura sobrenatural. “Na verdade”, pensou Gringoire, “é uma salamandra, uma ninfa, uma deidade, é uma bacante do monte Menaleano!”.”. HUGO, *Ibidem*. 2011, p. 97.

¹⁰⁵ “Dom Claude, no entanto, via tudo. A porta era feita de aduelas de escora bastante apodrecidas, que deixavam entre elas largas passagens ao seu olhar de ave de rapina. Esse padre de pele trigueira e largas espáduas, até então condenado à austera virgindade do claustro, arrepiava-se e fervia diante dessa cena de amor, de noite e de volúpia. A bela jovem, despida em desordem diante desse ardente jovem lhe fazia correr chumbo fundido nas veias. Passavam-se nele movimentos extraordinários. Seu olhar mergulhava com ciúme lascivo sobre todos esses alfinetes desfeitos. Quem pudesse ver nesse momento a figura infeliz colada atrás das barras carcomidas acreditaria ver a face de um tigre olhando do fundo da caverna algum chacal que devora uma gazela. Sua pupila brilhava como uma candeia através das frestas da porta.” HUGO. *Ibidem*. 2011, p. 347.

com uma cabra e possuidora de um misterioso amuleto no pescoço, nada pode fazer para alegar sua inocência e acaba sendo sentenciada à morte.

Na prisão, o arqui-diácono tenta convencer La Esmeralda da grandeza de seu amor, prometendo salvar a cigana em troca da satisfação de seus desejos. A jovem dançarina não aceita a proposta, despreza o amor que Claude Frollo sente por ela, e diz preferir a morte a tê-lo como amante. Dessa forma, Frollo abandona a cigana na prisão e dá continuidade à sua “obra de maldição”.

Assim como seu “pai adotivo”, Quasímodo também se apaixona por La Esmeralda, sentimento que nasce a partir do momento em que a cigana se compadece do triste corcunda, quando esse é alvo das gozações e humilhações da multidão parisiense. Mas, talvez consciente de sua repulsiva aparência, Quasímodo não deseja ardentemente a lépida dançarina.

La Esmeralda também representa a “mulher fatal” para Quasímodo, mas não como personificação do pecado e encarnação demoníaca. O corcunda vê a cigana como ser angelical, intangível e digna de inomináveis sacrifícios.

Dentro das inúmeras cenas melodramáticas e folhetinescas do romance, o corajoso e apaixonado Corcunda consegue salvar, num primeiro momento, sua adorada amada da morte e a conduz para o abrigo da Catedral¹⁰⁶. O amor de Quasímodo, dentro dos objetivos estéticos de Victor Hugo, se configura como o símbolo do encontro entre o grotesco e o sublime.

A narrativa caminha, a partir da salvação de La Esmeralda por Quasímodo, para o seu desfecho trágico. O arqui-diácono Claude Frollo cada vez mais é consumido pelo seu desejo de vingança, se tornando cruel e desinteressado pelo conhecimento e por Jehan, seu irmão mais novo. A cigana La Esmeralda perde sua alegria e viço no abrigo da

¹⁰⁶ “Quasímodo estava parado sob o grande portal. Seus largos pés pareciam tão sólidos sobre o pavimento da igreja quanto os pesados pilares romanos. Sua grande cabeça cabeluda enfiava-se em seus ombros como a dos leões, que também têm crina e nenhum pescoço. Trazia a jovem toda palpitante suspensa em suas mãos calosas, como uma roupagem branca, mas a portava com tanto cuidado que parecia recear quebrá-la ou faná-la. Parecia sentir algo delicado, requintado e precioso, feito para outras mãos que não as suas. Por momentos, tinha o ar de nem sequer ousar tocá-la, mesmo com um sopro. Em seguida, estreitava-a, oprimido, em seus braços, sobre seu peito anguloso, como se fosse seu bem, seu tesouro, como faria a mãe dessa menina; seu olho de gnomo baixado sobre ela a inundava de ternura, de dor e de piedade, e se erguia subitamente pleno de raios. Então as mulheres riam e choravam, a multidão tripudiava de entusiasmo, pois, nesse mesmo momento, Quasímodo tinha verdadeiramente sua beleza. Era belo, ele, esse órfão, essa criança abandonada, esse refugio, sentia-se augusto e forte, olhava na face dessa sociedade da qual era banido e na qual intervinha com tanta potência, essa justiça humana da qual ele arrancar sua presa, forçando todos esses tigres a mastigar o vazio, a polícia, os juizes, os carrascos, toda essa força do rei que ele, ínfimo, acabara de quebrar com a força de Deus.” HUGO. *Ibidem*. 2011, p. 405.

sombria Catedral, e sofre com o abandono de seu amado Phoebus, que sobreviveu à punhalada de Frollo.

Devido a um estratagema criado por Dom Claude, os miseráveis de Paris, comandados pelo grupo da “Corte dos Milagres”, tentam invadir Notre-Dame para salvar La Esmeralda. O corcunda, como um possesso¹⁰⁷, consegue impedir o assalto à Catedral, mas a sua amada cigana é raptada sob as ordens de Claude Frollo.

Num outro episódio do romance, carregado de teor melodramático, fora dos padrões da verossimilhança e que dialoga com o gosto folhetinesco da época, a fugitiva cigana encontra com sua mãe perdida. Paquette, ou Chantefleurie¹⁰⁸, outrora uma bela e faceira jovem, que vivia enclausurada numa pequena célula localizada no centro de Paris, local que escolheu para se isolar do convívio com os homens e para se lamentar do sumiço de sua filha Agnès, raptada ainda criança por uma cigana.

Quando a pequena Agnès é raptada é deixado em seu lugar uma criança feia e disforme, que será o futuro herói da narrativa, Quasímodo. Victor Hugo utiliza-se de mais um recurso comum em suas narrativas, mostrar como os personagens de seus romances possuem um elo de ligação que interliga seus destinos.

No lugar de sua graciosa e pequena Agnès, tão rosada e tão fresca, o que era dom do bom Deus, uma espécie de pequeno monstro, hediondo, coxo, caolho, torto, arrastava-se piando no chão. Ela (Paquette) cobriu os olhos com horror. ‘Oh!’, disse ela, ‘será que as feiticeiras transformaram minha pequena filha neste animal horripilante?’ Apressou-se para levar o pequeno coxo. Ele a teria deixado louca. Era uma criança monstruosa de alguma cigana dada ao diabo. Parecia ter por volta de

¹⁰⁷ “Quem pudesse ver Quasímodo nesse momento teria medo. Além dos projéteis que havia empilhado sobre a balaustrada, ele amontoara uma pilha de pedras sobre a própria plataforma. Assim que as pedras sobre a borda exterior foram lançadas, tomou a pilha. Então, ele se abaixava, levantava-se, abaixava-se e se levantava de novo com uma atividade inacreditável. Sua grande cabeça de gnomo se inclinava acima da balaustrada, em seguida, uma pedra enorme caía, depois outra, e outra. De tempos em tempos, seguia uma bela pedra com o olhar e, quando ela matava alguém, murmurava: ‘Hum!’”. HUGO. *Ibidem*. 2011, p. 475.

¹⁰⁸ Neste trecho podemos visualizar o gosto dos “presságios” dentro da obra de Hugo: “Em 1461, ano da sacração do nosso rei Luís XI, que Deus o tenha!, Paquette era tão alegre que a chamavam somente de Chantefleurie. Pobre menina! Tinha belos dentes e gostava de rir para mostrá-los. Ora, uma jovem apaixonada que ri está a caminho de chorar; os belos dentes perdem os belos olhos. Era então a Chantefleurie.” HUGO, *Ibidem*. 2011, p. 251.

quatro anos, e falava uma língua que não era humana; eram palavras impossíveis. (HUGO, 2011, p. 257).

Para a surpresa dos leitores, La Esmeralda é a filha perdida de Paquette.

A felicidade das duas miseráveis mulheres dura pouco, pois os soldados descobrem La Esmeralda escondida na célula de Chantefleurie e a arrastam para a forca. A mãe morre na tentativa de impedir que os soldados levassem sua filha ao cadafalso.

Escondidos, entre as altas torres de Notre-Dame, Claude Frollo e Quasímodo observam a morte de La Esmeralda. A pobre cigana fora vítima da paixão desenfreada do arquidiácono e de sua própria paixão por Phoebus de Châteaupers.

O feio e heroico corcunda iria ainda ser protagonista de dois eventos trágicos na narrativa. Primeiramente, sufocado de ódio e tristeza, Quasímodo investe contra o arquidiácono que observava num transe de loucura o fim da dançarina. Claude Frollo cai do alto da Catedral numa horripilante e melodramática queda¹⁰⁹. Quasímodo observa o triste quadro e se lamenta.

Quasímodo, então, levantou seu olho para a cigana, cujo corpo, suspenso em seu vestido branco no cadafalso, ele viu ao longe dar os últimos tremores de agonia, e voltou a baixá-lo para o arquidiácono, estendido na base da torre, sem possuir mais forma humana; em seguida, disse com um gemido que fez subir seu profundo peito: - Oh! Tudo o que amei! (HUGO, 2011, p. 566)

A narrativa de *Notre-Dame de Paris* se encerra com o capítulo “O casamento de Quasímodo”, irônico título que revela um desfecho permeado de tragicidade e atmosfera gótica. Os desígnios proféticos da palavra “Fatalidade”, grafada em grego nas paredes de Notre-Dame por Claude Frollo, se cumprem no final do romance.

¹⁰⁹ “Uma queda de tão alto raramente é perpendicular. Lançado no espaço, o arquidiácono caiu, a princípio, de cabeça para baixo e as mãos estendidas, em seguida fez várias voltas sobre si mesmo. O vento o empurrou sobre o teto de uma casa, onde o infeliz começou a se quebrar. No entanto, ainda não estava morto quando aí chegou. O sineiro o viu tentar ainda se agarrar à dentada com as unhas. Mas o plano era muito inclinado e ele não tinha mais forças. Deslizou com rapidez sobre o telhado como uma telha que se desprende e foi quicar no chão. Lá, não mais se mexeu.” HUGO. *Ibidem*. 2011, p. 566.

(...) Quasímodo desapareceu de Notre-Dame no dia da morte da cigana e do arquidiácono. E não mais foi visto nem se soube o que foi feito dele. (...). Quanto à misteriosa desapareção de Quasímodo, eis tudo o que descobrimos. Cerca de dois anos ou dezoito meses após os acontecimentos que terminam esta história, vieram buscar na cova de Montfaucon o cadáver de Olivier le Daim, que fora pendurado dois dias antes, e que Carlos VIII decretou pela graça que fosse enterrado em melhor companhia em Saint-Laurent; encontraram então, entre todas as carcaças hediondas, dois esqueletos abraçados de forma singular. Um desses dois esqueletos era de uma mulher, tinha ainda algum farrapo da veste de fazenda que fora branca, e se via, ao redor de seu pescoço um colar de sementes de meliácea, com um pequeno saco de seda ornado de miçangas verdes, que estava aberto e vazio. (...). O outro que abraçava o primeiro bem junto, era um esqueleto de homem. Observaram que tinha a coluna vertebral desviada, a cabeça nas omoplatas e uma perna mais curta do que a outra. Aliás, nenhuma vértebra da nuca estava fraturada e era evidente que não fora pendurado. O homem que possuía esses ossos viera até ali, e ali morrera. Quando tentaram afastar o esqueleto que ele abraçava, desfez-se em pó. (HUGO, 2011, p. 569)

Assim como Walter Scott, o autor francês soube unir seu projeto estético/literário, esboçado no prefácio da peça “Cromwell”, com uma interpretação do passado medieval francês. Como vimos na análise do seu romance histórico mais paradigmático, *Notre-Dame de Paris*, Hugo visualizou uma Idade Média sombria, mística e regida pelo estigma da fatalidade.

Paralelamente a essa releitura estética do passado, Hugo também manifestou a intenção, advinda do diálogo com as narrativas de Scott, em retratar todo o movimento histórico em torno das diversas camadas sociais representadas no romance. Dessa forma, captou, mesmo que a partir de recursos imaginativos, quais seriam as possíveis necessidades e ações do povo francês durante o século XV.

As tensões sociais do período, agravadas por uma acentuada situação de miséria, material e moral, são representadas nas descrições das festas populares e nas ações do grupo social formador da “Corte dos Milagres”. A fragilidade da justiça, dependente da vontade do monarca, e o domínio político e econômico exercido pela aristocracia surgem no romance, por exemplo, na forma como La Esmeralda e sua mãe foram tratadas pela guarda de Paris e na escolha amorosa de Phoebus pela moça rica em detrimento da bela cigana¹¹⁰.

O romance também encarna uma intenção anticlerical na sombria figura de Claude Frollo, que como clérigo é obrigado a encarar as obrigações do celibato e do isolamento social. Seu domínio sobre as outras personagens, entre eles, Quasímodo, Jehan e La Esmeralda, se exerce a partir do poder que emana da sua elevada posição social e da atmosfera enigmática e até mesmo, mística, que perpassa sua personalidade e ações.

A Igreja medieval, simbolizada na Catedral de Notre-Dame, e seu clero, representado por Claude Frollo, pelo menos nesse romance histórico de Hugo, foram interpretadas como sinônimos de terror e controle social.

Contudo, cabe frisar que, em determinado momento da trama, esse tipo de poder “místico” que emana da Catedral e de seu clérigo é desafiado. Quasímodo, personagem que encarna a miséria e abandono do Terceiro Estado nesse romance medievalista de Hugo, tem seus momentos de ímpeto heroico e revolta quando tomado por uma irrefreável paixão por La Esmeralda. Da mesma forma os pobres da “Corte dos

¹¹⁰ No capítulo VI do livro oitavo Victor Hugo nos revela que Phoebus não morreu com a punhalada que recebeu de Claude Frollo, mas que foi salvo pelas mãos de um boticário. O amante de La Esmeralda, personagem secundário do romance, encarna o homem simplório e supersticioso, incapaz de amar intensamente e que tem suas ações e pensamentos voltados a sua existência confortável e boêmia de soldado. Assim que se vê curado dos ferimentos causados pela punhalada, logo se esquece de La Esmeralda e se volta à segurança de suas relações afetivas com a rica Fleur-de-Lys. *“No fundo (Phoebus), não sabia o que pensar de todo o acontecido. Ímpio e supersticioso como todo soldado, quando se perguntava sobre essa aventura, não estava seguro sobre a cabra, o modo bizarro com que se encontrou com La Esmeralda, a maneira não menos estranha com que ela lhe deixou adivinhar seu amor, sobre ela ser cigana, enfim, sobre o monge malvado. Entrevia nessa história muito mais magia do que amor, provavelmente uma feiticeira, talvez o diabo; uma comédia, enfim, ou para falar na linguagem de então, um mistério muito desagradável que desempenhara um papel bem estranho, o papel dos golpes e das risadas.”* HUGO. *Ibidem*. 2011, p. 389.

Milagres”, que devido a uma incidência simples, a permanência de La Esmeralda na Catedral de Notre-Dame, resolvem se mobilizar e tentam invadir a aterrorizante construção.

O que podemos perceber no romance histórico *Notre-Dame de Paris* é a configuração de uma sociedade medieval regida pela crise, ou seja, por mudanças paradigmáticas de suas estruturas de sustentação, captadas na representação das tensões sociais existentes entre as diversas camadas sociais que compunham a sociedade francesa do período. Aspectos históricos que contribuíram para que Hugo construísse uma Idade Média marcada pelo contraste entre o sublime e o grotesco e perpassada pelos mecanismos do processo histórico.

Victor Hugo, em sintonia com as diretrizes do historicismo romântico, soube como captar uma realidade histórica de outrora, seu “espírito” e suas lutas sociais internas, e legou uma lição política e cultural ao seu presente¹¹¹, o instável e revolucionário século XIX.

As lições do pré-romantismo e do Romantismo europeu foram captadas por Alexandre Herculano, um dos nomes centrais do movimento romântico oitocentista português, através do contato que o autor estabeleceu com leituras e traduções de figuras importantes do Romantismo, como Walter Scott, Victor Hugo e outros representantes do historicismo romântico.

O próximo capítulo, do presente trabalho, irá contemplar como se construiu essa relação de Herculano com o pensamento romântico europeu e de que forma o autor português reconfigurou, com base nas necessidades históricas de seu tempo, a temática do medievalismo romântico.

¹¹¹ “A obra-prima do novo medievalismo pitoresco, à maneira francesa, é ‘Notre-Dame de Paris’ de Hugo: com toda a falsidade gótica do enredo e dos personagens, é uma das maiores visões históricas que já se imaginaram; um Ensor ilustraria esse infernal sonho de febre da história. O personagem principal é, como em uma gravura de Ensor, a massa popular em torno da catedral, ideia que parece de Rousseau e provém, na verdade, de Herder. Na historiografia de Michelet voltará esse conceito democrático da história.” CARPEAUX, Otto Maria. **O romantismo por Carpeaux**. História da Literatura Ocidental; v. 6. São Paulo: Leya, 2012, p. 117.

Capítulo 2 – A prosa romântica de Herculano (A utopia medieval):

2.1 – A formação romântica de Herculano:

A extensa e variada obra de Herculano se construiu a partir de diversos gêneros, como a poesia, a prosa ficcional e o texto jornalístico, e, principalmente, por meio de fragmentados e sistemáticos estudos históricos sobre Portugal. Tanto a sua poesia quanto a sua prosa foram gerados num clima de reestruturação cultural e política em Portugal, onde os preceitos liberais e românticos europeus circulavam livremente e serviam de amálgama para as várias projeções utópicas elaboradas pela intelectualidade europeia oitocentista.

Antes das revoluções liberais, das décadas de 20 a 40, que iriam redefinir e transformar a política e a cultura em Portugal, os portugueses viviam numa nação absolutista e herdeira de uma “decadente” estrutura política, econômica e cultural. Tanto as ideias românticas quanto as concepções políticas e econômicas liberais foram, lentamente, sendo introduzidas em Portugal por uma geração de escritores formados na estética do Arcadismo e na postura cética e reformista das Luzes.

Mesmo exercendo um importante papel na formação do movimento romântico em Portugal, os autores portugueses identificados, para alguns críticos, como pré-românticos, não demonstraram, em suas produções literárias, a disposição inovadora estética de outros polos do pré-romantismo europeu, como o inglês e o alemão. Contudo, nomes como de Bocage¹¹² e da Marquesa de Alorna ajudaram na divulgação, para as futuras gerações de intelectuais portugueses, das novas ideias estéticas que ganhavam os centros intelectuais europeus, através de traduções e da realização de saraus em seus salões¹¹³, mas mantiveram suas produções no estilo tradicional árcade.

¹¹² “O Elmano Sadino da Nova Arcádia é já romântico por temperamento, apesar de muito vocabulário e muito alegorismo arcádios e dos seus laivos de iluminismo. (...). O que o distingue melhor é a matéria psicológica que traz pela primeira vez à poesia portuguesa: o sentimento agudo da personalidade, o horror do aniquilamento na morte.” SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. **História da Literatura Portuguesa**. Lisboa: Porto Editora, 1975, p. 715.

¹¹³ Dentro dessa divulgação de uma literatura de transição em Portugal, citamos também o periódico “Investigador Português”, importante veículo de contato com a literatura pré-romântica europeia. “O

Num primeiro momento, o convívio direto com autores que representaram essa transição estética para o Romantismo, como a Marquesa de Alorna e, em certo sentido, Almeida Garrett, foram importantes para que Herculano se aproximasse das novas ideias estéticas e culturais que percorriam a Europa.

Posteriormente, a tendência romântica da produção de Herculano, gradativamente, vai se estruturando com base na experiência do exílio, vivenciado na Inglaterra e na França, no conhecimento de outras línguas, como o alemão, e na sua enorme disposição para a leitura tanto de uma literatura ficcional europeia quanto historiográfica¹¹⁴.

Tradicionalmente, o Romantismo em Portugal tem sua origem identificada com a publicação, em Paris, no ano de 1825, do poema “Camões” de Almeida Garrett. Mas, como já foi apontado por Antônio José Saraiva¹¹⁵ e Alberto Ferreira, o trabalho de Garrett não teve continuidade imediata na produção intelectual portuguesa e o contexto histórico da nação não era favorável para a frutificação de uma nova corrente estética.

Antes do advento definitivo de uma política liberal, Portugal, após a Revolução do Porto de 1820, foi palco das disputas dinásticas entre os irmãos D.Miguel e D.Pedro de Bragança. Num primeiro momento, D.Miguel, aproveitando-se da situação como

Investigador Português, periódico que os liberais expatriados publicaram em Londres, entre 1811 e 1819, revela, como é natural, uma permeabilidade maior ao estilo pitoresco, bem como a todas as tendências pré-românticas em geral. (...). O Romantismo, com efeito, abre entre nós, caminho através de numerosas traduções e adaptações das obras que na Europa reabilitaram o conceito, anteriormente pejorativo, de gótico, e consagraram o gosto do fantasia cavaleiresca ou sobrenatural, da melancolia funérea ou contemplativa, das narrativas bíblicas, orientais ou célticas. O salão da marquesa de Alorna, D. Leonor de Almeida, e os artigos de Vicente Nolasco da Cunha, que foi um dos directores do *Investigador Português*, salientam-se entre essas influências estilísticas de transição.” SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. *Idem*. 1975, p. 693.

¹¹⁴ A experiência de Herculano no exílio e sua posterior influência no pensamento do romântico português foram retratadas, de forma exemplar, no livro “A Mocidade de Herculano até a volta do exílio” de Vitorino Nemésio. A análise de Nemésio enfatiza o contato de Herculano como os escritos de importantes liberais ingleses que iriam contribuir tanto para a sua visão liberal quanto para suas interpretações históricas. “Mackintosh, o defensor dos direitos dos portugueses “prófugos”, falecera um ano depois da estada de Herculano em Inglaterra, e sua *Apologia da Revolução Francesa*, que lhe valera a cidadania honorária de França, teria ecoado na alma juvenil do emigrado; porém, como a polaridade tradicional da vida pública inglesa, constantemente rectificadada entre extremos ‘whig’ e ‘tory’, fomentava a moderação, ao apelo revolucionário sucedia o conservador, e Burke oferecia-se a Herculano através das *Reflexões sobre a Revolução em França*, ou simplesmente através da sua nomeada anti-francesa. Mas logo Fox, francófilo e filantropo, com uma vida tão perturbada ou mais do que a de Sheridan, contrabalançava essa influência”. NEMÉSIO, Vitorino. *A mocidade de Herculano até a volta do exílio (1810 – 1832)*. Volume II. Lisboa: Livraria Bertrand, 1934, p. 90.

¹¹⁵ “Só depois do regresso dos emigrados se verifica o fluxo contínuo de uma corrente literária inovadora. É preferível marcar o início do Romantismo em Portugal no ano de 1836, em que se publica *A Voz do Profeta*, de Herculano, segundo o modelo das *Paroles d’un Croyant* de Lamennais; em que aparecem as primeiras traduções de Walter Scott, (...).” SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. *Idem*. 1975, p. 741.

regente de D.Maria da Glória, filha de D.Pedro, tomou o trono para si e reintroduziu um governo de base absolutista em Portugal¹¹⁶.

Após abdicar o trono no Brasil, D.Pedro de Bragança organiza um levante contra o governo de D.Miguel, nos Açores, conseguindo agregar à sua causa um grande número de portugueses que haviam sido exilados de Portugal por causa de suas inclinações liberais e do oposicionismo contra o governo miguelista.

A guerra civil entre as forças liberais e absolutistas durou de 1832 a 1834 encerrando-se com a vitória de D.Pedro IV e dos liberais¹¹⁷. Um novo período político tem início em Portugal, cheio de instabilidades e disputas, mas permeado por uma vontade de romper com as velhas estruturas culturais e institucionais do passado¹¹⁸.

A estética romântica, com a vitória dos liberais, se assumiu como porta-voz da tentativa de reestruturação das bases culturais da nação e serviu de inspiração para uma série de projetos e medidas de mudanças do cenário político português.

O jovem Alexandre Herculano, após o período de guerra civil e de seu engajamento no exército liberal de D.Pedro, inicia uma produção intelectual voltada tanto ao resgate de determinados valores nacionais, históricos e populares, quanto a uma preocupação em renovar o cenário cultural e político em Portugal.

¹¹⁶ "(...) a constituição do Romantismo acompanha, entre nós, o processo de instauração do regime liberal que, precariamente implantado em 1820 com o pronunciamento militar que teve no Porto o seu foco, só catorze anos mais tarde consegue definitivamente impor-se numa vigência que se mantém intranquila até meados do século. (...) o movimento revolucionário vintista, obra de uma elite intelectual burguesa alimentada pelo filantropismo das 'Luzes', deixa o seu empenho ideológico traduzido na Constituição de 1822 (jurada por D.João VI), que estabelece os direitos do cidadão no âmbito de uma ousada concepção do estado monárquico: afirma, com efeito, o princípio da 'soberania popular', limita o poder régio (com competência apenas para sancionar e promulgar as leis) e atribui o poder legislativo a uma só Câmara de Deputados, eleita bienalmente por sufrágio directo e universal (com exclusão das mulheres, dos analfabetos e dos frades). (...) Recai, todavia, em D.Pedro a escolha feita pela Regência que D.João VI ainda nomeara pouco antes de falecer; no intuito de congraçar as opiniões, o Imperador do Brasil decide abdicar da coroa portuguesa na sua filha Maria da Glória, então com sete anos, sob duas condições: que fosse jurada em Portugal uma Carta Constitucional, por ele outorgada, que substituiria a Constituição vintista; que sua filha, quando atingida a maioridade, viesse a desposar o tio, D.Miguel." MONTEIRO, Ofélia Paiva. "A Geração Formadora (Considerações contextuais)". In: MONTEIRO, Ofélia Paiva et al. **História da Literatura Portuguesa (volume 4)** – "O Romantismo". Portugal: Publicações Alfa, 2003, p. 62 e 63.

¹¹⁷ "A ocupação da capital decidiu a guerra. A Inglaterra e a França reconheceram o Governo liberal. A luta continuou ainda, sangrenta e movimentada, por mais uma no, mas os absolutistas, enfraquecidos pelo desânimo, pelas deserções e pelas sucessivas derrotas, acabaram por depor as armas em Maio de 1834 (Convenção de Évora Monte). D.Miguel embarcou para o exílio entre vaia populares, protegido por um esquadrão de cavalaria do exército vencedor." SARAIVA, José Hermano. **História Concisa de Portugal**. Portugal: Publicações Europa-América, 1999, p. 289.

¹¹⁸ "Diante dessa guerra saiu a sociedade portuguesa moral e culturalmente desarticulada. Não só tinha mudado radicalmente a base econômica da vida nacional como era urgente refazer desde os alicerces a sua vida espiritual". SARAIVA, Antônio José. **Herculano e o Liberalismo em Portugal**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977, p. 45.

A primeira fase do romantismo português, da qual Herculano e Garrett fizeram parte, de um modo geral, tentou pensar a sociedade portuguesa como um todo orgânico, no qual os valores nacionais, de coletividade e cidadania, deveriam ser incentivados e propagados de várias maneiras. Esse ponto de vista foi fundamental para a valorização e investigação do passado nacional, que deveria ser enquadrado, dentro de uma nova perspectiva, liberal e romântica.

O intelectual romântico, na linha de desenvolvimento de uma posição que já vinha do século XVIII, sentiu-se participante de uma “república das letras”, construída por aqueles que, tendo ascendido por mérito (e não por nascimento ou riqueza) ao papel de mediadores da verdade, deviam irradiar uma nova cultura, tendo em vista reformar a “alma nacional”. Por isso, principalmente na primeira fase do romantismo, aquele se afirmou como um educador e defendeu que só uma profunda revolução cultural poderia ajudar à construção de uma nova sociedade em que os indivíduos, compreendendo-se como entidades unívocas, interiorizassem, igualmente, imperativos sociabilitários. (CATROGA, 1998, p. 45)

Essa disposição reformista da primeira geração romântica se cristalizou nos artigos publicados por Alexandre Herculano no *Repositório Literário*, periódico que, ao lado do *Panorama*, se firmou como um dos principais meios de divulgação da estética romântica e dos escritos de nosso autor¹¹⁹.

Os artigos intitulados: “*Qual o estado da nossa literatura? Qual o trilho que ela hoje deve seguir?*”, de 1834, e “*Poesia (Imitação – Bello – Unidade)*”, de 1835, ambos publicados na revista *Repositório Literário*, podem ser considerados como os dois grandes manifestos do Romantismo português.

Nesses artigos, Herculano destaca a importância de se construir uma literatura nacional, ancorada nos valores da nação e do passado português, mas que também

¹¹⁹ “A expressão teórica do Romantismo esboça-se em alguns dos artigos de Herculano publicados no *Repositório Literário do Porto (1834-1835)* onde se divulgam algumas ideias do Romantismo alemão, sobretudo de Frederico Schlegel, e continuados com artigos do mesmo Herculano sobre teatro medieval e folclore no *Panorama* de 1837 a 1840.” SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. *Ibidem*. 1975, p. 741.

dialogasse com temas e conceitos de outras literaturas europeias¹²⁰, que já passavam por uma reformulação estética baseada na resignificação dos elementos históricos nacionais.

Ao lado do elogio que o autor faz dos inovadores escritos românticos, focando a literatura alemã, o autor do *O Bobo* destaca o papel revolucionário dos dois poemas de Garrett publicados no exílio, *Camões* e *D.Branca*¹²¹. Enfatizando a forma como o passado foi reinterpretado e reconfigurado sob a ótica da nova estética¹²².

Temas estéticos importantes do universo teórico romântico foram revisitados nesses seus artigos, com destaque para o papel quase profético desempenhado pelo artista genial que, através de sua criação, consegue visualizar e captar os anseios do “espírito do povo”, escondido nos monumentos do passado, nas lendas e nas instituições da nação.

Para Herculano, assim como para os autores do *Sturm und Drang*, cada povo possui seu próprio desenvolvimento histórico e seu particular processo de formação de suas instituições e valores éticos¹²³, traduzidos na produção cultural de cada povo específico¹²⁴. Por conseguinte, a unidade cultural representada pelo conjunto de

¹²⁰ “A Alemanha foi o foco da fermentação, e foi lá que os princípios revolucionários em literatura começaram a tomar desde a sua origem uma consistência, e a alcançar uma totalidade de doutrinas metódicas e consequentes, não dada, ainda hoje, ao resto das nações”. HERCULANO, Alexandre. “Qual é o estado da nossa literatura?” “Qual é o trilho que ella hoje tem a seguir?”. In: **Repositório Literário (1834). Opúsculos (Tomo IX)**. Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa (obra digitalizada): Typografia da Antiga Casa Bertrand, 1909, p. 7.

¹²¹ “Em todo o poema (“Camões”) domina um tom de elegia lutuosa, e são reconhecíveis temas do romantismo europeu, de Rousseau, Byron e outros (bondade natural humana recalcada pela civilização; individualismo insociável; etc) e outros temas de uma espécie de pré-romantismo nacional latente. (...). O mesmo se patenteia na *D.Branca* redigida contemporaneamente, história em verso de uma infanta portuguesa raptada pelo último rei mouro de Silves. O autor introduziu-lhe vários ingredientes típicos: o exótico oriental; o maravilhoso folclórico português de fadas, mouras encantadas, magia da noite de S.João, etc.; a tradição da feitiçaria medieval, representada por S.Frei Gil, espécie de Fausto português; a intervenção de cadáveres e esqueletos, segundo o gosto de Buerger, Schiller e outros. Procurou, em suma, uma acumulação dos elementos exteriores do Romantismo. Por outro lado, o poema é uma flagrante imitação de “Oberon” do pré-romântico alemão Wieland, através provavelmente da tradução que dele dera Filinto Elísio e que Garrett conhecia já anos atrás.” SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. **Ibidem**. 1975, p. 761 e 762.

¹²² “Os poemas de *D.Branca* e *Camões* apareceram um dia nas paginas da nossa historia literária sem precedentes que os anunciassem, um representando a poesia nacional, o romântico; o outro a moderna poesia sentimental do Norte, ainda que descobrindo às vezes o carácter meridional de seu autor.” HERCULANO, Alexandre. **Idem**. 1909, p. 8.

¹²³ “Se dissermos que o belo é relativo e resultado do nosso modo de ver, da relação particular dos objetos conosco, da harmonia ou desarmonia dos fatos com as nossas ideias morais, nesse caso não poderemos afirmar que os *Lusíadas* ou a *Odisseia* sejam absolutamente superiores ao *Affonso* ou ao *Viriato Tragico*. Poderemos dizer que para nós não há sequer comparação; (...).” HERCULANO, Alexandre. “Poesia (Imitação – Bello – Unidade)”. In: **Repositório Literário (1835). Opúsculos (Tomo IX)**. Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa (obra digitalizada): Typografia da Antiga Casa Bertrand, 1909, p. 33.

¹²⁴ “A justiça pede que digamos que uma grande parte dos preceitos dos antigos foram deduzidos do princípio da unidade, desse principio que reside em nossa alma e que, enquanto existirmos sobre a terra,

manifestações culturais de cada povo seria um pequeno fragmento de uma hipotética universalidade estética e ética. Em suas palavras: “O Universo não é senão a repetição indefinida da individualidade”¹²⁵. (HERCULANO, 1835, p. 36)

Nesses dois ensaios, Herculano se afirma como o verdadeiro anunciador e primeiro teórico do Romantismo, por viver num contexto histórico aberto à renovação estética e à reestruturação cultural, e conduzir sua produção ficcional e historiográfica, exclusivamente, sob o esteio do movimento romântico europeu.

Diremos somente que somos românticos, querendo que os portugueses voltem a uma literatura sua, sem contudo deixar de admirar os monumentos da grega e da romana; que amem a pátria mesmo em poesia: que aproveitem os nossos tempos históricos, os quais o Cristianismo com sua doçura, e com seu entusiasmo e o caráter generoso e valente desses homens livres do norte, que esmagaram o vil império de Constantino, tornaram mais belos que os dos antigos: que desterrem de seus cantos esses numes dos gregos, agradáveis para eles, mas ridículos para nós e as mais das vezes inarmônicos com as nossas ideias morais: que os substituam por nossa mitologia nacional na poesia narrativa; e pela religião, pela filosofia e pela moral na lírica. (HERCULANO, 1835, p. 69)

representa para nós o absoluto ao qual nos faz constantemente tender a consciência da imortalidade; mas a aplicação d’este principio foi em nosso entender muitas vezes errada ou exagerada. (...). Nós devemos em grande parte aos antigos o que sabemos: seria uma ingratidão negá-lo. Eles criaram as letras e as levaram a um ponto de esplendor admirável; mas por as criar e aperfeiçoar não se deve concluir que acertaram em tudo ou tudo sabiam. Nós não dizemos com Mr. de Chateaubriand que em literatura só devemos estudar os antigos: Camões, Tasso, Klopstock não nasceram na Grécia ou em Roma, e entretanto achamos tanto que estudar nos escritos deles como nos de Homero e Virgílio. O mesmo Mr. de Chateaubriand é uma prova de que o gênio não é partilha exclusiva de nenhuma época, de nenhum povo.” HERCULANO, Alexandre. “Poesia (Imitação – Bello – Unidade)”. In: **Repositório Literário (1835). Opúsculos (Tomo IX)**. Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa (obra digitalizada): Typografia da Antiga Casa Bertrand, 1909, p. 28 e 30.

¹²⁵ Posicionamento muito semelhante a que Herder defende na sua obra *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade*: “É necessariamente muito grande o todo dentro do qual cada particularidade se manifesta já como um todo! Mas em cada particularidade o que encontramos é sempre uma singularidade indefinida que só se revela quando a vemos no todo de que faz parte!”. HERDER, Johann Gottfried. **Também uma filosofia da História para a formação da Humanidade** (Uma contribuição a muitas contribuições do século) . 1ª edição de 1774. Lisboa: Edições Antígona, 1995. (Tradução de José M. Justo). p. 124.

Segundo o trecho acima os textos de Herculano teriam uma identidade romântica se tivessem a capacidade de traduzir os “tempos históricos” portugueses e conseguissem resgatar o “Cristianismo” que, com sua “doçura” conseguiu tornar mais “belo” o caráter dos povos. No julgamento de nosso autor, a Idade Média foi o período de maior “harmonia” entre as instituições e a moral nacional, e, através do amadurecimento da religião cristã, conseguiu promover uma unidade entre as esferas, espiritual e profana, dos povos europeus.

Pontos de vista estéticos e julgamentos históricos já defendidos em 1835 e que serão aprofundados, posteriormente em diversos de seus escritos historiográficos e ficcionais, ao longo da década de 40 e 50.

O movimento romântico português, engendrado numa primeira fase por nomes como Herculano, Garrett e Antônio de Castilho, possuía uma filiação nacionalista, que tinha como objetivo central resgatar o “espírito” nacional e histórico da nação, mas também, se construiu a partir de uma tendência cosmopolita.

Portugal, como nascente nação liberal, ainda era uma sociedade, estruturalmente, monarquista e conservadora, com uma mentalidade composta de arraigadas distinções nobiliárquicas e concepções “feudais”.

Como nação “periférica” dentro do cenário oitocentista europeu, um constante desenvolvimento industrial e uma preocupação com a modernização dos espaços públicos foi se construindo, gradativamente, ao longo do cenário liberal português¹²⁶.

Dessa forma, a primeira geração romântica portuguesa teve que pensar a nação sob a luz dos acontecimentos de ordem política, social, econômica e cultural do restante da Europa. Os escritos desses autores teriam que avaliar o que seria bom ou não para o país como experiência estética e tendência política e, ainda, acrescentar um embasamento histórico para essas reflexões.

¹²⁶ “O regime liberal veio encontrar Portugal com uma estrutura económica de tipo agrícola muito pouco evoluída, onde a indústria era praticamente inexistente. A nossa industrialização foi sendo feita muito lentamente e sem a força maciça da Inglaterra, da França e doutros países. (...). O vapor aplicado à indústria entra com cerca de 65 anos de atraso; o primeiro barco a vapor com cerca de 44 anos; a primeira iluminação a gás, bem como a primeira estrada de macadame, com cerca de 34 anos; e, para abreviar a lista que seria enorme, o caminho de ferro apresenta 31 anos de atraso em relação à Inglaterra, 28 em relação à França; 21 em relação à Bélgica, etc... Além disso, cerca de metade da população (clero e nobreza) vivia à custo do trabalho do resto da população. Era ainda uma situação improgressiva porque os morgadios, os dízimos, etc., impediam o progresso económico da terra portuguesa e a promoção social das grandes massas.” BEIRANTE, Cândido. **A Ideologia de Herculano** (Da Teoria do Progresso da Civilização às reformas regeneradoras de Portugal). Santarém: Edição da Junta Distrital, 1977, p. 44.

Nesse período de transição histórica em Portugal, os românticos sentiam que tudo ainda estava por fazer, e, para vencer as incertezas em relação ao futuro, o passado passou a ser alvo de referência e avaliação para reformas e tentativas de mudanças políticas, sociais e culturais.

Esse passado português, com suas instituições e caminhos traçados no âmbito político, econômico e cultural, passou a ser visto não mais como elemento de superação histórica e esquecimento frente aos novos tempos de progresso material e econômico vividos no restante da Europa, mas como epicentro referencial para qualquer tentativa de transformação da realidade portuguesa.

Como representantes do movimento romântico, na sua vertente nacionalista e historicista, Garrett e Herculano eram céticos em relação à crença no progresso histórico no seu amplo sentido perfeccionista.

Para eles, e principalmente para Alexandre Herculano, em muitos momentos o passado português foi mais harmônico na dinâmica de suas instituições e havia uma ligação mais intrínseca entre os diversos grupos sociais que formavam a sociedade portuguesa de outrora¹²⁷.

Essa visão histórica de Herculano, herdeira de Herder e do historicismo romântico, baseada na crença de uma espécie de “Providencialismo histórico”, vinculava a tese do Progresso da Humanidade à ideia de Redenção cristã, se afastando dessa forma, da ideia de um Progresso material “ateu” defendido pelas Luzes. “O Progresso não pode surgir, segundo Herculano, quando se espezinham os valores espirituais. Eis um dos ‘leitmotiv’ do autor” (BEIRANTE, 1977, p. 111).

Alexandre Herculano como atento observador das mudanças paradigmáticas ocorridas dentro da sociedade oitocentista portuguesa também observou as transformações ocorridas nos grandes centros europeus, talvez com a finalidade de trazer exemplos de medidas políticas, econômicas e sociais para Portugal.

Uma das críticas feitas por Herculano dentro desse cenário europeu de rápida transformação econômica, política e social foi em relação ao fenômeno histórico que Michael Lowy e Robert Sayre denominaram de “modernidade capitalista”.

¹²⁷ “A concepção herculaniana de que a história de cada nação é comparável à história de cada homem é uma constante na sua teoria da História. (...) que os povos e as suas civilizações podem não só decair como desaparecer. É o desabar da concepção mítica do Progresso.” BEIRANTE, Cândido. *Idem*. p. 102.

Num comentário acerca das propostas socialistas e democratas¹²⁸, Herculano, que sempre se mostrou crítico em relação ao que chamava de “despotismo das massas”¹²⁹, faz uma observação elogiosa sobre a crítica feita pelos socialistas sobre a maneira como o desenvolvimento industrial estava sendo conduzido em alguns locais da Europa.

Herculano deu-se conta, enquanto esteve em Inglaterra exilado, das “contradições do progresso”, como ele dirá mais tarde. O Progresso mítico esfumava-se, diante da dura realidade dos operários que viviam uma vida sub-humana: não só o proletariado inglês, mas também o proletariado rural português. Para Herculano, que tinha uma consciência moral apurada, esta situação de envilecimento não passou despercebida. Ele próprio a criticou várias vezes. (BEIRANTE, 1977, p. 116)

Esse posicionamento de Herculano, notado por Joaquim Barradas de Carvalho, se encontra de forma mais direta no artigo “Projecto de Decreto”, de 1851, onde nosso autor reflete as condições precárias do trabalhador, no caso o operariado, e a opressão que o capital exercia sobre os indivíduos.

Há nela (na crítica socialista) indicações de males profundos e dolorosos no corpo social, que fazem estremecer as consciências; que fazem cogitar tristemente os espíritos liberais e sinceros. Estes males profundos e dolorosos são a colisão fatal entre o que possui e o que não possui, entre o Capital e o Trabalho. Herculano diz terem sido estes males imensamente agravados pela industrialização, e vê, por isso, um certo benefício no atraso da indústria em Portugal. Diz que, nos países mais industrializados, a condição das classes pobres é

¹²⁸ “O socialismo, não parece a Herculano mais do que o último reduto do igualitarismo democrático. As doutrinas socialistas enfermam, num máximo grau, dos erros da democracia: desprezam o indivíduo em favor da sociedade e esquecem-se de que os homens são desiguais.” CARVALHO, Joaquim Barradas de. **As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano**. Lisboa: Seara Nova, 1971, p. 43

¹²⁹ O crítico Joaquim Barradas de Carvalho trabalha de maneira exemplar o caráter antidemocrático e liberal do pensamento político de Herculano. Para Barradas de Carvalho, Herculano não confiava na capacidade política das massas, ou seja, na sua probidade e independência de escolhas e decisões. “O liberalismo (assim como para Herculano) identifica a soberania popular com o despotismo. Só não seria a soberania popular um despotismo se todos exprimissem a mesma vontade geral, se fosse possível a unanimidade. (...). Segundo o liberalismo, na democracia a quantidade prevalece sobre a qualidade, (...)”. CARVALHO, Joaquim Barradas de. **Idem.**, p. 28 – 30.

pior do que no nosso, pois nesses países “o capital abusa da sua força imensa para os oprimir”. (CARVALHO, 1971, p. 44)

Para Herculano, como representante do ideário liberal, o indivíduo deveria ser sempre a principal preocupação do Estado, ou seja, todo ordenamento político teria que garantir o livre desenvolvimento das capacidades e potencialidades que cada indivíduo possui¹³⁰. A partir desse raciocínio, podemos supor que para Herculano um desenvolvimento industrial caótico e não organizado só traria exploração aos homens e não permitiria o pleno desenvolvimento desses indivíduos como cidadãos e, para nosso autor, o indivíduo nunca deveria ser anulado diante do Estado.

Essa preocupação com o indivíduo fez com que Alexandre Herculano defendesse a existência duma espécie de compromisso moral por parte do Estado em relação aos cidadãos e, dessa maneira, qualquer tentativa ou projeto econômico que visualizasse o progresso da nação teria que seguir um escopo moral e ético diante da sociedade¹³¹.

Para Herculano, um dos grandes projetos econômicos que a política liberal portuguesa deveria assumir seria o estímulo da produção agrícola e a criação de medidas que facilitassem o acesso à propriedade rural. Dessa forma, o cidadão teria como prosperar e não ficaria a mercê duma possível exploração promovida pelo desenvolvimento industrial, além de se tornar um indivíduo promovedor da paz e da ordem pública.

Herculano dá uma grande importância à agricultura; considera-a “a primeira das indústrias”. (...). Sabe também que o grande conflito entre o Capital e o Trabalho apareceu duma maneira muito mais vincada com a industrialização, com o operário moderno. Sabe que, nos países onde a indústria é escassa e predomina a agricultura, o conflito social não se manifesta com

¹³⁰ “As consciências individuais são valores absolutos que não alienam todos os seus direitos à sociedade. (...). Não há vontade geral, há vontade individuais. O objetivo da política é assegurar que todas estas vontades individuais com interesses diferentes vivam lado a lado.” CARVALHO, Joaquim Barradas de. **Idem.**, p.37.

¹³¹ “Herculano utiliza muitas vezes a expressão ‘progresso moral e material’; outras vezes, ‘progresso material e intelectual’ e também ‘progresso material e social’. Todas estas designações contêm em si o aspecto moral do progresso, num sentido lato, tal como o entendia Herculano. Ao longo do capítulo se verá como no pensamento herculaniano o verdadeiro progresso é o que engloba os factores materiais juntamente com os morais. Quando houver divórcio entre estes dois grupos componentes do progresso humano entrar-se-á num estado de pré-decadência que virá a trazer (a prazo mais ou menos curto) a decadência generalizada.” BEIRANTE, Cândido. **Ibidem.** p. 116.

a aquela agudeza e urgência de resolução. Herculano tem consciência destes factos e vê, como única saída para a resolução do problema, o predomínio da agricultura (...), o parcelamento da propriedade e a consequente ascensão dos assalariados a pequenos proprietários. (CARVALHO, 1971, p. 46)

A presença dessa ideia de compromisso moral nos escritos de Herculano foi analisada, de forma mais ampla, por Cândido Beirante em seu trabalho intitulado *A Ideologia de Herculano*. No livro, o autor mostra como Herculano relacionava temas como educação¹³², religião e reformas sociais e económicas à necessidade do Estado criar condições políticas favoráveis ao desenvolvimento espiritual e material de seus cidadãos.

Cândido Beirante, a partir da análise de vários artigos que Herculano publicou no *Panorama*, revela como nosso autor, a todo momento, ressalta a importância de educar moralmente e instruir às massas e que, só por meio do “aperfeiçoamento intelectual do homem” a nação alcançaria o “verdadeiro progresso”.

As denúncias das contradições da sociedade inglesa e do desenvolvimento industrial por parte de Herculano também estão presentes no seu escrito *De Jersey a Granville*, de 1831, que aborda, basicamente, as reminiscências de Herculano durante o exílio na Inglaterra.

Fala dos “habitantes do Bethnal-Green de Londres ou do Winds de Glasgow, embrutecidos pela fome, pela embriaguez e pela imundice (...) cancos que devoram moral e materialmente a classe popular”. Há ainda uma outra referência aos falanstérios de Fourier e às medidas tomadas pelos economistas “da Alemanha, para salvar as classes laboriosas do horrível futuro com que as ameaça o vapor”. (BEIRANTE, 1977, p. 119)

¹³² Alexandre Herculano tinha um grande interesse em relação à educação e dedicou muitos artigos sobre o tema. Foi leitor de Pestalozzi, Rousseau e de muitos outros autores que se dedicaram a temática da educação. Escreveu sobre a importância da Educação primária e defendeu a existência da Escola Politécnica, em resumo, via no projeto pedagógico o principal norteador para uma “regeneração moral” de Portugal.

Como apontado tanto por Cândido Beirante quanto por Joaquim Barradas de Carvalho, Herculano nunca foi contra o progresso material e a industrialização de Portugal, mas se mostrou, muitas vezes, cético e crítico em relação ao desenvolvimento econômico desvinculado de um compromisso moral e ético em relação às massas¹³³. Posição que talvez revele o vínculo de Herculano ao universo mental do movimento romântico europeu e sua denúncia aos males sociais e culturais causados pela “modernidade capitalista”¹³⁴.

Se intuímos bem o ponto de vista de Herculano, este vê, no aperfeiçoamento moral dos homens (e das nações), uma libertação interior que estimula e lhes dá confiança para realizarem as tarefas inadiáveis do progresso material. Assente na base moral da liberdade, justiça, verdade e solidariedade, o progresso no sector material não vai escravizar os indivíduos, mas sim libertá-los e dignificá-los. Os melhoramentos morais devem ser solidários com os materiais, sob pena de se dar um mal estar na Sociedade que faria (aliás, fazia já no tempo de Herculano, como ele deu conta) surgir situações desumanas de autêntica exploração do homem pelo homem. Progredir materialmente é relativamente fácil, como Herculano exemplifica com algumas nações da Europa, mas fazê-lo na ordem moral é muito mais difícil pois exige um grande esforço da parte de todos os indivíduos para se tornarem melhores.

Na cosmovisão herculaniana, este esforço insere-se em categorias morais e de raiz religiosa: respeito à consciência moral que, dentro de cada homem, lhe indica a lei de Deus e, por outro lado, uma fé e uma confiança na capacidade de perfectibilidade do ser humano. Além disso, o progresso social para Herculano é só aquele que se desenvolve dentro do ponto de vista da moral cristã. Acreditava que as sociedades evoluem, mas que essa evolução só é progressiva quando há harmonia entre os vários progressos. (BEIRANTE, 1977, p. 130-131)

¹³³ “Não negando nunca a importância e a necessidade dos melhoramentos materiais, Herculano dá sempre a primazia ao progresso moral e intelectual do homem e da sociedade.” BEIRANTE, Cândido. **Ibidem.** p. 120.

¹³⁴ “É com certa melancolia que Herculano constata que o progresso material é muitas vezes conquistado à custa do homem: ‘Pobre povo, mal sabes tu à custa de quantos gozos interiores, de quantas esperanças, de quantos sonhos formosos, hás-de ir comprando os progressos e a civilização!’”. BEIRANTE, Cândido. **Ibidem.** p. 118.

2.2 - Almeida Garrett e a experiência histórica oitocentista:

Antes mesmo dos primeiros escritos de Herculano a respeito da urgência em reavaliar a literatura nacional a partir de novos referenciais estéticos, Almeida Garrett publicou, em Londres, no ano de 1830, o seu trabalho *Portugal na Balança da Europa*¹³⁵.

Essa obra teve como objetivos analisar a situação política em Portugal, num intencional “memorando político”, e refletir alguns pontos do passado português e enquadrar a nação dentro das transformações políticas, culturais e sociais que vinham ocorrendo na Europa.

Logo no “Prólogo” do seu livro, Garrett já determina a importância de se avaliar de forma retrospectiva o presente português e toma a História, com seu manancial de referências e exemplos políticos, econômicos, sociais e culturais, como “mestra da vida” e excelente ponto de partida para qualquer resolução dos tempos coevos¹³⁶.

Uma das referências históricas destacadas pelo autor no seu ensaio e ponto central de suas reflexões políticas é a importância do estudo da luta dos povos pela sua liberdade política. Termo assaz amplo, mas que para o autor significava o direito por representatividade política e garantia contra os abusos dos governantes.

A liberdade política é vista no ensaio de Garrett como elemento histórico que foi conquistado através de inúmeras e contínuas lutas num movimento dialético contra os impulsos de tirania dos governantes. Para Garrett, a História se apresenta como resultado desse movimento de embate e construída pelo “desejo apaixonado” por liberdade.

¹³⁵ Não podemos deixar de mencionar que esse trabalho de Garrett começou a ser pensado e elaborado no ano de 1825 e retomado várias vezes. Dessa forma, podemos afirmar que foi contemporâneo das primeiras experiências estéticas românticas de Garrett, traduzidas nos poemas *Camões* e *D.Branca*. “O ensaio que hoje dou ao público é obra de longo trabalho, e que desde os fins de 1825 se começou a escrever. Nem por isso é mais perfeita, porque a espaços foi interrompida, muitas vezes abandonada, muitas alterado o plano, outras muitas enfim continuada sem nexos, com reflexões soltas, a miúdo incompletas.” GARRETT, Almeida. “Portugal na Balança da Europa” (1830). In: GARRETT, Almeida. **Obras de Almeida Garrett (vol.1)**. Porto: Lello & Irmãos Editores, 1963, p. 799.

¹³⁶ “O fim que ora me proponho em publicar este quadro de factos e observações é pôr bem presente na memória dos Portugueses as causas e os efeitos de nossos erros e desgraças, para que no futuro se emendem uns, e se evitem as outras.” GARRETT, Almeida. “Portugal na Balança da Europa” (1830). **Idem**. p. 800.

Essa é a sorte da humanidade, lutar incessantemente entre a tirania e a liberdade, sucumbir aqui, erguer-se acolá: hoje triunfa na Grécia, amanhã cede em Roma. Desde que a história ou tradição nos conservaram memórias do mundo, não vemos outra coisa por toda a Terra. (...). Assim o espírito de liberdade ora mais violento e geral, ora mais sossegado e parcial, mas sempre constante em movimento, luta contra a tirania, porque essa é a natureza sua, a do homem, e a da sociedade para a qual criou Deus o homem. (GARRETT, 1830/1963, p. 801 – 802)

A liberdade, vista por Garrett como uma constante da História da humanidade, parece atravessar todas as particularidades históricas e se configura como um objetivo em comum a ser alcançado por todos os povos.

Numa leitura sobre os acontecimentos políticos da Europa, o autor, usando de sua formação ilustrada e também romântica, chama a atenção para os eventos revolucionários da França e para os seus significados universais.

O grande impulso da França vai comunicar-se eletricamente, não a todos os povos oprimidos – inda mal! Não a todos – mas a quantos já abriram os olhos para conhecer a magnitude de sua opressão e a insignificância de seus opressores. Muitos são aqueles. Também já não são poucos estes: a civilização cresce a olhos vistos, e os vai aumentando de dia a dia – quase de hora a hora. (GARRETT, 1830/1963, p. 804)

A França, na sua paixão revolucionária, surge aos olhos de Garrett como o grande referencial para possíveis construções utópicas, como o farol a iluminar o ímpeto de liberdade de todos os povos, como exemplo de realização de um plano maior que escapa aos homens, mas conhecido da Providência.

Garrett com a tese da contínua busca dos povos por liberdade parece esboçar um sentido de História, captado talvez de Herder e, claramente, herdeiro do historicismo

romântico europeu e que, anos mais tarde, será aprofundado por Herculano na sua prosa historiográfica.

Numa época vencida, na outra vencedora, - ora mais cintilante, ora mais amortecida, mas sempre viva, e nessa ou nesta porção da terra faiscando a chama da liberdade, - continua sempre e sem interstícios a guerra dos oprimidos e opressores. (GARRETT, 1830/1963, p. 802)

O constante embate constatado por Garrett entre o desejo de liberdade e a vontade de tirania dos governantes dentro da História pode ser encarado como uma espécie de “motor” histórico e, na sua breve análise sobre a Idade Média europeia, mostra como esses dois importantes polos agiram nesse período.

Para ele o Ocidente começou a se “civilizar” no final do século XIV com o fim das Cruzadas e com o recrudescimento comercial, trazendo para o cenário europeu um avanço cultural e um “abrandamento” dos costumes. Contudo, essas mudanças paradigmáticas, positivas por um lado, fizeram a liberdade “minguar” dentro dessa sociedade europeia.

Mas a liberdade, que é a única e sólida base de toda a felicidade das nações, desfalecia e minguava; porque nessas eras havia uma civilização mediana e imperfeita, que amolga os ânimos, entibia o espírito, e, acobardando os povos, os submete ao jugo da tirania – (...). Os povos até ali rudes mas valentes, iliteratos mas virtuosos, pobres mas incorruptos, ignoravam as teorias dos direitos do homem, mas sabiam defender os seus: não liam (porque nem livros havia, nem ler eles sabiam) os Grócio e os Pufendórfios, mas detestavam a tirania e castigavam os tiranos. Barbaramente o faziam; bárbara, incoerente e imperfeita era sua liberdade: mas era liberdade ao menos! Liberdade que nessa rudeza se criara, que nela e dela vivia e se mantinha. Veio a aurora das letras, e amaciou os costumes; a das artes, e criou precisões novas, factícias: - mais ligado, mais

preso, o braço do homem afrouxou; o corpo inclinou-se para o trabalho; e a cerviz costumada a vergar-se para adquirir, não já só o necessário mas o supérfluo também, sofreu paciente o jugo que até ali sacudira com nobre independência. (GARRETT, 1830/1963, p. 808)

No trecho acima, fica claro para Garrett que com o avanço da chamada sociedade material e com o processo de centralização política, a antiga liberdade que gozavam os povos europeus se perdeu. Essa população rude e ignorante, mesmo na sua limitação cultural, era digna de ser admirada pela sua transparência, “pobres, mas incorruptos”, pela sua disposição guerreira, “valentes e que sabiam defender os seus” e pelo amor que tinham pela liberdade, “detestavam a tirania e castigavam os tiranos”.

Para falar de Portugal e da Espanha, Garrett utiliza-se das “Crônicas de D.Duarte e D.Afonso V” e mostra que essa centralidade do poder estava relacionada à diminuição da participação política das cortes¹³⁷, leitura histórica que será corroborada e aprofundada por Herculano em seus trabalhos.

Com a centralização política e o avanço econômico e material, a Europa entrou no período dos “Grandes Descobrimentos” e o pensador aponta mais males do que benefícios nessas iniciais relações entre Velho e Novo Mundo.

Descobriu-nos o acaso a América; muito crime no-la submeteu; perdidas torrentes de ouro que vieram soverter-se em Lisboa e Madrid, e que, sem enriquecer as duas nações conquistadas, refluíram para mais industriosos países, enfim secaram: vícios, luxo e perdição, que consigo trouxeram, permanecem todavia; e se olharmos só até ali, a condição do Mundo Velho empiorou com a descoberta e dominação do Novo. Mas passaram três séculos e não passaram em vão: a América, jovem, rica, vigorosa vem com seu peso imenso desfazer na balança da Europa todos esses

¹³⁷ “Nas Espanhas, os foros de Aragão e Castela ou eram afogados em sangue ou caíam em desuso. Em Portugal diminuía o poder dos nobres, mas aumentava o do rei e do clero. Em ambos os reinos da Península Ibérica se espaçavam, mais e mais, as convocações das cortes que até ali tinham parte, não só na legislatura, mas na administração e governança da coisa pública”. GARRETT, Almeida. “Portugal na Balança da Europa” (1830). In: GARRETT, Almeida. **Obras de Almeida Garrett (vol.1)**. Porto: Lello & Irmãos Editores, 1963, p. 809.

falsos equilíbrios que sustentavam invenções arguciosas, pueris armadilhas, cuja única força estava na cegueira dos povos (...) (GARRETT, 1830/1963, p. 810)

Na verdade, para Garrett, a América trouxe mais benefícios para a Europa do que o contrário. Os habitantes do Novo Mundo na sua luta contra o “despotismo” e “tirania” dos europeus, ensinaram aos seus antigos colonizadores a importância da liberdade perdida e o valor da luta pela conquista da emancipação política¹³⁸.

O elogio da simplicidade dos povos, a luta pela liberdade, tanto no caso dos rudes homens medievais quanto dos americanos, e do pertencimento do indivíduo a uma coletividade são características da mentalidade romântica oitocentista. Visão de mundo já engendrada desde a metade do século XVIII, com Rousseau e o *Sturm und Drang*, e que Garrett se utiliza para fazer sua interpretação do período medieval e seu processo de esfacelamento e das novas possibilidades políticas abertas pelos povos americanos na sua luta pela liberdade.

Outro elemento que o autor português destaca no seu ensaio é a importância do papel do Cristianismo como baluarte e porta-voz da liberdade e força histórica basilar para a sedimentação de ideais de coletividade e de igualdade. Garrett, que cita Rousseau no seu elogio da religião cristã, destaca a capacidade de amor à justiça e à ordem e a tendência de proteção dos direitos do homem presentes no Cristianismo¹³⁹.

Contudo, assim como Herculano, Garrett faz questão de separar o Cristianismo presente no Evangelho da religião institucionalizada e deturpada por governantes e

¹³⁸ “A liberdade expulsa da Europa, foi acoitar-se na América: aí jazeu oculta e opressa também; mas entre uma população nova, não roída ainda dos cancros de abastardeadas dinastias, de privilegiadas e parasitas classes, que no antigo hemisfério danam toda liberdade e empecem toda reforma. Só classes produtoras ocupavam o solo americano. O despotismo da Europa tremeu quando atentou neste estado ameaçador de suas colônias... – Que não há maior terror para déspotas, nem melhor presságio de liberdade que o ver um povo trabalhador, activo e proprietário. (...). Mas a cobiça, a sede de ouro e mando cegou os opressores; deram-se eles mesmos pressa para sua ruína: dobraram exacções, apertaram com vexames, não houve limites para suas tiranias – a América desenganou-se, conheceu suas forças e sacudiu o jugo. Reagiu e venceu a liberdade; e eis aí a aurora da regeneração do Universo que nasce do seu Ocidente!” GARRETT, Almeida. “Portugal na Balança da Europa” (1830). In: GARRETT, Almeida. **Obras de Almeida Garrett (vol.1)**. Porto: Lello & Irmãos Editores, 1963, p. 810 e 812.

¹³⁹ “A religião do Evangelho, da qual disse Rousseau, ‘que se não fosse divina, merecia sê-lo’ é a natural protectora dos direitos do homem, declarativa de sua igualdade, funda-se em sua liberdade, prega, aconselha, ordena o amor da ordem e da justiça. Uma religião que declara e professa ser o Criador o único árbitro e senhor do Universo, todos os homens iguais diante dele, que promete amparo ao fraco e desvalido, castigo ao soberbo e opressor, que declara uma comum origem, uma lei comum, um comum juiz de todos os homens, é a maior e mais certa e mais poderosa base de liberdade que pode entrar na moral pública dos povos.” GARRETT, Almeida. “Portugal na Balança da Europa” (1830). **Idem**. p. 812-813.

membros do clero que transformaram o discurso religioso em instrumento de dominação política e cultural.

Os sacerdotes sacrílegos fizeram leis suas, e blasfemaram chamando-as de Deus; os reis as sancionaram, e invocaram a blasfêmia dos sacerdotes para as fazer acreditar divinas e cumprir como tais. A pureza, a simplicidade, a divindade do Evangelho se perdeu entre as máximas infernais dos sacerdotes blasfemadores; e a religião divina de Jesus Cristo se fez instrumento de crimes, capa de vícios, esteio de tiranias, facho de discórdias, flagelo de cruelíssima perseguição. Os ministros da palavra, que no princípio da Igreja tanto se tinham aproveitado das luzes e ilustração dos povos para os convencerem do erro da idolatria e da vaidade do filosofismo, - agora se declararam os inimigos das luzes, e as apagaram por toda a parte. (GARRETT, 1830/1963, p. 813)

Podemos notar que o autor no trecho acima condenava o uso da religião cristã como ferramenta auxiliar de dominação secular e temporal que ajudava a propagar o fanatismo, o medo aos governantes e o poder, político e cultural, exercido pelos sacerdotes. Contudo, como fica claro no final do trecho, Garrett defendia o uso histórico do Cristianismo como discurso moral e ético e como religião universalista que afasta os povos do “erro da idolatria”.

Neste ensaio e em outros que Garrett escreveu como o *Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa* de 1826, encontramos um membro da intelectualidade portuguesa preocupado com os rumos culturais e históricos que Portugal teria traçado em seu passado e quais caminhos deveriam ser percorridos sob a luz das novas ideias, liberais e românticas, que frutificavam na Europa.

A produção desses autores da primeira geração romântica foi intensa e versou sobre diversos temas que captavam desde reflexões sobre as mudanças políticas ocorridas na nação até propostas culturais e educacionais para os novos tempos que despontavam. Atitude reformista que passava por um intenso e apaixonante “sentido histórico”.

Se observarmos atentamente a maioria desses escritos veremos que há uma constante preocupação em estabelecer pontos de ligação entre os aspectos do presente e do passado. Uma tendência historicista que era captada pelo heterogêneo e cosmopolita movimento romântico europeu, por ficcionistas como Scott, Hugo e Dumas, e historiadores como Thierry, Guizot e outros mais.

Assim como Herculano, Garrett e Castilho dialogaram com a vertente historicista presente no movimento romântico e, em muitos momentos, elegeram a Idade Média como ponto de referência para repensar as atitudes reformistas em Portugal.

“(…) Garrett estabelecera em doutrina e na prática o que havia de constituir a estética literária do primeiro romantismo português e suas sequelas: estudo do Portugal medievo, onde, segundo ele e Herculano, existia em potência o autêntico Portugal com as suas vigorosas forças criadoras, que só o povo guardava ainda nos seus costumes, crenças e tradições.”
(CHAVES, 1979, p. 14)

Nesse trecho de Castelo Branco Chaves, notamos a preferência de Garrett e Herculano por resgatar o “estudo do Portugal medievo”, tempo histórico, segundo eles, que guardava “em potência” o “autêntico Portugal” com seus “costumes, crenças e tradições”, ou seja, estavam retomando a proposta inicial de Herder e do Romantismo europeu em trazer à luz do presente o esquecido e negligenciado “espírito do povo”.

Almeida Garrett, que em alguns momentos se posicionava contra os românticos e fazia uma crítica pontual de alguns autores ligados ao Romantismo europeu¹⁴⁰, produziu inúmeros escritos ressaltando a importância de se resgatar os costumes nacionais e o estudo do passado.

Ele, ao contrário de Herculano, nunca chegou a publicar obras especificamente históricas e nem se julgava um historiador, contudo, a vertente do historicismo romântico também pode ser encontrada nas obras garrettianas e em momentos de sua

¹⁴⁰ Essa característica de Garrett, também presente em Herculano e Castilho, em criticar alguns aspectos e autores do Romantismo europeu nos revela o caráter transitório dessa primeira geração romântica em Portugal. Tanto Garrett quanto Castilho e Herculano tiveram uma formação clássica e admiravam muitos autores árcades portugueses, como Bocage e Filinto Elísio. A leitura de autores coevos foi se construindo aos poucos, a partir da experiência do exílio e das inúmeras traduções que circulavam em Portugal e no restante da Europa.

biografia, quando se tornou, por pouco tempo, “cronista-mor do reino” no ano de 1838¹⁴¹.

Um dos trabalhos em que mais fica nítida a sua preocupação em resgatar a ligação e afetividade com o passado nacional e seus personagens históricos foi seu ensaio *Da Educação*, de 1829, escrito para servir de base educacional a jovem princesa Maria da Glória¹⁴². Contudo, podemos notar uma preocupação educacional mais ampla por parte de Garrett quando, logo no início de sua exposição, pontua a intenção de fazer com que suas reflexões ressoassem na sociedade oitocentista¹⁴³.

Nesse ensaio, Garrett defende uma educação histórica que enfatizasse os elementos e figuras do passado nacional. Assim como Herculano posteriormente faria, ele tem como certo a importância em se criar, dentro da consciência das novas gerações liberais, uma espécie de “empatia” com os “heróis” da nação¹⁴⁴ e um sentimento de “pertencimento” a uma suposta tradição histórica.

É pois necessário que a educação forme homens de hoje; sirva-se embora de exemplos de outros tempos e costumes, porém não deixe de lhes dar, com esses, outros documentos não menos ilustres e mais profícuos, os de nossa história e da dos povos com quem estamos em contacto, e com cujas instituições se parecem as nossas. E quem empreender essa útil obra de formar um livrinho destes para os meninos portugueses, no que muito e bem merecerá da pátria, deverá nacionalizá-lo o mais possível, preferindo os exemplos domésticos aos alheios, ou pelo menos,

¹⁴¹ “Ao realizar a sua primeira conferência, em 1840, perante cerca de quatrocentas pessoas, foi, porém, capaz de apresentar pontos de vista historiográficos actualizados, citando ‘o método moderníssimo’, ‘analítico’, de Thierry e de Guizot. (...). Mas Garrett historiador não passou de uma promessa: a sua conferência-programa foi a única que pronunciou; a política arrastou-o imediatamente e a reacção anti-setembrista exonerou-o, no ano seguinte.” FRANÇA, José-Augusto. **O Romantismo em Portugal – Estudos de Factos Socioculturais** (Os Anos de Inocência/Os Anos de Loucura). Vol. 1. Lisboa: Livros Horizonte, 1974, p. 245.

¹⁴² O ensaio “Da Educação” (Cartas Dirigidas a uma Senhora Ilustre encarregada da Instituição de uma jovem Princesa) é formado por doze cartas dirigidas a D. Leonor da Câmara, marquesa de Ponta Delgada, nomeada por D. Pedro IV preceptora da sua filha, a futura D. Maria II.

¹⁴³ “O meu livro não é um tratado de educação de príncipes, é um tratado de educação geral, que em sua generalidade até essa espécie compreende”. GARRETT, Almeida. “Da Educação” (1829). In: GARRETT, Almeida. **Obras de Almeida Garrett (vol.1)**. Porto: Lello & Irmãos Editores, 1963, p. 672.

¹⁴⁴ Tecendo comentários acerca do primeiro livro a ser oferecido para as crianças, Garrett escreve: “Um bom livro que contivesse – primeiro, histórias verdadeiras, bem escolhidas e tiradas das antigas e modernas crônicas – segundo, vidas de homens célebres, uma espécie de Valério Machado e Plutarco da mocidade, em que se achassem, não Gregos e Romanos somente, mas varões ilustres de todos os povos e principalmente nosso(...)”. GARRETT, Almeida. “Da Educação” (1829). *Idem*, p. 731.

comparando sempre uns com outros. Ao pé de Codro votando-se pelos seus na batalha fadada do oráculo, eu poria o infante D. Fernando sacrificando sua liberdade nos cárceres de Fez em resgate dos dilacerados restos de seu exército; junto dos nobres modelos de amizade de David e Jónatas, de Castor e Pólux, etc., o do infante D. Pedro e Álvaro Vaz no desastroso reencontro de Alfarrobeira; com a devoção heroica de Horácio Cocles e dos Fábioes, compararia a do honrado mercador algarvio Garcia Rodrigues, de Egas Moniz e de muitos outros em que abundam as crônicas e histórias nossas. (GARRETT, 1963, p. 737)

No trecho acima, Garrett utiliza-se de sua formação clássica para comparar e equiparar personagens históricos clássicos com figuras históricas portuguesas, além de, claramente fazer uma aproximação entre as instituições de outrora e aquelas existentes em seu presente. Virtudes como fidelidade, retidão moral e disposição guerreira são alavancadas como valores históricos portugueses que devem ser resgatados pelo ensino de História e servir de inspiração para os novos tempos.

Ainda dentro desse cenário de revalorização histórica, na Carta VI do seu livro, Garrett expõe a ideia da História como “mestra da vida”, modelo¹⁴⁵ e referencial moral e ético para o julgamento dos problemas do presente.

De virtudes públicas, de virtudes privadas, de devoção filial, de amor paterno, de vícios, de crimes, de tudo há exemplo e documento na história, que moralmente considerada é uma colecção de observações e experiências feitas pelo decurso de séculos sobre a natureza do homem e o estado social, e das quais por simples análise se podem tirar as mais seguras regras da vida e os mais sólidos preceitos de moral. (GARRETT, 1963, p. 738)

Com a observação e reflexão sobre a trajetória da “natureza humana” e do “estado social” o jovem aprendiz teria condições de guiar seus passos ao longo da vida¹⁴⁶ e,

¹⁴⁵ “Este meio de perfeição (moral) é a história; a história, entendo, considerada como elemento ou antes complemento da educação moral, estudada como um curso experimental da ciência, da vida, sem cronologia, sem política propriamente dita, sem nenhuma das outras condições que a fazem elemento de instrução intelectual”. GARRETT, Almeida. *Ibidem*, p. 729.

mais importante ainda, conseguiria identificar quais seriam os mais legítimos costumes nacionais e se sentiria integrado a uma tradição histórica nacional.

O ensino da História para Garrett deveria seguir um método que se iniciaria com a recordação de um acontecimento histórico notável, depois passaria para a exposição da vida de um indivíduo e das memórias de uma família, e, por último no estudo das crônicas de uma cidade.

Para construir seu método de ensino ele se utiliza em grande parte do *Emílio* de Rousseau¹⁴⁷, principalmente quando defende o papel de “exemplo” das grandes figuras do passado¹⁴⁸ e o uso daquilo que denomina “método analítico” e “método sintético” de reconstrução histórica.

Na organização de uma colectânea de textos para o ensino da história procura combinar o que ele denomina método analítico e o método sintético: o primeiro pelo encadeamento dos factos históricos ou seja uma espécie de história geral; o segundo apontando o exemplo dos grandes homens que intervêm nos acontecimentos. (AZEVEDO, 1966, p. 289)

Podemos notar, dentro desse método de ensino histórico de Garrett¹⁴⁹, que existe uma preocupação em mostrar como os indivíduos fazem parte e estão integrados numa

¹⁴⁶ “A história é perfeição e complemento da educação moral porque nos serve como de espelho em que nos estudamos a nós, estudamos os nossos semelhantes, e fielmente nos retrata a fealdade de nossos vícios e a beleza de nossas boas qualidades”. GARRETT, Almeida. *Ibidem*. p. 741.

¹⁴⁷ “Não posso deixar de transcrever neste ponto de minhas reflexões algumas linhas (que as documentam) de um livro em que certamente há grandes erros, como em todos os livros dos homens, grandes e perniciosas exagerações, mas em que também há muita e sublime verdades: quero falar do ‘Emílio’ de Rousseau, e não me pejo nem me arreio de dizer que é um dos melhores e dos piores livros que jamais foram escritos.” GARRETT, Almeida. *Ibidem*. p. 738.

¹⁴⁸ Dentre outras aproximações feitas por Ávila de Azevedo entre as ideias pedagógicas de Rousseau e Garrett está o uso do conhecimento histórico como referência de conduta do presente: “Tal como o seu predecessor observa que por intermédio do ensino da história se evita ao pupilo a perversão e a contaminação dos vícios da sociedade (...)”. AZEVEDO, Ávila de. “A influência dos ideais pedagógicos de Rousseau em Portugal”. **Cale: Revista da Faculdade de Letras do Porto**. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1966, p. 281 – 292; p. 288. (<http://ler.letras.up.pt/site/geral.aspx?id=3&tit=&tp=2&l=i>)

¹⁴⁹ “Procedendo neste sistema e trabalhando ao mesmo tempo na perfeição do moral e rudimentos do intelectual, viremos a ensinar-lhe a história pelo método mais natural, o experimental e o analítico, o que indica mas não explica Rousseau, o método por que a História se foi coligindo e escrevendo desde o princípio. (...). Será todavia mais proveitoso ainda se neste estudo combinarmos os dois métodos; o que nem impossível nem difícil é. Já nos primeiros anos de puerícia aprendeu o nosso pupilo, folgando e brincando, os principais pontos cronológicos: ao ler agora estes factos dispersos e biografias, podemos sem grande trabalho ir-lhe classificando uns e outros pelas épocas gerais que ele já sabe, (...). Com este

coletividade e, por conseguinte, para se entender essa coletividade e os “fatos históricos” gerados por ela é necessário conhecer esses indivíduos.

Nas reflexões históricas tanto de Garrett quanto de Herculano o passado, e principalmente, o medieval português, serviu de referência para refletir acerca dos problemas da nação. Essa reflexão e resignificação do passado adotava como elemento central o resgate dos costumes e os movimentos históricos, contudo, parece existir uma preocupação em revelar a importância do “protagonismo histórico” de algumas figuras do passado nacional.

Entre as figuras históricas que Garrett cita em seu trabalho de formação histórica e moral para os jovens está o primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques e, talvez o mais famoso rei medieval da literatura e da história portuguesa, D. Pedro I.

D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, é citado por Garrett como exemplo de monarca que soube governar de forma equilibrada unindo os interesses da Igreja e da nobreza e ajudou Portugal a ser “tão feliz nos primeiros séculos de sua existência, tão infeliz depois, (...)” (GARRETT, 1829/1963, p. 725).

Desde Afonso Henriques, o grande fundador da monarquia, de quem ainda hoje crê piedoso nosso patriotismo que de um Deus recebera as Quinas de seu nobre escudo, até o afortunado Manuel que as fez arvorar com a cruz da Redenção nos mais remotos confins do globo, - quem negará a esta serei quase interrompida de reis, heróis e cavaleiros muita e mui zelosa religião? Mas sua religião era discreta e sem desvarios apesar da ignorância dos tempos: e Portugal cresceu, medrou e floresceu. Afonso Henriques soube conter as pretensões exageradas de Roma com a mesma mão com que fundava e dotava Alcobaça; Afonso terceiro resistir às censuras eclesiásticas e negar-se à cruzada da Terra Santa com uma solidez de princípios e força de razões, que oxalá víssemos nós tanta franqueza

fito, e combinado as inseparáveis, mas distintas, educações do coração e do espírito, devemos ensinar todos os primeiros rudimentos históricos que na presente época têm de ensinar-se.” GARRETT, Almeida. “Da Educação” (1829). In: GARRETT, Almeida. **Obras de Almeida Garrett (vol.1)**. Porto: Lello & Irmãos Editores, 1963, p. 739 – 740.

e deliberações em nossos estadistas do século décimo nono. (GARRETT, 1829/1963, p. 725)

Nesse curto trecho do autor, os primeiros portugueses são chamados de “reis, heróis e cavaleiros” e dotados de uma “solidez de princípios e força de razões”. Personagens históricas que apesar da distância temporal e ignorância demonstravam uma transparência de ações que envergonhariam os homens do século oitocentista português.

Após fazer a glorificação dos primeiros tempos da Monarquia portuguesa, Garrett cita D.João III, que devido ao seu “espírito timorato” foi incapaz de impedir o avanço do fanatismo em Portugal e a instauração do Tribunal da Santa Inquisição em terras lusitanas. Podemos supor que para ele, o início da decadência de Portugal foi consequência de dois fatores principais: a falta de virilidade e independência de ação de alguns monarcas, como D.João III, e o avanço do fanatismo religioso¹⁵⁰.

Alexandre Herculano, em seus escritos, irá corroborar com alguns julgamentos históricos de Garrett, principalmente sobre D.João III e a Inquisição e, a partir daí, aprofundar e redimensionar a sua leitura histórica sobre a primazia da Idade Média dentro da História de Portugal.

A identificação dos princípios liberais com algumas práticas políticas dos primeiros monarcas portugueses era defendida por Garrett e, mais tarde, será objeto de reflexão por Herculano em seus escritos historiográficos e ficcionais. Como podemos notar nesse importante trecho de Garrett acerca de D.Afonso Henriques:

Contaremos de Afonso Henriques, o heroico fundador de Portugal que já coroado pela vitória e não satisfeito de sufrágio e eleição do exército, se rodeou dos magnates e representantes do povo para lançarem os fundamentos à monarquia mais legitimamente constitucional e representativa de toda a Europa, pois

¹⁵⁰ “Mas veio D.João III, cujo espírito timorato subjugaram confessores arteiros, e antes sanguinários sacrificadores dos altares de Baal do que ministros de um Deus de paz, - e a Inquisição voou com seu facho exterminador desde o último ocidente de Lisboa até o último oriente de Goa, assolando e despovoando o vasto Império dos Lusitanos, e acendendo no ânimo dos povos conquistados um ódio e horror ao nome português, que ainda hoje não apagaram tantos séculos de liberdade deles e do opróbrio e nulidade nossa. Aos acenos do fanatismo, que se trajou das alvas roupas da religião, lá foi enterrar nas areias de África o malfadado Sebastião todo o resto de nossa glória, independência e fortunas.” .” GARRETT, Almeida. “Da Educação” (1829). In: GARRETT, Almeida. **Obras de Almeida Garrett (vol.1)**. Porto: Lello & Irmãos Editores, 1963, p. 725.

que de sua primeira origem e criação o foi. Diremos a firmeza do grande Afonso em manter a supremacia do poder civil e não tolerar usurpações eclesiásticas, seu zelo pela independência nacional, sua constância no cativo, sua religião sincera. Mas também não deixaremos de notar a falta de piedade para com sua mãe, que a política desculpa talvez mas que nunca há-de justificar a moral. E quem nomeará Afonso Henriques sem falar de Egas Moniz, desse primeiro ilustre exemplar da lealdade portuguesa? Chegámos – em mal! – a tempos de ser escassa entre nós a virtude que já nos caracterizou no mundo: memoremos com glória e com vergonha seus documentos. (GARRETT, 1829/1963, p. 749)

Podemos especular que para Garrett a instauração de uma monarquia liberal oitocentista em Portugal estaria resgatando o verdadeiro “espírito” político português, presente no funcionamento das instituições da monarquia medieval dos primeiros tempos de fundação do Estado português.

Dentro dessa posição de exaltação dos monarcas medievais, a exemplo de D.Afonso Henriques, o autor também louva a virilidade histórica e a independência de ação de D.Pedro I no seu ensaio *Da Educação*.

Após tecer uma série de elogios sobre alguns aspectos do reinado e da personalidade de alguns monarcas e cavaleiros portugueses na Carta VIII de seu ensaio¹⁵¹, D. Pedro I, o cru, ganha a atenção de Garrett.

Pedro – o – Cru ou Pedro *Justiceiro* chamaremos nós ao primeiro deste nome ilustre em Portugal? Chamemos-lhe ambos, que ambos foi: *cruel* não, que o não sabemos de seu ânimo ou acções: acaso demasiou a severidade até à crueza, mas não a embruteceu até a

¹⁵¹ “Em Sancho I veremos unidas com as virtudes guerreiras as virtudes pacíficas do pai de famílias, do pai do seu povo, que em sua prosperidade e dilatação vigiou sempre e mereceu da prosperidade agradecida o nome de ‘Povoador’. Mau irmão, cobiçoso e duro, D. Afonso II aparece todavia na história como esforçado cavaleiro, cioso mantenedor da autoridade civil, pela qual tão nobremente resistiu às pretensões do clero e de Roma.” GARRETT, Almeida. “Da Educação” (1829). *Idem*, p. 749.

crueldade. Só nos castigo de Pacheco talvez degenerou nessa última; - mas se para tais acções há desculpa, quanta não tinha o amante de Inês! (GARRETT, 1829/1963, p. 751)

Nas páginas que se seguem no seu ensaio, Garrett não aborda mais a figura de D. Pedro I, preferindo exaltar os sucessos materiais e culturais alcançados pela Dinastia de Avis, destacando os reinados de D. João I e de D. Manuel. Contudo existe uma leve diferença no tom do discurso de Garrett que pende para o lado dos reis da Dinastia de Borgonha.

Para Garrett, que fala duma “idade de ouro” em Portugal com a Dinastia de Avis, existiu uma série de fatores que contribuíram para bons reinados e que não, necessariamente, dependeram da virilidade e independência de ação dos reis dessa dinastia, com exceção, talvez, de D. João I e de D. Manuel.

Quando cita D. Afonso V, Garrett fala que seu coração era “fácil e inconstante” e que foi homem “vário e leviano” e de D. João II fala de sua tendência ao centralismo político que contribuiu para o início do desfalecimento do “constitucionalismo” monárquico português¹⁵².

Podemos concluir, dessa forma, que para Garrett os novos tempos liberais e constitucionais pediam um maior estudo dos tempos da monarquia dos reis da Dinastia de Borgonha e não referências históricas de uma monarquia centralizadora e poderosa como a Dinastia de Avis. Portugal estava se construindo como nação liberal, e nada mais lógico, do que a nação se mirar em exemplos políticos e nas instituições da dinastia real que construiu o antigo Estado português.

Como vimos podemos notar uma clara preocupação em mostrar a importância do protagonismo histórico dos monarcas em muitos momentos do ensaio *Da Educação* de Garrett, característica também presente no seu romance histórico *Arco de Sant’Ana* publicado em dois volumes, o primeiro em 1845 e o segundo em 1850, no qual a figura de D. Pedro I será explorada e ganhará, no enredo, um papel determinante para os rumos da narrativa ficcional de Garrett.

¹⁵² “D. João II, a quem chamaram o ‘Príncipe Perfeito’, e de quem cantou o maior dos poetas modernos (...) foi certamente um ‘grande monarca’; mas foi ele um ‘bom rei’? – Muita vez foi justo, muita protegeu o povo e o desapressou das vexações da nobreza e usurpações do clero: mas não deu ele o primeiro golpe fatal na antiga constituição do Estado? – em vez de a emendar não a destruiu?” GARRETT, Almeida. “Da Educação” (1829). *Ibidem*, p. 752.

2.3 – A Idade Média de Herculano: temas e interpretações:

A Idade Média europeia, idealizada e interpretada como o período de formação das nacionalidades e local de gênese e formação dos valores morais e culturais dos povos europeus, passou a ser objeto de estudo e de referência estética e histórica para o movimento romântico. O período medieval, caracterizado e definido, cronologicamente, de formas diferentes pelos autores românticos, sem dúvida, foi a maior projeção utópica criada pelo Romantismo.

Uma série de elementos medievais, como castelos, florestas e bosques, dividem espaços, em textos românticos, ficcionais e históricos, com cavaleiros, reis, donzelas e seres fantásticos advindos diretamente do rico imaginário medieval. Universo temático que ajudou o movimento romântico a formular suas bases estéticas e morais e, fundamentar, historicamente, suas reflexões e soluções para as problemáticas sociais, culturais e políticas do período oitocentista.

Alexandre Herculano, como liberal e romântico, absorveu e ajudou a propagar em Portugal a fascinação pela temática medieval. A atração que Herculano sentia pela Idade Média se confundia com a formação do autor como homem¹⁵³ e intelectual comprometido com a estética romântica.

A temática medieval foi assunto tanto de sua prosa ficcional, dividida em novelas e romances históricos, quanto da sua prosa de caráter historiográfico. Essa preocupação em traduzir e interpretar esse período do passado de Portugal fez com que a obra de Herculano gozasse de uma invariável unidade temática¹⁵⁴. A Idade Média construída por Herculano servia como manancial estético, e como fonte, direta e indireta, para pensar as soluções dos problemas sociais, políticos e econômicos de Portugal.

¹⁵³ De forma bastante curiosa o crítico José-Augusto França lembra da comparação feita por Herculano, presente tanto na Introdução da *Voz do Profeta* quanto nos manuscritos de *Cenas de Um Ano de Minha Vida*, entre o episódio das lutas entre D. Pedro IV e D. Miguel e as Cruzadas, e da forma como chama de “cavaleiros” os homens que lutavam no “Batalhão dos Voluntários da Rainha” em prol da defesa de D. Maria. “Não nos esqueçamos de dar lugar nesta cruzada dos tempos novos ao Batalhão dos Voluntários da Rainha. ‘Iguais aos antigos cavaleiros, combatíamos por uma Dama’ – escreveu Herculano”. FRANÇA, José-Augusto. **O Romantismo em Portugal – Estudos de Factos Socioculturais** (Os Anos de Inocência/Os Anos de Loucura). Vol. 1. Lisboa: Livros Horizonte, 1974, p. 134.

¹⁵⁴ “De qualquer face que se olhe, na variedade das suas formas e discursos, sempre a obra herculaniana remete para uma totalidade, sustentada por uma visão arquitectónica que realiza a síntese de vários princípios e fundamentos teóricos e estéticos”. PEREIRA, B. Capelo. “Verbete: Herculano”. In: BUESCU, Helena Carvalhão (Coord.). **Dicionário do Romantismo Literário Português**. Lisboa: Editorial Caminho, S.A., 1997, p. 224.

Para Herculano, o período medieval português teve início com a independência de Portugal em relação ao território do reino de Leão¹⁵⁵, durante as guerras de Reconquista, e se estendeu até o advento de um modelo político centralizado, relacionado ao período do Renascimento e das Grandes Navegações. Corte temporal que tem início no século XII e se estende até o século XVI.

Com o advento do Renascimento, tem início, para Herculano, a decadência da nação portuguesa, caracterizada por uma nociva centralização política, pelo desequilíbrio das forças sociais e pela corrupção dos costumes¹⁵⁶. Elementos que fizeram com que a nação portuguesa se afastasse de sua “índole”, de sua configuração política, social e moral originária, presente nas instituições medievais.

As importantes “Cartas sobre a História de Portugal”, publicadas originalmente na *Revista universal lisbonense*, em 1842¹⁵⁷, serviram de prévia temática para a *História de Portugal*, publicada em quatro volumes no período que vai de 1846 a 1853. Na mesma época, o autor redigiu e publicou as primeiras versões de seus romances e novelas históricas.

Entre 1837-1838, (Herculano) terá escrito pequenas narrativas, embora a sua actividade mais significativa, neste domínio, date da década de quarenta, com a publicação, na revista *O Panorama*, de *O Monge de Cister*, em 1841 (saiu em volume

¹⁵⁵ “É pois na separação de Portugal do reino leonês que a nossa história começa: tudo o que fica além desta data pertence, não a nós, mas á Hespanha em geral: é essa a primeira balisa para a divisão das nossas epochas.” HERCULANO, Alexandre. “Cartas para a História de Portugal - Carta V”. In: HERCULANO, Alexandre. **Opúsculos – Tomo V**. 1ª edição de 1842. Portugal: Livraria Bertrand, s/d, p. 128.

¹⁵⁶ “Assim, no fim do século XV há verdadeiramente um ponto de intersecção na vida da monarquia: a atividade que ela estava habituada a empregar nos seus rijos combates com a aristocracia, e em buscar a aliança da democracia para a fazer suicidar ao passo que dela se ajudava para vencer o privilegio; essa atividade, digo, espraia-se nos descobrimentos e conquistas, porque não tem já objeto nas fórmulas sociais: nestas a sua ação benéfica cessa porque está completa, e principia a sua ação deletéria; no lugar da ordem põe a servidão; em vez do repouso da paz produz a quietação do temor; á moralidade substitui a corrupção dos costumes. Pervertida a índole nacional, enfraquecida a energia interior do povo, o poderio exterior começa a desmoronar-se logo: o primeiro sintoma de morte claro e indubitável aparece no desamparar as praças da África em tempo de D.João III. O ultimo arranco da nação não tarda: é o estertor dos moribundos nos campos de Alcacer-Kebir.” HERCULANO, Alexandre. **Idem**. 1842, p. 154-155.

¹⁵⁷ “Na verdade, com a publicação, em 1842, das suas *Cartas sobre a História de Portugal* (eco das *Lettres sur l’histoire de France*, de Thierry), (Herculano) lançou os pressupostos teóricos de um programa que, se não foi inteiramente cumprido, recebeu, porém, inovadoras (e duradouras) concretizações, que colocaram o seu autor como o grande fundador da nossa historiografia moderna”. CATROGA, Fernando. “Romantismo, Literatura e História”. In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal (O Liberalismo/ 1807 – 1890)**. 5º Volume. Portugal: Editorial Estampa, 1998, p. 466.

em 1848); de *O Bobo*, em 1843 (em volume em 1878) e “O Bispo Negro” (1839), que, em conjunto com outras, foram compiladas em *Lendas e Narrativas* (1ª edição de 1851; 2ª edição, 1858; 3ª edição de 1865). (CATROGA, 1998, p. 53)

Toda essa profícua produção gravita em torno do estudo e da glorificação da Idade Média¹⁵⁸.

A Idade Média nas *Cartas* surge como o primeiro dos dois grandes ciclos que formam a História portuguesa, compreendendo o período de gênese da nação e das instituições que guiam os eventos históricos da época. Ciclo histórico digno de estudo e reflexão, já que Herculano, assim como outros historiadores românticos do período¹⁵⁹, vê a História como “ciência de aplicação”¹⁶⁰.

Como historiador comprometido com o presente, ele se propôs a romper com a tradicional glorificação histórica que se fazia ao Antigo Regime e à sua sede de conquistas e construir, por meio de sua prosa, liberal e romântica, um novo consenso histórico, que colocaria a Idade Média como principal protagonista¹⁶¹.

¹⁵⁸ “As recordações da terra da pátria não são, porém, mais que as memórias de uma numerosa família. Há muito que para elas voltei as minhas predileções. E não sei, até, quem possa deixar de o fazer em tempos como os que ora correm. (...). Qual será a nação que amarrada ao poste do padecer, ludibriada e apupada por todos e por tudo, despida, coberta de lodo, cheia de pisaduras e feridas, se não volte para os tempos que passaram, quando esses tempos foram feracíssimos de muitos gêneros de grandezas e de glórias, (...) Quem, vendo diante de si desfolharem-se uma a uma todas as esperanças, se não retrai do presente, e não vai pelo campo santo dos séculos buscar e colher saudades de consolação?” HERCULANO, Alexandre. *Idem*. 1842, p. 35 e 36.

¹⁵⁹ “O romantismo e, neste particular, o romantismo português, pôs em ação uma espécie de hermenêutica espontânea, ao sublinhar que a valorização do passado só seria socialmente útil se fosse medida pelas preocupações do presente”. CATROGA, Fernando. *Idem*, p. 46.

¹⁶⁰ “Limitar-me-ei nestas cartas a falar do primeiro ciclo, porque o julgo o mais importante, ou antes o único importante, se considerarmos a história como ciência de aplicação.” HERCULANO, Alexandre. *Ibidem*. 1842, p. 129.

¹⁶¹ Atitude reformista que não foi exclusiva de Herculano, mas que esteve presente em todo movimento romântico, como nos deixa claro Fernando Catroga: “O intelectual romântico, na linha de desenvolvimento de uma posição que já vinha do século XVIII, sentiu-se participante de uma “república das letras”, constituída por todos aqueles que, tendo ascendido por mérito (e não por nascimento ou riqueza) ao papel de mediadores da verdade, deviam irradiar uma nova cultura, tendo em vista reformar a “alma nacional”. Por isso, principalmente na primeira fase do romantismo, aquele se afirmou como um educador e defendeu que só uma profunda revolução cultural poderia ajudar à construção de uma nova sociedade em que os indivíduos, compreendendo-se como entidades unívocas, interiorizassem, igualmente, imperativos sociabilitários. E isto explia a centração simultaneamente subjectiva (a descoberta do eu) e sociabilitária (a valorização do “Volksgeist”) do pensamento social romântico, e o seu esforço para renovar os sentimentos e as instituições religiosas, em ordem a conseguir-se renovar os sentimentos e as instituições religiosas, em ordem a conseguir-se a cimentação de um novo consenso social alternativo ao do Antigo Regime, que se pretendia destruir.” CATROGA, Fernando. *Ibidem*, 1998. p. 45.

Nem descobrimentos, nem conquistas, nem comércios estabelecidos pelo privilegio da espada, nem o luxo e majestade de um império imenso, nos podem ensinar hoje a sabedoria social. Os instintos maravilhosos de uma nação que tende a constituir-se; as lutas dos diversos elementos políticos; as causas e efeitos do predomínio e abatimento das diferentes classes da sociedade; os vícios das instituições incompletas e incertas, que obrigaram não só nossos avós, mas toda a Europa, a deixar o progresso natural e lógico da civilização moderna para se lançar na imitação necessária, mas bastarda, da civilização antiga; a existência enfim intelectual, moral e material da idade-média é que pode dar proveitosas lições á sociedade presente, com a qual tem muitas a mui completas analogias. (HERCULANO, 1842, p. 140)

Diante dessas palavras de Herculano, fica clara a intenção de traduzir o presente sob a ótica inspiradora do passado e de investigar a Idade Média portuguesa a partir de suas instituições e de sua existência “intelectual, moral e material”.

(...) uma certa leitura da Idade Média (feita com algum exagero no que concerne às virtudes do poder paternal do rei, às franquias municipais e à descentralização) servia não só para criticar os caminhos que a Revolução Liberal estava a seguir como para balizar, simultaneamente, um momento de apogeu que o absolutismo subsequente, ao construir uma sociedade em que a ‘unidade’ e a ‘autoridade’ se sobrepuseram à ‘liberdade’ e à ‘diversidade’, levou à decadência. (...) A partir daqui, Portugal, com a crescente centralização política, o fanatismo religioso, o abandono da agricultura, foi decaindo, num ritmo que desaguou na Revolução Liberal, vista por Herculano como um desafio que podia culminar no fechamento completo do ciclo regressivo ou, ao contrário, num movimento regenerador (CATROGA, Fernando. 1998, p. 469).

Dentre as instituições organizadoras da vida política e social da Idade Média portuguesa estavam os “concelhos municipais”, que, na visão de Herculano,

constituíram importantes “células” de discussão dos problemas locais e possuíam a capacidade de exercer uma força de “equilíbrio” político entre os setores sociais medievais portugueses. Para ele, esses “concelhos municipais” eram o maior exemplo da “liberdade” e da “diversidade” existente no período medieval.

Na sua interpretação sobre o passado medieval português, as instituições, quando bem organizadas e em sintonia com a “índole” da nação, tinham a capacidade de sustentar todo o corpo social e promover o seu equilíbrio.

Dentro desse raciocínio, nas *Cartas*, ele relaciona o sucesso da invasão dos árabes na Península Ibérica, no século VIII, à decadência moral e institucional dos visigodos¹⁶². Por conseguinte, o domínio árabe na Península chegou ao fim quando o modelo de organização institucional da sociedade islâmica se esgotou e passou a refletir uma iminente decadência.

Em suas palavras: “(...) as instituições e costumes de qualquer povo são a sua fisiologia, pela qual se lhe explica principalmente o curto ou o dilatado da vida” (HERCULANO, 1842, p. 40).

Em 1843, nas páginas do *Panorama*, Herculano publicou o seu romance histórico mais famoso, *Eurico, o presbítero*¹⁶³. A narrativa, além de relatar a história de amor do guerreiro Eurico e da nobre Hermengarda, apresenta uma interpretação histórica da sociedade visigótica e dos invasores árabes que corrobora com a visão histórica contida nas *Cartas*.

Logo nos primeiros capítulos do romance, Herculano relata a visível decadência dos visigodos traduzida na corrupção moral dos seus nobres, no arrefecimento do ímpeto guerreiro e na perda do frescor original da sua índole. Para ele, o apogeu do império gótico ocorreu com a fusão das instituições “bárbaras” com as romanas e com a conversão dos godos ao Catolicismo¹⁶⁴, mas, ao lado dessas características

¹⁶² “Tanto que o império visigodo desabou em ruínas ao embate violento do entusiasmo e pericia militar dos árabes, e a policia e civilização destes substituiu nas Espanhas a muito mais viciosa e incompleta civilização dos godos, (...)” HERCULANO, Alexandre. *Ibidem*. 1842, p. 40.

¹⁶³ O romance será analisado de forma mais criteriosa no capítulo 3 do presente trabalho.

¹⁶⁴ “Desde essa época, a distinção das duas raças, a conquistadora ou goda e a romana ou conquistada, quase desaparecera, e os homens do norte haviam-se confundido juridicamente com os do meio-dia em uma só nação, para cuja grandeza contribuíra aquela com as virtudes ásperas da Germânia, esta com as tradições da cultura e política romanas. As leis dos cézares, pelas quais se regiam os vencidos, misturaram-se com as singelas e rudes instituições visigóticas, e já um código único, escrito na língua latina, regulava os direitos e deveres comuns quando o arianismo, que os godos tinham abraçado abraçando o evangelho, se declarou vencido pelo catolicismo, a que pertencia a raça romana. Esta conversão dos vencedores à crença dos subjulgados foi o complemento da fusão social dos dois povos. (...). As virtudes civis e, sobretudo, o amor da pátria tinham nascido para os godos logo que, assentando

civilizacionais enobrecedoras, o lado negativo da decadente sociedade romana também deixou suas marcas entre os visigodos¹⁶⁵.

Na época da invasão dos árabes na Península, a “perversão moral” herdada dos romanos chegou ao seu momento de apogeu na sociedade gótica, desencadeando uma série de problemas de ordem política, econômica e social.

Mas no fim do século sétimo eram já bem raros aqueles em quem as tradições da cultura romana não havia subjulgado os instintos generosos da barbaria germânica e a quem o cristianismo fazia ainda escutar o seu verbo íntimo, esquecido no meio do luxo profano do clero e da pompa insensata do culto exterior. Uma longa paz com as outras nações tinha convertido a antiga energia dos godos em alimento das dissensões intestinas, e a guerra civil, gastando essa energia, havia posto em lugar dela o hábito das traições covardes, das vinganças mesquinhas, dos enredos infames e das abjeções ambiciosas. O povo, esmagado debaixo do peso dos tributos, dilacerado pelas lutas dos bandos civis, prostituído às paixões dos poderosos, esquecera completamente as virtudes guerreiras de seus avós. (HERCULANO, 1999, p. 15)

O Cristianismo para Herculano, assim como foi definido por Victor Hugo no prefácio de *Cromwell*, aparece como a grande religião definitiva da Humanidade, como aquela capaz de trazer o acalanto moral e ético para os homens e uni-los sob um mesmo ideal de fraternidade universal. A Igreja Católica, como instituição, foi alvo de críticas tanto por parte de Herculano quanto de Hugo, contudo, ambos, sempre ressaltaram o importante papel da força integradora exercida pela religião cristã.

o seu domínio nas Espanhas, possuíram de pais a filhos o campo agricultado, o lar doméstico, o templo da oração e o cemitério do repouso e da saudade. Nestes corações, onde reinavam afetos ao mesmo tempo ardentes e profundos, porque neles a índole meridional se misturava com o caráter tenaz dos povos do norte, a moral evangélica revestia esses afetos de uma poesia divina, e a civilização ornava-os de uma expressão suave, que lhes realçava a poesia.” HERCULANO, Alexandre. **Eurico, o presbítero**. 1ª publicação no *Panorama* em 1843. São Paulo: Editora Ática, 1999, p. 14 e 15.

¹⁶⁵ “A civilização, porém, que suavizou a rudeza dos bárbaros era uma civilização velha e corrupta. Por alguns bens que produziu para aqueles homens primitivos, trouxe-lhes o pior dos males, a perversão moral. A monarquia visigótica procurou imitar o luxo do império que morrera e que ela substituíra. Toletum quis ser a imagem de Roma ou de Constantinopla. Esta causa principal, ajudada por muitas outras, nascidas em grande parte da mesma origem, gerou a dissolução política por via da dissolução moral.” HERCULANO, Alexandre. **Idem**. 1999, p. 14.

Em Herculano, o peso histórico exercido pelo Cristianismo alcançou um papel de destaque em sua análise e interpretação do passado medieval. Mesmo nos momentos em que se viu atacado publicamente por membros ligados à Igreja, como no famoso episódio envolvendo a sua leitura sobre o “Milagre de Ourique”, e na publicação de sua obra *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal* (1854-1859), Herculano nunca abandonou sua crença na mensagem humanística do Cristianismo.

Podemos nos arriscar em dizer que esse tratamento especial reservado pelo autor do *Eurico* ao Cristianismo não é só fruto de sua educação religiosa com os Oratorianos, mas também uma solução interpretativa advinda de seu contato com as ideias do “Sturm und Drang”, em especial com algumas teses de Herder.

Tanto Hugo quanto Herculano, representantes de um Romantismo cosmopolita, beberam da rica fonte teórica do “Sturm und Drang” e do Romantismo alemão. Discussões estéticas, posicionamentos políticos e reflexões historicistas chegavam até esses autores, muitas vezes, de apropriações e divulgações enviesadas das ideias, mas, contudo, o profícuo diálogo entre eles não se anulava.

No seu trabalho sobre Herder, intitulado *Vico e Herder*, Isaiah Berlin coloca o Cristianismo¹⁶⁶ como um dos elementos centrais para se compreender a leitura e a interpretação que Herder faz da História. Visão que será corroborada por Herculano, pelo menos como elemento civilizador e “racional” dentro da dinâmica histórica medieval.

Após analisar em seu livro *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade* a decadência da sociedade romana, Herder, assim como Herculano e Hugo, vê o caráter universal e a face civilizatória e humanitária do Cristianismo:

Ninguém pode negar que essa mesma religião, nascida de modo tão espantoso, devia, no sentido antevisto pelo seu fundador (e não quero discutir se assim aconteceu de facto na aplicação que lhe foi dada em cada época), vir a tornar-se religião da humanidade, impulso para o amor, elo de ligação entre todas as nações capaz de as transformar num exército fraternal. Era esta a sua finalidade, de extremo a

¹⁶⁶ “O Cristianismo, explicou, é uma religião universal; ele abrange todos os homens e todos os povos; ele transcende todas as lealdades locais e temporárias, na adoração do que é eterno e universal”. BERLIN, Isaiah. **Vico e Herder**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, p. 141.

extremo! E é igualmente certo que essa religião (apesar do que dela possam ter feito mais tarde o seus seguidores) foi a primeira que pregou verdades tão puramente espirituais, deveres tão fundados no coração, sem recurso a roupagens desnecessárias, a superstições, a ornamentos, a violações. A primeira que pretendeu reformar apenas o coração humano, todos os corações, sem exceção. (HERDER, 1995, p. 52)

Nas suas *Cartas*, Herculano trabalhou com muitos aspectos históricos que despontaram como elementos chaves na sua visão de Idade Média, entre eles o papel civilizador do Cristianismo e a índole guerreira dos portugueses. A importância dessas forças basilares do passado português fica mais evidente quando o autor analisa a entrada da visão de mundo renascentista em Portugal no século XVI.

No século XVI o renascimento invadiu a história, como invadia tudo. As sociedades modernas faziam visagens e momos de um ridículo sublime, para se mascararem á romana. Assim como os legistas substituíam as instituições do império ás instituições da idade-média; assim os eruditos ajustavam as letras e as ciências pelo tipo clássico de gregos e romanos. (...). No meio dessa fúria latinisante e grecisante como passaria Portugal, este filho legítimo da idade-média, batizado em sangue de infiéis num campo de batalha, sem o santo crisma da religião latina? Portugal era uma palavra inarmônica, monstruosa, incrível. Qual academia, qual universidade quereria aceitá-la no seu grêmio? (...). Como dar uma designação latina, pura e suave ao nome brutal e feroz dos portugueses? Os *portugallenses* dos velhos pergaminhos transudavam por todos os poros a barbaridade. (HERCULANO, 1842, p. 122 e 123)

Assim como as sociedades góticas e árabes chegaram ao seu período de decadência, a sociedade medieval cristã portuguesa, ao permitir que elementos estranhos a sua conjuntura, encarnados na retomada da cultura e das instituições pagãs, se firmassem como política oficial, fez com que a decadência dessa sociedade medieval se acelerasse.

Nas palavras de Herculano: “(...) a virilidade moral da nação portuguesa completou-se nos fins do século XV, e a sua velhice, a sua decadência como corpo social, devia começar imediatamente.” (HERCULANO, 1842, p. 131)

O domínio árabe na Península Ibérica é visto, nas *Cartas*, como um período histórico marcado pelo “*caos*”, traduzido por um “misto confuso e monstruoso de todas as virtudes e de todas as atrocidades” (HERCULANO, 1999, p. 42). Esse “caos”, em parte, é explicado pelo avanço das disputas internas envolvendo os territórios de domínio árabe, mas, sobretudo, pela ausência da força moral exercida pelo Cristianismo.

Entre os árabes, apesar da cultura intelectual, predominava a barbaria moral; as letras e as ciências, levadas a um alto grau d’espendor, não suavizaram jamais os costumes ferozes dos maometanos, porque a civilização moral nunca existiu na terra senão por benefício do cristianismo. (...) a civilização dos árabes, assentando sobre a falsa base do Islamismo, brevemente envelheceu e tornou-se em corrupção de costumes, enfraquecendo e envilecendo os ânimos. O quadro moral da Espanha maometana no meado do século XII, que no livro intitulado *Regimento de príncipes e capitães* fez Ben Abdelvahed, é espantoso, e quanto ao estado político a situação dos árabes não era melhor. (HERCULANO, 1842, p. 42 e 44).

A leitura histórica de Herculano a respeito dos árabes que viveram na Península Ibérica e do Islamismo foi corroborada, anos mais tarde, na “Introdução” da *História de Portugal* e no conto “O Alcaide de Santarém”. Nesses dois exemplos da prosa herculaniana, escritos em menos de uma década desde a produção das *Cartas*, a religião cristã professada por Herculano servirá, novamente, de elemento basilar para suas interpretações históricas.

A narrativa histórica “O Alcaide de Santarém” foi publicada, primeiramente, na revista “A Ilustração” em 1845 e, posteriormente, fez parte da coletânea de contos históricos *Lendas e Narrativas* de 1851.

O conto, basicamente, retrata um episódio ocorrido com o califa de Córdoba, Abdu-rahman III, da dinastia dos Benu-Umeyyas, entre os anos de 949 a 961, durante o seu governo em Al-Andaluz.

O califa Abdu-r-rahman, em meio a disputas territoriais com os cristãos, foi alvo de uma tentativa de golpe envolvendo o seu filho Abdalá, preterido na sucessão do governo de Córdoba. O escolhido para suceder o pai no trono era o filho mais velho do califa, Al-hakem.

Na narrativa, a traição de Abdalá foi descoberta pelo califa por ajuda de um misterioso faquir de nome Al-muulin, também conhecido como Al-ghafir, o triste. O faquir vivia no cemitério Al-tamarah e era visto pela população como uma mistura de profeta e santo.

Era um mistério a sua pátria, a sua raça, donde viera. Passava a vida pelos cemitérios ou nas mesquitas. Para ele o ardor da canícula, da neve ou as chuvas do inverno eram como se não existissem. Raras vezes se via que não fosse lavado em lágrimas. Fugia das mulheres, como de um objeto de horror. O que, porém, o tornava geralmente respeitado ou, antes, temido, era o dom de profecia, o qual ninguém lhe disputava. Mas era um profeta terrível, porque as suas predições recaíam unicamente sobre futuros males. No mesmo dia em que nas fronteiras do império os cristãos faziam alguma correria ou destruíam alguma povoação, ele anunciava publicamente o sucesso nas praças de Córdoba. Qualquer membro da família numerosa dos Benu-Umeyyas caía debaixo do punhal de um assassino desconhecido, na mais remota província do império, ainda das do Mogreb ou Mauritânia, na mesma hora, no mesmo instante, às vezes, ele o pranteava, redobrando os seus choros habituais. O terror que inspirava era tal que, no meio de um tumulto popular, a sua presença bastava para fazer cair tudo em mortal silêncio. A imaginação exaltada do povo tinha feito dele um santo, santo como o Islamismo os concebia; isto é, como um homem cujas palavras e cujo aspecto gelavam de terror. (HERCULANO, s/d, p. 49)

Na caracterização de Al-muulin, Herculano se utiliza de alguns elementos tipicamente românticos que podem ser facilmente notados em outras personagens do

seu universo ficcional. O isolamento do faquir foi comungado, por exemplo, por Eurico, protagonista do *Eurico, o presbítero* e Vasco, protagonista do *Monge de Cister*, e o caráter apaixonado de suas ações e motivações, anunciadas no desenrolar da trama, também acabaram sendo uma tônica comum dessas personagens.

Além desse diálogo com outros escritos de nosso autor, o início da sombria história envolvendo o califa, seus dois filhos e o faquir está repleto de elementos que nos remetem a atmosfera do “medievalismo romântico” de Hugo em *Notre-Dame de Paris*. Corroborando essa ideia, nota-se o importante papel que a crença na profecia e nos presságios desempenham na narrativa, como presença dum iminente destino trágico que aguarda os protagonistas.

Esses sinais de mau agouro, herdeiros duma certa tradição gótica ou “negra” captada pela literatura romântica, pode ser exemplificado na descrição do palácio Merwan, morada dos primeiros califas e de Abdalá e, assim como a Catedral de Notre-Dame de Hugo, símbolo do poder político e do controle religioso, moral e ético exercido pelos muçulmanos do período.

O palácio Merwan, junto dos muros de Córdoba, distingue-se à claridade duvidosa da noite pelas suas formas maciças e retangulares, e a sua cor tismada, bafo dos séculos que estristece e santifica os monumentos, contrasta com a das cúpulas aéreas e douradas dos edifícios. (...). Como Azarat e como Córdoba, calado e aparentemente tranquilo, o palácio Merwan, a antiga morada dos primeiros califas, suscita ideias sinistras, enquanto o aspecto da cidade e da vila imperial unicamente inspiram um sentimento de quietação e paz. (...), o clarão avermelhado que ressumbra da mais alta das raras frestas abertas na face exterior da sua torre albarrã, a maior de todas as que o cercam, a que atalaia a campanha. Aquela luz, no ponto mais elevado do grande e escuro vulto da torre, é como um olho de demônio, que contempla colérico a paz profunda do império e que espera ansioso o dia em que renasçam as lutas e as devastações de que por mais de dois séculos fora teatro o solo ensanguentado da Espanha. (HERCULANO, s/d, p. 51)

Como faquir e profeta, Al-muulin se apresenta ao califa para anunciar a traição de Abdalá e do cúmplice Al-barr, instigados nas suas ações, secretamente por ele¹⁶⁷ por meio duma falsa profecia. Após apresentar uma série de cartas que revelavam a inegável participação de Abdalá na revolução o califa se convence da traição do filho.

Essas cartas, além de mostrarem a aliança entre o filho mais novo do califa e os rebeldes das fronteiras do oriente, os Benu-Hafsun, também mostravam uma série de correspondências trocadas entre ele e Ummeyya-ibn-Ishak, antigo alcaide de Santarém e inimigo declarado do califa.

Com a prova da deslealdade de Abdalá, o califa se convence da perfídia ligada à imagem filho e manda matá-lo¹⁶⁸. Após a morte do filho, Abdu-r-rahman cai numa profunda melancolia que o isola de todos e o faz abandonar o governo aos cuidados do filho mais velho, Al-hakem¹⁶⁹.

Al-muulin, com esse ato de fidelidade ao califa, passa a morar no palácio de Azarat e a exercer uma grande influência e domínio moral junto a Abdu-r-rahman.

Abdu-r-rahman parecia inteiramente dominado pelo rude faquir, e, ao vê-lo, qualquer um poderia ler no rosto do velho príncipe os sentimentos opostos do terror e do afeto, como se metade da

¹⁶⁷ Logo no início da trama, Al-muulin faz um “presságio” para Abdalá sobre o sucesso de sua empreitada, encorajando, mais ainda, o jovem príncipe a se levantar contra o pai e o irmão. “(...) Al-muulin, o pobre faquir penitente e quase cego de chorar as próprias culpas e as culpas dos homens, mas a quem Deus, por isso, ilumina, às vezes, os olhos da alma para antever o futuro ou ler no fundo dos corações. Li no vosso, homens de sangue, homens de ambição! Sereis satisfeitos! O Senhor pesou na balança dos destinos a ti, Abdalá, e a teu irmão Al-hakem. Ele foi achado mais leve. A ti o trono; a ele o sepulcro. Está escrito. Vai; não pares na carreira, que não te é dado parar! Volta a Córdoba. Entra no teu palácio Merwan; é o palácio dos califas da tua dinastia. Não foi sem mistério que teu pai to deu por morada. Sobe ao sótão da torre. Aí acharas cartas do kayid de Chantaryn e delas verás que nem ele, nem o vali de Zarkosta, nem os Benu-Hafsun faltam ao que te juraram!”. HERCULANO, Alexandre. “O Alcaide de Santarém”. In: HERCULANO, Alexandre. **Lendas e Narrativas**. São Paulo: Editora Cultrix, s/d, p. 48.

¹⁶⁸ “Ao romper da manhã todos os conspiradores que residiam em Córdoba estavam presos, e muitos mensageiros tinham partido, levando as ordens de Abdu-r-rahman aos vâlis das províncias e aos generais das fronteiras. Apesar das lágrimas e rogos do generoso Al-hakem, que lutou tenazmente por salvar a vida de seu irmão, o califa mostrou-se inflexível. A cabeça de Abdalá caiu aos pés do algoz na própria câmara do príncipe no palácio Merwan. Al-barr, suicidando-se na masmorra em que o tinham lançado, evitou assim o suplício.” HERCULANO, Alexandre. “O Alcaide de Santarém”. In: HERCULANO, Alexandre. **Lendas e Narrativas**. São Paulo: Editora Cultrix, s/d, p. 59.

¹⁶⁹ “Numa alcova do palácio de Azarat via-se reclinado um velho sobre as almofadas persas de um vasto almatrá ou camilha. Os seus ricos trajes, orlados de peles alvíssimas, faziam sobressair as feições enrugadas, a palidez do rosto, o encovado dos olhos, que lhe davam ao gesto todos os sintomas de cadáver. Pela imobilidade dir-se-ia que era uma destas múmias que se encontram pelas catacumbas do Egito, apertadas entre as cem voltas das suas faixas mortuárias e inteiriçadas dentro dos sarcófagos de pedra. (...). Encerrado, durante os últimos tempos da vida, no palácio de Azarat, a maravilha de Espanha, abandonara os cuidados do governo ao seu sucessor Al-hakem.” HERCULANO, Alexandre. “O Alcaide de Santarém”. **Idem**. p. 60 – 61.

sua alma o arrastasse irresistivelmente para aquele homem, e a outra metade o repelisse com repugnância invencível. (...). Sentindo avizinhar a morte, Abdu-r-rahman tinha sempre diante dos olhos que esse faquir era como o anjo que devia conduzi-lo pelos caminhos da salvação até o trono de Deus. (HERCULANO, s/d, p. 61)

Para Abdu-r-rahman, o faquir, mesmo sendo muitas vezes irônico e dotado dum sorriso misterioso e diabólico, era visto como um predestinado, um homem santo que deveria ser ouvido e obedecido em suas mensagens vindas dos céus, mesmo que essas fossem cobertas de amargor e sofrimento.

Ao lado da nefanda presença de Al-muulin, o califa vai, lentamente, perdendo a sua vitalidade e vê, cada vez com mais nitidez, a aproximação da morte.

No final da narrativa, Herculano tece um cenário melancólico, sombrio e poético, para anunciar a eminente morte do califa¹⁷⁰. Abdu-r-rahman, numa tentativa de apaziguar suas últimas horas de sofrimento procura uma inexistente palavra de conforto do faquir. Indignado o califa desabava para Al-muulin.

Conheço que se aproxima a hora fatal – dizia o califa – Nestas veias em breve se gelará o sangue; mas, santo faquir, não me será lícito confiar na misericórdia de Deus? Derramei o bem entre os muçulmanos, o mal entre os infiéis, fiz emudecer o livro de Jesus perante o de Maomé, e deixo a meu filho um trono firmado no amor dos súditos e na veneração e o temor dos inimigos da dinastia dos Benu-Umeyyas. Fiz quanto a um homem era dado fazer pela glória do Islã. Que mais pretendes? – Por que, não tens nos lábios, para o pobre moribundo, senão palavras de terror? – Por que, há tantos anos, me fazes beber, gole a gole, a taça da desesperação? (HERCULANO, s/d, p. 62)

¹⁷⁰ “A noite descia triste: as nuvens corriam rapidamente do lado do oeste e deixavam, de quando em quando, passar um raio afogueado do sol que se punha. O vento tépido, úmido e violento fazia ramalhar as árvores dos jardins que circundavam os aposentos de Abdu-r-rahman. As folhas, retintas já de verde-amarelo e mortal, desprendiam-se das franças das romeiras, dos sarmentos das videiras e dos ramos dos choupos em que estas se enredavam, e, remoinhando nas correntes da ventania, iam, iam, até rastejar pelo chão e começar na grama seca dos prados. O califa, exausto, sentia aquele cicio da vegetação moribunda chamá-lo, também, para a terra, e a melancolia da morte pesava-lhe sobre o espírito.” HERCULANO, Alexandre. “O Alcaide de Santarém”. *Idem*. p. 62.

Al-muulin se alegra com o sofrimento do califa e revela toda a trama de sua vingança, incluindo a sua verdadeira identidade, Umeyya-ibn-Ishak, alcaide de Santarém. Toda a privação que passara no cemitério e todo o tempo que passara ao lado do seu inimigo fora para vingar a morte do seu irmão, Mohammed-ibn-Ishak, antigo vizir do califa¹⁷¹. O enfraquecido e admirado pai de Abdalá termina morrendo diante do seu falso profeta.

Abdu-r-rahman foi enganado pelo falso faquir, tudo que mais acreditava, como a lealdade filial, o poder benemérito proporcionado pela fé religiosa e a caridade despretensiosa dos seus súditos, se revelou frágeis ilusões, mas será que foi também enganado dentro de sua crença no Islão? Para Herculano, parece que sim.

Na “Introdução” da *História de Portugal*, Herculano faz um amplo panorama do domínio árabe na Península e pontua como característica central desse período um grande esplendor material e cultural conduzido por uma incansável disposição guerreira. Contudo, a presença muçulmana foi marcada por uma confusa rede de traições e por uma falta de unidade social entre as populações muçulmanas e moçárabes.

Para Herculano um dos motivos desse “caos” histórico, como já havia pontuado nas “Cartas”, foi a propagação dos princípios da religião islâmica. Ideia que serviu de inspiração para nortear alguns caminhos interpretativos que seguirá para compreender a dinâmica histórica do domínio árabe na Península em dois séculos de conquista.

O leitor tem seguido connosco a série de revoluções de que a Espanha foi vítima desde a conquista árabe. A fraqueza e falta de harmonia nas instituições políticas, estribadas apenas nas doutrinas falsas ou incompletas do Corão, a diversidade de raças unidas só pelo vínculo moral de uma crença comum e o despotismo ilimitado do supremo poder eram as causas principais dessa febre violenta que trazia o corpo social em agitação perpétua, a qual, se a observarmos atentamente, chega a produzir no espírito uma espécie de vertigem. Não temos visto

¹⁷¹ “No tempo deste célebre, virtuoso, ilustrado e justiceiro monarca havia no seu divã um vazir, homem sincero, zeloso da lei do Profeta e que não sabia torcer por humanos respeitos a voz da sua consciência. Chamava-se Mohammed-ibn-Ishak, e era irmão de Umeyya-ibn-Ishak, kayid de Chantaryn, um dos guerreiros mais ilustres do Islã, segundo diziam. Ora esse vazir caiu no desagrado de Abdu-r-rahman, porque lhe falava verdade e rebatia as adulações dos seus lisonjeiros. Como o califa era generoso, o desagrado para com Mohammed converteu-se em ódio, e como era justo, o ódio breve se traduziu numa sentença de morte. A cabeça do ministro caiu no cadafalso, e a sua memória passou à posteridade manchada pela calúnia.” HERCULANO, Alexandre. “O Alcaide de Santarém”. *Ibidem*. p. 63.

no decurso de dois séculos passar diante dos olhos senão levantamentos, batalhas, desmembrações, que sucedem rapidamente umas às outras. A civilização não alcança opor barreiras à desordem, que se renova, transforma-se, multiplica-se, toma todos os aspectos, busca todos os pretextos. O quadro que nos oferece a Espanha repete-se em África, na Ásia, onde quer que os sectários do Profeta levaram a fé muçulmana e a organização que em tal crença se fundava. Era ela, pois, a causa do mal. Ao passo que no Ocidente o cristianismo ia lançando as bases da paz e da ordem entre os povos semibárbaros e ferozes que adoravam o Deus do Calvário, as gentes maometanas do Oriente, incomparavelmente mais civilizadas, caminhavam para a dissolução e para a barbaria à sombra do estandarte ensanguentado do islamismo. Contraste singular, na verdade; prova sublime, posto que dolorosa, da origem pura e divina da crença cristã e da vaidade e mentira destouta, que pelo fanatismo soubera fazer conquistadores, mas que se mostrou sempre inábil para constituir sociedades regulares e duradouras. (HERCULANO, 2007, p. 117-118)

Neste trecho retirado da “Introdução” da *História de Portugal* fica clara a relação que Herculano estabelecia entre o Islamismo e os inúmeros conflitos vivenciados pelos muçulmanos na Península. Para Herculano, a religião de Maomé era a “causa do mal” que eclipsava toda cultura árabe e toda tentativa de organização política e social.

Parece que para Herculano, a grande tragédia da vida do califa Abdu-r-rahman no “Alcaide de Santarem” não foi a traição e execução do seu filho Abdalá, mas a dedicação sem sentido a causa do Islão.

Com a análise do conto “O Alcaide de Santarem” a luz das “Cartas” e da “Introdução” da *História de Portugal*, podemos notar a irrefutável unidade da obra herculaniana e da necessidade da leitura em paralelo da sua prosa, ficcional e historiográfica, para a compreensão dos objetivos interpretativos históricos de Herculano.

Na “Introdução” da *História de Portugal* encontramos a história do reinado de Abdu-r-rahman e os eventos históricos já previamente registrados no conto “O Alcaide de Santarém”. Além de relatar a aliança do alcaide de Santarém com o rei de Leão e a

tentativa de revolução de Abdalá, chamado aqui de Abdullah¹⁷², Herculano enfatiza a grandeza do reinado do califa que, no final, acabou sendo sem sentido pela ausência civilizadora do Cristianismo.

A corte esplêndida de Córdoba era frequentada pelos homens mais célebres nas ciências e nas letras que possuía o islamismo, e a fama das grandezas e poder do califa obrigava os mais poderosos príncipes da Europa a enviarem-lhe embaixadas e a proporem-lhe alianças. (...). Apesar, porém, de tantos favores da fortuna, diz-se que o califa deixara notara numa espécie de diário, em que ia apontando os sucessos da sua vida, que nos cinquenta anos em que reinara amado dos súbditos, temido dos inimigos, acatado por todos e saciado de deleites, apenas gozara catorze dias de ventura estreme. (HERCULANO, 2007, p. 121)

Assim como no conto, o califa Abdu-r-rahman morre, espiritualmente desamparado e sem o conforto da crença na verdadeira fé.

Mesmo enfatizando em muitos momentos de sua prosa histórica e ficcional a importância do uso das fontes e a leitura de uma bibliografia historiográfica especializada, Herculano, nas suas análises e interpretações históricas, foi guiado pelo cabedal teórico e temático do Romantismo.

A relação de Herculano com os temas medievalista tinha como dupla referência a prosa ficcional romântica, das novelas e romances históricos, e os trabalhos produzidos

¹⁷² “O vali de Santarém, que tinha razões de queixa contra Abdu r-Rahman por causa do vizir Mohammed Ibn Isak, seu irmão, a quem o califa mandara justicar, levantou-se e, não se crendo assaz forte para sustentar-se contra o soberano, buscou o amparo do rei de Leão, fazendo-lhe preito com muitos dos principais nobres do Gharb. (...). Bem precisava Abdu r-Rahman nesta conjuntura de se ver desapressado de tão duro contendor; porque novas perturbações civis despontavam, tendo origem no seio da sua própria família. Havia ele declarado e feito jurar sucessor da coroa seu filho mais velho, Al-Hakem; o segundo, Abdullah, sofreu-o mal. Tinha ambição e incitavam-nos os dotes de espírito, em que era superior ao irmão, o afecto popular e a liberdade de que os soberanos da casa de Umeyyah gozavam na escolha de um sucessor sem atenção à primogenitura. Instigado por um certo Ibn Abdil-Barr, homem astuto e cobiçoso, Abdullah começou a formar um partido com que pudesse disputar a coroa ao mais velho por morte do pai. Vieram estes enredos à notícia do califa. Com o parecer de Al-Modhaffer, que continuava a viver e a influir nos negócios públicos, Abdu r-Rahman mandou prender seu filho e Ibn Abdil-Barr. Este matou-se a si próprio na prisão, e Abdullah foi degolado (949) por ordem do pai, apesar das súplicas de Al-Hakem e dos impulsos da natureza que levariam o príncipe a perdoar-lhe, se a razão do Estado, a justiça e os receios de futuras perturbações o não constrangessem a ser inexorável.” HERCULANO, Alexandre. “Introdução”. **História de Portugal** (Desde o começo da Monarquia até o fim do Reinado de Afonso III). Volume I. Lisboa: Bertrand Editora, 2007, p.119 – 120.

por uma série de autores, franceses, ingleses¹⁷³ e alemães¹⁷⁴, ligados ao historicismo romântico. A análise da sociedade medieval, a disposição dos poderes políticos, a produção econômica, o papel moral e ético desempenhado pelo cavaleiro medieval podem ser mapeados tanto na prosa de Herculano quanto na obra de seus contemporâneos.

O diálogo estabelecido por Herculano com esses autores está presente, por exemplo, quanto o nosso autor enfatiza, nas *Cartas*, a importância da organização política e administrativa efetuada na Península Ibérica, a partir do século XI, entre os reinos cristãos para o início do processo de Reconquista.

Como exemplo da importância desse processo de organização administrativa, Herculano cita o concílio ou “cortes de Leão”, de 1020.

O concílio, ou cortes de Leão, convocadas em 1020 por Afonso V, constitui uma data importante na história social da Península.

¹⁷³ O importante trabalho de Vitorino Nemésio intitulado “A Mocidade de Herculano até a volta do exílio (1810-1832)”, mapeia alguns possíveis contatos de Herculano com a temática pré-romântica de língua inglesa, conhecimento que teve importância na forma como o autor português iria configurar a sua Idade Média. “*Outras vezes eram os elfos e gnomos da poesia inglesa que, pelo canal de Young, davam bitola ao fantástico. E Shakespeare reforçava Young, convertendo-se ao romantismo*” (...). “*Mas um poeta inglês houve, que, pelo seu sedutor desdobramento em realidade e mito, - Macpherson – Ossian, - feriu particularmente a atenção dos românticos portugueses (...)*”. NEMÉSIO, Vitorino. **A Mocidade de Herculano até a volta do exílio (1810 – 1832)**. Lisboa: Livraria Bertrand, Volume II, 1934, p. 98 e p. 103.

¹⁷⁴ “O romantismo historiográfico alemão dos princípios do século XIX acentuará todas estas características, procurando a “índole nacional” como um todo idiossincrático resultante da articulação das particularidades (arte, instituições, direito, canções populares, economia) em que se objetivava o “espírito do povo”. Foi assim com Niebuhr, que, directamente motivado por valores nacionalistas, estudou a história de Roma numa perspectiva que privilegiou mais as instituições e a estrutura do Estado do que os indivíduos que o integravam; com Eichhorn, que, na fundamentação das raízes alemãs do direito, o apresentou como o produto de todos os factores que influem na vida de uma nação; ou com Savigny, que defendeu a necessidade de se compreender e sentir “a grandeza e individualidade de tempos passados, e a evolução orgânica dos povos e das constituições, de tudo, portanto, que deve tornar a História útil e fecunda”; ou ainda Ranke, ao sublinhar que o historiador deve ter em mira apreender “as maneiras de pensar e viver dos homens, num determinado período”. CATROGA, Fernando. **Ibidem**. 1998. p. 64. Fernando Catroga cita nomes importantes da famosa “Escola Histórica alemã” mostrando como essa escola metodológica esteve ligada ao movimento historiográfico romântico, mesmo que de uma maneira indireta. Corroborando com suas ideias, citamos os historiadores Francisco Falcon e Hayden White: “O ideal de cientificidade, a luta contra as “ficções românticas” e as “especulações dos filósofos” (leia-se aí Hegel) aproximam os historiadores da Escola Histórica do positivismo. Entretanto, quando se examinam mais atentamente seus pressupostos, torna-se quase evidente que o “historismo” da Escola Histórica constitui de fato uma forma, ao mesmo tempo específica e radical, de historicismo. (...). Todavia, a Escola Histórica incorpora, em boa parte, a visão romântica do mundo e dos homens, seu idealismo subjetivo, o individualismo metodológico, a visão holística de épocas e nações – cada uma destas com o direito de buscar sua perfeição única e incomparável, pois “todas são iguais aos olhos do Criador”. FALCON, Francisco. “Historicismo: Antigas e Novas Questões”. In: **História Revista**. Goiânia: Revista do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História da Universidade Federal de Goiás, 7 (12), Jan./Dez., 2002, pp. 38 e 39.

Neste concílio, ou cortes, se estabeleceram leis políticas e civis gerais para todas as províncias do reino leonês, que eram Leão, Galiza, Astúrias e Castela. (...). O carácter principal das resoluções destes parlamentos (à exceção do último que ele convocou para dar validade à divisão do reino entre seus três filhos) é o de regular e fixar o direito de propriedade. A par destas leis gerais, os *fueros* propriamente ditos (forais) tendiam a aumentar a povoação, estabelecendo as comunas e ligando-as por muitos modos ao corpo político. Alguns destes forais conhecidos remontam ao tempo de Afonso V, mas multiplicam-se cada vez mais com o correr dos tempos. Isto é, o pensamento de organização vigora e cresce cada vez mais. A sociedade cristã da Espanha revela no século XI um progresso constante de vida, de ordem e de energia. (HERCULANO, 1842, p. 48 e 49)

Para Herculano, as medidas administrativas apresentadas nas “cortes de Leão” constituem apenas uma face de todo um modelo de organização medieval europeu. Na sua visão idealizada da Idade Média, o que estava em jogo era combater as heranças de uma falsa centralização política advinda do Império romano e construir, ao mesmo tempo, um novo modelo administrativo marcado pela descentralização e pelo equilíbrio político¹⁷⁵.

¹⁷⁵ Para Herculano, o movimento de equilíbrio político iniciado na Península através das “cortes de Leão” fez com que os setores sociais que não pertenciam à aristocracia se unissem como força política, por meio da ação dos “concelhos”, contra os excessos de poder dos grupos sociais privilegiados. Por outro lado, a monarquia medieval portuguesa, para melhor exercer seu controle entre a nobreza e os membros do clero, utilizou os “concelhos municipais” como elemento político/institucional aliado. *“Havia, portanto, uma razão política para o estabelecimento dos concelhos: o rei achava neles seus naturais aliados. Que esta razão fosse um cálculo, uma ideia clara e precisa, um sistema fixo dos primeiros reis, não o diremos; e até duvidamos muito disso. Mas era ao menos um instinto, instinto que as lutas com o alto-clero e as resistências da fidalguia deviam todos os dias despertar. Assim a promulgação dos forais, isto é, a instituição dos concelhos, torna-se cada vez mais frequente, ao passo que os reis se habilitaram para terminar por uma composição vantajosa a guerra eclesiástica, e para começar a grande empresa da sujeição da aristocracia secular. (...) finalmente, a união dos vilões, que dispersos ou desunidos nada valeriam contra os nobres, mas que ligados por direitos, privilégios, e obrigações comuns, constituíam entidades Moraes fortes e ativas, cujos interesses eram opostos aos das classes aristocráticas (o alto-clero e a nobreza), e a que por isso a monarquia se aliava nas suas lutas com elas. (...) A grande ação dos concelhos no progresso social da nação não foi prevista, ao menos até à sua derradeira consequência – a vitória da classe burguesa numa época remota que é a nossa: mas sentiu-se desde logo que eles eram um elemento de ordem e de força contra as violências dos poderosos”.* HERCULANO, Alexandre. “Apontamentos para a História dos Bens da Coroa e dos Forais” (1843 – 1844). In: HERCULANO, Alexandre. **Opúsculos – Tomo VI (Controvérsias e Estudos Históricos – Tomo III)**. Portugal: Livraria Bertrand, 5ª edição, s/d, p. 212; 264 – 265.

A idade-média foi o largo e custoso labor da Europa para transformar a unidade do imperio romano na individualidade dos povos modernos. A organização do império era essencialmente falsa e absurda; as suas partes eram heterogêneas. (...). O restabelecimento da variedade sobre as ruínas da unidade absoluta é o grande principio que a meu ver a idade-média representa: esse principio está impresso na maior parte das formas sociais, nas instituições, na separação dos idiomas, e até na literatura. (...). As diversas nacionalidades, separadas por caracteres profundamente distintos, foram o único resultado importante de mil anos de lutas, de revoluções, de incertezas. (HERCULANO, 1842, p. 142-143)

De acordo com a visão histórica de Herculano, a entrada de elementos políticos, econômicos, sociais e culturais “estranhos” à vida medieval hispânica e portuguesa representa um processo histórico muito maior. O Renascimento e sua “fúria latinizante” trouxeram de volta uma lógica e um modelo histórico já abandonados, e acabaram anulando o equilíbrio político existente no período medieval, encarnado nas disputas políticas que Herculano nomeou de “elementos aristocráticos e democráticos”¹⁷⁶.

O renascimento não foi unicamente uma reabilitação do pensar romano na arte e na ciência: foi a restauração completa da unidade como principio dominador e exclusivo, salva a distinção das nacionalidades, que ficou substituindo. Cada povo converteu-se, não sei se diga numa imagem, se num arremedilho ou farsa do império. (HERCULANO, 1842, p. 144)

¹⁷⁶ Ao lado das *Cartas sobre a História de Portugal*, outro escrito de Herculano foi fundamental para a sua interpretação do passado medieval português, os *Apontamentos para a História dos Bens da Coroa e dos Foraes*, de 1843-1844. Nesse trabalho historiográfico, Herculano deu maior ênfase ao importante papel desempenhado pelos “concelhos municipais” como forças institucionais de equilíbrio político e como porta-voz da visão de mundo do “terceiro estado”. “*Lá está a origem da energia sempre crescente do terceiro estado: lá foi lançada á terra a sementinha impalpável, que nascendo e vegetando no meio das procelas humanas, das transformações da nação, produziu no fim de seis séculos a arvore robusta da liberdade. Os pergaminhos, tostados pelo tempo, nos quais forma escritos numa linguagem sempre Barbara, e ás vezes ininteligível, os foros do homem de trabalho, são um dos mais santos monumentos da pátria; são os nossos brasões, de nós, os filhos do povo; são os nossos livros de linhagens*”. HERCULANO, Alexandre. “Apontamentos para a História dos Bens da Coroa e dos Foraes” (1843 – 1844). In: HERCULANO, Alexandre. **Opúsculos – Tomo VI (Controvérsias e Estudos Históricos – Tomo III)**. Portugal: Livraria Bertrand, 5ª edição, s/d, p. 236.

Em sintonia com esse raciocínio, Herculano frisa nas *Cartas* que o processo de decadência das estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais em Portugal, começou no século XV com as resoluções das “côrtes de 1482.”

(...) principalmente no século XV, o elemento monárquico foi gradualmente anulando os elementos aristocrático e democrático, ou, para falar com mais propriedade, os elementos feudal e municipal, anulando-os não como existências sociais, mas como forças políticas. Veremos este pensamento, ou antes instinto de monarquia, revelado em um grande numero de fatos, mas resumidos em quatro que me parecem capitães – o estabelecimento dos juízes letrados – as contribuições gerais substituídas às contribuições de foral como sistema de fazenda publica – a promulgação da lei mental – e as resoluções das côrtes de 1482, principalmente as relativas a jurisdições. É depois destas côrtes que o principio monárquico se torna única força política, que a unidade absoluta se caracteriza rigorosamente e, sem aniquilar as classes sociais, as dobra, subjulga e priva de ação publica. Servas, elas se corrompem rapidamente; a gangrena eiva por fim o próprio trono; e em menos de um século a nação portuguesa desaparece debaixo das ruínas da sua nacionalidade e independência. (HERCULANO, 1842, p. 132 e 133)

Herculano, como herdeiro do conceito pré-romântico do “espírito do povo”, vê os indivíduos como fruto da índole da época que pertenceram e na qual foram formados¹⁷⁷.

¹⁷⁷ Um dos autores do “*Sturm und Drang*” que exerceu notável influencia no pensamento de Herculano e nos demais autores do historicismo romântico foi Herder. Sua ideia de “coletividade orgânica” se difundiu na prosa de vários autores românticos analisados nesse estudo como Victor Hugo, Walter Scott e, claro, Alexandre Herculano. “*Tal como a água de uma nascente recebe do solo donde brota a sua composição, as suas qualidades actuaes e o seu sabor, assim o antigo character dos povos proveio de traços racionais, do clima, do tipo de vida e da educação, das occupaões primitivas e das acções peculiares a cada um desses povos. Os costumes dos antepassados enraizaram-se profundamente e tornaram-se o protótipo íntimo da raça.*” HERDER, Johann Gottfried apud GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1968, p. 44. “*O mundo de Herder era orgânico, dinâmico e unitário; cada um dos seus ingredientes era, ao mesmo tempo, exclusivo e estava entrelaçado com todos os demais através de uma infinita variedade de relações que, afinal, não poderiam ser analisadas nem mesmo descritas completamente.*” BERLIN, Isaiah. **Vico e Herder**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, p. 148.

Sendo que essa lógica também se manifestava no caso dos “homens extraordinários” de uma determinada sociedade.

Essa visão de julgamento dos indivíduos na História pode ser notada tanto nos seus escritos historiográficos quanto na sua prosa ficcional. Nas *Cartas*, aqueles que Herculano chama de “homens extraordinários” do século XVI¹⁷⁸ ganham esse epíteto por terem sido formados dentro do código de moral e ética do período anterior, o medieval.

A geração, a quem verdadeiramente pertence tanta gloria, foi educada pelo século anterior. Os grandes homens do reinado de D. Manuel tinham conhecido o nosso ultimo rei cavaleiro; tinham sido educados na época da robustez moral da nação. O século décimo sexto nada mais fez que aproveitar a herança da idade-média. (HERCULANO, 1842, p. 134)

Para Herculano, os “homens extraordinários” do século XVI foram notáveis devido aos laços históricos que ainda mantinham com a geração anterior. Eram grandes por terem conhecido D. Afonso V, o último rei cavaleiro¹⁷⁹, e não, necessariamente, por terem ceifado “cidades e reinos” na sede de suas descobertas e conquistas.

Assim como Herder, Herculano encarava a nação portuguesa como uma coletividade orgânica que tem seu período de frescor, apogeu e decadência e, assim como o mentor

¹⁷⁸ “Mas esses homens extraordinários, que avultam no século décimo sexto? Mas esses incansáveis ceifadores de cidades e reinos, que assombraram o mundo? Mas a atividade incrível daquela época? Mas o poderio, a opulência, a gloria de D. Manuel e de João III? Não era a unidade absoluta da monarquia a criadora de tantas maravilhas? Não pertenciam os portugueses d’então a essas classes que degeneravam e se corrompiam por falta de vida política? Não era com as instituições primitivas anuladas e mortas que se obravam tantos milagres de valor, de virtude e de patriotismo?” HERCULANO, Alexandre. “Cartas sobre a História de Portugal”. In: HERCULANO, Alexandre. **Opúsculos – Controvérsias e Estudos Históricos – Tomo V**. 1ª edição de 1842, Portugal: Livraria Bertrand, 5ª edição, s/d, 133.

¹⁷⁹ No conjunto de escritos de Herculano sobre os cronistas/historiadores portugueses, publicados originalmente no *Panorama*, entre 1839 e 1840, diz nosso autor sobre D. Afonso V: “Azurara (Gomes Eannes de Azurara) tendo de escrever sobre cousas d’Africa, passou aquelas partes, e lá fez larga demora para conhecer miudamente os lugares e circunstancias das façanhas que tinha de narrar. Estando ali, recebeu a celebre carta de D. Affonso V, que anda impressa no principio da Chronica de D. Duarte de Menezes. Este documento prova quão bela era a alma daquele monarca, a quem podemos sem receio chamar o ultimo rei cavaleiro, e cuja honrada memória tem pretendido escurecer aqueles que só em seu filho encontram um grande homem.” HERCULANO, Alexandre. “Gomes Eannes de Azurara – Historiadores Portugueses”. In: HERCULANO, Alexandre. **Opúsculos – Controvérsias e Estudos Históricos – Tomo V**. 1ª edição de 1839 – 1840. Lisboa: Livraria Bertrand, 5ª edição, s/d, p.13.

do “Sturm und Drang”, utilizou de imagens da natureza para caracterizar esse ciclo ou “fases” da vida dos povos.

As fases da vida dos povos são incomparavelmente mais lentas que as da vida humana: nesta a idade viril segue-se a idade grave, a idade grave a velhice, a velhice a decrepitude, decrepitude a morte; e essas mudanças demandam às vezes meio século. Foi o que bastou às glórias de Portugal para descenderem do apogeu ao ocaso. Para elas chegarem á sepultura em 1580, não devia ter a nação declinado, ao menos moralmente, desde D. Manuel? (...) O viço da arvore dura algum tempo depois de se lhe haver entranhado o gusano no âmago do tronco; porque as folhas nasceram e criaram-se quando a seiva ainda era pura. É após isso que as folhas amarelecem e caem; os ramos engelham e torcem-se; o tronco seca e apodrece. Então passa p sopro das tempestades, e a arvore desaba em terra. (HERCULANO, 1842, p. 134 e 137)

A partir dessa análise, podemos dizer que Herculano nas *Cartas*, constrói uma interpretação eclética do passado medieval que dialoga tanto com a rigorosa metodologia científica dos estudos históricos da época em relação às fontes quanto com uma tendência em captar linhas interpretativas gerais nos diversos processos históricos.

Joaquim Barradas de Carvalho em seu livro *As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano* trabalha com a importância de autores como Augustin Thierry (1795-1856)¹⁸⁰ e François Guizot (1787-1874)¹⁸¹ para a configuração da visão histórica de Herculano. Já Fernando Catroga, a partir dos estudos de Albin Eduard Beau, mostra a ligação do intelectual português com a produção historicista alemã¹⁸².

¹⁸⁰ “Herculano deveu a compreensão das instituições municipais e o seu papel na Idade Média a Thierry.” CARVALHO, Joaquim Barradas de. **As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano**. Lisboa: Seara Nova, 1971, p. 139.

¹⁸¹ “Finalmente encontramos Guizot, a principal fonte não só da ideologia política de Herculano, mas também da sua concepção da história, (...). Guizot, como o seu discípulo Herculano, combate ao mesmo tempo a soberania de direito divino e a soberania popular. Guizot, como Herculano, rebela-se ao mesmo tempo contra a opressão de milhares e a opressão de um só.” CARVALHO, Joaquim Barradas de. **Idem**. 1971. p. 113.

¹⁸² “Em suma: nem as preocupações metodológicas foram monopólio da historiografia alemã – François Guizot escreveu páginas sobre a objectividade na reconstituição do passado que poderiam ter a assinatura de Ranke - , nem a historiografia francesa teve o exclusivo das interpretações que convidavam a uma leitura mais dialéctica e social dos acontecimentos. Assim sendo, é restritivo filiar a

Todo esse cabedal teórico mostra como Herculano estava vinculado a uma tendência europeia de ultrapassar os tradicionais estudos do passado sobre indivíduos e eventos dinásticos políticos e, de se concentrar, no estudo dos costumes, das instituições, da cultura, ou seja, da “índole” dos povos.

As características apontadas revelam que a variada obra de nosso autor dialogou, intensamente, com as tendências do historicismo romântico¹⁸³. Vertente metodológica que foi traduzida como uma nova forma de conceber o estudo histórico, que levava em consideração o rigor da pesquisa documental e o interesse em novas temáticas históricas que ultrapassassem os limites da tradicional historiografia política e eclesiástica, hegemônica até aquele momento do período oitocentista.

Dessa forma podemos dizer que o principal objetivo do historicismo romântico era construir uma visão mais ampla sobre o conhecimento histórico e que conseguisse captar os vários elementos constituintes de um determinado período temporal. Nas *Cartas*, de 1842, Herculano defende essa mesma visão sobre a História.

A historia pode comparar-se a uma coluna polígona de mármore. Quem quizer examiná-la deve andar ao redor dela, contemplá-la em todas as suas faces. O que entre nós se tem feito, com honrosas exceções, é olhar para um dos lados, contar-lhes os veios de pedra, medir-lhe a altura por palmos, polegadas e linhas. E até não sei dizer ao certo se estas

propensão herculaniana para uma história mais social, em detrimento da história dos indivíduos, na exclusiva influência francesa. Fazê-lo é ignorar que tal posicionamento era, igualmente, compartilhado pelo historicismo romântico alemão, no seguimento da lição dos seus precursores setecentistas (Julius Moeser e Herder), autores que Alexandre Herculano bem conhecia.” CATROGA, Fernando. “Cap. 2 – Alexandre Herculano e o Historicismo romântico”. In: CATROGA, Fernando; MENDES, José Maria Amado; TORGAL, Luís Reis. **História da História em Portugal (Séculos XIX – XX)**. Coimbra: Temas e Debates Atividades Editoriais, Lda, 1998, p. 64.

¹⁸³ Na sua obra intitulada, *Cartas sobre a História de Portugal*, Herculano, logo no início da Carta IV, trata da questão da ampliação das possibilidades da pesquisa histórica citando Augustin Thierry, no intuito de mostrar o erro dos historiadores pátrios em fixar a história de Portugal a partir de suas mudanças dinásticas. “*A folhinha d’algibeira tecendo o catalogo dos nossos reis, divide-o em quatro dinastias: a 1ª Luso-Capêta. a 2ª do Mestre de Aviz, a 3ª dos Philippes, a 4ª Brigantina. A folhinha resume e representa o estado da ciência histórica do nosso país. Mas a folhinha, salvo o incompleto e inexato daquelas divisões dinásticas, tem razão. Ella tece o catalogo das famílias reais. Quem não tem razão é a ciência, que, anunciando a ‘História de Portugal’, em vez de distribuir as épocas cronológicas pelas transformações essenciais da sociedade, sujeita a ordem dos acontecimentos sociais ás mudanças das raças reinantes. Isto é altamente absurdo. Mr. Thierry, falando das divisões dinásticas applicadas á historia francesa, já observou a impropriedade de semelhante sistema.*” HERCULANO, Alexandre. **Idem**. 1842, p. 98.

indagações se tem aplicado a uma face ou unicamente a uma aresta. (HERCULANO, 1842, p. 100)

Como projeto de construção histórica, a Idade Média de Herculano deveria se abrir para novas possibilidades historiográficas e, seguindo a linha de outros autores românticos, conseguir traduzir, cientificamente e ficcionalmente, o verdadeiro “modo de existir” de um determinado tempo histórico.

As divisões históricas atuais nasceram deste modo falso (por incompleto) de considerar o passado. (...). erro digo, e completo: porque nem sequer a biografia dos homens eminentes surgiu de tais averiguações. Temos a certidão do seu nascimento, batismo, casamento e morte. Se foi um guerreiro, temos a descrição das suas batalhas; se legislador, a data e objeto das suas leis: mas o seu caráter, a medida intelectual e moral do seu espírito, os seus hábitos e costumes, não os conhecemos. E porque? Porque esse homem é uma abstração: está separado do seu século. As opiniões, os costumes, os usos, todos os modos, enfim, de existir da época em que viveu, são desconhecidos para nós; e todavia tudo isso, toda essa existência complexa de muitos milhares de homens, a que se chama nação, devia ter uma influencia imensa, absoluta, naquela existência individual do homem ilustre, (...). (HERCULANO, 1842,p. 101)

A tarefa a que Herculano se propôs era de situar o indivíduo dentro de seu contexto histórico, captar a medida “intelectual e moral” de seu espírito e revelar como esse homem histórico estava inserido em sua época. Somente uma compreensão profunda desse homem de outrora e de seu contexto político, econômico, cultural e mental, dariam subsídios para uma melhor reflexão do tempo presente¹⁸⁴

¹⁸⁴ É interessante notar que Herculano destaca o trabalho de Fernão Lopes como cronista, por ter, justamente, conseguido captar a “índole” dos tempos medievais. *“Além do primor com que trabalhou sempre por apurar os sucessos políticos, Lopes adivinhou os princípios da moderna historia: a vida dos tempos de que escreveu transmitiu-a á posteridade, e não, como outros fizeram, somente um esqueleto de sucessos políticos e de nomes celebres. Nas crônicas de Fernão Lopes não há só historia: há poesia e drama: há a idade média com sua fé, seu entusiasmo, seu amor de gloria.”* HERCULANO, Alexandre.

2.4 – Herculano e o imaginário medieval:

A “Dama Pé de Cabra” apareceu, pela primeira vez, no *Panorama* em 1843 e, posteriormente, fez parte dos textos literários produzidos por Herculano ao longo das décadas de 30 e 40 do século XIX e reunidos nas *Lendas e narrativas*, em 1851.

Os contos apresentados nas *Lendas e narrativas* são considerados por diversos críticos como um trabalho, sobretudo, de pesquisa e recolha de lendas tradicionais, apresentando uma menor elaboração ficcional do que os romances e novelas (ALVES, 2014, p. 50).

As histórias que compõem as *Lendas e narrativas* desempenharam um papel importante dentro do amadurecimento de Herculano como historiador e forneceram elementos e informações históricas que seriam explorados pelo nosso autor em trabalhos posteriores.

O conto da “Dama Pé de Cabra”, lenda extraída do livro de linhagens do Conde D.Pedro¹⁸⁵, aparece como narrativa singular dentro da obra de Herculano, por ter como destaque o elemento do fantástico¹⁸⁶ e do imaginário medieval.

“Fernão Lopes – Historiadores Portugueses”. In: HERCULANO, Alexandre. **Opúsculos – Controvérsias e Estudos Históricos - Tomo V**. 1ª edição de 1839 – 1840. Lisboa: Livraria Bertrand, 5ª edição, p.9.

¹⁸⁵ “A coletânea de contos “*Lendas e Narrativas*” revela claramente a interligação entre os trabalhos de escritor e de historiador exercidos por Herculano, que publicou a primeira edição íntegra do “*Livro de Linhagens do Conde D.Pedro (1340)*” e várias outras obras e documentos medievais reunidos na coleção “*Portugalia e Monumenta Historica (1856 – 1867)*”, uma vez que sete das nove narrativas constituintes desta coletânea possuem temáticas medievais claramente inspiradas no material histórico recolhido na coleção. A base do conto “*A Dama Pé de Cabra*” é aproveitada do título IX do “*Livro de Linhagens do Conde D.Pedro*”, a respeito das narrações de “*História de D.Diogo Lopez e a Dama*” e “*História de Iñigo Guerra e a Dama*”. O conto apresenta ainda algumas referências históricas desses relatos, como as alusões a D.Froom, bisavô de D.Diego e primeiro senhor de Biscaia, e a inimizade dos senhores de Biscaia com o reino de Leão e a cidade de Nastúrio.” SIQUEIRA, Ana Márcia Alves; DEZIDÉRIO, Felipe Hélio da Silva. “A face negra de Alexandre Herculano: visões históricas do mal na construção do sobrenatural em ‘*A Dama Pé de Cabra*’”. *Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF*. NEPA/UFF, Niterói, Vol. 4, nº 8, Abril de 2012, p. 71.

¹⁸⁶ De acordo com o crítico Tzvetan Todorov, o efeito do fantástico é causado a partir de um acontecimento que não pode ser explicado pela nossa percepção de realidade, gerando hesitação de julgamento naquele que observa e tenta compreender o evento. “*Aquele que o percebe (o acontecimento) deve optar por uma das duas soluções possíveis; ou se trata de uma ilusão dos sentidos, de um produto da imaginação e nesse caso as leis do mundo continuam a ser o que são; ou então o acontecimento realmente ocorreu, é parte integrante da realidade, mas nesse caso esta realidade é regida por leis desconhecidas para nós. Ou o diabo é uma ilusão, um ser imaginário; ou então existe*

O tema do “imaginário dos povos” foi explorado pelos autores românticos e pelo historicismo oitocentista como elemento importante na busca de uma maior compreensão das sociedades do passado e do presente. A recolha de lendas, contos e canções populares foi trabalho praticado não só por Herculano e Garret, em Portugal, mas foi tarefa desempenhada por diversos segmentos do Pré-Romantismo e Romantismo europeu, somando nomes como de Herder, Walter Scott e Michelet¹⁸⁷.

O estudo e o retrato do imaginário medieval, filtrado a partir de uma lógica estética romântica, tinha como tarefa, nas palavras de Herculano, “recompor o coração do que é morto pelo coração do que vive”. Sendo assim, cabe ao historiador romântico aproximar afetivamente o homem que pertence ao presente do passado e fazer com que o estudo histórico ganhasse sentido político, econômico, social, cultural e mental para a problemática histórica do presente.

Num interessante estudo do historiador Jacques Le Goff sobre Jules Michelet, o historicismo do autor romântico é visto como fruto do encontro da sede documental de Michelet com sua incrível capacidade criativa e poética em reconstruir grandes panoramas históricos¹⁸⁸. Assim como Herculano, Michelet utiliza de sua verve ficcional para redimensionar, numa lógica romântica, a Idade Média e a História da França.

Jules Michelet compôs trabalhos como “*A Feiticeira*”, de 1862, que tomava como norte a reconstrução do imaginário medieval sobre a feitiçaria, e uma biografia sobre

realmente, exatamente como os outros seres vivos: com a ressalva de que raramente o encontramos.” TODOROV, Tzvetan. **Introdução à Literatura Fantástica**. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 30.

¹⁸⁷ “Aqui, fiquemos com esta noção: que a leitura dos Thompson, dos Lewis, dos Spenser, dos Crabbe, confirmava os românticos portugueses na necessidade de achar, ou até de inventar, uma massa de tradições poéticas misteriosas que barrassem de vez o caminho à mole mitológica dos árcades e trouxessem à poesia portuguesa um forte sabor nacional. Se de todas estas citas acumuladas não resulta a evidência de uma transfusão de sangue poético feita individualmente dos autores ingleses aos nossos, resulta a exemplaridade genérica da viragem do gosto em Inglaterra desde os meados do século XVIII. As deusas da Grécia e de Roma eram despidas de encanto e açoitadas no Pindo; e o vago, o áspero da vida medieval com seus torneios, seus cavalos hirsutos, suas damas trajadas de branco por uma fantasia pouco rigorosa ainda em matéria de indumentária, o gótico reabilitado por Walpole e Walter Scott, e que fora um sinal de barbaria, esquentavam as imaginações ainda delirantes do convívio com a literatura nova. (...), Herculano bebia entusiasticamente nesta literatura de baladas.” NEMÉSIO, Vitorino. **Idem**. p. 106.

¹⁸⁸ “É verdade que Michelet, esse grande apetite, esse devorador da história, manifestou uma fome insaciável do documento. Ele foi, com paixão, e sem cessar o recorda, um homem de biblioteca, um trabalhador dos Arquivos. (...). Porém, o documento, e mais particularmente o documento de arquivos, não é, para Michelet, mais que um trampolim para a imaginação, o detonador da visão. (...). Michelet foi um arquivista consciencioso, apaixonado pelo seu trabalho. Os que lhe sucederam sabem-no hoje e podem prová-lo, mostrando os vestígios do seu labor. Ele enriqueceu a “História de França” e, singularmente, a sua Idade Média com ‘notas e peças justificativas’ que evidenciam o seu apego à erudição. Pertence a essas gerações românticas (tal como Victor Hugo) que souberam aliar erudição e poesia”. LE GOFF, Jacques. “As Idades Médias de Michelet”. LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média** (Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente). Lisboa: Editorial Estampa, 1980, p. 19 – 20.

Joana d'Arc, que surgiu, originalmente, em 1841, como parte integrante do tomo V de sua *"História da França"*, em que tentou situar a personagem histórica, como defendia Herculano, dentro da "existência intelectual, moral e material" do seu contexto histórico.

Para Le Goff, a importância de Jules Michelet para o amadurecimento do conhecimento histórico repousa na forma como o historiador romântico encarava o passado medieval, como algo complexo, dinâmico¹⁸⁹ e totalizante. O medievalista francês não hesita em afirmar o vínculo de Michelet com visão histórica defendida pela "Escola dos Annales", escola metodológica que renovou os estudos históricos.

(...) dentro do que se chama a escola dos "Anais", são os historiadores da história "moderna", um Lucien Febvre ontem, um Fernand Braudel hoje, que primeiro viram em Michelet o pai da história nova, da história total que quer abarcar o passado em toda a sua totalidade, desde a cultura material até às mentalidades, (...) (LE GOFF, 1980, p. 22)

Nesse estudo, Jacques Le Goff ressalta a importância de Michelet para a eclosão da História Nova¹⁹⁰, contudo Michelet estava vinculado ao historicismo romântico, assim como Alexandre Herculano em Portugal. Dessa forma, podemos afirmar que o alargamento temático da História Nova teve como gênese a preocupação dos historiadores românticos em revelar a profunda existência dos povos do passado.

Assim como Jules Michelet fez as suas escolhas temáticas para recriar uma Idade Média pessoal, construção histórica suscetível às relações que Michelet estabelecia com o presente, Alexandre Herculano também selecionou aspectos do passado que tivessem

¹⁸⁹ "Julgo poder distinguir três ou talvez quatro Idades Médias de Michelet. A chave de tal evolução é a forma como Michelet, mais que outro qualquer, lê e escreve a história do passado à luz da história do presente. A relação "histórica" entre Michelet e a Idade Média varia segundo as relações de Michelet com a história contemporânea." LE GOFF, Jacques. **Idem**. 1980, p. 22.

¹⁹⁰ Alguns pressupostos da História Nova podem ser captados na forma como Jacques Le Goff visualiza a Idade Média europeia: "Uma outra Idade Média é – no esforço do historiador – uma Idade Média total, elaborada tanto a partir das fontes literárias, arqueológicas, artísticas, jurídicas, como a partir dos únicos documentos outrora concedidos aos medievalistas "puros". É, repito, uma longa Idade Média, em que todos os aspectos se estruturam num sistema que, no essencial, funciona desde o Baixo Império Romano até à Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX. É uma Idade Média profunda que o recurso aos métodos etnológicos permite abarcar nos seus hábitos quotidianos, nas suas crenças, nos seus comportamentos, nas suas mentalidades. É o período que melhor nos permite compreender as nossas raízes, a nossa modernidade inquieta, a nossa necessidade de compreender a mudança, a transformação que é o fundo da história como ciência e como experiência vivida". LE GOFF, Jacques. **Ibidem**. 1980, p. 13.

um significado com os rumos da sua contemporaneidade. Tanto para Herculano quanto para Michelet era de suma importância mapear os elementos de ruptura e continuidade com o passado¹⁹¹ que ajudassem a revelar uma complexidade histórica.

Alguns críticos da obra de Herculano, como Joaquim Barradas de Carvalho, destacam alguns temas medievais que mais foram trabalhados pelo nosso autor, como a dinâmica das instituições e a preocupação em traçar um panorama dos aspectos jurídicos e materiais da sociedade. Contudo, a centralidade dessas características, na obra de Herculano, não anula, necessariamente, o seu interesse por outras temáticas históricas¹⁹², como a do imaginário, presente no conto “A Dama Pé de Cabra”¹⁹³. Cabe ressaltar o trabalho *Crenças populares portuguesas ou superstições populares*, publicado no *Panorama*, em 1840, em que Herculano traça um curioso panorama das principais “crenças e costumes” do povo português. Estudo que gira em torno da temática do imaginário e traça uma breve caracterização de alguns seres fantásticos que povoavam a credence popular¹⁹⁴, como bruxas e “lubis-homens”.

O imaginário é tema corrente da História Nova, vertente metodológica herdeira da “Escola dos Annales”, de Bloch e Febvre¹⁹⁵, e foi explorado, como termo de representação e construção de uma determinada visão de mundo de uma época e

¹⁹¹ “Entre nós subsistem ainda grandes vestígios da dominação romana; subsistem na língua, subsistem até nos costumes populares: mais evidentes são ainda os das raças germânicas; temo-los nas instituições, nas leis, nas crenças morais: o mesmo e mais podemos dizer dos árabes; destes nos ficaram em boa parte os hábitos e a linguagem doméstica, o sistema d’agricultura, e enfim até as semelhanças do gesto e a violência das paixões e afetos.” HERCULANO, Alexandre. “Cartas para a História de Portugal - Carta V”. In: HERCULANO, Alexandre. **Opúsculos – Tomo V**. Portugal: Livraria Bertrand, s/d, p. 125 e 126.

¹⁹² “O cariz político-institucional dominante da obra (História de Portugal) é evidente. No entanto, quer na ‘História de Portugal’, quer em outros ensaios históricos (e mesmo em algumas novelas), connexionou-o com outras perspectivas (econômicas, culturais, mentais), sendo por isso excessivo afirmar que, apesar das suas intenções, Herculano somente escreveu histórica política.” CATROGA, Fernando. *Op.cit.*, p. 78.

¹⁹³ “Se não há no conto reconstituição pitoresca da vida concreta do passado velho, há uma excelente captação da mentalidade medieval na sua ardência, na sua crueldade, na sua credence – testemunhada por textos antigos e ainda remanescentes na alma do “povo”, que Herculano perscrutava com tanto interesse.” CARDOSO, Margarida. “Alexandre Herculano”. In: CARDOSO, Margarida et al. **História da Literatura Portuguesa (volume 4)**. “O Romantismo”. Portugal: Publicações Alfa, 2003, p. 192.

¹⁹⁴ “Concluiremos este artigo dando uma notícia do que temos alcançado acêrca das feitiçarias, bruxas, e lubis-homens, na opinião do vulgo, cuja imaginação ainda dá existência a estes sonhos ridículos conservados nas tradições populares”. HERCULANO, Alexandre. “Crenças populares portuguesas ou superstições populares”. In: HERCULANO, Alexandre. **Opúsculos (Tomo IX)**. Lisboa: Bertrand, 1909, p. 175 – 176. Nesse trecho, fica claro que Herculano encara as superstições citadas como elementos ainda presentes no imaginário popular, colocando a crença, mesmo que de forma indireta, na categoria da “longa duração”.

¹⁹⁵ “Mentalidade e imaginário são termos operativos da Escola dos Anais, vertente da historiografia que utiliza como fontes as diversas representações culturais de uma dada sociedade. Para o historiador Hilário Franco Júnior, mentalidade é a instância mais profunda da percepção, comum a todo gênero, enquanto imaginário é a instância responsável pela decodificação e representação cultural dessa percepção. SIQUEIRA, Ana Márcia; DEZIDÉRIO, Felipe Hélio da Silva. **Ibidem**. 2012, p. 70.

analisado como um dos substratos da longa duração na História. Sobre o imaginário, Jacques Le Goff diz:

Há uma dimensão da história que tem atraído cada vez mais a minha atenção de alguns anos a esta parte: a do imaginário. (...). O imaginário é confundido com aquilo que designamos por meio de termos vizinhos cujos âmbitos se interpenetram parcialmente, mas que devem, todavia, ser cuidadosamente distinguidos. Em primeiro lugar, a representação. Este vocábulo, de uma grande generalidade, engloba todas e quaisquer traduções mentais de uma realidade exterior percebida. A representação está ligada ao processo de abstracção. A representação de uma catedral é a ideia de catedral. O imaginário pertence ao campo da representação, mas ocupa nele a parte da tradução não reprodutora, não simplesmente transposta em imagem do espírito, mas criadora, poética no sentido etimológico da palavra. (...). Mas o imaginário, embora ocupando apenas uma fracção do território da representação, vai mais além dele. A fantasia – no sentido forte da palavra – arrasta o imaginário para lá da representação, que é apenas intelectual. (LE GOFF, 1994, p. 12)

A narrativa da “Dama Pé de Cabra”, que se passa no século XI, anuncia, logo na primeira de suas três trovas, o seu evento principal, a relação de D. Diogo Lopes, nobre e senhor de Biscaia, com uma misteriosa dama que encontra na floresta.

Podemos dizer que essa relação tem início com um encantamento, um feitiço lançado através de um lindo cantar. Embevecido pelo som, D. Diogo avista uma formosa dama, que, por meio de sua imagem, completa a sua feitiçaria¹⁹⁶.

D. Diogo, após trocar poucas palavras com a dama, não hesita em propor casamento à desconhecida, oferecendo terras e vassalos junto com o pedido.

¹⁹⁶ “Pela manhã cedo de um dia sereno, estava D. Diogo em sua armada, em monte selvoso e agreste, esperando um porco montês, que, batido pelos caçadores, devia sair naquela assomada. Eis senão quando começa a ouvir cantar ao longe: era um lindo, lindo cantar. Alevantou os olhos para uma penha que lhe ficava fronteira: sobre ela estava assentada uma formosa dama: era a dama quem cantava. O porco fica desta vez livre e quite; porque D. Diogo Lopes não corre, voa para o penhasco.” HERCULANO, Alexandre. “A Dama Pé de Cabra”. In: HERCULANO, Alexandre. **Histórias Heroicas**. São Paulo: Cultrix, s/d, p. 69-70.

A dama aceita acompanhar D. Diogo até seu castelo com a condição de que ele não faça mais o sinal da cruz, ou seja, o apaixonado nobre não poderia mais persignar-se.

Diante de tão estranho pedido, D. Diogo não hesita, mais uma vez, em propor casamento à dama¹⁹⁷. Quando o casal chega ao castelo do nobre, uma estranha característica é notada no corpo da dama por D. Diogo, os pés de sua graciosa amada são “(...) forçados como os de cabra.” (HERCULANO, s/d, p. 71)

Mesmo sabendo dessa peculiar característica, D. Diogo Lopes não desiste do seu matrimônio e vive, durante um tempo, feliz com sua amada. O nobre e sua dama, nesse período de “bem-aventurança”, têm dois filhos, Inigo Guerra e Dona Sol.

Um dia, devido a um incidente envolvendo os cães de D. Diogo e da dama, o nobre acaba se benzendo e a sua mulher revela uma face desconhecida, sobrenatural, e foge voando do castelo com Dona Sol, a filha do casal.

“ ‘ Ui!’ – gritou sua mulher, como se a houveram queimado. O barão olhou para ela: viu-a com os olhos brilhantes, as faces negras, a boca torcida e os cabelos eriçados:

E ia se alevantando, alevantando ao ar, com a pobre Dona Sol sobraçada debaixo do braço esquerdo: o direito estendia-o por cima da mesa para seu filho, D. Inigo de Biscaia.

E aquele braço crescia, alongando-se para o mesquinho, que, de medo, não ousava bulir nem falar.

E a mão da dama era preta e luzidia, como o pelo da podenga, e as unhas tinham-se-lhe estendido bem meio palmo e recurvado em garras.

(...)

E sua mulher deu um grande gemido e largou o braço de Inigo Guerra, que já tinha seguro, e, continuando a subir ao alto, saiu por uma grande fresta, levando a filhinha que muito chorava.”

(HERCULANO, s/d, p. 72-73)

¹⁹⁷ Como solução para o problema, D. Diogo Lopes apela para a aversão que os cristãos da época sentiam em relação aos muçulmanos. Dizendo que a morte de uns duzentos muçulmanos resolveria a falta de persignações. Essa resolução de D. Diogo revela uma das faces do imaginário medieval que lega aos discípulos de Maomé uma acentuada “expressão de periculosidade”. Tema trabalhado pela pesquisadora Carla Carvalho Alves em seu artigo: “ ‘A Dama Pé-De-Cabra’: entre o Histórico e o Fantástico”.

Diante de tal descrição, cresce nossa dúvida de quem seria realmente a misteriosa dama que D.Diogo Lopes encontrou um dia na floresta. Durante a narrativa, esse ser se apresenta coberto de ambiguidades. Ao mesmo tempo, que representa o mal aos olhos do cristianismo da época, também pratica boas ações, ajuda Inigo Guerra a salvar seu ex-marido, D. Diogo, do cativo muçulmano, e traz uma atmosfera de bem-aventurança a todos que lhe são próximos.

A mãe de Inigo Guerra é vista, em momentos diferentes da história, como uma fada, um demônio¹⁹⁸ e uma alma penada¹⁹⁹. O ser, que não possui nome, se apresenta ao filho Inigo, que vai procurá-la para ajudar o pai, apenas como “Dama Pé de Cabra”. Durante todo o relato, não ficamos sabendo qual seria a verdadeira natureza da Dama²⁰⁰, somente que possui poder de controlar alguns animais e forças da natureza.

A Dama, como ser sobrenatural, tira o seu poder, talvez, de forças demoníacas²⁰¹, mas utiliza de sua fantástica condição para se aproximar de D. Diogo e ajudar Inigo

¹⁹⁸ Para ajudar o filho Inigo, a Dama apela ao poder que exerce sobre o onagro Pardalo. O animal, após ajudar o jovem nobre a salvar seu pai do cativo, avista um cruzeiro e é levado às profundezas do Inferno. *“O onagro, ao sacudi-los de si, soltara um rugido de bête-fera. Sentiram então um cheiro intolerável de enxofre e de carvão de pedra inglês, que logo se percebia ser cousa de Satanás. E ouviram como um trovão subterrâneo; e a ponte balouçava, como se as entranhas da terra se despedaçassem. (...) Tanto era assim, que ainda lá viu passar de relance um demônio com um desconforme espeto nas mãos em que levava um judeu empalado. E Pardalo descia remoinhando por esse boqueirão, como uma pena caindo em dia sereno do alto de uma torre abaixo”*. HERCULANO, Alexandre. *Idem*. s/d, p. 92.

¹⁹⁹ Em determinado momento da narrativa, D.Diogo procurou um abade para contar sua estranha e triste história. Fica sabendo então, por intermédio do clérigo, que sua amada, na verdade, era a antiga mulher do conde Argimiro e amante do também nobre Astrigildo. Por ter pecado contra as leis de Deus, tanto ela quanto seu amante, foram amaldiçoados. *“As almas da condessa e do gardingo caíram de chofre no inferno, por terem deixado a vida em adultério, que é pecado mortal. Desde esse tempo, as duas miseráveis almas têm aparecido a muita gente nos desvios da Biscaia: ela vestida de branco e vermelho, assentada nas penhas, cantando lindas toadas: ele retouçando aí perto, na figura de um onagro”*. HERCULANO, Alexandre. *Ibidem*. s/d, p. 81-82.

²⁰⁰ Cabe ressaltar a interessante artigo de Ana Márcia Alves Siqueira e Felipe Hélio da Silva Dezidério onde os pesquisadores traçam uma relação da narrativa “Dama Pé de Cabra” com o mito literário da Melusina. De acordo com os autores, os relatos referentes a tradição melusiana aparecem na literatura ocidental entre os séculos XII e XIII. *“Esses relatos possuem uma estrutura comum: há um encontro entre o ser divino de forma híbrida – fada ou deusa que é metade mulher, metade animal – e um ser humano que se apaixona (nas versões medievais, geralmente um cavaleiro durante uma caçada). A misteriosa mulher aceita casar-se com a condição de obediência a um interdito. A união traz prosperidade (riquezas, descendência). Quando o pacto é quebrado, ela desaparece revelando sua verdadeira forma”*. SIQUEIRA, Ana Márcia Alves; DEZIDÉRIO, Felipe Hélio da Silva. “A face negra de Alexandre Herculano: visões históricas do mal na construção do sobrenatural em ‘A Dama Pé de Cabra’ “. **Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF**. NEPA/UFF, Niterói, Vol. 4, nº 8, Abril de 2012, p. 72.

²⁰¹ *“Estou cada vez mais convencido de que este imaginário tem como centro, como ponto fulcral, a principal criação do cristianismo na época da Idade Média longa: Satanás. Satanás foi o director da orquestra da sociedade feudal. Claro que o seu poder dependia da vontade de Deus e que os homens e as mulheres desses tempos tinham de fazer a sua salvação no imaginário, muito real para eles, da opção entre o Diabo e o Senhor Deus, entre o Inferno e o Paraíso. Mas, na terra, quem dirigia a dança era Satanás”*. LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 27.

Guerra. O poder atrelado ao seu canto é inegável na narrativa, já que se utiliza dele tanto no início do relato, para conquistar D. Diogo, como em outros momentos da história.

Vejamos o que acontece no primeiro encontro de Inigo com sua mãe:

“Inigo! – prosseguiu ela – falta um ano para cumprir-se o cativeiro do nobre senhor de Biscaia. Um ano passa depressa: mais depressa eu to farei passar. Vês tu aquele valente onagro? Quando uma noite, acordando, o achares ao pé de ti, manso como cordeiro, cavalga nele sem susto, que te levará a Toledo, onde livrarás teu pai. – E bradando acrescentou: - Estás por isto, Pardalo?

O onagro fitou as orelhas e, em sinal de aprovação, começou a azurrar; começou por onde, às vezes, academias acabam.

Depois, a dama pôs-se a cantar uma cantiga de bruxas, acompanhando-se de um saltério, de que tirava mui estranhas toadas: (...).

Enquanto a dama cantava estas cantigas, o mancebo sentia um quebramento nos membros que crescia cada vez mais e que o obrigou a assentar-se.

E logo, logo, ouviu-se um ruído abafado, como de trovões e de ventanias engolfando-se em covoadas: depois o céu começou de toldar-se, e cada vez era mais cris, até que, enfim, apenas uma luz de crepúsculo o alumia.

E a mansa almácea refervia, e os penedos rachavam, e as árvores, torciam-se, e os ares sibilavam.

E das bolhas da água da fonte, e das fendas dos rochedos, e dentre as ramas dos robles, e da vastidão do ar via-se descer, subir, romper, saltar... o quê? – Cousa muito espantável.

Eram mil e mil braços sem corpos, negros como carvão, tendo nos cotos uma asa, e na mão cada um uma espécie de facho.
(HERCULANO, s/d, p. 85-86)

Após o acontecimento descrito, Inigo adormece por um ano na floresta e, quando acorda, encontra o onagro Pardalo ao seu lado para lhe servir de montaria no salvamento de seu pai, D. Diogo.

A narrativa de Herculano é guiada por uma série de eventos permeados por feitiços, seres fantásticos e presságios, que se fazem presentes por meio de sonhos e de vozes misteriosas que ecoam em momentos de tensão do relato. Nesse momento, mais uma vez, encontramos a grande unidade temática da obra de Herculano, na junção da criação ficcional com a preocupação histórica.

Na “Dama Pé de Cabra”, Herculano quis retratar um pouco do rico imaginário daquela Idade Média que conseguiu extrair da leitura e análise das fontes que teve em mãos. A mentalidade, o fantástico, o sobrenatural e o maravilhoso²⁰², temas históricos visualizados e, muitas vezes, apenas esmiuçados pelo historicismo romântico, que Herculano, fazia parte, será matéria de profundo estudo e intensas reflexões para historiados coevos, como Jacques Le Goff e os demais representantes da “História Nova”.

Capítulo 3 – Herculano e Camilo: tradição interpretativa e energia fidalga:

3.1 – A recriação da origem de Portugal por Herculano:

Alexandre Herculano, como estudioso da Idade Média e herdeiro dum historicismo romântico cosmopolita, foi um autor preocupado em redimensionar o passado português e a tradição historiográfica em Portugal, tarefa que executou tanto em sua prosa ficcional quanto em seus escritos declaradamente historiográficos.

Nas suas *Cartas*, escritas em 1842, afirma o compromisso em analisar o passado sob vários ângulos diferentes, nos seus aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e morais, com o objetivo de disponibilizar maiores recursos para uma melhor “recriação” da História e faz a opção pelo estudo da Idade Média portuguesa, colocando esse período histórico como o momento de “apogeu” do passado nacional.

²⁰² “Mas o maravilhoso faz-nos visitar uma grande parte do universo imaginário da Idade Média quer cá em baixo quer no Além, na natureza, no homem, nos animais, nos objectos, na geografia e na história. (...). Uma classificação baseia-se nos “veículos” do maravilhoso – seres animados ou objectos inanimados; outra nas fontes e reservatórios históricos do maravilhoso medieval: a Bíblia, a Antiguidade, as tradições bárbaras, as heranças do Oriente, os empréstimos contraídos na ‘outra cultura’ do Ocidente, o folclore (...). As reputações individuais e, mais ainda, familiares, de linhagem e dinásticas são construídas com fortes doses de maravilhoso”. LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 23 – 24.

O projeto historiográfico de Herculano esboçado nas *Cartas* serviria como uma espécie de programa a ser cumprido ao longo de seus trabalhos como ficcionista e historiador medievalista. Nesses escritos, podemos sentir tanto a mão rigorosa do historiador, preocupado em trabalhar corretamente as fontes históricas, quanto o romancista que utiliza de seus recursos criativos para recriar um hipotético “tempo medieval”.

Em muitos momentos de sua prosa, Herculano utilizou tanto de sua retórica de historiador quanto de sua experiência de ficcionista para recriar fatos e personagens históricos de Portugal num diálogo constante entre realidade e ficção.

Com suas novelas e seus romances históricos, Herculano soube recriar um passado medieval português coerente com os fatos e personagens históricos que eram citados e analisados em seus escritos historiográficos. Podemos facilmente notar essa coerência e unidade entre as duas faces do historicismo de Herculano quando um mesmo evento histórico é trabalhado tanto na sua ficção quanto na sua prosa historiográfica, como por exemplo, no papel desempenhado pelo Cristianismo na formação da sociedade portuguesa.

O objetivo de Herculano era interpretar e recriar, por meio de seu ofício de ficcionista e historiador, um passado medieval nacional que fosse apropriado para a sua contemporaneidade e que contribuísse, de alguma forma, para aproximar afetivamente o cidadão do presente dos homens de outrora. Como representante do historicismo romântico, Herculano não fazia distinção entre a importância e o alcance que a sua atividade de escritor poderia ter, seja ela de ordem puramente fantasiosa ou compromissada com o real.

O importante na recriação do passado medieval, não só para Herculano como também para os mais diversos autores do historicismo romântico, como Scott, Thierry e Michelet, era não só definir o que seria um “evento histórico” e interpretá-lo sob a ótica do “espírito” duma época, mas, principalmente, dar um sentido a esse evento histórico e situá-lo dentro de uma perspectiva de continuidade e ruptura ao longo do tempo.

No trecho abaixo, Herculano deixa claro que a importância dos escritos comprometidos em interpretar de alguma forma o passado, mesmo na sua face ficcional, estaria relacionada à sua capacidade de traduzir para os tempos presentes o “espírito” de outras épocas, mesmo que de forma difusa e “não tão verdadeira”.

Quando o caráter dos indivíduos ou das nações é suficientemente conhecido, quando os monumentos e as tradições, e as crônicas desenharam esse caráter com pincel firme, o romancista pode ser mais verídico do que o historiador; porque está mais habituado a recompor o coração do que é morto pelo coração do que vive, o gênio do povo que passou pelo povo que passa. Então de um dito, ou de muitos ditos ele deduz um pensamento ou muitos pensamentos, não reduzidos à lembrança positiva, não traduzidos, até materialmente; de um fato ou de muitos fatos deduz um afeto ou muitos afetos, que não se revelaram. Esta é a história íntima dos homens que já não são: esta é a novela do passado. Quem sabe fazer isto chama-se Scott, Hugo ou De Vigny, e vale mais, e conta mais verdades, que boa meia-dúzia de bons historiadores. (HERCULANO apud MARINHO, 1999, p. 16)

Para Herculano, tanto o historiador quanto o ficcionista deveriam utilizar de seus talentos como escritores e preencher as lacunas existentes nos documentos com seu conhecimento sobre o passado, o importante era construir uma espécie de ligação “espiritual” e afetiva entre épocas distantes, mas herdeiras de um mesmo sentido histórico.

Essa busca de Herculano por revelar aos seus contemporâneos a presença de um “espírito do povo” português ao longo dos eventos históricos e sua tentativa em traçar um sentido histórico para Portugal fez com que nosso autor privilegiasse alguns temas históricos em detrimento de outros.

Um tema histórico importante para Herculano e que foi trabalhado ao longo de muitas obras está relacionado à origem do Estado nacional português e as bases “espirituais” dessa nacionalidade.

Talvez a primeira grande reflexão de Herculano sobre o assunto se deu na publicação das *Cartas sobre a História de Portugal*, de 1842, conjunto de escritos que serviriam de base para as várias reflexões históricas feitas pelo nosso autor ao longo de seus escritos.

O tema da origem de Portugal, como nação independente e autônoma em relação ao reino de Leão, foi trabalhado especificamente por Herculano na “Carta III”, sendo que o

assunto é dimensionado não só dentro de uma série de reflexões políticas, mas também é alvo de uma interessante reflexão acerca da mentalidade histórica do período.

Para Herculano, o grande problema historiográfico a respeito das origens do surgimento da nação portuguesa diz respeito ao fato de D.Teresa, filha de Afonso VI, rei de Leão, na época de seu casamento com o príncipe borgonhês Henrique, ter ganhado, como dote por seu casamento, ocorrido por volta do ano de 1095, as “terras que formariam Portugal”.

De acordo com Herculano, as imbricações históricas relacionadas ao “dote” eram estranhas ao período histórico em questão. Nessa época, a partir da análise do nosso autor, os costumes seguidos nessa porção da Europa advinham da herança germânica que dizia que o noivo era quem deveria ser responsável pelo dote de casamento e não o contrário.

Para corroborar seu ponto de vista, Herculano, cita uma série de exemplos retirados das crônicas da época e que dizem respeito ao casamento das irmãs de D.Teresa, como D.Urraca, D.Sancha e D.Elvira, em que o dote não é citado²⁰³.

Essa análise historiográfica feita por Herculano, e também trabalhada, posteriormente, na *História de Portugal*²⁰⁴, nos mostra o quanto era valorizada uma investigação apurada dos documentos de época por parte de nosso autor, e como uma visão global dos costumes da época investigada deveria ser levada em consideração na elaboração da narrativa historiográfica.

Contudo, existe um objetivo maior, além do apuro documental, nessa análise de Herculano sobre as origens da independência do “Condado Portucalense”, que direcionam a interpretação historiográfica para uma leitura dos eventos históricos que

²⁰³ “Se Portugal foi dado em dote a D.Theresa com direito hereditário, segundo afirma a crônica latina do imperador Afonso Raimundes, provindo dessa circunstancia o governo de D.Henrique, como se há de supôr que D. Urraca, filha mais velha e incontestavelmente legitima, não recebesse em dote também ‘jure hoereditario’, as terras que seu marido governou? E se assim foi, como e porque se destruiu em parte este direito, dando em dote de outra filha uma porção do que já era dote de D.Urraca. (...) Além disso, D.Elvira, irmã de D.Theresa e casada com o conde de Tolosa, não recebeu em dote terras algumas (...) Este testemunho singular, porque todas as outras memórias coevas guardam silencio a semelhante respeito, será porém de tal peso que nos faça acreditar um fato contrario á legislação e aos costumes da época, e laborando nas dificuldades que aponte? Não o creio.” HERCULANO, Alexandre. “Cartas para a História de Portugal - Carta III”. In: HERCULANO, Alexandre. **Opúsculos – Tomo V**. Portugal: Livraria Bertrand, s/d, p. 53 e 56.

²⁰⁴ “Casando sua filha Teresa com Henrique, Afonso VI não se limitou a entregar a este o governo da província portugalense, com a qual já frequentemente se confunde nos monumentos dessa época o distrito colimbriense e o de Santarém, debaixo do nome comum de Portugal. As propriedades regalengas, isto é, do patrimônio do rei e da coroa, passaram a ser possuídas como bens próprios e hereditários pelos dois consortes.” HERCULANO, Alexandre. **História de Portugal**. Volume I. Lisboa: Bertrand Editora, 2007, p. 195.

destacam o protagonismo histórico tanto do povo português quanto dos “homens extraordinários” da nação.

De acordo com Herculano, o conde Henrique de Borgonha²⁰⁵, marido de D.Teresa, enquanto viveu seu sogro D.Afonso VI, governou Portugal como uma espécie de “cônsul” do monarca de Leão e não como “feudatário”²⁰⁶, como afirmava a tradição historiográfica até então.

A independência de Portugal, dessa forma, partiu da resolução pessoal do conde Henrique²⁰⁷ e se firmou como um processo, engendrado por uma série de eventos históricos, como a resistência de D. Teresa após a morte do marido em relação à influência política exercida por D.Urraca no Condado Portucalense e o sentimento de autonomia e “índole guerreira” dos nobres portugueses em relação aos invasores.

Para Herculano, a independência de Portugal foi, inicialmente, consequência da vontade “apaixonada” de alguns “homens extraordinários”, como por exemplo, a ambição do conde Henrique pelo domínio de terras no território de Leão e Castela e a sua recusa em ser súdito de D.Urraca. A autonomia de Portugal, para o historiador, se firmou ao longo do tempo, não como resultado de concessões políticas estrangeiras, mas foi fruto de um longo processo de lutas militares e políticas.

Somos independentes porque o queremos ser: eis a razão absoluta, cabal, incontestável, da nossa individualidade nacional. E se essa não bastasse, aqui estão escritos com sangue, desde Valdevez até Montes Claros, por toda esta nobre e livre terra de Portugal, os títulos da nossa alforria. Com

²⁰⁵ “(...) até a sua morte, em 1112, ele prosseguiu na administração do território que lhe fora confiado por Affonso VI, e foi no período que decorre de 1109, época da morte do rei de Leão, que ele se preparou para tornar estado independente o condado que lhe fora dado para reger como simples cônsul ou governador”. HERCULANO, Alexandre. “Cartas para a História de Portugal - Carta III”. In: HERCULANO, Alexandre. **Opúsculos – Tomo V**. Portugal: Livraria Bertrand, s/d, p. 62.

²⁰⁶ “Os grandes senhores que governavam condados eram sujeitos á coroa, não como feudatários, mas como exercendo uma delegação do soberano. (...). A influencia francesa introduziu na Espanha muitas fórmulas da organização aristocrática chamada feudalismo, mas na essência a índole visigótica da sociedade espanhola subsistiu sempre através dessa influencia. É isto o que nos dizem claramente as leis e os fatos, os documentos, os monumentos e a historia. (...) Vemos, pois, que a Idea de ter sido dado Portugal em feudo ao conde Henrique é tão repugnante e inadmissível como a de lhe ter vindo em dote de sua mulher.” HERCULANO, Alexandre. **Idem**. p. 70 e p.77.

²⁰⁷ “Antes de morrer, Afonso declarou única herdeira da coroa sua filha Urraca, e tal foi por certo a causa da cólera de Henrique e a origem do audaz projecto que desde então formou de se apossar, não de uma parte, mas de toda a monarquia de Leão e Castela.” HERCULANO, Alexandre. **História de Portugal**. Volume I. Lisboa: Bertrand Editora, 2007, p. 202.

subtilizar ou torcer a história não é que se defende a pátria: a sua defesa está em saberem seus filhos pelejar por ela, quando o soldado estrangeiro ousar acometer a terra que nos herdaram nossos pais, e onde eles morreram livres, como nós havemos de morrer. (HERCULANO, s/d, p. 67)

De acordo com a interpretação de Herculano sobre esse período da História portuguesa, D.Teresa, viúva do conde Henrique, conseguiu habilmente preservar o desejo por autonomia de Portugal devido a sua ambição por terras²⁰⁸ e astúcia em lidar com assuntos políticos que diziam respeito à “Hespanha”.

A infanta de Portugal debaixo de gesto angélico escondia o ânimo sagaz e vivo que lhe atribui um escritor, o qual devia conhecê-la e tratá-la de perto, (...). É durante esse período que a nacionalidade portuguesa começa a caracterizar-se bem, e à política de D.Teresa se deve, até certo ponto, o nascer e radicar-se em Portugal aquele sentimento de individualidade que constitui barreiras entre povo e povo mais sólidas e duradouras que os limites geográficos de duas nações vizinhas. (...) a infanta evitou as consequências das dificuldades em que se lançara e (...) aproveitou as discórdias civis da Espanha cristã para ir fundando a independência dos seus estados, (...). (HERCULANO, 2007, p. 220)

Além do protagonismo de seus governantes, que agiam muitas vezes guiados pelo desejo de satisfazer paixões pessoais, outro aspecto histórico foi também determinante para a formação de um sentimento de nacionalidade e de autonomia política entre os portugueses, a existência duma espécie de “espírito público” que perpassava o ânimo dos guerreiros.

²⁰⁸ “Se Henrique fora ambicioso, não o era menos sua mulher. (...) o guerreiro conde descera ao sepulcro, e a sua espada, que luzira ao sol de tantas batalhas, jazia ao lado dele debaixo da campa. Sobravam à infanta ambição, energia, pertinácia: faltava-lhe um braço de homem para sustentar o bom ou mau direito que supunha ter; faltava-lhe o ferro, que a política, em todos os tempos, costumou e costuma lançar na balança em que se pesam as contendas dos príncipes ou dos povos. Recorreu às armas de que a sua fraqueza mulheril podia tirar tanta vantagem como o marido tirara do esforço e perícia militar: empregou a astúcia.” HERCULANO, Alexandre. **História de Portugal**. Volume I. Lisboa: Bertrand Editora, 2007, p. 218.

Portugal, (...), conservou sempre um notável aspecto de unidade moral. Fosse qual fosse o partido a que ele se associasse, todos os barões portugueses se mostravam conformes, ao menos passivamente, com o sistema da que, debaixo desse aspecto, podemos chamar política externa do país. Favorecendo o infante Afonso Raimundes, o rei de Aragão, ou D.Urraca; fazendo a guerra por conta de um deles ou por interesse próprio, os nobres de Portugal combatiam sempre sob o mesmo pendão, embora tivessem entre si malquerenças particulares, de que aliás não faltam vestígios. Assim, o pensamento de desmembração e independência, que é visível existir já nos ânimos de Henrique e da sua viúva e que veio a realizar-se completamente no tempo de Afonso Henriques, é um pensamento comum ao chefe do Estado e aos membros dele, sendo talvez os atos dos príncipes ainda mais o resultado da influência do espírito público do que a manifestação espontânea da própria ambição. Os documentos dos primeiros anos em que regeu Portugal Afonso Henriques, concordes com os da época de D.Teresa, tendem a confirmar esta suspeita. (HERCULANO, 2007, p. 224-225)

No trecho acima, retirado da *História de Portugal*, nosso autor mostra como sua leitura do passado português estava em sintonia com os temas mais caros desenvolvidos pelas reflexões do historicismo romântico oitocentista. Como por exemplo, a existência duma “unidade moral”, espécie de “espírito do povo” herderiano, que caracteriza cada sociedade e a identificação do indivíduo com o tempo histórico em que estava inserido.

Curiosamente Herculano nomeia as terras do “Condado Portucalense” de Portugal, antes da formalização da independência da nação, talvez com a ideia de que a presença desse “espírito do povo”, chamado por ele em alguns momentos de “unidade moral” e outros de “espírito público”, já revelasse a existência de uma nacionalidade latente entre os portugueses, sentimento capaz de fazer com que as rivalidades pessoais fossem deixadas de lado quando um interesse em comum estava em jogo.

Nas últimas frases do trecho analisado podemos especular a necessária relação entre as ações políticas dos líderes da nação em formação com esse “espírito público” que

permeava os ânimos de boa parte das esferas sociais que habitavam esse território português em formação.

Com isso, podemos afirmar, que dentro do historicismo romântico do autor de *Eurico* os primeiros protagonistas políticos das terras que iriam formar Portugal, o conde Henrique e D.Teresa, mesmo guiados por paixões pessoais, como a ambição, a cobiça e a vingança, acabaram contribuindo para o processo de independência da nação devido a essa espécie de elo existente, mesmo que involuntário, entre eles e o “espírito do povo”.

Dessa forma parece que para Herculano o processo de independência de Portugal foi consequência de duas características históricas e da relação entre elas, do protagonismo histórico de suas lideranças e do ímpeto guerreiro de seus nobres que traduziam o desejo de autonomia da nação. O conde Henrique, D. Teresa e, posteriormente, D.Afonso Henriques, através da busca pela realização de suas paixões, acabaram contribuindo para a cristalização dum caráter de nacionalidade oculto no povo português.

3.2 – A figura heroica do monarca: caminhos interpretativos do *O Bobo*:

A relação entre a busca pela realização de ambições pessoais dos primeiros governantes do território português e o processo de independência também foi trabalhada por nosso autor no romance histórico *O Bobo*, de 1843.

Esse importante romance, que surgiu primeiramente no *Panorama*, teve sua primeira publicação no ano de 1846, mas foi somente em 1877, após a morte de Herculano, que o escrito surgiu em sua forma definitiva.

O pano de fundo histórico que sustenta a narrativa do *Bobo* são os eventos ocorridos antes da batalha de São Mamede ocorrida em 24 de Junho de 1128 entre os partidários de D. Afonso Henriques e os apoiadores de D. Teresa e do Conde de Trava.

Essa batalha, que se reveste de uma importância nevrálgica para a independência de Portugal, como pontuou nosso autor logo na “Introdução” de seu romance²⁰⁹, também deve ser interpretada dentro da lógica de um processo histórico desencadeador da autonomia do Estado português em relação ao domínio espanhol.

²⁰⁹ “Se na batalha do campo de S.Mamede, em que Afonso Henriques arrancou definitivamente o poder das mãos de sua mãe, ou antes das do conde de Trava, a sorte das armas lhe houvera sido adversa, constituiríamos provavelmente hoje uma província de Espanha.” HERCULANO, Alexandre. *O Bobo*. São Paulo: W.M. Jackson Inc. Editores, 1950, p. 9.

O evento histórico de S. Mamede, tanto no romance quanto nas *Cartas* e na *História de Portugal*, ocorreu não só por causa da “ambição” de D. Afonso Henriques, mas também resultou da presença dum “espírito público” português que, na época, já possuía um caráter nacional e se mostrava mais intenso nos momentos em que o intervencionismo político estrangeiro era mais agudo.

Esse lento processo de autonomia do Estado português é apresentado ao leitor na “Introdução” do romance e de forma resumida o autor descreve e analisa alguns eventos políticos e algumas características sociais peninsulares que foram importantes, dentro do seu julgamento histórico, para o desencadear desse sentimento de independência português.

Assim como na *História de Portugal* a morte de D. Afonso VI, rei de Leão e Castela, foi interpretada como um evento histórico que teve como consequências o início de uma série de lutas e revoltas que acabaram com a unidade política conquistada pelo monarca espanhol²¹⁰.

A sucessora legítima de D. Afonso VI, D. Urraca, não conseguiu governar de forma pacífica os territórios espanhóis herdados do pai devido a sua incapacidade de congregar os vários interesses sociais existentes nos seus domínios e a paixão avassaladora que sentia pelo conde Pedro de Lara, homem que contribuiu para as inimizades entre a rainha e seu filho, Afonso Raimundes.

A sociedade da época, composta por uma aristocracia, formada por nobres e pela hierarquia sacerdotal, “burgueses proprietários”, entre eles, comerciantes e artesãos, e por agricultores, não vivia numa concórdia de interesses pela ausência duma unidade política²¹¹.

Da mesma forma que na *História de Portugal*, o Cristianismo, nessa breve leitura do passado peninsular feita por Herculano, alcança um papel histórico de grande envergadura, já que era o grande elemento que agregava o todo social.

²¹⁰ “A história do governo de D. Urraca, se tal nome se pode dar ao período do seu predomínio, nada mais foi do que um tecido de traições, de vinganças, de revoluções e lutas civis, de roubos e violências. A dissolução da rainha, a sombria ferocidade do marido, a cobiça e orgulho dos próceres do reino convertiam tudo num caos, e a guerra civil, deixando respirar os muçulmanos, rompia a cadeia de triunfos da sociedade cristã, à qual tanto trabalhara por dar unidade o hábil Afonso VI.” HERCULANO, Alexandre. **O Bobo. Idem.** p. 4.

²¹¹ “Assim, o único poder que assegurava a unidade política era o poder do rei. (...). Em vez disto, era o individualismo rebelando-se contra esse poder, contra a unidade, contra o direito. Quando as mãos que retinham o cetro eram frouxas ou inabilmente violentas, as perturbações tornavam-se não só possíveis, mas, até, fáceis. A febre da anarquia podia ser ardente: o que não havia era a anarquia crônica, a anarquia organizada.” HERCULANO, Alexandre. **O Bobo. Ibidem.** p. 6-7.

A sociedade cristã era uma, e preenchia até certo ponto o incompleto da sociedade temporal. Quando cumpria aplicar uma designação que representasse o habitante da parte da península livre do jugo do islã, só uma havia: *christianus*. O epíteto que indicava a crença representava a nacionalidade. E assim cada catedral, cada paróquia, cada mosteiro, cada simples ascetério era um anel da cadeia moral que ligava o todo, na falta de um forte nexó político. (HERCULANO, 1950, p. 5)

Em resumo, nas primeiras páginas do romance, nosso autor mostra como o “caos político”, só atenuado pelo “elemento civilizatório” do Cristianismo, vivido nos territórios espanhóis no início do século XII contribuiu para o surgimento dum ambiente histórico favorável à emancipação de Portugal.

Eis as circunstâncias, que, ajudadas pelos desvarios da filha de Afonso VI, converteram o seu reinado num dos mais desastrosos períodos de desordens, de rebeliões e de guerras civis. A confusão vinha a ser tanto maior, por isso mesmo que faltava o nexó feudal. (...). Deste estado tumultuário derivou a separação definitiva de Portugal, e a consolidação da autonomia portuguesa. (HERCULANO, 1950, p. 7)

Num diálogo constante entre seus escritos historiográficos e seu discurso ficcional, Herculano defende também na “Introdução” do *Bobo* como as ações políticas do conde Henrique e sua esposa D. Teresa foram fatores importantes para a cristalização dum processo de independência nas terras portuguesas que culminou com o governo de D. Afonso Henriques.

Nosso autor seguiu uma mesma lógica historiográfica, presente tanto nas *Cartas* quanto na *História de Portugal*, nesse capítulo inicial de seu romance, ao afirmar que o conde Henrique, ao se aproveitar das discórdias políticas que surgiram com a morte de Afonso VI, foi construindo um sentimento de autonomia nas terras em que governava e que teria conseguido a independência de Portugal se não tivesse morrido²¹².

²¹² “O conde Henrique pouco sobreviveu ao sogro: cinco anos escassos; mas durante esses cinco anos todos aqueles atos seus cuja memória chegou até nós, indicam o exclusivo intuito de alimentar o incêndio das discórdias civis que devoravam a Espanha cristã. Nas lutas de D. Urraca, dos parciais de Afonso Raimundes e do rei de Aragão, qual foi o partido do conde? Todos sucessivamente; porque

Sua viúva, D.Teresa, conseguiu dar continuidade ao projeto político de Henrique até o momento em que Fernando Peres, o conde de Trava, filho de Pedro Froilaz, importante nobre espanhol, passou a exercer uma notória influência nos territórios governados por D. Teresa, colocando em risco a iminente independência de Portugal.

O filho de Pedro Froilaz achava-se revestido de uma autoridade tal que nos documentos contemporâneos ele figura como igual ou quase igual da infanta-rainha. Elevado à categoria de conde, entregues à sua administração imediata os distritos do Porto e Coimbra, os principais dos estados de D.Teresa, e obcecada esta por uma paixão, segundo parece, violenta, é natural que Fernando Peres obtivesse, até, a supremacia sobre os outros condes ou tenentes do país. (...). A infanta seguia o triste exemplo que sua irmã lhe dera, e o alferes-mor do arcebispo Gelmires representava em Portugal o mesmo papel que Pedro de Lara fazia em Leão e Castela. (HERCULANO, 2007, p. 245)

O perigo da influência estrangeira, encarnado por Fernando Peres, na visão de Herculano, foi decisivo para fazer com que os nobres portugueses assumissem o compromisso de apoiar D. Afonso Henriques na luta contra sua mãe e o conde de Trava pelo domínio de Portugal²¹³.

O primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques ou Afonso I, filho de D. Teresa e do conde Henrique, aparece em muitos escritos oitocentistas, como no trabalho *Da Educação* de Garrett, como um monarca justo e que encarnava os principais valores do “guerreiro medieval”. Seguindo essa mesma interpretação histórica, Herculano, que destacava o caráter aguerrido e varonil do monarca português, via-o como o principal

nenhum era o seu. O seu consistia em constituir um estado independente nos territórios que governava. E no meio dos tumultos e guerras em que ardia o reino, ele teria visto coroadas de bom sucesso as suas diligências, se a morte não viesse atalhar-lhe os desígnios junto dos muros de Astorga.” HERCULANO, Alexandre. **O Bobo**. São Paulo: W.M. Jackson Inc. Editores, 1950, p. 8.

²¹³ “A influência ilimitada de Fernando Peres devia forçosamente excitar desde o princípio o descontentamento e o ciúme dos barões portugueses, e as revoltas da Galiza, produzidas por um caso análogo, eram exemplo mui evidente e próximo, que lhes apontava o caminho que deviam seguir. (...). Os poderosos parentes que o amante de D.Teresa tinha na Galiza e as suas relações com o onipotente Gelmires tornavam necessário que eles preparassem de sobremão os meios de sacudir o jugo importuno do conde.” HERCULANO, Alexandre. **História de Portugal**. Volume I. Lisboa: Bertrand Editora, 2007, p. 246.

nome histórico ligado à independência de Portugal e à consolidação da autonomia portuguesa em relação aos Estados espanhóis.

Essa imagem positiva do filho de D. Teresa fica bastante clara no início do *Bobo* quando nosso autor compara o futuro governante de Portugal com o lendário “El Cid”.

Se D. Teresa se mostrara na viuvez digna politicamente do marido, o filho era digno de ambos. O tempo provou que os excedia em perseverança e audácia. A natureza dera-lhe as formas atléticas e o valor indomável de um desses heróis dos antigos romances de cavalaria, cujos dotes extraordinários os trovadores exageravam mais ou menos nas lendas e poemas, mas que eram copiados da existência real. Tal fora o Cid. (HERCULANO, 1950, p. 8)

D. Afonso Henriques, que excedeu “em perseverança e audácia” seus pais, congregou na sua figura “valores heroicos” fundamentais para expurgar de Portugal o perigo estrangeiro, representado no romance por Fernando Peres e os cavaleiros da Galiza, e unificar a nação a partir de suas ações militares intempestivas e de seu vigor guerreiro.

A idealização de Afonso I foi um pouco minimizada pelo autor do *Bobo*, afinal de contas, Herculano queria dar um teor “científico” as suas interpretações históricas, e, obviamente, mostrar a seus leitores a importância do trabalho com as fontes históricas acerca do período estudado²¹⁴.

Porém, podemos perceber, tanto nas *Cartas* e na *História de Portugal* quanto nas narrativas ficcionais de nosso autor, uma contínua preocupação em adjetivar seus personagens históricos reforçando, dessa maneira, a ideia de protagonismo histórico que envolvia esses homens de outrora dentro do desenrolar dos eventos históricos.

²¹⁴ Alexandre Herculano teve a mesma preocupação em “desmistificar” a imagem de D. Afonso Henriques na *História de Portugal*, talvez com o objetivo de mostrar o quanto a figura do monarca, a partir de um julgamento científico e histórico, sem uma roupagem “lendária”, foi importante para a consolidação da autonomia do Estado português. “Temo-nos aqui absterido de falar em Afonso Henriques, acerca de cuja infância não faltam curiosas lendas nos nossos livros históricos. Como a de Carlos Magno ou de Artur; como a de quase todos os fundadores de antigas monarquias, a sua vida foi desde o berço povoada de maravilhas e milagres pela tradição popular. Infelizmente os inexoráveis monumentos contemporâneos destroem, ou com o seu testemunho em contrário ou com o seu não menos severo silêncio, esses dourados sonhos que uma erudição mais patriótica e piedosa que ilustrada recolheu e perpetuou.” HERCULANO, Alexandre. **História de Portugal**. Volume I. Lisboa: Bertrand Editora, 2007, p. 247.

A leitura histórica que Herculano sugere no conjunto de sua prosa, seja ela ficcional ou historiográfica, é que a independência de Portugal foi consequência dum complexo processo histórico, fruto de uma série de eventos que tornaram favorável a autonomia do Estado português. Contudo, se os primeiros monarcas, e, exemplarmente, D. Afonso Henriques, não possuísem uma “robustez moral” e uma “virilidade guerreira”, qualidades destacadas pelo nosso autor em muitos momentos de suas reflexões acerca da Idade Média, Portugal talvez não conseguisse efetivar sua emancipação e garantir sua autonomia, ao longo dos séculos, em relação à Espanha.

Um conjunto de valores, oriundos de uma ética guerreira e cristã, e um espírito “apaixonado” conduziam as ações dos homens do século XII e podem ser facilmente captados tanto na narrativa do *Bobo* quanto no Livro II da *História de Portugal*, que compreende os anos de 1128 a 1185, período de governo de D. Afonso I.

A grande virtude do romance histórico *O Bobo* de Alexandre Herculano é mostrar como a independência de Portugal constitui um evento cheio de pormenores históricos e que congrega uma série de caminhos e possibilidades interpretativas.

Após mostrar na “Introdução” a importância do protagonismo histórico de alguns monarcas peninsulares e como as pretensões ambiciosas do conde Henrique e D. Teresa, ao mesmo tempo, conduziram e congregaram uma tendência autonomista entre os guerreiros portugueses, nosso autor, logo no segundo capítulo, apresenta ao seu leitor o principal personagem do romance, D. Bibas.

Curiosamente, o capítulo em questão, nomeado simplesmente de “D. Bibas”, se inicia com uma descrição pormenorizada do castelo de Guimarães, lar da corte de D. Teresa, e também residência do bobo protagonista da narrativa. Essa descrição se concentra nas potencialidades militares da fortaleza e na robustez e imponência de suas muralhas, um local apropriado para governantes de terras que almejavam a autonomia política.

Para mostrar ao leitor como o castelo de Guimarães se destacava perante outros representantes da arquitetura medieval, Herculano traça um breve panorama da atmosfera de violência e brutalidade que existia no período²¹⁵, talvez com o objetivo de

²¹⁵ “A maior parte dos edificios desta espécie eram apenas então um agregado de grossas vigas, travadas entre si, e formando uma série de torres irregulares, cujas paredes, muitas vezes feitas de cantaria sem cimento, mal resistiam aos golpes dos aríetes e aos tiros das catapultas, ao passo que os madeiros que ligavam esses fracos muros, e lhe davam certo aspecto de fortificação duradoura, tinham o grave inconveniente de poderem facilmente incendiar-se. Assim não havia castelo onde entre as armas e bastimentos de guerra não ocupassem um dos mais importantes lugares as amplas cubas de vinagre, líquido que a experiência tinha mostrado ser o mais próprio para apagar o alcatrão incendiado, que como

anunciar ao leitor que as personagens de seu romance estavam à mercê desse mesmo espírito violento e apaixonado e que guiariam suas ações, ao longo da narrativa, a partir dessa mentalidade de época.

A aparente segurança que emanava das fortes muralhas do castelo de Guimarães escondia uma atmosfera de tensão formada, gradualmente, a partir do desprezo existente entre os grupos sociais formadores da sociedade do período²¹⁶ e de sentimentos como a arrogância, a inveja e a vingança que alimentavam os ânimos dos homens da corte de D. Teresa.

Dentro dos muros de Guimarães, um alegre ambiente cortesão, marcado por festas, banquetes e torneios, ditava o transcorrer do cotidiano da nobreza, porém esse clima de concórdia escondia contradições, paixões violentas e indignações secretas de alguns homens.

Essas contradições ficam claras quando a descrição desse festivo local de alegrias e tranquilidade é bruscamente interrompida pelo nosso autor, com a apresentação da personagem de D. Bibas, o bufão da corte.

Debaixo, porém, destes urgentes motivos outro havia não menos poderoso, e em que ninguém reparava, ou que, se reparava, não se atrevia a mencionar. Este motivo era uma bruxaria, um feitiço inexplicável, uma fascinação irresistível, que em todos aqueles espíritos um único homem produzia. (...). E não era lá nenhum grande homem; era um vulto de pouco mais de quatro pés de altura; feio como um judeu; barrigudo como um cônego de Toledo; imundo como a consciência do célebre arcebispo Gelmires, e insolente como um vilão de beetria. Chamava-se de seu nome Dom Bibas. (HERCULANO, 1950, p.15)

instrumento de ruína usavam nos sítios dos lugares afortalezados." HERCULANO, Alexandre. **O Bobo**. São Paulo: W.M. Jackson Inc. Editores, 1950, p. 11.

²¹⁶ *"Mas o castelo de Guimarães podia, do teso sobre que estava assentado, olhar com tranquilo desdém para os formidáveis e variados engenhos militares de cristãos e sarracenos. (...). parecia um gigante em pé e com os punhos cerrados sobre os quadris, ameaçando o burgo rasteiro e humilde, que, lá em baixo no sopé da suave encosta se encolhia e apoquentava, como vilão que era, diante de tamanho senhor."* HERCULANO, Alexandre. **O Bobo**. São Paulo: W.M. Jackson Inc. Editores, 1950, p. 12.

O truão do castelo de Guimarães, alçado a sua condição pelo conde Henrique, congrega em sua aparência e personalidade uma série de elementos de outras personagens de conhecidos romances históricos, o ar diabólico e hipnótico de Claude Frolo, o grotesco de Quasímodo e a independência de atitudes de Wamba, o bobo de Cedric.

Assim como Scott e Hugo fizeram no *Ivanhoé* e no *Notre-Dame de Paris*, Herculano tem o intuito de reconstruir a sociedade medieval na amplitude de seus aspectos, para isso, viu a necessidade de caracterizar personagens que vivessem à margem da sociedade, seres proscritos pela sua condição física ou de nascimento e obrigados a se humilhar a fim de obter vantagens dentro de uma sociedade regida por elementos aristocráticos.

D. Bibas, antes de cair nas graças do conde Henrique, vivia sua miserável condição de “homem do povo” e, por causa de um notável talento em alegrar as massas²¹⁷, era figura corriqueira das tavernas.

Contudo, ao contrário de Wamba, o famoso truão de Scott, D. Bibas não tem um senhor tão presente quanto Cedric, alguém que imponha limites aos seus comentários irônicos e humor ácido, típicos do “bobo medieval”²¹⁸. Com isso, o orgulho que D. Bibas gozava em meio ao seu curto “reinado” no salão e nas festas era imenso e sentia, na mesma intensidade, a dor de sua miserável condição quando seus serviços de truão não eram mais necessários. Essa característica da personalidade arrebatada e impulsiva do truão terá, na narrativa, uma importância ímpar para os rumos do enredo e servirá de peça fundamental para o sucesso da revolta de D. Afonso Henriques.

Antes de nos atermos aos motivos que levariam D. Bibas a ajudar os correligionários do infante na luta contra Fernando Peres temos que abordar outros aspectos do romance, também importantes para a análise da construção histórica e ficcional que Herculano traçou para o período.

²¹⁷ “Por meses a sua vida foi uma destas vidas como era comumente naquela época, e o é ainda hoje, a do homem do povo que, a não ser nos claustros, tentava cravar os dentes no pomo vedado ao pobre – a aristocrática mandriice, uma vida inexplicável e milagrosa; uma vida, na qual ao dia folgado de fartura e beberria impensadas seguiam muitos de perfeita abstinência. A miséria, porém, criou-lhe uma indústria; Dom Bibas começou a sentir em si as inspirações de troista e os garbos de folião (...).” HERCULANO, Alexandre. **O Bobo**. São Paulo: W.M. Jackson Inc. Editores, 1950, p. 15.

²¹⁸ “Mas no meio do silêncio tremendo de padecer incrível e de sofrimento forçado, um homem havia que, leve como a própria cabeça, livre como a própria língua, podia descer e subir a íngreme e longa escada do privilégio, soltar em todos os degraus dela uma voz de repreensão, punir todos os crimes com uma injúria amarga e patentear desonras de poderosos, vingando assim, muitas vezes sem o saber, males e opressões de humildes.” HERCULANO, Alexandre. **O Bobo**. Idem, p. 17-18.

Talvez se remetendo a uma das cenas mais famosas do *Ivanhoé*, nosso autor, no terceiro capítulo do romance, faz uma rica descrição do torneio de armas medieval e, da mesma forma que Scott, preocupa-se em descrever os pormenores das cenas e traduzir em palavras, a bravura e coragem dos cavaleiros presentes no embate.

No torneio de armas do *Ivanhoé*, Scott descreve as potencialidades guerreiras de algumas de suas principais personagens, entre elas, o próprio Ivanhoé, que lutava sob a alcunha de “Cavaleiro Deserdado”, e o rei Ricardo Coração-de-Leão, vestido com uma armadura negra e que lutava de forma incógnita.

Num constante diálogo com os caminhos estéticos percorridos por Scott, Herculano utiliza desse momento da narrativa para apresentar ao leitor uma personagem de grande importância para o romance, Gonçalo Mendes da Maia, o Lidador²¹⁹.

Nesse momento, nos dois romances, onde os homens de armas são colocados à prova, podemos notar uma exaltação dos sentimentos e das ações ligadas à conduta desses cavaleiros, numa clara idealização do guerreiro medieval, exemplo de integridade, coragem e fidelidade a uma determinada causa.

Homens que para o autor de *Eurico* superavam, em vários aspectos, pela sua determinação e robustez, moral e física, os homens do período oitocentista. Como fica claro no trecho abaixo retirado do *Bobo*:

Não havia propriamente vencedores: nenhum dos oito cavaleiros que restavam tinha sido arrancado do campo: a todos, portanto, cabia igual direito de experimentarem fortuna no jogo do tavalado, visto que sua excelência a rainha dos portugueses fizera cessar o torneio. (...). Um lio ou feixe de grossas lanças, que os mais robustos homens de hoje mal poderiam sopesar, foram trazidas então para dentro da liça. Apendoadas como as lanças de guerra de todos os cavaleiros nobres, cada uma tinha o pendão e a haste de cor diversa dos pendões e hastes das outras.

²¹⁹ “Se a luta era desigual na aparência, não menos o era na realidade, mas em sentido contrário. De um lado estavam seis cavaleiros, oito do outro, e contudo a superioridade residia no bando menos numeroso, porque havia aí um homem que supria sobejamente a inferioridade numérica dos seus companheiros. Era o que tinha provocado a lide geral. A sua fronte orgulhosa, que subia acima das de todos os combatentes, como que resfolegava pelas vistas do elmo a altivez e a cólera. Aos primeiros golpes daquela espada dois nomes correram de boca em boca entre o povo. Golpes tais só havia dois braços de homens que os vibrassem; ou o de Lourenço Viegas de Riba-Douro, ou o de Gonçalo Mendes da Maia. A agigantada estatura do cavaleiro e a ausência de Lourenço Viegas traíam o senhor da Maia, cuja força e esforço lhe tinham feito adquirir o apelido de Lidador.” HERCULANO, Alexandre. **O Bobo**. São Paulo: W.M. Jackson Inc. Editores, 1950, p. 34.

Oito agigantados corcéis de batalha, conduzidos de rédea por cavaleiros de sobrevestes brancas, entraram após os homens que traziam aos ombros o lio das lanças. Desliadas estas, cada cavaleiro empunhou uma delas e cavalgou ligeiramente num dos cavalos. Ninguém diria, ao vê-los assim ágeis e desenvoltos, que tinham saído pouco antes de uma violenta refrega. (HERCULANO, 1950, p. 36)

Gonçalo Mendes da Maia, personagem fictício e histórico, e que aparece como protagonista do conto “A morte do Lidador” de Herculano, surge no *Bobo* como um dos principais articuladores da revolta de D. Afonso Henriques devido à fidelidade que tinha pelo conde Henrique e pela causa da autonomia de Portugal²²⁰.

Além do Lidador, outros dois personagens têm seus nomes atrelados a uma idealização da figura do cavaleiro medieval, Egas Moniz e Garcia Bermudes. O primeiro, amigo do infante Afonso Henriques, após anos lutando nas Cruzadas, voltava à Península para mostrar seu valor como cavaleiro português. O segundo, cavaleiro aragonês e fiel ao conde de Trava, ajudava na proteção do castelo de Guimarães e era figura constante na corte de D. Teresa.

Os dois cavaleiros, mesmo encarnando valores morais e éticos semelhantes, eram partidários de causas opostas e rivais no amor, ambos amavam a mesma mulher, a jovem Dulce, aia e protegida de D. Teresa.

A personagem de Egas Moniz Coelho, primo da figura quase lendária de Egas Moniz, o Aio, foi alvo, talvez, de uma pequena homenagem feita pelo nosso autor no *Bobo* ao famoso cavaleiro, citado também em breves passagens na *História de Portugal*²²¹ como exemplo de honra e lealdade.

²²⁰ “O rico-homem da Maia, fazendo rodar a viseira sobre o eixo que a segurava ao capelo de ferro, descobriu o rosto onde ainda se manifestavam os últimos sulcos das contrações de um grande furor, como ainda depois de aquietada a procela se agitam as últimas carneiradas do oceano revolto. Pôs depois o joelho no chão e beijou a mão da infanta, em cujos lábios vagava o costumado sorriso. A infanta, pegando então na taça, entregou-a ao cavaleiro. ‘Como sempre, nobre senhor da Maia – disse ela, ao passo que Gonçalo entregava a dádiva da rainha ao seu escudeiro, (...) – Como nas batalhas do conde Henrique: (...) em que sempre vos vi combater por mim e pela terra de Portugal. Sempre a primeira lança: sempre a primeira espada.’ ‘Enquanto o braço que as meneia não adormecer na morte, podeis, senhora, contar com essa lança e com essa espada para a defesa da livre terra portuguesa, não só contra os infiéis agarenos, mas também contra qualquer estrangeiro que quiser avassalá-la.’” HERCULANO, Alexandre. **O Bobo**. Idem, p. 38.

²²¹ A conduta exemplar de Egas Moniz, o Aio, como cavaleiro é lembrada por Herculano quando este analisa o episódio da invasão do Condado Portucalense por Afonso VII, rei de Leão, em 1127. De acordo com nosso historiador a invasão de Afonso VII só foi interrompida porque os nobres que viviam em Guimarães juraram vassalagem ao rei de Leão se D. Afonso Henriques assumisse o trono português.

Na narrativa ficcional analisada, Egas Moniz Coelho, a fim de se tornar digno do amor de Dulce, parte para as Cruzadas com o intuito de acumular glórias como cavaleiro cristão e honrar, com seu nome e feitos, tanto sua amada donzela quanto sua notória linhagem guerreira.

Nascido com o espírito ardente, trovador e guerreiro, Egas precisava obter glória, porque as almas poéticas daquele tempo não compreendiam o amor sem renome, nem talvez sem este o encontrariam no seio de nobre donzela, digna de sua afeição. A Terra Santa era naquela época o campo mais fértil para os ceifadores de glória: as reputações adquiridas na Palestina retumbavam por todo o orbe cristão. (HERCULANO, 1950, p. 44)

No trecho acima podemos perceber a importância dada pelo nosso autor à questão do protagonismo do indivíduo. Egas Moniz gozava de uma estirpe nobre e da proteção do amigo D. Afonso Henriques, contudo, “Egas precisava obter glória”, ou seja, seu sucesso como cavaleiro estaria atrelado a seus feitos militares, e, no caso destacado, da reputação adquirida na Terra Santa.

Esse desejo de Egas de adquirir “glória” e “renome” traduzem, na narrativa, uma espécie de “espírito” da época e uma mentalidade comum ao guerreiro medieval configurado pelo Romantismo, que buscava se aperfeiçoar constantemente como cavaleiro e bom cristão. Entretanto, dentro da prosa de Herculano, esse protagonismo de Egas escondia uma particular visão histórica.

A personagem Egas Moniz possui um “espírito ardente” voltado à ação e à busca da realização de seus desejos, uma característica que pode ser encontrada na personalidade

Contudo, após a vitória do infante português na batalha de S. Mamede, só Egas Moniz se lembrou do juramento. *“Um dos factos mais poéticos da nossa história parece ter-se verificado durante esta invasão do rei leonês. Falamos da devoção heroica de Egas Moniz, tantas vezes citada como um dos mais nobres exemplos de honra e lealdade. (...) Quando, porém, os sucessos de 1128 entregaram Portugal nas mãos do filho do conde Henrique, ele esqueceu as promessas de Guimarães, e com ele as esqueceram os barões portugueses. Só Egas Moniz se lembrou do que jurara. Seguido de sua mulher e filhos, dirigiu-se à corte do monarca e, apresentando-se perante ele descalço e com uma corda ao pescoço, pediu para resgatar com a morte a sua palavra nunca traída. Era grande a cólera de Afonso VII; mas venceu-o aquela inaudita façanha de lealdade. Deixou-o partir solto e livre e, o que era mais para o nobre cavaleiro, sem a taxa de deslealdade.”* HERCULANO, Alexandre. **História de Portugal**. Volume I. Lisboa: Bertrand Editora, 2007, p. 250 e 252.

de quase todas as personagens de Herculano, seja no *Bobo* ou em suas outras narrativas ficcionais.

Essa característica impulsiva e apaixonada presente no âmago dos homens e mulheres que habitam as páginas do nosso autor pode ser notada na forma como sentimentos díspares como vingança, amor, ódio, ciúme e ambição ocupam um lugar central nas suas narrativas.

Podemos afirmar que as personagens herculanianas são controladas por anseios e paixões que motivam suas ações fazendo com que obstáculos antes intransponíveis e insuperáveis sejam vencidos ou superados. Dentro dessa lógica narrativa podemos citar como exemplos os sentimentos de coletividade (nacionalidade) e de proteção ao grupo de Eurico, no romance *Eurico, o presbítero*, de Gonçalo Mendes da Maia, no *Bobo* e na narrativa *A Morte do Lidador*, e o desejo de vingança que serve de inspiração para as atitudes de Vasco, no *Monge de Cister*, e de D. Bibas, no *Bobo*.

Na leitura tanto de seus romances quanto dos seus escritos historiográficos temos a impressão que Herculano, mesmo na sua preocupação em destacar o “espírito” que guiava uma determinada época ou na ênfase dada ao estudo das instituições do passado e na ligação que essas poderiam ter com o presente, enxergava uma ligação entre o protagonismo dos indivíduos e o desencadear dos eventos históricos.

No caso do processo de independência de Portugal, as atitudes pessoais, ligadas a uma série de fatores e acontecimentos históricos distintos, de sujeitos históricos como o conde Henrique, D. Teresa, D. Afonso Henriques e, de forma ficcional, D. Bibas, foram decisivas para que o condado Portucalense ganhasse sua autonomia política.

O próprio Herculano na introdução da sua *História de Portugal* fez a seguinte observação sobre o processo de independência português: “Província separada da monarquia de Leão (...) e constituída como indivíduo político pelo esforço e tenacidade dos nossos primeiros príncipes e dos seus cavaleiros, (...)” (HERCULANO, 2007, p. 86).

Além disso, dentro dessa importância dada ao protagonismo dos indivíduos, temos a impressão que há a sugestão duma espécie de “Providencialismo histórico” agindo ocultamente nas ações dos indivíduos, como fica claro em muitos momentos dos escritos ficcionais e historiográficos do nosso autor²²².

²²² Um exemplo desse “Providencialismo histórico” está relacionado a forma como Herculano encarava a retomada da hegemonia do Cristianismo na Península Ibérica. “A Providência decretara a restauração do cristianismo na Península e os seus decretos deviam cumprir-se, bem que, às vezes, a execução deles

Essa série de características e aspectos da leitura histórica de Herculano confirma a relação que nosso autor tinha não só com uma visão mais científica da História, preocupada com a verificação da autenticidade dos documentos e sua correta interpretação, mas também com o historicismo romântico e com algumas ideias presentes nas “Filosofias da História” do oitocentismo europeu, entre elas, o importante papel desempenhando pelo “gênio” ou “herói” dentro do desenrolar dos eventos históricos dum determinado povo.

A característica heroica das principais personagens do *Bobo* está ligada a hipotéticos valores aristocráticos e guerreiros, como a coragem e fidelidade, e, justamente, esses aspectos, reunidos e potencializados, tornam-se elementos importantes para que os eventos históricos sigam determinados caminhos.

Egas Moniz, um dos “heróis” do romance, ganha esse epíteto por causa de sua condição de cavaleiro corajoso e fiel à causa da autonomia de Portugal, assim como Gonçalves da Maia, o Lidador. O ciúme sentido por Egas em relação ao casamento forçado de Dirce e Garcia Bermudes não o desqualifica como herói, ao contrário, potencializa seu ímpeto guerreiro na luta contra os estrangeiros e as intenções políticas de Fernando Peres.

A ira do cavaleiro Egas Moniz serviu como elemento para garantir a vitória dos partidários de D. Afonso Henriques na batalha de S. Mamede. Assim como o ímpeto apaixonado do nosso cavaleiro contribuiu para o processo de independência de Portugal o desejo de saldar alguma pendência pessoal por parte de outros homens do período também pode ser encarada como força significativa para que fosse determinado o seu engajamento em um dos lados da contenda.

Essa disposição apaixonada que servia de guia para as personagens do romance pode ser encontrada nas ações de Dom Bibas ao longo da narrativa. O truão do conde Henrique, em muitos momentos da nossa história, surge como uma espécie de figura onisciente, talvez porque, como o Quasímodo de Hugo, conheça todas as passagens e esconderijos secretos de Guimarães.

Sua curiosidade e atrevimento levam Dom Bibas a interromper, muitas vezes, a conversa das outras personagens do romance, sugerindo a elas, que ele, o simples bobo da corte, sabe de tudo, conhece todos verdadeiramente e os têm na palma na mão. Na

parecesse retardar-se.” HERCULANO, Alexandre. **História de Portugal**. Volume I. Lisboa: Bertrand Editora, 2007, p. 123.

verdade, nas próprias palavras de Herculano, “Dom Bibas não era bôbo; era o diabo” (HERCULANO, 1950, p. 49).

Numa conversa travada entre o Lidador, o abade do mosteiro de D. Mumadona, Fr. Hilarião, e o capelão de D. Teresa, Martim Eicha, partidário da causa de Fernando Peres, sobre os rumos políticos que o Condado Portucalense poderia seguir com uma iminente revolta de D. Afonso Henriques, D. Bibas surge na cena com toda a sua aura misteriosa e cores grotescas.

O episódio em questão nos remete ao romance *Notre-Dame de Paris* e a relação quase simbiótica existente entre Quasímodo e a Catedral.

No calor da disputa, nenhum dos três reparou em Dom Bibas que se acercara da coluna junto da qual conversaram. (...). Rodeando o feixe de colunelos, que, segundo o gosto árabe, unidos só pela base e pelo cinto formavam a coluna ou pilastra em que vinham repousar os artesãos do teto, trepara manso e manso firmando-se nos labores da pedra, e se assentara sobre as grandes folhas de lódão entressachadas de figuras extravagantes de centauros, harpias, demônios e górgonas, em que o arquiteto mostrara ceder às influências da arte normanda, que começava a expulsar a arquitetura sarracena dos edifícios de Espanha. Visto naquela altura, assentado no capitel com os braços lançados sobre os pescoços de duas figuras horrendas, em que se assegurava, Dom Bibas pareceria também uma criação desvairada da mente do escultor, (...). (HERCULANO, 1950, p. 54)

Tanto Quasímodo quanto Dom Bibas se misturam aos detalhes arquitetônicos do espaço em que vivem, se sentem seguros e confidentes das grotescas criaturas que enfeitam as paredes e escondem suas deformidades físicas nas sombras produzidas por colunas e pilastras.

Dom Bibas adotou o riso e o escárnio para mitigar sua triste condição, de homem desprezado pela sua condição social e física, já Quasímodo, gozando da mesma desventura do truão, se consolava com sua tarefa de sineiro de Notre-Dame.

Ambos são personagens que habitam os extremos das paixões, porta-vozes duma intensa sensibilidade capaz de atitudes que vão da extrema bondade e sacrifício até ações cruéis e guiadas pelo ódio e vingança.

Dom Bibas, interrompe a conversação de três importantes membros da corte para deixar claro, através de seu pilhérico canto, dirigido atrevidamente a Martim Eicha, que torcia pelo infante e que não gostava da presença de estrangeiros. Afinal de contas como pontuou o próprio autor do romance: “Dom Bibas debaixo da cruz da sua espada de lenho sentia bater um coração de português, português da boa raça dos gôdos”. (HERCULANO, 1950, p. 21)

Essa atitude desrespeitosa agradou o Lidador e o abade, pelo tom jocoso do canto e pelo caráter inofensivo do bobo, já Martim Eicha se sentiu ferido e ameaçado pelo “fogo da revolta” que alcançara até mesmo um “vil bobo”. Com isso, o cônego se viu na obrigação de relatar o ocorrido ao conde de Trava.

Em outra cena do romance, Dom Bibas também mostra seu atrevimento e sua quase onisciência. Garcia Bermudes, cavaleiro fiel a Fernando Peres e enamorado de Dulce, após o fim dum sarau em que tomava parte e o recolhimento dos demais membros da corte, entre eles, a infanta D. Teresa, acreditava estar sozinho no local, antes festivo, quando é surpreendido por um canto.

O autor dos versos, que fazia troça do amor que Garcia Bermudes sentia pela aia de D. Teresa, era o truão português, que atacava a condição estrangeira do enamorado e a impossibilidade do sucesso de tal amor.

Curiosamente, o cavaleiro, ao invés de ser preenchido pela ira diante de tal afronta é acometido por um sentimento de terror, um presságio de alguma desventura futura, realçando a atmosfera misteriosa e diabólica que cercava Dom Bibas.

Sentiu correr-lhe os membros um calafrio – não de temor, porque não o conhecia o seu coração; mas de terror – desse religioso terror que na crédula Idade Média, às vezes, e por mil motivos vãos, vergava os ânimos mais esforçados. Era singular o efeito que nele produzia a voz roufenha de Dom Bibas; mas é certo que essa voz despertava na sua alma lembranças de morte e uma indizível tristeza. Revoou-lhe então lá dentro o pensamento de que no cantar do truão havia o que quer que

fosse fatídico, e no seu olhar brilhante o que quer que fosse diabólico. (HERCULANO, 1950, p. 57)

No trecho acima estamos diante de um tema comum dos romances históricos, o presságio, utilizado tanto por Scott quanto por Hugo, e outras vezes mais por Herculano em suas narrativas ficcionais. A função desse artifício narrativo era envolver os enredos, mais ainda, num clima “medievalizante” oriundo da herança gótica apropriada pelo Romantismo e tentar traduzir uma mentalidade de época refém do fantástico e do maravilhoso.

Contudo, essa fama de “diabólico” que Dom Bibas tinha entre os convivas da corte não era suficiente para causar “terror” em Fernando Peres, o conde de Trava. O truão, depois de outra inesperada aparição, faz com que a cólera do amante de D. Teresa alcance o seu auge, tanto por causa do atrevimento do bobo quanto pelo seu velado apoio à causa de D. Afonso Henriques. Dom Bibas, sem meios de resistir, além de palavras de súplica, acaba sendo açoitado a mando do conde de Trava.

A personagem de Dom Bibas, ao contrário das outras do romance, tem uma origem não aristocrática e não goza da condição de cavaleiro, encarnando, por conseguinte, a distância existente entre os grupos sociais do período.

Por causa dum acesso de cólera e duma aleatória demonstração de poder de Fernando Peres, o nosso truão foi duramente castigado, ou seja, acabou sendo vítima dos “mandos e desmandos” dos privilégios pertencentes à aristocracia.

Esse castigo infringido pelo conde de Trava a Dom Bibas desencadeia uma mudança nas motivações do bobo que, a partir desse momento na narrativa, passa a arquitetar a melhor maneira de se vingar dos excessos cometidos por Fernando Peres²²³.

A relação conflituosa entre o bobo e o amante de D. Teresa, que nasceu duma demonstração excessiva de poder desempenhada por um membro da aristocracia, pode ser interpretada como um sinal do perigo representado por um governo português comandado pelo conde galego.

²²³ “Então o excesso do terror e da desesperação produziu naquele espírito, onde por anos se desenvolvera e alimentara constante irritação, uma destas revoluções morais em que, no meio de tormentosa crise, o homem se transmuda em outro homem. Ergueu-se e com gesto desvairado bradou: ‘Está bom! Ninguém se compadece de mim! Serei açoitado como um vil servo judeu! O bôbo receberá essa afrontosa pena; mas ele se converterá num demônio...’.” HERCULANO, Alexandre. **O Bobo**. São Paulo: W.M. Jackson Inc. Editores, 1950, p. 77.

Fernando Peres, na falta de capacidade e meios para congregar os diversos grupos sociais e interesses políticos díspares existentes nas terras portuguesas, teria que balizar seu hipotético governo, já que adquiria cada vez mais influência política por causa do seu relacionamento com D. Teresa, numa contínua demonstração de força política e centralização do poder.

No compreender de Herculano, posição que fica bastante clara com a leitura de outros escritos do autor, a tomada de poder de D. Afonso Henriques livraria Portugal de um governo estrangeiro, ilegítimo e, pior de tudo, excessivamente centralizador. O jovem infante, ainda inexperiente como guerreiro na época, gozava do apoio de muitos cavaleiros de renome, como o próprio Gonçalo da Maia, e conseguiria, com sua figura carismática, congregar os portugueses numa nação.

Na narrativa, o infante português pouco aparece, ao contrário do rei Ricardo no *Ivanhoé*, que muito interage com as demais personagens e aparece em várias cenas do romance. Contudo ambos, tanto D. Afonso Henriques quanto o rei Ricardo, têm a capacidade de facilmente reunir em torno de si vários guerreiros e sua fidelidade.

A personagem ficcional do infante português, criada por Herculano, possui qualidades bem parecidas com o monarca inglês de Scott, são corajosos, carismáticos e porta-vozes dum futuro melhor para todos. Enquanto a chegada do rei Ricardo Coração-de-Leão ao reino inglês anunciava o fim do governo ilegítimo de João Sem Terra e o retorno duma perdida unidade social, a tomada do governo português por D. Afonso Henriques colocaria fim à influência política exercida pelos estrangeiros, encarnada aqui, por Fernando Peres, e, novamente, traria coesão social às terras portuguesas.

O campo de Afonso Henriques aumentava diariamente com as bandeiras das beatrias e concelhos, com os homens de armas dos coutos e honras dos mais ilustres ricos-homens, e com muitos alcaides de castelos do próprio infantático ou regalengo de D. Teresa. Assim, ao passo que o conde Fernando Peres chamava os cavaleiros de Galiza e das outras províncias de Espanha para se defender, a guerra ia mudando o seu caráter de luta civil em luta de independência, e fazendo que o espírito de individualidade nacional se desenvolvesse e fortificasse. (HERCULANO, 1950, p. 129)

No trecho acima fica claro que os correligionários de Afonso Henriques não eram representados apenas por membros da aristocracia, mas também eram compostos pelas “beetrias” e “concelhos”, instituições medievais que, para Herculano, davam voz às reivindicações populares e serviam de força de controle aos excessos dos privilégios da nobreza. Para a construção da figura real de Afonso Henriques, feita pelo nosso autor, o apoio dado por esses “concelhos” será de extrema relevância para mostrar como o infante foi importante para impedir que o processo de independência de Portugal, iniciado pelo conde Henrique, fosse interrompido devido à influência política externa.

Dom Bibas, como representante desse homem incógnito do povo, apoiava a causa do infante português antes de ser castigado por Fernando Peres e o excesso de poder do amante de D. Teresa só fez eclodir toda a revolta do truão. Podemos dizer que a ajuda dada pelo bobo aos cavaleiros de Afonso Henriques simboliza, na narrativa, o apoio popular ao futuro rei de Portugal que trará unidade social e solidificará a independência das terras portuguesas.

O meio encontrado por Dom Bibas para ajudar os apoiadores do infante foi de mostrar um caminho secreto para que os homens de Afonso Henriques pudessem entrar e sair do castelo de Guimarães sem maiores problemas, burlando, desse modo, todas as tentativas feitas por Fernando Peres de proteger o castelo.

O nosso bobo incapaz de empunhar uma espada contra seu inimigo devido a sua condição, encontrou uma solução para dar cabo a sua vingança, usaria de seus próprios recursos, como exímio conhecedor de Guimarães para ajudar os partidários do infante.

Dom Bibas era homem solitário e desprezado, que habitava os ambientes escuros, úmidos e inacessíveis do castelo, buscando, quem sabe como Quasímodo, refúgio e consolo no meio de paredes e ambientes ermos de Guimarães. Nesse tédio sem fim que acometia a existência de nosso bobo, certo dia, porém, foi agraciado com uma descoberta, que seria decisiva para o futuro de Portugal.

A existência de um caminho subterrâneo em Guimarães, esquecido por seus habitantes, foi encontrado e mantido, por capricho, em segredo pelo truão de D. Henrique, e, quis a Providência que, justamente, Dom Bibas fosse humilhado por Fernando Peres.

Conduzido pelo sentimento de vingança, Dom Bibas irá se tornar, na narrativa, instrumento da Providência, e, associado a outros fatores, como a lealdade de alguns

cavaleiros a Portugal e ao infante, impedirá que Fernando Peres, o grande inimigo em comum de todos os portugueses, assumisse o controle das terras lusitanas²²⁴.

O caminho secreto será decisivo para permitir a saída de Gonçalo da Maia e seus correligionários para se juntarem às tropas de Afonso Henriques e permitirá que Egas Moniz escape da prisão e da morte.

O Lidador, que escapara da masmorra do castelo, aparece subitamente em meio ao exército do infante português e relata o venturoso evento aos atônitos cavaleiros, entre eles, Egas Moniz:

‘O pobre Dom Bibas – concluiu ele – cumpriu à risca o que prometeu. O vilco da honra e solar da Maia e os vinte cavaleiros meus acostados vieram sucessivamente ajuntar-se conosco à saída do subterrâneo. O bobo lhes deu passagem pouco a pouco, e até vi com espanto que o último me conduzia a destro o meu cavalo de batalha. Deixando os homens de armas acompanhando o virtuoso monge (Fr. Hilarião), adiantei-me à rédea solta em busca do arraial do meu senhor infante, para lhe dizer: ‘Guimarães será vosso logo que vos aprover!’ (HERCULANO, 1950, p. 130)

Depois que Gonçalves da Maia chega ao acampamento de Afonso Henriques, tem lugar uma discussão sobre a necessidade de um combate entre mãe, D. Teresa, e filho. O Lidador aconselha ao jovem infante que envie ao castelo um mensageiro propondo que a rainha ceda o governo das terras portuguesas ao herdeiro de D. Henrique.

O infante titubeia um pouco na decisão, mas, por fim, concorda em enviar esse mensageiro até Guimarães com o intuito de persuadir D. Teresa a abdicar o trono em nome de Afonso Henriques.

Egas Moniz, num exemplo de fidelidade e amizade ao infante, se propõe a ser esse mensageiro. Contudo, o corajoso cavaleiro era impulsionado em sua tarefa também por outro motivo, tornar a rever sua amada Dulce.

²²⁴ “Nunca Dom Bibas revelara o descobrimento casual que fizera. Este homem, que nada possuía, quisera ao menos possuir um segredo. E na presente ocasião aquela inocente avareza lhe punha nas mãos um rico tesouro, o cumprimento dos seus vingativos desejos. (...). O infante dirigia-se a Guimarães, e na primeira noite ele lhe podia dar nas mãos aquele invencível castelo.” HERCULANO, Alexandre. **O Bobo**. Idem, p. 124.

O triângulo amoroso formado por Egas, Garcia Bermudes e Dulce era regido pela virtude. Os valores humanos mais elevados para Herculano parecem encarnar nessas três personagens, sentimentos como coragem, fidelidade e honra são a tônica em comum das atitudes dos dois cavaleiros e da aia de D. Teresa durante a narrativa.

Dulce ama Egas Moniz, mas respeita Garcia Bermudes e o vê como amigo, porém o ciúme faz com que os dois cavaleiros, partidários de causas políticas diferentes, alimentem ódio um pelo outro.

Fernando Peres conhecendo a intensidade do amor de Garcia Bermudes por Dulce propõe o casamento de ambos, com o intuito de conquistar, mais ainda, a fidelidade do valoroso cavaleiro. Contudo, Garcia Bermudes frustra os objetivos do conde de Trava porque não quer forçar a amada a aceitá-lo como marido, num ímpeto de generosidade e respeito pelos sentimentos de Dulce²²⁵.

O ardiloso conde não se dá por vencido e aproveita a chegada de Egas Moniz como mensageiro de Afonso Henriques para dar continuidade ao seu plano de casar seu alferes-mor com a bela aia de D. Teresa.

Fernando Peres, além de recusar o pedido de paz enviado pelos correligionários do infante também aprisiona Egas Moniz. O apaixonado cavaleiro será instrumento de chantagem do conde, que obriga Dulce a se casar com Garcia Bermudes em troca da vida do seu amado.

Durante todo o romance a personalidade de Fernando Peres nos surge em contraste com a de outras personagens, seu comportamento é regido por uma ambição desmedida que o leva, muitas vezes, a atitudes egoístas, ardilosas e cruéis.

Numa possível interpretação sobre as razões que levaram Herculano a fazer dessa personagem a grande “vilã” da nossa narrativa podemos dizer que o autor optou, na sua construção ficcional dos protagonistas, por uma solução maniqueísta, que divide a história em “bons” e “maus”.

²²⁵ Podemos identificar mais um exemplo da visão idealizada da cavalaria por Herculano nessa fala de Fernando Peres a respeito da recusa de Garcia Bermudes de se casar com Dulce: *“Bem se vê, senhora (D. Teresa), que o vosso alferes-mor foi armado cavaleiro pelo Cid Rui Dias. Guarda puras as tradições daquele espelho brilhante de todas as cavalias. Mas eu, fraco mortal que não ponho tão alta a mira, penso mais tranquilamente! Garcia Bermudes! Dulce! Escutai o que vos digo: são as minhas derradeiras palavras. Amanhã a estas horas o alferes-mor de Portugal terá uma esposa, e esta esposa será a nobre e rica herdeira dos Bravais.”* HERCULANO, Alexandre. **O Bobo**. Idem, p. 112.

O conde de Trava e os cavaleiros da Galiza seriam os representantes do “elemento estrangeiro” em Portugal e, por isso, seriam os difusores das inúmeras “maldades” que assolavam a corte e o povo português.

Contudo, a presença de duas personagens na narrativa faz com que essa leitura maniqueísta sobre o romance se torne um pouco problemática. Uma delas é D. Teresa, rainha de Portugal, que em alguns momentos da nossa história toma atitudes reprováveis dentro da interpretação histórica de Herculano, como a de apoiar Fernando Peres na luta contra Afonso Henriques e, por causa dessa atitude, colocar em risco a independência das terras portuguesas.

A viúva do conde Henrique por se colocar ao lado do amante na luta contra seu filho poderia ser considerada “vilã” da nossa história, no entanto, o próprio Herculano isenta de culpa D. Teresa a partir de vários argumentos, entre eles a sua fragilidade moral como mulher apaixonada²²⁶ e seu compromisso em zelar pela paz de suas terras²²⁷.

A outra personagem que é fiel ao conde de Trava é Garcia Bermudes, cavaleiro aragonês que mantém um virtuoso código de conduta tanto em relação a sua amada Dulce quanto aos seus inimigos, entre eles seu rival amoroso, Egas Moniz.

Entretanto mesmo sendo partidário de Fernando Peres, existe uma nítida distância moral entre Garcia Bermudes e o amante de D. Teresa. Essa superioridade do cavaleiro aragonês fica realçada nos últimos capítulos do romance quando ambos têm a oportunidade de se vingar de Egas Moniz.

Enquanto o cavaleiro propõe um duelo de armas, o conde simplesmente opta por prender e mandar enforcar o mensageiro de Afonso Henriques²²⁸.

²²⁶ “Subjugado pelo predomínio infernal, que nele alcançara Fernando Peres, aquele pobre coração de mulher que cria sentir em si os brios de um coração de homem, sabia apenas despedaçar-se numa contínua alternativa de afetos.” HERCULANO, Alexandre. **O Bobo**. Idem, p. 137.

²²⁷ “A audácia do infante, a licença desenfreada com que os seus homens de armas assolavam as vilas e honras do infantático, isto é, do que constituía propriamente o apanágio de Dona Teresa, as violências que praticavam contra os vilões e homens de criação desses mesmos testamentos ou herdades, o furor com que derribavam os seus castros ou lugares fortificados, e sobretudo a intenção com que, segundo afirmavam os espias, o moço príncipe se acercava dos muros de Guimarães, e que era nada menos do que lançar em prisão perpétua Fernando Peres e a própria mãe, tinham finalmente sufocado no coração desta a voz do amor materno.” HERCULANO, Alexandre. **O Bobo**. Ibidem, p. 99.

²²⁸ “ ‘ Uma estacada, alferes-mor? – rugiu ele (Fernando Peres) empurrando para trás com violência Garcia Bermudes. – Estacada e juízes? Uma das ameias da torre alvarrã será a estacada: o algoz, o reptadpr e o juiz. O cepo e o cutelo são para rico-homens: este sandeu, enforcem-no como um cão ismaelita! Homens de armas, lançai-mo na prisão do alcaide no fundo da cárcova!’ (...). O alferes-mor seguiu com os olhos o trovador. Tinha ficado imóvel enquanto durou aquela luta desonrosa para Fernando Peres e para os seus cavaleiros. No gesto do generoso Garcia pintavam-se ao mesmo tempo a vergonha, o ódio e a piedade. Ele quisera a vingança; mas repugnava ao seu coração uma vingança atroz e covarde.” HERCULANO, Alexandre. **O Bobo**. Ibidem, p. 143.

Essa atitude de Fernando Peres, o conde de Trava, nos revela talvez a grande razão porque suas ações são reprovadas por nosso autor, a ausência, nas atitudes do conde, de um código de conduta seguido pelos cavaleiros que compõem a narrativa.

Assim como Gonçalo da Maia, Egas Moniz, Garcia Bermudes e até mesmo Dom Bibas, que tinha um coração de “português da boa raça dos godos”, Fernando Peres age guiado por suas paixões, mas, entretanto, esse comportamento apaixonado é nocivo porque não é regido pela “virtude guerreira” presente entre os cavaleiros da narrativa.

A identificação com uma idealizada figura de “cavaleiro medieval” faz com que as ações de um grupo de personagens não fiquem a mercê das paixões egoístas e seja controlada por uma espécie de compromisso moral e ético com a pátria ou com algum outro referencial.

Dentro dessa ideia, podemos citar a lealdade de Gonçalo da Maia e Egas Moniz ao infante e o amor sincero de Garcia Bermudes por Dulce, que prefere a felicidade da amada a sua própria. As ações de Dom Bibas são guiadas pelo ódio que o bobo sente pelo conde, mas, dentro da sua vingança pessoal, também podemos encontrar um latente sentimento nacional.

Já a personagem de Fernando Peres toma atitudes que levam em consideração apenas a satisfação de seus interesses pessoais, não existe algo maior por trás de suas ações, somente sua ambição de homem público. Talvez aqui, na caracterização do amante de D. Teresa, Herculano quisesse criticar a figura do “homem público” oitocentista que, na sua falta de transparência e gosto pela burocracia política, só visa à realização de suas ambições pessoais e não o bem comum.

O conde, ao contrário dos seus pares no romance, não é sincero em seus gestos e sentimentos e tem atitudes dissimuladas, e, claramente, mantém seu relacionamento com D. Teresa com o intuito de gozar da favorável condição política que alcançou nas terras da infanta. Como podemos observar nessas suas reflexões acerca da provável vitória que obteria na luta contra Afonso Henriques:

Depois da vitória ele obteria facilmente do imperador Afonso de Leão os condados de Portugal e Coimbra como feudos reais, e então, arrancando a máscara de um amor que expirara, usaria como senhor do poder que muitas vezes se via constrangido a deixar vacilante nas fracas mãos da infanta-rainha. (HERCULANO, 1950, p. 144)

A fidalguia que nosso autor glorifica e destaca no *Bobo* e nos seus outros escritos está ligada a um idealizado código de cavalaria balizado em valores como a coragem, a lealdade e o sacrifício em prol do coletivo ou do ente amado. Em contrapartida, Herculano critica alguns outros aspectos aristocráticos, representados no *Bobo* pelo conde de Trava, como a exploração do povo proporcionada pelo privilégio de nascimento e a ambição pessoal.

Dom Bibas, o truão do castelo, o homem explorado do povo, também foi alvo do desprezo e do excesso do poder aristocrático de Fernando Peres, e, por isso, arquitetou sua vingança visando àquilo que o poderoso conde mais temia perder, a influência política que exercia nas terras portuguesas.

Com o intuito de desarticular qualquer chance de vitória do conde de Trava na luta contra Afonso Henriques, Dom Bibas ajudará Egas Moniz, o valoroso cavaleiro do infante, preso injustamente e condenado à forca.

No penúltimo capítulo da narrativa, Herculano utiliza de boa parte de seus recursos como romancista²²⁹ para traçar um amplo quadro das aflições e inquietações de Egas Moniz na masmorra de Guimarães. O sofrimento do cavaleiro se alterna entre o desespero diante duma iminente morte desonrosa, seu desejo era morrer lutando ao lado do infante, e a impossibilidade de rever Dulce.

‘Aqui entre injúrias, como um vil criminoso; no Oriente, misturando o sangue com a terra que bebeu o do Salvador; lá fora dessas muralhas, em nobre lide de cavaleiros: tudo é morrer! Que importa?...’ – E depois de um brado de agonia como respondendo a si mesmo: - ‘Muito, muito! Porque amo;

²²⁹ Herculano, assim como outros autores românticos, estabelece, em muitos momentos da narrativa, uma relação entre a disposição de espírito de suas personagens com nuances descritivos da natureza. A intenção não é, evidentemente, descrever de forma realista o espaço externo, mas estabelecer uma espécie de ligação entre homem e natureza, elo capaz de ser estabelecido apenas pelos espíritos sensíveis, numa tentativa de comunicação e integração com o Todo. *“A luz do dia, ao desaparecer, como que se dobrava para afagar e beijar o desgraçado, que talvez não a tornaria a ver. Dir-se-ia que os raios do sol se prendiam aos cabelos louros do mancebo onde folgavam cintilando trêmulos, e que pediam àqueles olhos mortas e meio cerrados o último olhar de saudade com que o homem costuma despedir-se do astro esplêndido, quando ele se vai mergulhando na extremidade do horizonte. E parecia que esta linguagem misteriosa achava no coração do cavaleiro uma dessas harmonias inexplicáveis que Deus estabeleceu entre a natureza e o homem no grande concerto do universo. (...) Pouco a pouco os lábios agitaram-se-lhe como a superfície do mar que se encrespa aos primeiros sopros da procela. A tempestade acumulada naquela alma rebentou por fim dolorosa e terrível.”* HERCULANO, Alexandre. **O Bobo**. Ibidem, p. 155.

porque a vida é doce para mim por ela! Porque a morte ignominiosa é ignomínia para a amante do homem que expirou em suplício infame. Um cavalo e uma espada! Que me deem um cavalo e uma espada, e depois dez, vinte, cem guerreiros que me acometam, que me despedacem, ferindo-me a um tempo! Cairei com honra! Dirão dela: ‘eis a que amava um cavaleiro de esforço que bem soube morrer!...’ (HERCULANO, 1950, p. 155 – 156)

Como podemos perceber nesse trecho, o cavaleiro Egas Moniz, também chamado pelo romancista de “trovador”, encarna o ideal de cavalaria medieval para Herculano, caracterizado pela busca constante do indivíduo por glória e honra conquistada tanto no campo de batalha quanto numa conduta virtuosa.

A felicidade para o cavaleiro medieval, tingido pelas cores do Romantismo, era aquilo que menos importava dentro de seus desígnios, seu grande objetivo era viver de acordo com ideais maiores, fossem eles, o amor, a fidelidade à pátria ou a defesa do Cristianismo, mesmo que para isso tenha que sacrificar sua própria vida.

Para libertar Egas Moniz da prisão e de seu desespero eis que surge Dulce. A aia de D. Teresa ao saber da aproximação do exército de Afonso Henriques consegue que a rainha perdoe o seu amado e dirige-se com a chave da cela para a masmorra, contudo, ao saber que Dulce havia se casado com Garcia Bermudes, mesmo forçada por Fernando Peres e com o intuito de libertá-lo, o jovem cavaleiro se nega a sair da prisão e acompanhar a amada.

Com a saída de Dulce da prisão, Egas Moniz recebe a visita de um misterioso monge que conduzido pelo desejo de vingança vai até o condenado para libertá-lo, esse sacerdote na verdade era o nosso truão, Dom Bibas.

O bobo consegue convencer o cavaleiro a fugir da prisão, alimentando nele o sentimento de desforra contra seu rival amoroso²³⁰. Dessa forma, Egas Moniz escapa da prisão utilizando as vestimentas de monge de Dom Bibas, numa clara referência ao

²³⁰ “ ‘Cavaleiro namorado, bem sei que tua dama é já de outrem! – insistiu o bobo. – Mas não achas uma ideia grande de que te alimentes ainda? Um destino a satisfazer? Um nobre feito a prosseguir? Também para mim, nesta vida risonha e folgada de bufão, houve uma hora de agonia e desesperação como a tua, e vivi! Vivi para vingar-me: para a vingança deves tu viver, se és um homem. Mal sabes que prazer é o responder com a injúria à injúria, com o martírio ao martírio! Olha: amanhã há um topar em cheio de escudos e lanças, há uma festa de sangue e matança; e o cavaleiro esforçado poderá pôr um joelho sobre os peitos do seu inimigo derribado, e gritar-lhe aos ouvidos, apontando-lhe o punhal à garganta: - ‘Sou eu que te mando aos infernos!’”. HERCULANO, Alexandre. **O Bobo**. Ibidem, p. 165.

episódio da fuga de Cedric da prisão do castelo de Reginaldo Testa-de-Boi, no *Ivanhoé*. No romance, o ancião saxão, auxiliado pelo também bobo Wamba, troca de lugar com seu servo que entrara no castelo disfarçado de sacerdote.

Dom Bibas completa seus objetivos utilizando o fiel cavaleiro de Afonso Henriques como seu instrumento de vingança. A fúria de Egas Moniz, intensificada pelo desentendimento amoroso com Dulce e pelas palavras do truão, faz com que seu ímpeto guerreiro seja incontrolável e, depois duma terrível luta com Garcia Bermudes, consegue matar o aragonês no campo de batalha.

Com o assassinato do alferes-mor da rainha, Dulce se afasta do cavaleiro-trovador recusando perdô-lo pelo seu gesto de insanidade vingativa. A tristeza e a dor matam a aia de D. Teresa, que é acompanhada na sepultura, dias depois, pelo recém-ordenado monge Egas Moniz.

O final trágico que acomete Garcia Bermudes, Dulce e Egas Moniz traduz a tendência narrativa de Herculano em envolver suas principais personagens num vertiginoso caminho de ações que conduz à fatalidade. Parece que seus cavaleiros e damas estão sempre fadados a viver seus sentimentos e emoções à flor da pele, numa entrega irrestrita às suas paixões.

Não podemos deixar de anunciar que esse comportamento assaz pulsante e de intensa energia das personagens do autor do *Bobo*, muitas vezes, são anunciados, dentro da narrativa, por sombrios presságios presentes nas descrições dos ambientes em que essas personagens circulam ou em acontecimentos carregados de significados, como o canto tétrico entoado por Dom Bibas para Garcia Bermudes.

Nas narrativas de Herculano temos a impressão que um destino patético aguarda seus heróis, justamente, por serem seres de exceção, ou seja, por terem a capacidade de balizar suas ações na plena realização de suas paixões, mesmo que isso implique o sacrifício e a aniquilação de suas vidas.

Essa disposição de espírito presente nas motivações dessas personagens revela a filiação de nosso autor aos valores proferidos por uma estética romântica que visualizava na ação apaixonada dos indivíduos um canal de comunicação com os desígnios insondáveis duma teleologia histórica.

A sensibilidade do herói romântico é tamanha que os limitados horizontes reservados pela realidade prosaica não são suficientes para aplacar a vontade de realização e superação presente no íntimo desse herói, que motivado por sua particular paixão, guia suas ações para a concretização daquilo que mais deseja ou aspira.

Com isso, as ações desse herói, também chamado de “indivíduo histórico” dentro do historicismo romântico oitocentista, estarão sempre em constante movimento, em luta contínua com o conformismo da sua prosaica condição, seja ela de ordem social, política ou cultural.

Para Herculano, que comungava dessa particular visão de mundo, o homem que segue suas paixões e move suas ações a fim de concretizá-las torna-se, indiretamente, um protagonista da História.

O indivíduo dotado desse protagonismo tem a capacidade de enxergar no próprio sacrifício de sua existência apenas um meio necessário para a realização de algum objetivo específico, não percebendo o alcance e possíveis consequências de suas ações para o desenrolar dos eventos históricos.

Dessa forma, podemos afirmar que no caminho traçado para a concretização do seu ideal de vida, o “indivíduo histórico” acaba realizando uma espécie de tarefa histórica que, muitas vezes, é destituída de significado imediato e, algumas vezes, avaliada como um ato de sacrifício inútil. Contudo, para o historicismo de Herculano, essa tarefa está a serviço duma lógica histórica e integra essa aparente ação isolada protagonizada por um indivíduo numa perspectiva histórica coletiva.

No final da narrativa, após a concretização duma série de eventos impulsionados pelo protagonismo de alguns indivíduos, Afonso Henriques passa a governar as terras portuguesas no lugar de sua mãe, Gonçalo da Maia continua a acumular feitos de armas e o nosso Dom Bibas morre velho, após alegrar por muitos anos os saraus de Afonso I. Assim, uma parte do processo histórico, ligado à autonomia de Portugal se encerrou e outro, invariavelmente, se iniciava.

O destino de Portugal, que na narrativa ficcional do *Bobo*, foi influenciado pelas atitudes dum simples bobo, ofendido em seu brio pelo excesso de poder de Fernando (Fernão) Peres, só se construiu, de fato, como nação através dum longo processo histórico que congregou o protagonismo histórico de seus principais personagens com uma série de eventos de ordem política, econômica, social e cultural.

Na narrativa, parece que Herculano, coloca a personagem de Dom Bibas como exemplo da força que a vontade e o protagonismo podem representar nos rumos da História e, ao mesmo tempo, o truão seria a metáfora do imponderável, das forças desconhecidas, presentes nos eventos históricos.

A sorte das armas e a vingança de Dom Bibas tinham resolvido os futuros destinos de Portugal. Não foi esta a primeira vez, nem será a última, em que uma batalha ou um caturra influam na existência ou não existência, no modo de ser ou não ser destes corpos morais chamados nações, que apesar da sua individualidade, em rigor ideal e abstrata, não deixam de parecer corpos físicos, pela falta de vontade e inteligência.
(...)

Mas por que não procuravam os vencidos amparar-se dentro dos fortes muros e torres do castelo de Guimarães? É o que não nos diz a história. Pouco importa: di-lo-emos nós. A história não conheceu Dom Bibas, e Dom Bibas, muito em segredo o revelamos aqui aos leitores, nos oferece a chave deste mistério. O bobo tornara impossível semelhante arbítrio, e porventura ajudara a descer do céu a bênção que cobriu as armas de Afonso Henriques. (HERCULANO, 1950, p. 167)

Enfim, a “História” não conheceu Dom Bibas, tampouco personagens desconhecidas ou legadas a segundo plano na construção da narrativa histórica duma nação, mas dotadas dum importante protagonismo histórico. Indivíduos históricos inseridos dentro dum contexto social, político e cultural cheio de lacunas que poderão ou não serem preenchidas pelas interpretações e imaginação do historiador ou daquele que se propõe a “reconstruir” a História²³¹.

Contudo a “História” conheceu D. Afonso I, o primeiro rei de Portugal que, para Herculano, teve papel decisivo na solidificação da independência do Estado português, como fica evidente, na *História de Portugal*.

Alexandre Herculano, como romancista e historiador, ocupou-se, muitas vezes, em traçar um retrato da figura ímpar de D. Afonso Henriques. O monarca aparece tanto em seus escritos ficcionais, como no romance *O Bobo* e na novela *O Bispo Negro*, quanto nos seus escritos de tônica mais historiográfica.

²³¹ “Há muitas vezes na história ao lado dos factos públicos outros sucedidos nas trevas, os quais frequentemente são a causa verdadeira daqueles e que os explicariam se fossem revelados. Mas ordinariamente, não passando de enredos obscuros, a notícia de tais factos morre com os que neles intervieram, e o mais que ao historiador cabe, quando crê descortiná-los, é apontar as suas suspeitas e deixar aos que o leem avaliar o fundado ou infundado delas.” HERCULANO, Alexandre. **História de Portugal**. Volume I. Lisboa: Bertrand Editora, 2007, p. 221.

O importante rei da dinastia de Borgonha foi particularmente redimensionado por nosso autor dentro de objetivos historiográficos e políticos que revisaram ou retomaram alguns julgamentos históricos a respeito de D. Afonso Henriques. De uma maneira geral, podemos afirmar, que a figura histórica recriada por Herculano em sua prosa alcançou um lugar de destaque dentro da “memória coletiva” que a nação tinha sobre Afonso I, principalmente, se levarmos em consideração a fama de nosso autor ao longo do período oitocentista português.

O primeiro aspecto que podemos destacar nessa construção de Afonso I feita por Herculano diz respeito ao seu importante papel de protagonista dentro dos primeiros anos do Estado português. Já no *Bobo* notamos a capacidade do infante, ainda jovem, em congregar vários setores sociais da nação, em particular, os nobres sobre a sua influência. Essa capacidade inicial de Afonso Henriques em reunir correligionários a sua causa se deve, inicialmente, pela ameaça representada pelo governo usurpador de Fernando Peres e, posteriormente, por causa das lutas contra Afonso VII, rei de Leão e Castela, e contra os muçulmanos.

Para o autor do *Bobo*, o apoio militar e político fornecido pela nobreza portuguesa foram de extrema importância para que o infante obtivesse a vitória na Batalha de São Mamede e iniciasse seu reinado balizado num intenso sentimento “nacional”.

Esse início favorável de governo fez com que Afonso I pudesse colocar em prática todo seu potencial como protagonista histórico e líder político e militar, característica, que para nosso autor, foi consequência de sua formação como guerreiro e capacidade em equilibrar as rivalidades sociais existentes no seu reino.

No livro II de sua *História de Portugal*, que compreende os anos de 1128 a 1185, ou seja, o reinado de Afonso I, Herculano traça a imagem dum monarca respeitado pelos seus súditos e dotado de uma energia guerreira e carismática necessária para aquele determinado momento histórico.

Na idade de pouco mais de vinte e um anos, dotado de gênio belicoso e destro nas armas Afonso Henriques estava talhado para desenvolver largamente a ideia da nacionalidade portuguesa, ideia que amadurecera e se radicara nos ânimos de modo indestrutível. O Portugal daquela época abrangia escassamente metade do nosso moderno território. No resto da Espanha a nova monarquia não tinha aliado algum natural,

salvo o Aragão e a Navarra: ao norte e oriente o poder do já vastíssimo império de Leão e Castela ameaçava esmagá-la, e ao meio-dia os seus limites iam entestar com os sarracenos, inimigos irreconciliáveis pela diferença ou antes oposição de raça e de crença. A energia e o esforço necessários para resistir a tão perigosos vizinhos deviam ser grandes. Afonso provou por todo o decurso de um longo reinado que os possuía. (...). Cobiçoso de renome, valente, sem afeições profundas e duradouras, ele não houvera sido, talvez, apesar da sua aptidão para dirigir os negócios um dos príncipes mais apropriados a tempos tranquilos; mas era-o para esta época, em que o entusiasmo, o esforço, a ambição e, até, o desprezo de certas considerações de ordem moral se tornavam necessários para pôr o remate ao edifício que este país ia laboriosamente construindo, o edifício da sua independência. (HERCULANO, 2007, p. 273)

Assim como o rei Ricardo Coração de Leão, de Scott, o rei Afonso I, de Herculano, governou num momento de “crise histórica” caracterizada por um cenário de transição política, em que um líder com energia guerreira e com capacidade de reunir sob sua influência a nação era mais necessário que um frívolo e ausente estadista.

A índole guerreira e intempestiva de Afonso I, como Herculano mostrou, por exemplo, na novela *O Bispo Negro*, foi necessária para garantir a autonomia das terras portuguesas, tanto em relação aos interesses territoriais expansionistas espanhóis quanto muçulmanos, a dependência dos grupos sociais que formavam a sociedade portuguesa em relação ao monarca e o equilíbrio político projetado pela figura do filho de D. Teresa.

Dessa forma, a independência e a consolidação do Estado português mesmo sendo apresentado por Herculano como consequência de um longo e complexo processo histórico foi também herdeiro das ações políticas e militares decorrentes do protagonismo histórico ímpar de D. Afonso I.

Não podemos deixar de destacar que para Herculano, Afonso I, mesmo em todo o seu protagonismo, foi uma figura histórica marcada pelo seu tempo, ou seja, um indivíduo que absorveu o “estado moral” da época histórica em que viveu.

Essa relação do indivíduo com o seu particular momento histórico pode ser notado nas *Cartas sobre a História de Portugal* e, em especial, na “Carta V”. Aqui, o nosso autor, através dum estrito diálogo com Herder e com algumas concepções históricas advindas do historicismo romântico mostra aos seus leitores como o “espírito” da nação vai se modificando ao longo do tempo, numa trajetória que vai dum estado viril para a decrepitude.

Para traduzir essa transformação moral ocorrida dentro do “espírito” da sociedade portuguesa, o autor do *Bobo* se concentra na descrição e análise de momentos vividos por quatro figuras de destaque dentro do seu tempo.

Dessas personalidades históricas utilizadas por Herculano, àquela que é descrita de forma mais positiva é o conde de Abranches, Álvaro Vaz d’Almada, que viveu na primeira metade do século XV e expirou defendendo sua honra de cavaleiro.

Em 1449 o conde d’Abranches, Alvaro Vaz d’Almada, expira em Alfarrobeira, rodeado de cadáveres e cansado de derribar seus contrários, defendendo a honra e inocência do grande infante D. Pedro; porque, cavaleiro, cria na virtude doutro cavaleiro, do seu amigo, a quem antes da batalha, cujo êxito de antemão ambos sabiam, jurara sobre a hóstia consagrada não sobreviver. (HERCULANO, s/d, 135)

No trecho acima, retirado das *Cartas*, existe uma evidente glorificação da figura do cavaleiro, que tem suas atitudes baseadas na defesa de sua honra, na fidelidade ao monarca e ao cristianismo, e na confiança do outro guerreiro. Aqui o conde de Abranches está completamente integrado ao coletivo em que pertence e por isso tem certeza que suas ações estão corretas porque tem fé na instituição da cavalaria²³².

O conde de Abranches, Gonçalo da Maia, o Lidador, e outros cavaleiros portugueses, agem com plena convicção que lutam e morrem no campo de batalha em nome de homens semelhantes a eles, que possuem os mesmos ideais e a mesma visão de

²³² Já durante o reinado de Afonso I, fica evidente a crença na existência da instituição da cavalaria por parte de Herculano como podemos constatar neste trecho da *História de Portugal*: “ (...) as doutrinas predominantes naquela época sobre os deveres de um cavaleiro, isto é, as doutrinas de lealdade, cortesia e munificência, deviam suprir de algum modo a falta de cultura intelectual, defeito não menos comum entre os príncipes e nobres que entre o povo. Os preceitos de ordem moral que constituíam em parte aquela célebre instituição modificavam a violência própria dos tempos, suavizando, sem os afrouxar, os espíritos embrutecidos pelo hábito contínuo da guerra.” HERCULANO, Alexandre. **História de Portugal**. Volume I. Lisboa: Bertrand Editora, 2007, p. 365.

mundo professada por eles. Têm certeza de suas individualidades porque estão integrados num universo gerido por normas morais e éticas seguidas por todos.

Para Herculano, com o avanço das descobertas marítimas de Portugal no século XV, essa viril nobreza portuguesa, perde aos poucos o seu “espírito guerreiro e honrado” e se torna cobiçosa e covarde com a riqueza advinda das conquistas. O advento do espírito cortesão destrói a transparência dos antigos cavaleiros medievais portugueses²³³.

Dentro dessa lógica podemos afirmar que para o autor do *Bobo*, a importância de Afonso I para a concretização da independência de Portugal está ligada aos seus valores como cavaleiro e na identificação da nobreza portuguesa com esse ideário de conduta.

O reinado de Afonso Henriques foi traduzido por Herculano, em muitos momentos de seus escritos, como aquele que mais concentrou a tão invejada “energia moral”²³⁴ própria dos tempos medievais portugueses. Essa disposição guerreira do primeiro monarca português, aliada ao seu celebrado protagonismo histórico, nos fornece um novo caminho interpretativo para melhor analisarmos os julgamentos historiográficos de nosso autor.

Após a publicação do Livro II da *História de Portugal*, Herculano se envolveu numa famosa polêmica com o clero e seus apoiadores sobre o episódio histórico da Batalha de Ourique (1139). O conteúdo dessa discussão pode ser verificado, mais diretamente, em escritos presentes nos *Opúsculos* do autor português, como “Eu e o Clero” (1850) e “Solemnia Verba” (1850).

A contenda entre Herculano e alguns membros do clero teve como elemento norteador a revisão historiográfica feita pelo autor do *Bobo* sobre a presença de Cristo no campo de batalha apoiando cristãos contra muçulmanos.

De acordo com a tradicional visão histórica, anterior ao período oitocentista, acerca da independência de Portugal, a Batalha de Ourique, mais do que um simples embate envolvendo cristãos e muçulmanos, era vista como o grande evento histórico dos

²³³ “(...) a glória prostitue-se à traição: a nacionalidade é levada ao mercado das ambições de estrangeiros: um homem ilustre cospe na face da pátria, expira contando os sacos de ouro que lhe valeu sua perfídia, e a nação dissolve-se como um cadáver gangrenado. Eis aqui porque eu considero todo o século décimo sexto como um século de decadência.” HERCULANO, Alexandre. “Cartas sobre a História de Portugal”. Carta V. In: HERCULANO, Alexandre. **Opúsculos – Tomo V**. 1ª edição de 1842. Portugal: Livraria Bertrand, s/d, p. 137.

²³⁴ “Sem a menor sombra de vaidade nacional, parece-nos ser lícito dizer que o esforço e a constância dos portugueses e do seu príncipe nesta conjuntura são um dos mais belos exemplos daquela energia moral de que tão rica era a Idade Média e a troco da qual a Europa moderna tem ido comprando a brandura do trato entre os homens e os cômodos da civilização.” HERCULANO, Alexandre. **História de Portugal**. Idem, p. 275.

primeiros tempos do Estado português por causa da aparição de Cristo no campo de batalha e da quase milagrosa vitória portuguesa.

Alexandre Herculano, como historiador compromissado com a “verdade histórica”, rompe com essa leitura tradicionalista e fantasiosa sobre os fatos envolvendo a Batalha de Ourique e, apoiado na análise de fontes do período, mostra que esse embate não teve muita importância na época e que o número de combatentes envolvidos na contenda não era tão expressivo como afirmava a tradição.

As crônicas cristãs coevas ou quase coevas que a mencionam (Batalha de Ourique) fazem-no em bem curtas palavras, e nos diversos escritores árabes que nos transmitiram a história da Espanha neste período não se encontra o mínimo vestígio de um facto que pouco devia avultar no meio dos graves acontecimentos que então passavam na cena política tanto na Península como na África. (...). A audaz empresa do príncipe dos portugueses fora, como ele mesmo no-lo assegura, um verdadeiro fossado, isto é, uma dessas entradas que todos os anos se renovavam pelas fronteiras dos sarracenos, e para as quais, pelas suas cartas de foral, eram obrigados a marchar os cavaleiros vilãos dos diversos concelhos, ou dos distritos, como noutra parte veremos. As circunstâncias peculiares que neste concorreram, sendo o primeiro tentado pelos portugueses além do Tejo e conduzido pelo próprio infante no sertão do Gharb, aonde nunca ou raramente os cristãos haviam chegado contribuíram, acaso, para que a tradição engrandecesse pouco a pouco o sucesso, a ponto de o tornar maravilhoso até o absurdo. A inclinação aos encarecimentos chegou a elevar o número dos vencidos a quatrocentos mil sarracenos e a fazer intervir na tentativa o próprio Deus. (HERCULANO, 2007, p. 289)

A Igreja não aceitou o revisionismo proposto por Herculano e começou a atacá-lo tanto no púlpito quanto em escritos enviados para os mais diversos jornais. O autor da *História de Portugal* tem que interromper suas pesquisas para contra-atacar seus detratores.

No presente trabalho não iremos analisar o teor desses escritos pertencentes à famosa polêmica, tanto por parte de Herculano quanto de seus adversários, mas sim, as razões que motivaram o nosso autor a desmistificar a Batalha de Ourique.

Já foi apontado, em muitos momentos de nosso texto, que o autor do *Bobo* tinha um compromisso com uma “verdade científica” em suas interpretações históricas e, para isso, leu uma série de documentos sobre o período da História medieval pesquisado por ele²³⁵. Atitude que por si mesma já evidencia os motivos que levaram Herculano a negar uma visão mística e fabular sobre a emancipação do Estado português.

Contudo nos parece que existiram mais duas razões suficientemente fortes que também guiaram a pena revisionista de nosso autor, a ideia da independência de Portugal como processo histórico e o protagonismo de Afonso I e dos seus cavaleiros.

A forma como a emancipação das terras portuguesas foi lentamente engendrada desde o governo do conde Henrique até o reinado de Afonso Henriques pode ser verificada em vários escritos de Herculano, como no romance *O Bobo* e na *História de Portugal*, já analisados por nós no presente estudo. Dessa maneira, o nosso autor dificilmente colocaria num único evento, como a “Batalha de Ourique”, todo o peso histórico dum acontecimento como a independência de Portugal.

Depois de analisar comparativamente alguns textos de nosso autor, podemos afirmar que o episódio da “Batalha de Ourique” faz parte de um pequeno capítulo dentro da trajetória histórica da independência de Portugal, não possuindo, isoladamente, uma importância maior.

Igualmente em seus escritos, Herculano chamou a atenção ao papel de protagonistas dos homens históricos que viveram na época de gestação e consolidação do processo de emancipação política do Estado português. Com a ajuda vinda dos céus, D. Afonso I seria eclipsado como rei singular, dotado de ímpeto guerreiro e porta-voz dum “espírito” português em gestação.

Para o autor do *Bobo*, Afonso I representou um modelo de governante e cavaleiro para os outros monarcas da dinastia de Borgonha e, após traçar de forma sempre

²³⁵ “Narrando no primeiro volume da *História de Portugal* o recontro de julho de 1139 em Ourique, reduzido às dimensões que supus e suponho exatas, omiti a fábula do aparecimento de Cristo, como coisa indigna da gravidade da história, e, sob certo aspecto, demasiado irreverente para com o sublime Fundador do Cristianismo. Apenas uma nota aludi a essa tradição absurda, afirmando que se estribava num documento falso, o célebre juramento atribuído a Afonso I, juramento que ainda existe no suposto original. Eis o grande escândalo para os pregadores de Lisboa. Confesso que aqui tratei esse embuste com o desprezo que ele merece, (...)” HERCULANO, Alexandre. “Eu e o Clero”. In: HERCULANO, Alexandre. **Opúsculos – Tomo III (Controvérsias e Estudos Históricos – Tomo I)**. Sétima edição. Lisboa: Livraria Bertrand, s/d, p. 10.

elogiosa suas ações ao longo do seu reinado, termina o Livro II da *História de Portugal* com uma verdadeira descrição heroica do primeiro grande rei de Portugal.

A grande necessidade a que Afonso I tinha de prover era a de dar homogeneidade e robustez interna e externa à nação que se constituía. Para isto importava que ao mesmo tempo buscasse o favor da Igreja, primeiro elemento de força naqueles tempos, que favorecesse a fidalguia, principal nervo dos exércitos, e que, finalmente, desse o máximo grau de vigor ao espírito municipal, sem o que, em nossa opinião, nunca houve nem haverá energia popular ou vivo afeto à terra natal. Além deste trabalho de organização interi-ro, cumpria-lhe dilatar os limites do território que herdara, demasiado estreitos para o estabelecimento de um estado independente. O temor do seu nome entre muçulmanos e cristãos e a audácia das suas tropas eram meios para o obter. (...). Este afeto nacional chegou a atribuir a Afonso Henriques a auréola dos santos e a pretender que Roma desse ao fero conquistador a coroa que pertence à resignação do mártir. Se uma crença de paz e de humildade não consente que Roma lhe conceda essa coroa, outra religião também venerada, a da pátria, nos ensina que, ao passarmos pelo pálido e carcomido portal da Igreja de Santa Cruz, vamos saudar as cinzas daquele homem, sem o qual não existiria hoje a nação portuguesa e, porventura, nem sequer o nome de Portugal. (HERCULANO, 2007, p. 379 – 380)

Após uma breve análise sobre a caracterização de Afonso I e seus cavaleiros, como Gonçalo da Maia e Egas Moniz, feita por Herculano em alguns de seus mais significativos exemplos de prosa historiográfica e ficcional, podemos afirmar que como primeiro historiador moderno português, Alexandre Herculano foi um incentivador da análise científica dos documentos medievais e que sempre buscou a compreensão do processo histórico por trás dos eventos políticos, militares, sociais e culturais da nação.

Contudo, existiu também em nosso autor a preocupação de romancista romântico, admirador dos romances históricos de Hugo e Scott, em buscar heróis nacionais que

representassem, através de seu caráter e ações, o “espírito” duma época exemplar como a Idade Média europeia.

3.3 – Herculano e Camilo: o medievalismo profético de *Eurico, o presbítero e Anátema*:

Como já foi apontado anteriormente, o Romantismo português dialogou intensamente com autores e elementos, estéticos e historiográficos, advindos das mais diversas tradições literárias e filosóficas. Tanto Herculano quanto Garrett, nomes paradigmáticos do primeiro momento de florescimento da estética romântica em Portugal, ajudaram na difusão de autores europeus que continuariam, por alguns anos, exercendo um papel de referência na produção estética do romance português, sendo, constantemente, citados e reconfigurados na prosa lusitana.

De acordo com José-Augusto França, o escritor escocês Walter Scott entre 1836 a 1842 alcançou a espantosa marca de dezesseis traduções de suas obras em Portugal, abrindo espaço para outros autores cultivadores do gênero.

Se Scott tinha já sido objecto de dezasseis traduções em 1842, a partir desta data vemos multiplicarem-se as traduções de dois autores franceses: Dumas (desde 1841) e Eugène Sue (a partir de 1843). Victor Hugo começava igualmente a interessar os editores portugueses: “Notre-Dame de Paris”, de 1831, foi publicada em 1841 – e Hugo e Dumas figuravam à cabeça de uma lista dos autores mais populares, estabelecida em 1842 por uma revista de Lisboa. (FRANÇA, 1993, p.98)

Um dos autores a estabelecer um vínculo, pelo menos inicial, com a prosa de Herculano e com o trabalho de alguns de seus “mentores” ficcionais, Scott e Hugo, foi Camilo Castelo Branco (1825-1890).

Os mesmos elementos constituintes da literatura “negra” ou gótica na prosa de Herculano estão igualmente presentes nas primeiras obras de Camilo, em destaque para

os romances *Anátema*, de 1851, *Mistérios de Lisboa*, de 1854, e *O Livro Negro do Padre Dinis*, de 1855.

A relação entre Herculano, Camilo e Hugo pode ser exemplificada se tomarmos como referência o desenvolvimento do enredo de três narrativas desses autores, como o *Eurico*, o *Anátema* e o *Notre-Dame de Paris*. Os três romances seguem uma movimentada rede de intrigas, em que as ações dos protagonistas são mediadas pelo arroubo das paixões e pela intensidade dramática dos episódios que compõem as diferentes histórias. Nesses romances, os autores se utilizam de uma atmosfera lúgubre e melodramática para compor e traduzir a condição trágica da existência do herói romântico.

Esses recursos têm como objetivo revelar as potencialidades dos sentimentos dos protagonistas como indivíduos de exceção²³⁶, ou seja, que não encontram lugar dentro da sociedade dos homens por fugirem da lógica prosaica do cotidiano. A personagem romântica é aquela que rompe com os limites impostos pela realidade por meio da realização de seus sentimentos.

Para caracterizar as ações intempestivas das personagens de Herculano, António José Saraiva afirma: “As principais personagens dos romances de Herculano são como que encarnações, dotadas de forças sobre-humanas, anjos ou demônios, consagrados a uma obra de maldição ou de santificação” (SARAIVA; LOPES, 1975, p. 793). Toda irracionalidade presente no comportamento passional das personagens de Herculano pode ser encontrada, da mesma maneira, nos principais protagonistas dos romances, *Anátema* de Camilo Castelo Branco e no *Notre-Dame de Paris* de Victor Hugo.

Essa tendência em situar às personagens dentro dum comportamento de extremos, que rompe com o prosaico das demais relações sociais, também é corroborada por Jacinto do Prado Coelho na sua caracterização sobre a maneira como Camilo conduz a perspectiva amorosa de suas primeiras personagens: “Consciência de que os amantes são criaturas de exceção, superiores às demais, e de que a sua existência dolorosa é ‘santificada’. O que nos situa bem o clima do Romantismo.” (COELHO, 1981, 1º volume, p. 32).

Nesses romances encontramos seres que se tornam “anjos ou demônios” por causa do descontrole de suas paixões, traduzidas em “obras de maldição ou de santificação”,

²³⁶ Para falar da relação existente entre Eurico e a sociedade visigótica, Herculano escreve: “O povo rude de Cartéia não podia entender esta visão de exceção, porque não percebia que a inteligência do poeta precisa viver num mundo mais amplo do que esse a que a sociedade traçou tão mesquinhos limites”. HERCULANO, Alexandre. *Ibidem*. 1999, p. 19.

guiados por uma lógica inapreensível, algumas vezes chamada de Destino outras de Providência²³⁷.

O tom profético, como elemento do imaginário fantástico medieval e que foi apropriado pelos românticos ao longo de sua produção ficcional e historiográfica, como visto, exemplarmente, por Victor Hugo no *Notre-Dame de Paris*, também conduz as narrativas de *Eurico, o presbítero* (1843) de Alexandre Herculano e *Anátema* (1851) de Camilo Castelo Branco.

Logo no primeiro capítulo de seu romance, Herculano narra a decadência da sociedade visigótica, sua falta de moral e abandono do espírito guerreiro, fatores que serão decisivos para uma iminente invasão dos árabes²³⁸. Já Camilo, estrutura sua narrativa a partir de várias passagens de tons proféticos que anunciam a fatalidade que cerca o destino dos protagonistas. O próprio nome do romance, “Anátema”, é proferido inúmeras vezes pelo vingativo padre Carlos da Silva.

Eurico, como homem singular e representante dos valores dos guerreiros visigodos de outrora, tem um sonho profético sobre a invasão dos árabes na Península. Esse evento será decisivo para que Eurico abandone as vestes clericais e se lance à sua missão guerreira²³⁹. Da mesma forma, no romance de Camilo, a jovem Antónia

²³⁷ Numa diferenciação entre a produção literária de Garrett e Herculano, o crítico Alberto Ferreira, determina, baseado em duas linhas distintas caracterizadoras da literatura portuguesa, alguns elementos formadores desses dois autores, que acabam influenciando todo o movimento romântico português. A linha professada por Herculano acaba influenciando o romantismo presente no *Anátema* de Camilo. “Na história literária portuguesa a distinção entre estas duas linhas (inspiração noturna e inspiração apolínea) não parece ter-se verificado de modo abstrato. Todavia, há no iluminismo de Garrett claridades, optimismo e uma serena atividade que contrastam com a arte sombria de Herculano, influenciado pela onda de misticismo, pela exaltada consciência infeliz, pelo pendor irracionalista e nocturno do “*Sturm und Drang*” . FERREIRA, Alberto. **Perspectiva do Romantismo português (1833-65)**. Lisboa: Moraes Editores, 1979, p. 23.

²³⁸ “Uma longa paz com as outras nações tinha convertido a antiga energia dos godos em alimento das dissensões intestinas, e a guerra civil, gastando essa energia, havia posto em lugar dela o hábito das traições covardes, das vinganças mesquinhas, dos enredos infames e das abjeções ambiciosas. O povo, esmagado debaixo do peso dos tributos, dilacerado pelas lutas dos bandos civis, prostituído às paixões dos poderosos, esquecera completamente as virtudes guerreiras de seus avós. As leis de Vamba e as expressões de Ervígio no duodécimo concílio de Toletum revelam quão fundo ia nesta parte o cancro da degeneração moral das Espanhas.” HERCULANO, Alexandre. **Ibidem**. 1999, p. 15.

²³⁹ “Senhor, Senhor! Foste tu que deste a ler à minha alma a última página do livro eterno em que a Providência escreveu a história do império godo? Contam-se coisas incríveis desses povos que assolam a África, chamados os árabes, e que, em nome de uma crença nova, pretendem apagar na terra os vestígios da cruz. Quem sabe se aos árabes foi confiado o castigo desta nação corrupta? (...). Terra em que nasci, se o teu dia de morrer é chegado, eu morrerei contigo. Na procela que se alevanta da África deixarei submergir o meu débil esquife, sem que a esses gemidos que ouvi se vão ajuntar os meus. Que me importa a vida ou a morte, se o padecer é eterno?”. HERCULANO, Alexandre. **Ibidem**. 1999, p. 37.

Bacelar²⁴⁰, mãe do padre Carlos, também tem um sonho profético sobre os caminhos sombrios que o destino traçou para a sua vida.

- A estrela respondeu-me que a luz dos justos era mais clara que a luz das estrelas, e que por isso as trevas não podiam alumiar o Sol. Depois eu chorei, porque o Céu era surdo às minhas súplicas, e um anjo desceu até mim sobre um trono de nuvens, que dardejavam um lume que cegava os olhos da face e alumiaava os do entendimento. E o anjo tocou-me na fronte com uma vara de fogo celeste e escreveu a palavra – MÁRTIR! (...). Nisto o céu escureceu-se; o ar enegreceu como o interior de um esquife, e eu tremia como a flor das montanhas açoutada pela tempestade. Orava, e as palavras crestavam-me os lábios, como se eu respirasse fogo. Queria fugir, e os joelhos sentia-os estalar, quando tentava erguê-los de uma pedra que era o sepulcro de meu pai. Depois ouvi o reboar dos trovões que rolaram, rolaram desde os confins do Céu até rebentarem sobre a minha cabeça. Vi um raio. Ao seu clarão negrejava o anjo das trevas, que alumiaava os olhos da face, e cegava os do entendimento. Desceu, desceu até mim, e com uma vara de fogo infernal escreveu-me na fronte esta

²⁴⁰ A triste história de Antónia Bacelar é contada por padre Carlos ao conde de S. Vicente, apaixonado por D. Inês da Veiga. Toda a narrativa sobre Antónia Bacelar é cercada por uma atmosfera de tragédia iminente, que vai se descortinando através de eventos e atitudes ligados à personagem. Desde a infância, seu sombrio destino já poderia ser vislumbrado por alguém atendo aos detalhes. Escreve a religiosa Rita sobre Antónia Bacelar: *“Conheci Antónia Bacelar no colo de sua mãe. Tinha eu dez anos, e ela sem articular palavra, chorava se a não deixavam abraçar-se-me ao pescoço, e rir...rir...rir para mim, como se quisesse vaticinar-me que tempo viria em que eu a visse chorar muito. (...). Era muito linda. Apartava-se de todas as crianças pelas feições, onde se via alguma coisa de dolorosa predestinação... A face era pálida como estas flores, que descoram da sua alvura um momento depois de colhidas. Os olhos como debilitados pelas lágrimas tinham uma serenidade maviosa como os que se pintam nos quadros do Menino Deus no colo da Virgem Santíssima. O seu riso tornou-se de uma tristeza que entristecia os outros; e os seus cabelos louros era um gosto ver-lhos crescer tão anelados, por aqueles ombros que eu humedecia com os meus beijos frenéticos.”* CASTELO BRANCO, Camilo. **Anátema**. Portugal: Publicações Europa-América, 1974, p. 182.

palavra – ANÁTEMA! (CASTELO BRANCO, 1974, p.2017)

Essa atmosfera de tragicidade, pontuada por presságios, que se faz notar nos três romances, também está presente, de forma velada, na descrição de determinados ambientes onde circulam alguns personagens das narrativas. A sombria e tenebrosa catedral de Victor Hugo possui a mesma função estética que as solitárias montanhas do Calpe, onde Eurico se isola em meio a suas reflexões e tristeza²⁴¹, e o isolado castelo dos Távoras, morada de Manuel de Távora, o conde de S. Vicente²⁴².

D. Inês da Veiga sente toda a atmosfera de mau agouro que emana do castelo dos Távoras quando chega à morada de seu bem-amado conde de S. Vicente.

D. Inês apeara, e sobraçada com o conde, subia lentamente a encosta, em cujo cimo negrejava, erguido entre espessuras de sarças, o gigante de cantaria, o castelo dos Távoras, grave e carrancudo. Era negro o pensamento que voejara do coração de D. Inês para os miradouros angulares do castelo! Com a vista túrbida e perplexa, a amante de Távora parara diante daquelas paredes, como se a negridão, que as entristecia, fosse o enorme crepe do gigante levantado em seu sarcófago. Que era lá de fascinador nesse monte de pedras, que assim tratava do espírito flébil e timorato de uma virgem de dezoito anos!? Não o sabia ela mesma, talvez; não o sabia o conde; mas poderia adivinhá-lo

²⁴¹ Eurico, como presbítero de Cartéia, era visto pelos seus fiéis como um “anjo tutelar dos amargurados”, mas por trás dos belos hinos e da solidariedade de Eurico se escondia uma alma atormentada pela paixão.

²⁴² A morada do conde de S. Vicente é cercada de mistérios e chamada pelo povo de “Torre de D. Chama” devido a uma trágica lenda envolvendo a morte de uma moura. Sua atmosfera tétrica envolve toda a paisagem ao seu redor. “Vai alta noite. As escarpas cinzentas, que formam a eterna penha de Vila Real, rugem uma toada soturna e sussurrante; é o frêmito dos pinhais e dos arbustos balouçadas pelo sopro cortante e gelado do Marão. Mais longe desenha-se, sob o esplendor indeciso da Lua, o vulto pardacento, fantástico e movediço do castelo dos Távoras. (...). De entre as matas e florestas surdem guinchos melancólicos de aves, que parecem lamentar-se na sua perpétua condição das trevas. E ao poente, nuvens, que, tétricas e carregadas, coroam os cabeços das serras, mais tarde crescem, recrescem, e absorvem o fulgor mortiço das estrelas.” CASTELO BRANCO, Castelo. *Idem*. 1974, p. 58.

quem, por dorida experiência de infortúnios, criasse um método de explicação entre o coração e o terror, o pressentimento e o futuro. (CASTELO BRANCO, 1974, p. 107)

Tanto no *Eurico* quanto no *Anátema* encontramos a questão da fidalguia e o problema da linhagem. Eurico, o valoroso gardingo da corte de Vítiza, é desprezado em sua descendência nobre por Favila, duque de Cantábria e pai de sua amada Hermengarda. Esse preconceito de linhagem faz com que Eurico não possa desposar Hermengarda e se volte ao celibato clerical, acreditando na fraqueza dos sentimentos de sua enamorada que cedeu sem resistência à vontade de seu pai.

Já no *Anátema*, os enamorados Manuel de Távora e D. Inês da Veiga ficam impedidos de casar por causa do orgulho fidalgo de Cristovão da Veiga²⁴³ em relação ao “mais nobre” Manuel de Távora, conde de S.Vicente.

Questionava-se uma noite sobre fidalguias: Cristovão da Veiga representava o rei de Leão; o conde de S. Vicente representava o rei de Granada; este tinha títulos até D.Tedon, e D.Rosendo, cavaleiros mais velhos que Pelágio; aquele contava documentos até o primeiro dos Garcilasos de La Veja. A questão acalorou-se, espinhou-se, feriu-se e por fim jogou-se de remoques e risos sardônicos. O cortejo do marquês era uma máquina de riso, ria com o amo e com o amigo: dependia dele. Cristovão da Veiga era só: a filha, se ali estivesse, colocara seu pai entre as estrelas, fizera-o árcade, mais velho que a Lua, egípcio, mais velho que a Terra, japonense, representante directo dos deuses!

²⁴³ “Cristovão da Veiga, alcaide-mor de Vila Real, fidalgo de raça estreme e imaculada, era de entre todos o que abria mais esplêndidos salões com mais variadas folganças, à nobre turba dos representantes dos Mens, dos Fuas, dos Albuquerque, e Castros, e Roupinhos! Mais fulgurantes que os seus candeeiros de vidros multicores, mais purpúreas e douradas que os seus opulentos painéis da Pérsia, eram as formosas fidalguias, que matizavam nos seus espaldares de veludo aquele todo severo de riqueza e etiqueta, como ela se usava na corte do príncipe regente D.Pedro II.” CASTELO BRANCO, Camilo. *Ibidem*. 1974, p. 39.

Cristovão da Veiga fora ulcerado gravemente no órgão mais susceptível da sua alma. Apodaram-lhe a sua fidalguia! Perdoaria mais depressa ao assassino de seu pai! (CASTELO BRANCO, 1974, p. 44)

A questão da fidalguia no *Anátema* é estendida a Pedro da Veiga, filho de Cristovão da Veiga. O jovem nobre quando fica sabendo da fuga da irmã, D.Inês da Veiga, com o seu enamorado, Manuel de Távora, parte, ensandecido de cólera, atrás dos amantes. No caminho até o castelo dos Távoras, Pedro da Veiga mostra toda a sua atitude voluntariosa e seu orgulho fidalgo quando encontra alguns empregados do conde de S.Vicente, e acaba ferindo mortalmente um deles numa discussão.

Pedro da Veiga conduz os seus atos, assim como as demais personagens do romance, conforme a disposição de suas paixões. Quer se vingar a qualquer custo de Manoel de Távora, que desonrou sua irmã e sua linhagem²⁴⁴.

Comissário de uma vingança, inflamada pelo estúpido motejo de um laçao, o jovem irmão de Inês exprimia nas contracções do rosto incendiado a febre da desafronta que lá dentro o queimava. Nem sua irmã, nem o traidor, nem mesmo o seu velho pai, teriam a esperar misericórdia, amor, ou sujeição àquele que ali ia vingar uma geração de pura fidalguia – geração inteira, porque as últimas nódoas são sempre as primeiras. (CASTELO BRANCO, 1874, p. 120)

²⁴⁴ “Era já menos carregado o semblante de Pedro da Veiga; mas à ansiedade do terror, confuso de uma tal nova, sucedera a da curiosidade. Há pouco era o sangue que lhe refluía ao coração, e ameaçava quebrar-lho; agora é todo esse sangue que lhe ferve até às pontas dos cabelos agitado pelo sentimento rancoroso de uma vingança provável. Mais de três vezes o convulso moço perguntara ao pai os pormenores da fuga de sua irmã. (...) Diz Cristovão da Veiga: “ – A nossa linhagem foi menosprezada por esse fidalgo irônico, frívolo, e incapaz de respeitar a nobreza de sua mulher.” Diz Pedro da Veiga: “ – Mas devemos sabê-lo, hoje mesmo, senhor. Já pelo trilho dos seus cavalos, já, e imediatamente... Eu, eu só, perguntei ao conde de S.Vicente se um Távora, mais nobre que um Veiga, praticando a infâmia de um rapto, é capaz de manter, à ponta da espada, a pureza do sangue vil que lhe farei saltar das veias...” CASTELO BRANCO, Camilo. *Ibidem*. 1974, p. 105.

A vingança também move as ações de Eurico, protagonista do romance de Herculano, que, transfigurado em cavaleiro negro, ataca os árabes que ousaram invadir a Península e os traidores visigodos que se aliaram à causa dos invasores, como Opas e Juliano.

O cavaleiro negro, dito também sem nome, representa não só o desejo de vingança e o orgulho fidalgo de Eurico, mas encarna todos os sentimentos de revanche e resistência do povo godo contra os invasores. O cavaleiro negro em ação é como uma força da natureza, terrível e incontrolável em seus desígnios.

Um cavaleiro de estranho aspecto era o que assim corria. Vinha todo coberto de negro: negros o elmo, a couraça e o saio; o próprio ginete murzelo: lança não a trazia. Pendia-lhe da direita da sela uma grossa maça ferrada de muitas puas, espécie de clava conhecida pelo nome de borda, e da esquerda a arma predileta dos godos, a bipene dos francos, o destruidor fraquisque. (...). Como um rochedo pendurado sobre as ribanceiras do mar, que, estalando, rola pelos despenhadeiros e, abrindo um abismo, se atufa nas águas, assim o cavaleiro desconhecido, rompendo por entre os godos, precipitou-se para onde mais cerrado em redor de Teodomiro e Muguite fervia o pelejar. (HERCULANO, 1999, p. 58)

A vingança, uma das paixões humanas que mais marcaram presença nos romances de Herculano e Camilo²⁴⁵, também guia os passos de padre Carlos da Silva na narrativa de Camilo Castelo Branco. Atormentado pela história de sofrimentos de sua mãe,

²⁴⁵ Falando de alguns romances camilianos, como *Anátema* (51), *Mistérios de Lisboa* (65) e *O Livro Negro do Padre Dinis* (55), o crítico António José Saraiva assim afirma: “Nestes romances folhetinescos daquilo que poderemos considerar ainda a sua fase inicial, o que sobressai é o intrincado quadro genealógico das grandes expiações criminais, e a personificação sumária dos grandes e abstractos móbeis que atribui ao comportamento humano: o ódio, o sentimento amoroso, o remorso, a caridade, e, sobretudo, como em *Herculano*, a vingança”. SARAIVA; Lopes, **História da Literatura Portuguesa**. Portugal: Porto Editora, 1989, p. 852.

Antónia Bacelar, Carlos da Silva arquiteta uma engenhosa trama para se vingar de Cristovão da Veiga, que na juventude seduziu e abandonou a ex-noviça grávida.

O ódio que Carlos da Silva sente por seu pai é tão grande, que atinge até inocentes, como Manuel de Távora e Inês da Veiga. O padre se coloca, inicialmente, como confidente de Manuel de Távora e aliado da união do casal, mas, no final da narrativa, consegue se vingar de Cristovão da Veiga por meio do suicídio de Inês da Veiga, que crê, falsamente, ter sido abandonada por Manuel de Távora.

(...) porque eu sou um enigma infernal entre todos. Sou um delegado de uma mulher que jaz no túmulo com uma ferida rasgada no peito. Há um sangue inocente, que transuda a pedra do túmulo! Há um grito de vingança, que quer uma longa expiação de lágrimas! Há um ANÁTEMA de conjuração diabólica, que vai até à última geração de uma família como um rastilho de sangue! (CASTELO BRANCO, 1974, p. 143)

No trecho acima, o padre Carlos se coloca como porta-voz de sua mãe Antónia Bacelar, que se configura no romance como imagem da “mulher fatal” para o amargurado personagem. Carlos consome sua vida e a dos outros a partir do impacto que a história de sua mãe lhe causou, tornando-se um indivíduo sombrio e ferino por causa da missão vingativa que coroou sua vida. Além de Antónia Bacelar, a outra mulher no romance que possui uma função de “mulher fatal” é D. Inês da Veiga.

O conde de S. Vicente, Manuel de Távora, passa por uma série de riscos e desventuras para ficar ao lado de sua amada, que é vista pelo personagem como um ser frágil e angelical e digno de adoração irrestrita e eterna.

Távora contemplava um anjo. Assoberbava-se de ser o homem para quem descera do Céu a mulher que ali dormia, às vezes serena como a virgem no regaço maternal, outras vezes convulsa como a virgem beijada, em sonhos de amor, por um desses beijos fantásticos, que filtram ao coração o calor de

certa chama, que a donzela, se o for, não saberá dizer o que é...e eu, sabendo-o, não o diria.
(CASTELO BRANCO, 1974, p. 121)

O crítico António José Saraiva tece um comentário a respeito da presença da “mulher fatal” na novela camiliana que poderia muito bem ser estendido para a análise da imagem da figura feminina nos romances, *Eurico* de Herculano e *Notre-Dame de Paris* de Hugo.

Em Camilo, o homem tem uma atitude combativa perante os obstáculos sociais que o separam do objecto do desejo, e à evolução do enamoramento, (...), segue-se, no sujeito masculino do amor, a dialéctica sentimental do tédio e do remorso, (...), ou a da eternidade do amor perante a morte. (...) o sentimento moral do crime, o sentimento religioso do pecado andam inseparavelmente ligados a toda a tentativa de consumação do amor, como se as mais profundas relações afectivas entre o homem e a mulher nunca devessem sair do plano super-real do sagrado, do intangível, e a mulher sentida na carne tivesse necessariamente de ser uma vítima angélica, ou uma aniquiladora “mulher fatal”. A novela camiliana típica é, por isso, a novela de grandes penitentes do amor. À mulher confere-se sempre um papel da mais nobre dignidade (geralmente angélica, por vezes demoníaca), mas tal supremacia esvazia-se, na realidade, de sentido psicológico, reduzindo-se a um símbolo *poético* do misterioso *eterno feminino*, e às vezes a uma personificação abstracta do espírito de sacrifício.
(SARAIVA, 1989, p. 855)

Da mesma forma, no romance de Herculano, Hermengarda faz o papel duma peculiar “mulher fatal” para Eurico. Como o conde de S.Vicente, o nobre gardingo, movido pelo amor, arrisca sua vida para resgatar Hermengarda dos braços dos árabes e se consome, em lamentos e tristezas, na amarga sina imposta pelo celibato clerical.

O sentimento que envolve as relações amorosas entre Eurico e Hermengarda, Manuel de Távora e Isabel da Veiga e Quasímodo por La Esmeralda, está atrelado, indubitavelmente, ao peso do sacrifício. A mulher angelical, que também pode ser encarada como uma aniquiladora “mulher fatal”, já que se torna senhora da vida dos seus apaixonados, move a ação das personagens para um destino trágico, repleto de percalços e tristezas, porém, purificador e que traduz a vertente sublime do ideário romântico²⁴⁶.

A adversidade, que abate e destrói sensivelmente a personagem trágica, é um elemento tão necessário à pessoa moralmente sublime, quanto o conflito de forças naturais e a supremacia da natureza sobre a mera capacidade de apreensão sensível o é para o fisicamente sublime. A virtude só se põe à prova na adversidade; a coragem, somente no perigo: na luta contra a adversidade, luta na qual não vence fisicamente, nem é derrotado moralmente, o corajoso é somente símbolo do infinito, daquilo que está além de todo sofrimento. Apenas no máximo de sofrimento pode se revelar o princípio em que não há nenhum sofrimento, assim como em toda parte tudo só se objetiva no seu oposto. (SCHELLING, 2001, p. 126)

As três narrativas retratam períodos históricos diversos, Victor Hugo retrata a Paris do século XV, Herculano a Península visigótica do século VIII e Camilo retrata a

²⁴⁶ Neste trecho do romance *Anátema*, Camilo fala por Herculano e Hugo: “*Todo homem é poeta. A religião e a mulher são duas colunas de fogo, cujas centelhas luminosas, cintilando por todos os corações, despertam este anelante sentir, esta vida espiritual, esta harmonia ingênua na humanidade, a que o acórdão universal de todas as inteligências chama: poesia.*” CASTELO BRANCO, Camilo. *Ibidem*. 1974, p. 68.

província de Trás-os-Montes, de Portugal do século XVIII, mas nos três romances podemos encontrar a marca do chamado “medievalismo romântico”. Temática aqui forjada a partir de enredos permeados por sombrios presságios, que revelam uma atmosfera sobrenatural e religiosa e pela tentativa de traduzir, em descrições e diálogos, um cotidiano e um espírito pretensamente “medieval”. “Medievalismo romântico” também presente no realce dado a questão da fidalguia e da honra nas atitudes que movem as personagens, e na atmosfera gótica que emana das muitas cenas e episódios folhetinescos das narrativas²⁴⁷.

(...) o romântico estima a Idade Média sobretudo porque, pela imaginação, encontra nela tudo quanto julga perdido ou malbaratado pelo racionalismo clássico: ingenuidade, pureza, lirismo, inocência, misticismo, espiritualismo, nobreza, etc. (...). E tão rica é essa era histórica na imaginação do romântico, que lhe permite vê-la de vários ângulos: o da vida heroico-cavaleiresca, o da sentimentalidade mística, o do maravilhoso ingênuo e fantástico, o do pitoresco arquitetural, o das lendas populares e folclóricas, o do despertar do sentimento de nacionalidade, etc. (FRANÇA, 1993, p. 146)

Tanto Hugo quanto Herculano e Camilo, nos textos analisados até o momento no presente trabalho, dialogaram com o ideário e a estética romântica europeia, e souberam mostrar, nos seus mirabolantes e folhetinescos enredos, a intimidade do homem oitocentista com atitudes e valores pertencentes a um hipotético passado “medieval”.

²⁴⁷ No caso do romantismo português, José-Augusto França fala da importância da concepção da Idade Média e do gótico na definição estética do movimento em Portugal. *“Mas, a concepção da Idade Média como um período exemplar da criação nacional – concepção sobre a qual Herculano apoiava todo o edifício da sua história – era posta ao serviço dos sonhos medievais dos românticos portugueses. O “gótico” já não era uma arma secreta da reacção, como supusera Garrett, mas a expressão duma acção social que o Cristianismo esclarecia e que tinha a nobre função de modelar e aprestar uma nação rejuvenescida.”* FRANÇA, José-Augusto, **O Romantismo em Portugal** (estudos de factos socioculturais). Portugal: Livros Horizonte, 1993, p. 136.

No caso dos dois autores do Romantismo português, Herculano e Camilo, a presença de elementos morais e éticos advindos do passado, em seus escritos, traduz a força desse escopo mental de outrora dentro da sociedade oitocentista portuguesa. Esses elementos estão representados como exemplos de moralidade e ações dos homens do passado a serem seguidos no “caótico” presente ou como gênese de preconceitos sociais e tendências políticas do Portugal liberal.

Essa necessária “visão sobre o passado” nos revela a ligação de Camilo, pelo menos dentro de sua produção intelectual inicial, com um dos mais importantes representantes do “Romantismo histórico” de Portugal, Alexandre Herculano, principalmente se levarmos em consideração o lugar privilegiado que o processo histórico, com suas permanências e rupturas, ocupou em seus trabalhos.

3.4 – A tradição fidalga na prosa de Camilo: o medievalismo romântico dos *Mistérios de Lisboa* e do *Livro Negro de Padre Dinis*:

A sensibilidade camiliana para as transformações e continuidades ocorridas ao longo do tempo pode ser notada, como destacou o crítico Jacinto Prado Coelho, no seu precoce interesse pela sociedade nobiliárquica portuguesa.

Como frisou José Caldas, a visão dum romanesco passado aristocrático determina a criação de muitas novelas camilianas. D. Rita Emília estimulou provavelmente no escritor o gosto de conhecer intrigas fidalgas e conflitos familiares. Depois, perante as fachadas musgosas e brasonadas de velhos solares minhotos, ou no ambiente preumbroso de antigas bibliotecas de província, onde poderia consultar nobiliários poeirentos, (...), acentuou-se em Camilo o sestro historicista e genealogista, que o levou a encher de minúcias heráldicas e notas de página algumas das suas novelas. Ele próprio, movido, acima de tudo, pelo brilho exterior da fidalguia, quis ter os seus pergaminhos. (COELHO, 1981, p. 46)

No trecho acima, além da tendência “historicista” de Camilo, uma parte dos críticos portugueses, entre eles, Jacinto Prado Coelho e Castelo Branco Chaves, afirma que o escritor de *Amor de Perdição*, exaltava, de certa maneira, a energia, o desprendimento e a defesa da honra que guiaram os antepassados portugueses ao longo da história²⁴⁸.

Assim como Herculano, o criador de personagens como Simão Botelho e Pedro da Veiga, parece invejar esse orgulho fidalgo, tal fácil de ser rastreado nos pergaminhos de outrora e que se perdeu dentro duma sociedade oitocentista excessivamente materialista, burocrática e prosaica.

Reconhecia (Camilo), com efeito, que a nossa aristocracia valia como depositária da tradição, mas não se adaptava às realidades da vida moderna: para ele, o mundo da nobreza tinha já qualquer coisa de quimérico, de irreal, que se perdia nas brumas do passado, e que ele gostaria de evocar saudosamente nas novelas. (COELHO, 1981, p. 46)

Camilo quando retrata em sua prosa o período setecentista português ou outros mais parece se inspirar, mesmo que indiretamente, no medievalismo romântico do autor do *Bobo*. A força do protagonismo histórico de reis, como Afonso I, e cavaleiros, como Gonçalo da Maia, apontados por Herculano, está presente nas ações apaixonadas das personagens camilianas, homens e mulheres que são protagonistas de sua própria histórica, justamente por comungarem um “espírito nobre” advindo de outros tempos²⁴⁹.

A prosa inicial de Camilo gerou dois romances em que há uma forte presença do elemento fidalgo, onde as ações das personagens, mesmo guiadas por uma admirável energia apaixonada, acabavam traduzindo uma indubitável atmosfera de tragicidade.

²⁴⁸ “Respeitava no íntimo (Camilo), certas virtudes fidalgas, o culto da honra, a elegância dos modos, o orgulho de raça.” COELHO, Jacinto do Prado. **Introdução ao estudo da novela camiliana**. 1º volume. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1981, p. 46.

²⁴⁹ “(...) o autor do ‘Amor de Perdição’ revela uma nostalgia estético-sentimental pelo passado (donde que parte das suas novelas se situem nas primeiras décadas do século XIX ou em épocas anteriores) e certa preferência por ambientes aristocráticos, mais propícios ao romanesco, aos lances sublimes, às falas selectas e solenes, com empolgantes jogos dialécticos (...). Estes homens, cujos destinos invulgares solicitavam Camilo à criação, ajudaram a contagiá-la do ‘mal do século’. Camilo viu grandeza nas suas audácias, nas suas ambições e nas suas tragédias passionais. Representavam o sentimento espontâneo contra a razão prática. Entre o mundo em que os Saint-Preux viviam, feito de sonho, elegância e paixão, e o mundo positivo dos negociantes portuenses, não podia haver compromisso.” COELHO, Jacinto do Prado. **Idem**. pp. 71 e 76.

Esse elemento trágico pode ser notado tanto nos *Mistérios de Lisboa* (1854) quanto no *Livro Negro de Padre Dinis* (1855)²⁵⁰, dois exemplos da prosa de Camilo que, assim como o *Anátema*, estão ligados ao Romantismo gótico e historicista de Herculano. Nos dois romances, produzidos para se complementarem em seus enredos labirínticos e visão de mundo, estamos diante duma sociedade portuguesa em transição política, abalada em seus alicerces absolutistas e privilégios de nascimento, mas ainda refém de uma manifesta tradição fidalga.

Os *Mistérios de Lisboa* iniciam, com o lamento dum órfão, João, pelo desconhecimento de seu passado, de sua genealogia e pelo valor de seu nome.

Era eu um rapaz de catorze anos, e não sabia quem era... Vivia na companhia de um padre e de uma senhora que diziam ser irmã do padre, e de vinte rapazes, que eram meus condiscípulos.
(...)

Destas altas meditações descia eu muitas vezes a coisas insignificantes. Por exemplo: os meus companheiros tinham, cada um, quatro sobrenomes, cinco sobrenomes, seis, e daí para cima. Ora eu era só *João*.
(...)

A irmã do padre era visitada de longe em longe por duas senhoras idosas, e com elas vinha uma nova, (...) foi ela quem primeiro achou no meu corpo indícios de um nascimento alto.
(...)

Enquanto me não disseram que o pé e a mão delicada eram condições de um nascimento ilustre, imaginei-me filho de sapateiro, de soldado raso e de aguadeiro. Depois, nunca mais. Aquela Isabelinha dourou-me a imaginação, engrandeceu-me o espírito e enturgeceu-me de uma vaidade que eu já não podia esconder aos meus condiscípulos. (CASTELO BRANCO, 2010, pp. 23, 25 e 27)

²⁵⁰ A intenção do presente estudo não é fazer uma análise detalhada dos dois romances destacados, mas apontar alguns elementos estéticos e do enredo que possuem uma relação com o medievalismo romântico de Herculano.

Algum tempo depois, o jovem órfão descobre ser filho de D. Ângela de Lima, condessa de Santa Bárbara, que durante oito anos viveu enclausurada pelo marido em seu palacete perto de Lisboa.

O passado de João vai sendo revelado aos poucos na narrativa, sempre dentro duma atmosfera de inspiração folhetinesca e gótica²⁵¹, em que contínuos mistérios são revelados para o surgimento de outros mais.

A origem fidalga do protegido do padre Dinis Ramalho e Sousa revela a permanência duma visão de mundo que insistia em se manter viva em Portugal, mas que já trazia consigo outras problemáticas.

A mãe de João, antes de se casar com o conde de Santa Bárbara, era conhecida como a filha do marquês de Montezelos, e tinha amado um nobre chamado D. Pedro da Silva, filho do conde de Alvações. Se no *Eurico*, Hermengarda, filha de Vítiza, não pode se casar com Eurico por ele ser “menos nobre” do que ela, no romance de Camilo o impedimento será o dinheiro.

O jovem D. Pedro da Silva, mesmo sendo nobre, pelo costume do morgadio, não tinha direito a herança do pai por ser filho segundo. Na idade de catorze anos sua situação se complica porque se apaixona por D. Ângela de Lima, também filha segunda do marquês de Montezelos.

O destino trágico de ambos se intensifica quando o inexperiente enamorado decide pedir a mão de sua amada em casamento.

No dia imediato pedi ao marquês de Montezelos que me ouvisse por alguns minutos. Respondeu-me estas palavras, que me foram gravadas com fogo no coração: “Para evitar-lhe o embaraço de pedir-me minha filha, previno-o que não deve instar por que eu o ouça esses minutos. Eu só dou minha filha

²⁵¹ O romance está repleto de descrições de inspiração gótica ou “negra”, entre essas cenas, destacamos a descrição do palacete, feita em dois momentos da narrativa, onde vive a condessa de Santa Bárbara feita pelo seu filho: “Saímos, e andamos muito. O padre não me deu uma palavra enquanto atravessamos a maior parte da cidade. Reparei num letreiro de uma rua quase deserta, e li CAMPOLIDE. Andamos ainda muito; atravessamos uma azinhaga, perdemos a vista de Lisboa por algum tempo, enquanto caminhávamos encostados ao muro de uma quinta: e, ao cabo desse muro, estava um palacete sombrio, triste, e quase escondido entre as copas das faias, dos chorões e dos ciprestes. (...). Pouco depois, Bernardo conduziu-nos por um portal de quinta, e fez-nos entrar por uma cocheira, onde vi seges dismanteladas, arreios, e um não-sei-que de ruínas, que falavam de uma passada grandeza. Subimos daí a um corredor, que nos conduziu a um salão. Neste vasto recinto havia um lampião, que derramava pelas paredes pardacentas sombras fantásticas, à maneira de vultos encapotados que davam ao lugar uma solenidade misteriosa.” CASTELO BRANCO, Camilo. **Mistérios de Lisboa**. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 2010, pp. 35 e 43.

ao homem que me prove que é tão nobre como ela. A esta condição satisfaria V. Ex^a., mas eu só dou minha filha ao homem que, além de nobre, possa provar-me que é bastante rico para fazer que ela não tenha nunca saudades da opulência com que foi criada. Minha filha é pobre; V. Ex^a é pobre; e nem eu nem o conde de Alvações podemos criar para os nossos filhos segundos um estado que envergonhe os primeiros”. (CASTELO BRANCO, 2010, p. 67)

Após a recusa do matrimônio, D. Pedro da Silva resolve enriquecer, buscar até meios desonrosos para adquirir fortuna na América²⁵², mas a ameaça de suicídio de Ângela faz com seus planos ambiciosos fossem abandonados.

O embate entre honra e desonra guia a ação da narrativa em seu início, os infelizes amantes continuam a se encontrar em segredo e Ângela acaba engravidando de Pedro. O pai da jovem, em nome da honra²⁵³, promove uma emboscada a Pedro, envia sua filha a um convento, contrata um bandido para matar seu neto e acaba, por fim, casando Ângela com um nobre rico que ela não amava.

Podemos notar na história de amor entre D. Ângela de Lima e D. Pedro da Silva a existência dum orgulho fidalgo que insistia em se manter ativo com seus códigos e preconceitos no começo do oitocentismo português, mas que já se curvava perante as novas regras da modernidade capitalista e da necessidade em manter a riqueza adquirida a qualquer custo.

As relações sociais travadas no início da narrativa, entre os representantes duma decadente fidalguia portuguesa e seus criados, irão dar a tônica ao restante do romance.

²⁵² “Esperança...tinha uma, mas era ainda uma mentira instantânea...Lembrava-me a América, onde há muito ouro, onde se conquistam grandes posições na Europa, onde se trafica com o gênero humano, e donde se parte depois a tirar um diploma de homem honesto em Portugal. Lembrou-me, pois, fugir a meu pai, com a ideia da minha pobreza gravada sempre na consciência, para que não houvesse trabalho grosseiro e baixo que me repugnasse, nem escrúpulo de honra que resistisse à minha fome de riqueza. Era necessário que a sociedade me indenizasse do patrimônio que me tinha roubado com a sua lei dos morgados; e, visto que eu não tinha lei para contrapor à lei, premeditava entrar na conquista da minha propriedade usurpada com as armas, mais ou menos astuciosas, da desonra.” CASTELO BRANCO, Camilo. **Mistérios de Lisboa**. Idem, p. 68.

²⁵³ Os valores fidalgos que ainda guiavam as motivações da aristocracia portuguesa ficam bastante evidentes numa carta que o marquês de Montezelos escreve para o conde de Alvações: “Sr. Conde. Os tempos mudaram, e as desafrontas cavalheirosas foram-se com os tempos da honra. Meu avô, se tivesse uma filha, e o pai de V.Ex^a. viesse a casa requestar-lha contra sua vontade, intimava-o para não mais transpor o limiar do seu palácio; e, se seu pai insistisse descaradamente no seu plano, encontraria uma espada das que os marqueses de Montezelos experimentavam no campo das batalhas. Mudaram, porém, os tempos.” CASTELO BRANCO, Camilo. **Mistérios de Lisboa**. Ibidem, p. 74.

Assim como na prosa ficcional de Herculano, essa sociedade oitocentista pintada por Camilo ainda gravitava em torno da influência dos nobres portugueses.

Alexandre Herculano que em sua prosa ficcional e historiográfica mostrou a importância do protagonismo histórico de reis e cavaleiros no processo de independência português parece dialogar, em suas interpretações históricas, com o lugar social que a nobreza ocupou em alguns escritos de Camilo.

No enredo de certas narrativas parece que a sociedade portuguesa camiliana, que despontava tardiamente para os ditames da modernidade capitalista europeia, ainda dependia dos favores e da proteção dos velhos fidalgos portugueses.

Podemos notar essa dependência em muitos momentos dos *Mistérios*, principalmente quando analisamos a evolução da personagem “Come-Facas”. Inicialmente, essa carismática personagem surge na narrativa como criado do marquês de Montezelos e responsável por satisfazer todas as vontades do pai de D. Ângela de Lima.

Com a intenção de se vingar da filha e salvar sua honra, o marquês ordena que “Come-Facas” atue como instrumento de seu plano macabro. Padre Dinis, disfarçado de cigano, consegue a confissão do futuro infanticida após uma noite de bebedeira, e salva a vida do bebê.

Para conseguir tal intento, o padre promete ao criado do marquês de Montezelos uma razoável quantia em dinheiro em troca do filho de D. Ângela de Lima. O plano era que “Come-Facas” entregasse a criança assim que nascesse aos cuidados do falso cigano e informasse ao marquês que o bebê tinha sido morto. Tudo ocorre como planejado por padre Dinis, que se torna, a partir de então protetor da criança.

Ao longo da narrativa, uma série de eventos são apresentados por Camilo, como a comovente morte do conde de Santa Bárbara, acompanhada de seu pedido de perdão aos sofrimentos causados a sua esposa, e as inúmeras acusações e julgamentos feitos pela alta sociedade em relação às ações de D. Ângela de Lima.

A mãe de João, auxiliada pela intervenção do protetor de seu filho, padre Dinis, consegue fugir de seu palacete, aproveitando-se da ausência de seu marido, que estava lutando no exército de D. Miguel. Mesmo após o retorno de seu marido, que convalescente, retira as acusações de adultério feitas por ele a sua esposa, os boatos, mentiras e mexericos envolvendo o nome da condessa de Santa Bárbara continuam.

O tema fecundo de todas as conversações em Lisboa era a fuga de minha mãe. A maledicência, mascarada com os momos e

trejeitos da religião, criminava o inqualificável procedimento da condessa de Santa Bárbara. As ilustres primas de minha mãe lastimavam-na por tamanha nódoa no brocado dos seus brasões. Nunca se vira semelhante procedimento na aristocracia!...O sangue azul regurgitava indignado nas artérias heráldicas da raça pura. O enojo fazia caretas de indignação em todas aquelas fisionomias límpidas e serenas como a virtude.

O anátema contra a adúltera roçava todos os lábios! O hediondo facto era um escândalo original! (CASTELO BRANCO, 2010, p. 123)

Nesse trecho, Camilo apresenta uma aristocracia decadente, que vive de aparências e que preza por códigos de conduta que não são de fato seguidos. Uma nobreza de salão, cortesã e hipócrita, incapaz de ser protagonista de grandes feitos como a nobreza do longínquo passado.

Uma espécie de “inércia social” impedia que essa nobreza oitocentista agisse por uma vontade apaixonada que motivasse suas ações, e sua posição social ainda se mantinha viva por causa do tradicionalismo dos costumes e devido a uma complexa rede de favores e privilégios presente na sociedade portuguesa.

Dentro desse cenário de “artificialismos sociais” surge a figura de Alberto de Magalhães com todo seu mistério e frescor.

Este homem há poucos meses aparecera em Lisboa, ostentando maravilhas de uma riqueza fabulosa. Os seus trens deprimiam o orgulho dos palacianos. O seu palacete, edificado com presteza mágica, e arreado das mais soberbas invenções do ouro, irritava a dureza insolente dos senhores donatários.

Alberto de Magalhães viera do Brasil. Quando, e donde fora, ninguém o sabia, nem ele dava lugar a perguntarem-lho. A propensão para o mistério encarregara-se de o celebrar. O homem apresentava-se bem. Não era melindroso nas formas, mas no todo agradava pela harmonia. Representava quarenta anos. Contra o uso, caprichava num espesso bigode negro, que lhe aprofundava os sulcos da face, mais terrena que macilenta. O seu olhar era soberano, e ao mesmo tempo assustador. (CASTELO BRANCO, 2010, p. 124)

No trecho acima, temos a descrição dum tipo comum na literatura camiliana, a do “brasileiro”, ou seja, do português que rumava ao Brasil para enriquecer, mesmo que de maneira escusa e ilícita, e que depois, se alcançado o sucesso, voltava a Portugal para usufruir de sua fortuna e dos benefícios proporcionados pelo dinheiro.

Já vimos em nossa breve análise como D. Pedro da Silva, ávido por adquirir fortuna, sonhou em ir para a América, mesmo que essa atitude representasse a sua desonra e de sua família, mas desistiu de seu intento por causa de sua amada D. Ângela de Lima.

No caso de Alberto de Magalhães, também chamado outrora de Barba-Roixa e Leopoldo Saavedra, não havia honra “fidalga” a ser defendida, porque nobre de origem não era, e dessa forma, pôde, sem culpa alguma, acumular riquezas de formas diversas e em terras distantes. Um aventureiro que construiu seu destino à custa de sacrifícios e enfrentando desafios e que agora, por causa de sua fortuna e do propício momento histórico, pode circular nos salões aristocráticos.

Alberto de Magalhães chegou a Lisboa num período que a monarquia portuguesa de D. Miguel necessitava de dinheiro por causa da iminente guerra com D. Pedro, e como chegou com recomendações do Rio de Janeiro e se dispôs a contribuir financeiramente com o governo, conseguiu facilmente seu lugar entre a aristocracia.

Num desses serões da alta sociedade portuguesa, ocorridos na residência do marquês de Alfarela, Alberto de Magalhães defende a honra da condessa de Santa Bárbara, alvo das calúnias de alguns presentes, entre eles, da condessa de Penacova, desmascarada em sua hipocrisia moral pelo misterioso homem.

A atitude de Alberto de Magalhães foge por completo daquele esperado dentro dessa sociedade aristocrática repleta de códigos de conduta e artificialidades e, seu comportamento único e transparente fica mais evidente quando se bate em “duelo” com um dos amantes da marquesa de Alfarela.

A espontaneidade da ação do misterioso aventureiro na cena desmascara, de forma bem humorada, a farsa dessa orgulhosa fidalguia portuguesa, incapaz de produzir, naquele momento, nobres verdadeiramente vigorosos e corajosos.

- O senhor é um infame covarde!

- Não estafemos o vocabulário das injúrias.

Estas palavras de Alberto foram acompanhadas de uma acção ignominiosa. D. Martinho sentiu na face o roçar da pita de um chicote. Recuou alguns passos, sem que o inimigo o atacasse. É porque receava ser presa de Alberto, antes de tirar uma pistola, engatilhar e disparar-lha. Feriu-o. Aquele aspecto, há pouco natural e sereno como a fisionomia inalterável do estoico, desfigurou-se em traços ferinos de tudo que o rancor pode pintar no rosto do homem. Parece que se lhe viam laivos de sangue no bronzeado das feições. Dilataram-se-lhe as pálpebras, e as pupilas, vidracentas de um brilho que só a fúria pode dar-lhe, saíram das órbitas.

D. Martinho recuava aterrado; mas, a não o ter morto, a salvação era-lhe impossível!... Alberto arcou-o pela cintura, comprimindo-lhe os braços. A mão esquerda, inflexível como a gonilha, deslocava-lhe as vértebras do pescoço. Erguido em todo o peso, no braço direito do musculoso atleta, o franzino fidalgo esperneava como um frango nos dentes do gato montezinho. Os fidalgos contemplavam silenciosos e aterrados a ferocidade do homem problemático. Escravos da sua honra pontual, não quebrantaram os votos de neutralidade, quando viram Alberto de Magalhães correr com o fardo à beira do Tejo, e precipitá-lo pela ribanceira, da altura de seis ou sete côvados. (CASTELO BRANCO, 2010, p. 132)

Contudo, Alberto de Magalhães, que aparentemente representava um novo tipo de homem dentro dessa sociedade controlada por uma aristocracia decadente, possuía laços de dependência com essa fidalguia. Há muito tempo atrás fora criado de um marquês e, nessa época, era conhecido pela alcunha de “Come-Facas”.

Podemos afirmar que a mudança no destino de “Come-Facas” se iniciou por um gesto de bondade de padre Dinis, outro personagem de passado misterioso e de descendência nobre, que, ao oferecer dinheiro ao antigo bandido, proporcionou novas alternativas para a vida que “Come-Facas” levava como criado do pai de D. Ângela.

Ao longo da narrativa, Alberto de Magalhães se mostrara arrependido de seu passado de banditismo e irá oferecer proteção e ajuda financeira ao filho da condessa de Santa Bárbara. Contudo os laços que ligavam a vida do outrora “Come-Facas” com padre

Diniz e João iriam se estreitar ainda mais e de maneiras inesperadas com o transcorrer dos acontecimentos no romance.

Dentro da miríade de personagens que compõem o quadro dos *Mistérios de Lisboa*, o protetor de Ângela de Lima e de seu filho, sem dúvida alguma é a mais carismática e misteriosa da narrativa.

Padre Dinis Ramalho e Sousa, seja disfarçado de cigano Sabino Cabra ou como o fidalgo português Sebastião de Melo, parece dotado do poder da onipresença, em muitos momentos da história, seja observando ou aconselhando as demais personagens.

Essa característica bastante incomum de padre Dinis, juntamente com seus gestos de bondade e caridade para com seus pares, contribui para que essa personagem exerça um poder e controle sobre os ânimos daqueles que cruzam o seu caminho.

Uma das alternativas que Camilo parece nos oferecer para entendermos essa capacidade de atração que padre Dinis exerce em quase todos do romance, está na sua longa experiência de vida, no acúmulo de tristezas e sofrimentos que passou e viu outros passarem. A sabedoria, no caso da nossa personagem, foi a amarga recompensa duma existência repleta de desventuras e lágrimas²⁵⁴.

O passado de Sebastião de Melo é em parte revelado no seu último encontro com frei Baltazar da Encarnação, antigo confessor do conde de Santa Bárbara, que impressionado pela figura carismática do protetor de D. Ângela de Lima, o convida para ir até o mosteiro em que vivia para ser seu confidente nos últimos dias de sua existência.

O religioso de Santarém, bem mais velho que padre Dinis, parece comungar da mesma melancolia e tristeza que dominam o espírito de seu irmão de fé. No diálogo que se estabelece entre os dois religiosos é revelado mais um “mistério”, entre vários outros, que alimentam a narrativa de Camilo.

²⁵⁴ Essa sabedoria extraída do sofrimento pode ser notada no encontro de padre Dinis com D. Ângela de Lima após a morte do conde de Santa Bárbara, que morreu arrependido de seus atos motivado pela palavra transformadora do religioso. “Minha mãe soluçava, debulhada em lágrimas, com os cabelos desgrehados, e a face escondida entre as mãos. Padre Dinis, conhecedor de todas as vicissitudes do sofrimento, e dos sofrimentos de todo gênero, não lhe abafou a respiração da alma. Deixou-a falar e chorar. Feriu-lhe todas as cordas da sensibilidade. Estimulou-lhe todos os sentimentos que podiam ser delidos por lágrimas. O homem de coração poderia ali parecer um cínico, experimentador do quilate dos padecimentos alheios. Qualquer outro viria ali refutar uma dor legítima com frivolidades de consolações piegas. Ele não. Aplicava o ferro candente à ferida, exacerbava-lhe a dor, para queimar-lhe as excrescências, e curar com o maior tormento de instantes o mal que os paliativos, muitas vezes, e com espaço longo de sofrimentos menores, deixam entrar a morte nas entranhas.” CASTELO BRANCO, Camilo. **Mistérios de Lisboa**. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 2010, pp. 144.

Frei Baltasar, antes de abraçar a vida religiosa, fora um fidalgo português de nome D. Álvaro de Albuquerque, que, assim como seus pares, levava uma vida dissoluta e amoral, até conhecer a esposa do conde de Viso.

Após infrutíferas tentativas de conquista, D. Álvaro se aproveita da partida do conde de Viso para Lisboa, que fora chamado para a aclamação de D. Maria após a morte de D. José e a queda do marquês de Pombal, para conquistar de uma vez por todas D. Silvina, a condessa de Viso.

Com a intenção de fugir do conde de Viso e levar adiante o afortunado romance, os dois amantes fogem de Portugal para a Itália. Durante o trajeto, D. Silvina começa a ser assaltada por sombrios pressentimentos que roubam a alegria do casal²⁵⁵.

O triste destino se cumpre com a morte de D. Silvina no parto. Incapaz de assumir a paternidade do seu filho, D. Álvaro de Albuquerque o entrega aos cuidados de um conhecido e abandona a vida social tornando-se monge.

Com a combinação do relato de frei Baltasar com a sua história, padre Dinis descobre que seu interlocutor era seu pai e que a falecida D. Silvina, condessa de Viso, sua mãe. A inesperada descoberta provoca efeitos arrasadores no espírito e no coração do velho religioso, que enlouquece com a notícia do vínculo existente entre ele e padre Dinis.

Nessa cena dos *Mistérios de Lisboa* temos a presença de alguns temas que perpassam a prosa inicial de Camilo, entre eles, a existência dum destino trágico que parece conduzir a vida de algumas personagens e, na maioria das vezes, acaba sendo transmitido a seus descendentes.

Além disso, como em outros momentos do romance, pressentimentos que atormentam os protagonistas acabam se transformando em sombrias profecias, recurso narrativo advindo da herança “negra” presente no estilo gótico de alguns autores, como Hugo e Herculano.

²⁵⁵ “Dois dias depois, da fronteira de Espanha dávamos a Portugal um adeus para sempre. Do meu patrimônio, tudo que eram bens livres vendi-os por mais de cem mil cruzados. A minha felicidade era ela; mas em qualquer ponto do mundo, com aquele dinheiro, encontraria a felicidade que se compra. Silvina não quinhoava do meu contentamento. Em mim era tudo expansão das íntimas alegrias de quem não tem no coração espaço para outros desejos. Nela, uma tristeza sombria, uma reconcentração muda, um cismar contínuo, que parecia distraí-la de mim, insensibilizá-la aos meus extremos de mimo e cuidado da sua felicidade. E, contudo, eu não podia queixar-me do seu amor. Aquela tristeza era providencial. O grito do pressentimento falava-lhe mais alto que os meus alentos.” CASTELO BRANCO, Camilo. **Mistérios de Lisboa**. Idem, p180.

Tanto D. Álvaro de Albuquerque quanto seu filho D. Sebastião de Melo entram para a vida religiosa por causa de sofrimentos advindos de trágicas histórias de amor e não por causa duma autêntica vocação. Assim como as conhecidas personagens de Herculano, Eurico, o gadingo visigodo do *Eurico, o presbítero*, e Vasco, o cavaleiro cruzado do *Monge de Cister*, os religiosos de Camilo, nos *Mistérios de Lisboa*, apelam ao hábito sacerdotal para se anularem socialmente e tentar apaziguar a tristeza e angústia de seus corações.

No relato de frei Baltazar a seu interlocutor, padre Dinis, podemos notar a fuga do mundo que o hábito representa para o antigo fidalgo:

Silvina dormia o sono eterno... Os sinos dobravam por ela, quando me retirei de Veneza. Meu filho vinha ali ao meu lado. Cheguei a Roma. O terror ia comigo. Debaixo daquele céu arrastava-me, como réptil esmagado. Não tinha coração para nada, nem inteligência que divertisse o meu espírito da sua angústia entranhada. Foi aí, na basílica de Santa Maria dos Anjos, encostado à pia batismal, procurando aturdir-me com a fúnebre toada dos órgãos, foi aí que me feriu de repente o pensamento de ser frade. Não era o amor à religião, não era adjudicar-me aos cilícios, e à Tebaida mortificada de jejuns e disciplinas... era a necessidade de realizar em mim a derivação da palavra *monge*... TRISTE E SÓ. Isto era maior valentia que o suicídio... Esta mortalha, que vesti há cinquenta e quatro anos, tem mais heroísmo que a covarde aniquilação de um corpo, incapaz de suportar as tempestades da alma. (CASTELO BRANCO, 2010, p. 182)

Também podemos destacar a decadência dos costumes e do espírito fidalgo no conde de Viso, não obstante ser um general era inteiramente interessado na obtenção de vantagens e privilégios advindos da vida cortesã, e no jovem D. Álvaro de Albuquerque, que antes de conhecer D. Silvina, era um entusiasta da vida de luxo e dos saraus, sendo apenas uma sombra do que fora seus ancestrais.

Assim como Herculano e Scott que gostavam de romancear sobre momentos históricos de transição política e crises paradigmáticas, Camilo, pelo menos nas suas obras analisadas no presente trabalho, se sentiu também atraído em revelar os

funcionamentos sociais num momento de mudanças para Portugal, em que a nação ainda mantinha a influência fidalga, mas que se abria, muito lentamente, para uma nova ordem liberal, burguesa e capitalista.

Essa sociedade em formação que Camilo traduz nos *Mistérios de Lisboa* é anunciadora de um estilo de vida degenerado, submetido aos ditames do capital e ao prosaísmo das relações sociais, incapaz de absorver aqueles dotados de espírito, generosidade e transparência em seus sentimentos.

A denúncia dos novos males da “modernidade capitalista”, que aos poucos também degradava os costumes da fidalguia portuguesa, é feita por padre Dinis quando se despede do seu jovem pupilo, Pedro da Silva, filho da condessa de Santa Bárbara, que rumava a Londres e Paris a fim de aprofundar seus estudos.

A suprema desgraça é o coração grande, a riqueza dos brios, o instinto do sublime, quando estes generosos sentimentos, esterilizados no embrião pela pobreza, são como se não existissem.

Vem aí um tempo em que a vaidade de hierarquia será uma irrisão. Os louros, preciosos aos netos dos conquistadores, tocam o seu Outono, ao cabo de séculos. As folhas murchas, como o último braço da árvore secular que veio a terra, irão, pisadas por todos, sumir-se no abismo da história, e lá mesmo cobertas de lama do impropério. Virão filósofos que zombem de seus avós, D. Pedro da Silva, porque seus avós eram sanguinários, talavam a ferro e sangue o ninho de povos inofensivos, e vinham depois acolher-se aos seus paços feudais, comendo e desperdiçando o espólio dos índios. Esses filósofos, desgraçado arremedo de outros que passaram apupados pelos discípulos, rirão de V.Ex.^a se o virem com uma casaca velha celebrar o arnês de seus avós. Ser pobre, portanto, será uma infâmia.

Esqueça-se do seu nascimento. Apareça na sociedade sem apelido eufônico, sem alianças que lhe imponham o fausto como condicional de bom acolhimento. Engrandeça-se materialmente. Se não puder subjugar o instinto vicioso, seja ao menos rico. Se o não for, o seu pecado não terá perdão na Terra.

O seu coração é bom. Hão de perverter-lho necessariamente em Paris, em Lisboa, em Constantinopla, ou em Pequim. A serpente da desmoralização abraçou o globo com as suas roscas. Respira-se a morte da alma em toda a parte. O mosteiro podia dar ao coração do homem um pouco de ar sem veneno; mas a corrupção entrou no claustro, e o mosteiro cairá. A época que vem é outra. Principia a virtude da cabeça; a do espírito passou, porque o homem será definido “matéria que pensa”. (CASTELO BRANCO, 2010, p. 162)

Nos conselhos de padre Dinis podemos notar um certo lamento pelo advento do novo tempo histórico que se aproximava, dominado pela força do dinheiro e pela falta de espírito, que colocaria em xeque as glórias portuguesas de outrora e o ancestral orgulho fidalgo. Para sobreviver nesta nascente sociedade, os herdeiros desse mundo em ocaso deveriam dominar os novos códigos de conduta exigidos pela nova vida social e enriquecer a qualquer custo, esquecendo os brios duma outrora orgulhosa e viril fidalguia portuguesa.

Pedro da Silva, o jovem fidalgo, na sua trajetória de formação pelos centros educacionais londrinos e franceses, recebeu uma educação conduzida por autores românticos, entre eles, Lamartine, Chateaubriand e Ana Radcliffe, aprendeu a ser sonhador e acabou sendo dominado pela “virtude do espírito”²⁵⁶.

O imaginário romântico de Pedro é conduzido por uma particular visão idealizada medieval, como nos fica evidenciado na sua relação com a natureza e com as antigas construções de Angoulême, na França.

Ao romper da alva, no primeiro dia de residência na pitoresca aldeia, uma légua distante de Angoulême, o bardo ergueu-se, sôfrego de inspirações matutinas, abriu a sua janela, que

²⁵⁶ “A sociedade, vista de perto, parecera-lhe coisa muito diferente do que os romances lhe pintaram. Não vira heroínas nem heróis. Em toda a parte se comia, conversava, passeava, e dormia da maneira mais positiva e trivial que é possível. Os episódios estrondosos, poetizados por paixões devastadoras, não os presenciou, nem lhe constou que se dessem. Nos salões as damas frívolas falavam de vestidos, as preciosas questionavam o mérito literário das ‘Meditações’ e das ‘Orientais’, com grande enfatuamento e prodigalidade de sandices ditas com muito espírito, que é o que as francesas têm de mais nobre todas, as hermafroditas do mundo moral. As velhas faziam trejeitos enjoados, a cada momento, estudados das novas. Os homens falavam em fundos, em Luís Filipe, em Henrique V, em Argel, e em outras muitas coisas que reduzem o poeta à condição de um ente nulo nos graves negócios da vida.” CASTELO BRANCO, Camilo. **Mistérios de Lisboa**. Ibidem, p.367.

dominava uma extensa ribeira, murada de castanheiros seculares, bebeu o ar puro daquele céu de azul, como todos os céus de Lamartine, acreditou nas brisas da mesma cor, e escreveu as primeiras linhas de uma ode, que devia servir de prefácio às suas impressões quotidianas.

Em frente, no alto de uma colina, a um quarto de légua, viu Pedro da Silva um magnífico palácio, menos romântico que o castelo esborado, que parecia ter sido a primeira habitação do senhor feudal das imensas várzeas que se desenrolavam, aos pés do gigante de granito, como um tapete coberto de esmeraldas.

- Quem viverá ali? – perguntava-se o anelante sonhador de romances, povoando o castelo de damas esquivas, rodeando a barbacã de trovadores suspirosos, e fazendo erguer a ponte levadiça que deixara sair o nobre senhor para alguma caçada, com o gerifalte em punho, e matilha dos lebréus, açoadada ao som da trompa indispensável. (CASTELO BRANCO, 2010, p. 368)

No trecho acima podemos notar, talvez numa primeira leitura, um tom satírico de Camilo em relação aos “devaneios românticos” de Pedro, mas, quando lemos essa cena sob a luz do romance, percebemos que a personagem se vê como representante duma hipotética fidalguia tradicional, com todo seu ímpeto apaixonado e espírito aventureiro, constituindo um anacronismo dentro da moderna sociedade europeia do período.

O filho de Ângela de Lima, que na infância procurava um nome, uma origem fidalga, absorveu, através dos romances lidos ao longo de sua juventude e com o exemplo das pessoas que conviveu, como padre Dinis, atitudes que não se equiparavam com aquelas esperadas numa nascente sociedade regida pela falta de transparência nas relações sociais e pelos ditames do capital.

Pedro da Silva desconhecia as regras e as normas desse mundo de aparências, ainda era muito jovem para ser considerado um experiente frequentador de salões e um apreciador de saraus, era inocente em suas crenças românticas e um entusiasta da sinceridade dos sentimentos.

Esse despreparo da personagem diante dessa “modernidade capitalista” que o rodeava, fica exemplificado na narrativa quando Pedro da Silva, idealista e sonhador, enamora-se da misteriosa duquesa de Cliton.

Elisa de Montfort, espécie de “mulher fatal”, alimenta a paixão e o orgulho fidalgo do jovem quixotesco com um bem-sucedido jogo de sedução, que incendeia o coração do apaixonado e o transforma num poderoso instrumento de sua vingança contra Alberto de Magalhães.

O trágico passado da duquesa fora contado, de forma bem superficial para Pedro da Silva pelo seu protetor e companheiro, visconde de Armagnac, a fim de salvar o pupilo do poder sedutor de Elisa de Montfort²⁵⁷, mas o efeito foi contrário, despertou, ainda mais, os brios fidalgos e o “espírito romântico” do filho da condessa de Santa Bárbara.

Com o objetivo de honrar sua amada, Pedro parte para Lisboa a fim de desafiar num duelo Alberto de Magalhães, que no passado, fora cruel com a duquesa de Cliton e matara, também num duelo, seu querido irmão. “A duquesa calculara, amando o português, ou fingindo amá-lo, criar um inimigo contra Alberto de Magalhães. O mancebo apaixonado, propenso ao romanesco, saudoso dos antigos brios da cavalaria errante, seria uma instrumento cego nas hábeis mãos da malograda condessa de Minturnes do barão de Sá” (CASTELO BRANCO, 2010, p. 407).

Após extravasar seu ímpeto apaixonado num duelo de floretes com o antigo “Come-Facas”, Pedro fica sabendo toda a verdade sobre o passado de Elisa de Monfort pela boca de seu adversário.

Na verdade, a duquesa havia se vendido pela quantia de oitenta mil francos a Leopoldo Saavedra, um dos antigos nomes utilizados por Alberto de Magalhães no passado, em troca de algumas horas de intimidade²⁵⁸. Já Arthur de Montfort, outro

²⁵⁷ Aqui transcrevemos uma parte da fala do visconde de Armagnac acerca da duquesa de Cliton: “(...) Já vedes que uma tal mulher não é mulher que se ame, porque se aquele coração tem amor, não há verdade sobre a terra. Deve estar morto, ou cheio de fel. Previno-vos, mancebo. Não tencionei dizer-vos isto; mas, logo que recebi licença de apresentar-vos, mudei de propósito. Sois como a flor temporã que o sopro de Abril desfolhou. Vede que tenho meus assomos de poesia! Não tivestes ainda um desses abalos que decidem o coração humano. Quem sabe o que vos reserva a fatalidade nesta mulher! Prudência, pois. Encarai-a com mais filosofia que sensibilidade. (...). Agora, mudemos de carácter: a conversação é pouco bucólica; acho-a mais própria para os salões de Paris, onde é necessário entrar com Balzac debaixo do braço esquerdo, e o direito pronto para fazer uma cruz ao demônio...Cuidado com o cavalo...se ides nesses galões, deixai-me passar duas milhas adiante...Tendes-me enchido de lama com as vossas proezas equestres...Quereis forçosamente que eu seja o Sancho-Pança desta aventura! (...)”.CASTELO BRANCO, Camilo. **Mistérios de Lisboa**. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 2010, p. 377.

²⁵⁸ “Alberto abria uma carta, que D. Pedro lia sofregamente. Era a resposta que anuía à proposta de Leopoldo Saavedra, em poucas palavras: ‘Sim, hoje às duas horas da noite.’ – Isso não prova a infâmia – disse Pedro. – Não se fala aqui em dinheiro. – Ah! Não? Então será nesta... Era uma longa carta, em que a duquesa de Cliton, referindo-se ao dinheiro que recebera e restituíra vinte e quatro horas depois, reputava desvanecida na sua consciência de mulher a nódoa aviltante de semelhante contrato. D. Pedro da Silva, lida a carta, fixou Alberto com a penetração de um demente, tremiam-lhe os lábios brancos, vibravam-lhe em todo o corpo calafrios de terror, e o coração confrangido batia-lhe no peito em ímpetos, que o pobre moço acreditou que deviam fulminá-lo ali. Alberto de Magalhães condeou-se dest

instrumento de vingança de Elisa, tentara matar Alberto, que estava desarmado na ocasião, num tiro à queima-roupa, como não foi bem-sucedido em seu intento acabou estrangulado pelo seu inimigo.

A partir dessas revelações, Pedro deixa de acreditar em seus antigos ideais românticos e ocorre, com a personagem, um gradual processo de desencantamento em relação ao mundo que culmina com sua morte no final da narrativa. A trajetória de Pedro encontra similaridades com a história de padre Dinis, seu antigo protetor.

No meio do enredo labiríntico dos *Mistérios de Lisboa* temos muitas referências a um enigmático livro escrito por padre Dinis, intitulado de *Livro Negro*. Esse escrito, publicado, muito convenientemente por Camilo, em 1855, trata de assuntos que ocorreram na mesma época que as histórias dos *Mistérios* e de eventos anteriores a esses relatos²⁵⁹. Em suma, o *Livro Negro de Padre Dinis* aborda partes do passado de Sebastião de Melo que não haviam sido contemplados no livro anterior publicado por Camilo.

Quando o leitor dos *Mistérios* se depara com o *Livro Negro* já sabe que padre Dinis teve um passado repleto de mistérios e que Elisa de Montfort, a duquesa de Cliton era, na verdade, sua filha. Contudo, nessa nova novela, com tons folhetinescos, são revelados detalhes da trágica história de amor de Sebastião de Melo, também conhecido por duque de Cliton, por Branca de Montfort e de sua intensa e heroica juventude.

Para atingir os objetivos do presente trabalho iremos nos centrar na juventude idealista e romanesca de Sebastião de Melo que antes de tomar o hábito e adotar a alcunha de padre Dinis, fora um orgulhoso fidalgo e entusiasta napoleônico.

Na narrativa ficamos sabendo que o filho de Silvina, a condessa de Viso, e de D. Álvaro de Albuquerque fora batizado de Sebastião por iniciativa do marquês de Luso, que recebera a criança do seu antigo protetor, Paulo de Albuquerque, no seu leito de morte.

situação, e repreendeu-se de exacerbá-la tanto. – Sr. D. Pedro, - disse ele – a sociedade tem muitas pústulas assim. É a primeira que lhe vê? Tenha coragem... não sucumba... É pena que seja este o primeiro desmentido à sua inocência, porque é forte demais para um coração moço... Estas torpezas é melhor lê-las nos romances, é melhor duvidar que possam dar-se, que experimentá-las sem as ter imaginado. Eu sabia que V. Ex^a devia sucumbir... sabia-o, porque eu mesmo, homem do mundo que lera e experimentara todas as ignomínias, pasmei da corrupção da mulher que me ouviu com fastio nas salas, que me desprezou a fácil oferta do coração, e aceitou a mais fácil ainda do dinheiro...". CASTELO BRANCO, Camilo. **Mistérios de Lisboa**. Idem, p. 422.

²⁵⁹ O leitor dos "Mistérios" quando inicia a leitura do "Livro Negro" espera uma narrativa autobiográfica e encontra um apanhando de relatos escritos em terceira pessoa. Na "Advertência ao leitor", Camilo não deixa claro, mas deixa subentendido que reconta essas confissões do padre Dinis, "escritas para não serem publicadas, e muito menos em forma de romance".

Após o batismo da criança de pais incógnitos, o marquês de Luso parte para Paris com seu novo protegido e inicia um romance com Suzana de Montfort. Mulher de ascendência nobre²⁶⁰ que acaba cuidando de Sebastião como a um filho.

Por causa da afeição que a criança adquirira do pai de Suzana, recebe o batismo e tem seu nome alterado para Benoit de Montfort. A partir daí tem início uma nova existência para o filho de D. Silvina, conduzida pelos privilégios de sangue e educação aristocrática²⁶¹.

Essa trajetória de aparente felicidade e concórdia dos protagonistas se interrompe tragicamente com a eclosão da Revolução Francesa e, automaticamente, o destino de jovem Benoit novamente sofrerá significativas reviravoltas.

O pai de Suzana de Montfort, fiel até ao fim a Luís XVI, juntamente com a filha e com o genro, o marquês de Luso, sofrem as consequências das mudanças políticas e sociais causadas pelo furor revolucionário francês.

Na sua breve caracterização da Revolução Francesa, o narrador nos fornece um quadro bastante crítico sobre as personagens e eventos históricos relacionados aos acontecimentos posteriores a 1789. O tom dos julgamentos e das interpretações feitas nos parece corroborar com a visão contrarrevolucionária adotada por alguns intelectuais portugueses, entre eles Garrett e Herculano, sobre os excessos revolucionários e a ameaça da violência e desordem representada pelo “período do Terror”²⁶².

Uma sucessão de eventos folhetinescos tomam as páginas da narrativa, entre eles, destacamos a morte do marquês de Luso e de sua esposa, vítimas dum invejoso conde

²⁶⁰ “(...) Suzana de Montfort, neta do célebre cruzado Simão de Montfort, intitulado o ‘Macabeu’ do século XIII, parenta próxima dos velhos duques de Bretanha, e, por isso turgida nas veias de sangue real, (...). A filha de Raimundo de Montfort, camarista do rei, esposou o marquês, calcando assim muitos orgulhos, zombando de muitos ciúmes, e chamando sobre seu marido cóleras que desprezavam ambos.” CASTELO BRANCO, Camilo. **Livro Negro de Padre Dinis**. Lisboa: Parceria A.M. Pereira Livraria Editora. Direção e Prefácio de Maria Alzira Seixo, 2007, p. 41.

²⁶¹ “O amor desmedido do senhor de Montfort ao pequeno Benoit deu que entender aos parentes da casa, e aos ociosos inquiridores da vida alheia. Ninguém sabia com tal menino entrara no seio daquela família. A história contava-se de um modo tão ambíguo, que a sociedade, por não dar-se ao incomodo de tardias averiguações, concluiu que o pequeno era filho do velho e de uma tal, sem nome, conservada ainda no seu solar de Cliton, onde costumava passar o estio, para desfadard-se das fadigas da corte.” CASTELO BRANCO, Camilo. **Livro Negro de Padre Dinis**. Idem, p. 73.

²⁶² “Sabeis demasiadamente o que foi a revolução francesa, essa tempestade de sangue, vaticinada nos reinados de Luís XIV e Luís XV, e cumprida como a profecia indestrutível de uma lógica de ferro, em que vemos um rei pagar com a cabeça os desatinos que lhe vieram, em herança, dos reis passados. Se não conheceis os pormenores dessa luta, cuja história contrista e horroriza, nem por isso vos obrigo a estudá-la como preparatório para a inteligência deste romance. (...). Eu respigarei, nesta vasta seara juncada de cadáveres, as atrocidades (se é que não foram decretos providenciais, como por aí nos dizem ilustres personagens que deduzem do cristianismo a Revolução Francesa, e graduam na mesma escala Cristo e Robespierre, os apóstolos e os girondinos) as atrocidades, dizia eu, que se acham obrigadas ao desenvolvimento do romance.” CASTELO BRANCO, Camilo. **Ibidem**. p. 74.

de Mirabeau e um vingativo cardeal Rufo, pai de Laura, antiga amante do marquês de Luso, e a trágica fuga do antigo camarista de Luís XVI com o jovem Benoit de Montfort para Londres.

No exílio, o pai de Suzana de Montfort cai numa profunda melancolia causada pela perda irremediável dum mundo aristocrático que ruíra por completo em poucos anos. Sua tristeza chega ao ponto máximo, levando-o a morte, com a notícia da morte da filha²⁶³ e do genro, vítimas do furor revolucionário. Antes de expirar, o combalido cortesão deixa todos os seus bens, que no momento estavam confiscados em França, para o seu filho adotivo, Benoit de Montfort, que também herdaria o seu orgulho fidalgo.

O jovem órfão, confiado a um lorde amigo de seu pai adotivo, pouco se interessava pelos estudos, sua vontade era combater os homens causadores da morte de seus entes queridos. “Tinha quinze anos e ambicionava a espada do homem: cismava em batalhas, em triunfos, em grandes sacrifícios de sangue à memória de Luís XVI, que morrera assassinado entre as mãos covardes de uma população, que ele odiava com rancoroso nojo” (CASTELO BRANCO, 2007, p. 88).

O desejo de realizar uma vingança heroica, fez com que o jovem Benoit partisse de Londres rumo à França, e combatesse com ímpeto e vontade o exército republicano francês, sendo que suas ações no campo de batalha, como notadas pelos generais contrarrevolucionários, eram conduzidas por um vibrante “heroísmo louco”.

Benoit de Montfort representava a coragem fidalga e a energia aristocrática ainda não corrompida pelo convívio dos salões. Podemos afirmar que o filho de D. Silvina, ao mesmo tempo em que era conduzido pela busca da glória de armas também almejava honrar o nome que carregava consigo.

Por causa de sua fama como combatente suicida, Benoit é designado para matar Napoleão Bonaparte. Contudo a missão fracassa porque o jovem fica encantado com a figura do carismático general.

²⁶³ “Valiam-lhe as consolações do que ele chamava filho, mas as consolações do moço eram quase sempre também misturadas de lágrimas. Jovem, a madureza do seu juízo começou muito na manhã da vida a atormentá-lo. Quando sentiu em si o homem que pensa, lançou os olhos em redor, e deparou com as cenas hediondas da revolução, e o pálido terror assombrando as faces daqueles que as não tinham salpicadas do sangue das vítimas. Os nomes que se pronunciavam a todo o momento, eram Danton, Marat, e Robespierre. Ninguém falava de coisas que a sua alma procurava encontrar. Não se solenizava virtude alguma que viesse neutralizar a negrura do crime de todos os dias. Vivendo na corte como camarista, amava os filhos do rei, beijava muitas vezes a mão do monarca bondoso, que expirava abençoando a França. Um peso de ferro caiu sobre tudo que lhe vinha espontaneamente borbulhando o coração. Todas as flores da infância, exalando perfumes inocentes, foram esmagadas.” CASTELO BRANCO, Camilo. *Ibidem*. p. 87.

A atração e embatia que emana de Bonaparte faz com que Benoit abrace o lado representado pelos revolucionários franceses, essa atitude, que soa um pouco estranha ao leitor, talvez revele o lado mais essencial do caráter do jovem português.

Assim como o notável líder francês, o jovem Montfort agia conduzido por um desejo de glória e guiava-se por preceitos éticos e morais que fugiam da compreensão dos homens comuns²⁶⁴. Provavelmente Benoit tenha visto em Napoleão um homem de ação, pronto a sacrificar a própria vida em prol dos seus ideais e que não se curvava diante das convenções estabelecidas por uma sociedade prosaica e tediosa.

Essa adesão à causa representada pelo carismático general francês, por parte do protagonista do *Livro Negro*, talvez revele ao leitor a necessária intervenção política de um líder forte e integrador nos momentos de crise política.

A partir de um ponto de vista historiográfico, que parece corroborar com a visão histórica defendida na narrativa, Napoleão Bonaparte, por meio de uma política apaziguadora, conseguiu conciliar as diferenças ideológicas internas da França revolucionária, beneficiando-se das perseguições e execuções de possíveis opositores ocorridas num período anterior do processo revolucionário.

Dentro dessa interpretação não há como não nos reportarmos ao papel histórico desempenhado pelo rei Ricardo Coração-de-Leão no *Ivanhoé* de Scott e pelo infante D. Afonso Henriques no *Bobo* de Herculano.

Nas três narrativas, tanto Bonaparte quanto as outras personagens, desempenharam papéis políticos necessários para aquele determinado momento histórico, como forças integradoras e como referenciais para manter a unidade da nação.

Não podemos esquecer que a política bonapartista, ao invés de eleger inimigos internos que constituíssem entraves aos ideais da Revolução, culpou, totalmente, as forças contrarrevolucionárias estrangeiras. Da mesma forma, Herculano nos mostrou em seus escritos como D. Afonso Henriques se beneficiou do “perigo estrangeiro” para consolidar a autonomia do Estado português.

²⁶⁴ “Napoleão abraçara o moço, que tremia sacudido pela electricidade das suas últimas palavras. Montfort, que, no delírio da falsa glória, se fizera homicida voluntário, foi instantaneamente acessível ao entusiasmo, ao delírio de uma outra glória, que parecia projectar-se-lhe do olhar ardente de Bonaparte. A sua resposta ao brado do general foi o silêncio, e esse silêncio era a única resposta que poderia dar-lhe o moço de dezoito anos, sopitado sob a influência de uma espécie de terror santo. Quis fingir ânimo varonil; mas atraíam-no as comoções da sua idade. Napoleão compreendeu-o. Tomou essa postura de braços cruzados que o acompanha na imoralidade do busto, e disse: - Olhai que nos esperam, meu ajudante de ordens. (...). Benoit de Montfort esporeava um fogaço cavalo andaluz, no estado-maior de Napoleão.” CASTELO BRANCO, Camilo. *Ibidem*. p. 101.

Parece-nos que, tanto nessa narrativa de Camilo quanto nos *Mistérios*, existe uma espécie de identificação com a ideia da necessidade do equilíbrio político como sinônimo de ordenamento social presente nas teses historiográficas de Herculano.

Na sociedade portuguesa oitocentista dos *Mistérios* existe uma dependência social, política, econômica e, porque não, mental, com a tradicional fidalguia portuguesa, por parte de toda a sociedade. Todos os grupos sociais giram em torno da influência aristocrática, dependem de seus favores e, na sua grande maioria das vezes, são empregados, nos mais diversos tipos de serviços, por eles²⁶⁵.

Esse equilíbrio político não parece ser quebrado com a entrada de ideias liberais, que mantêm, de qualquer forma, a presença do monarca na esfera política e do apadrinhamento aristocrático como motor de funcionamento social.

O problema todo começa com a perda do orgulho fidalgo, fruto do avanço de uma cultura de salão, e a gradual entrada de novos valores estruturais, traduzidos por Michael Lowy e Robert Sayre pelo termo de “modernidade capitalista”.

No caso da política bonapartista, presente no *Livro Negro*, fica clara a ideia que Napoleão, na sua busca por poder, e de forma muito astuta, reintegrou os nobres no jogo político e reconduziu o clero ao seu antigo lugar na hierarquia social. Bonaparte, o “usurpador”, como mencionado algumas vezes na narrativa, tudo mudou para nada mudar, mas obteve a paz interna da França, que reconquistou o equilíbrio político.

- Sereis um grande homem – dizia Napoleão a Montfort – quando eu por esforços incalculáveis tiver feito esquecer à França os seus grandes crimes. O sangue de Luís XVI tem sido usurariamente expiado. Os algozes despedaçaram-se, impelidos uns contra os outros pela mão da Providência. Hoje, há uma só missão para o homem que quiser uma reputação mais ilustre que a de Vergniaud e Desmoulins: há-de reconstruir de ruínas ensanguentadas um edifício novo; há-de apertar ao coração num só abraço todos os filhos da França; há-de restituir a Deus o império absoluto da sua supremacia; há-de chamar o sacerdote para o altar, e erguer nesse altar a antiga imagem do Crucificado; há-de restituir à França os seus velhos gauleses. (CASTELO BRANCO 2007, p. 103)

²⁶⁵ Visão interpretativa apresentada por Paulo Motta Oliveira no seu artigo “De penumbras e sombras: Camilo Castelo Branco e *As três irmãs*”.

Após ganhar cada vez mais a confiança de Bonaparte, proclamado Imperador em 1804, Benoit de Montfort reave as propriedades de sua família adotiva e adota o título de duque de Cliton.

A partir daí a narrativa segue a mesma dinâmica dos *Mistérios de Lisboa*, apresentando ao leitor uma profunda descrição da sociedade aristocrática francesa que, mesmo após a eclosão dum processo revolucionário, mantém viva antigos códigos de conduta.

A viril energia de soldado e o idealismo romântico de Benoit de Montfort o abandonam quando esse passa a usar o título de duque de Cliton, e, finalmente, o entusiasmo do campo de batalha perde espaço em seu coração para a paixão.

Dessa forma tem início uma nova fase na vida do nosso protagonista, marcada pelo trágico casamento com a aristocrata Branca de Clermont²⁶⁶, que casa com Benoit forçada pelo pai e amando outro homem, o arrependimento por ter assassinado sua amada numa crise de ciúmes, alimentada por mexericos de salões, e a transformação dele no homem preocupado em aliviar as tristezas alheias, que já nos anuncia o padre Dinis dos *Mistérios*.

²⁶⁶ A descrição de Branca de Clermont se aproxima bastante das características de Suzana de Montfort. Ambas são notáveis exemplos do sangue fidalgo e herdeiras literárias de Hermengarda, a amada de Eurico. “*Branca de Clermont, descendente de reis, tinha em si a realidade desses traços imaginários com que a fantasia criadora recompõe uma frente real. Aparte os traços negros, que desfeiam a formosura real das rainhas que passaram manchadas à posteridade, quem visse Branca voava ao passado com a imaginação, e organizava as cinzas de Cleópatra, de Lucrecia Bórgia, de Maria Stuart, de Leonor Telles, porque há duas páginas na história dessas mulheres: uma para o crime, outra para a formosura.*” CASTELO BRANCO, Camilo. **Livro Negro de Padre Dinis**. Lisboa: Parceria A.M. Pereira Livraria Editora. Direção e Prefácio de Maria Alzira Seixo, 2007, p. 127.

Conclusão

A contínua preocupação do autor do *Bobo* em redefinir os caminhos interpretativos do passado medieval português e suas experiências como ficcionista ajudaram a transformar Herculano em um dos grandes iniciadores duma profícua tradição romântica notada nos romances portugueses ao longo do século XIX.

Ao longo do trabalho percorremos uma série de textos que, de alguma maneira, seja através de citações, de referências diretas ou, simplesmente, de uma empatia de ideias que circulavam livremente pelos vários escritos oitocentistas europeus, dialogaram intensamente com a produção de Herculano.

No primeiro capítulo ressaltamos a gênese duma preocupação historicista em alguns escritos do pré-romantismo europeu, destacando o *Sturm und Drang* e seu principal expoente, Johann Gottfried Herder, que, juntamente com a defesa e exaltação das ideias de *gênio* e *espírito do povo*, sedimentaram na “intelligentsia” europeia uma nova visão a respeito do processo histórico.

Esse redimensionamento sobre o passado fez surgir uma tendência, presente, por exemplo, no estilo gótico de alguns autores do pré-romantismo, de retomada dum “clima medievalizante” em vários escritos ficcionais. Com o tempo, essas narrativas góticas ou negras, preocupadas apenas em descrever de maneira superficial o ambiente medieval, a fim de realçar a atmosfera de mistério dos enredos, fez nascer um interesse mais sistemático sobre a Idade Média em alguns autores, como Walter Scott, Victor Hugo e Alexandre Herculano.

O interesse mais aprofundado sobre o período medieval em Scott e Hugo, autores também preocupados em teorizar sobre os objetivos do romance histórico, passa pela tentativa em seus escritos de fundamentar suas narrativas ficcionais com base na consulta e citação de fontes históricas sobre o passado medieval a fim de trazer mais confiabilidade histórica ao tempo retratado.

A estratégia narrativa do “manuscrito encontrado”, presente em alguns autores adeptos do estilo gótico, continua, mas esse recurso ganha em seu objetivo de trazer ao enredo uma suposta veracidade com o estudo de variadas fontes históricas sobre o passado. O talento, a criatividade e a erudição, aliada ao estímulo de verdadeiros antiquários, forneceram instrumentos para que esses intelectuais românticos construíssem e idealizassem atraentes quadros históricos para os leitores oitocentistas.

Podemos afirmar que Herculano, leitor e admirador do trabalho desses autores, na sua busca incansável por desvendar e preencher as lacunas existentes no passado medieval português foi muito além que seus pares europeus que escreveram acerca duma hipotética Idade Média.

Além de ficcionista o autor do *Bobo* produziu uma série de estudos históricos sobre vários temas medievalistas, em destaque para as *Cartas sobre a História de Portugal* de 1842, verdadeiro programa sobre o projeto historiográfico ficcional e histórico engendrado por Herculano ao longo da década de 40 e 50 do século XIX.

Numa leitura mais atenta das *Cartas* encontramos uma série de temas que foram trabalhados posteriormente tanto na *História de Portugal* quanto nos romances e novelas ficcionais do historiador português, como, por exemplo, o papel civilizador desempenhado pelo Cristianismo ao longo da Idade Média, a glorificação e exaltação da simplicidade e do caráter guerreiro do homem medieval e a importância do protagonismo histórico de reis e nobres para o sucesso da emancipação do Estado nacional português.

Além dessas constantes temáticas, o historicismo romântico de Herculano também chamou a atenção do público leitor para a necessidade de contemplar o passado a partir de vários ângulos e perspectivas, numa tentativa de compreender os sentimentos e as motivações que moviam as ações e atitudes do homem medieval. Disposição intelectual que revela o quanto o autor português estava em sintonia com a produção historicista coeva, aproximando-o, por exemplo, do trabalho de um Michelet.

Um exemplo dessa apurada visão história do autor do *Bobo*, pode ser exemplificada na narrativa da “Dama Pé De Cabra” que, além de possuir uma evidente ligação com elementos estéticos advindos do estilo gótico ou negro, também revela o interesse de Herculano pelas crenças e superstições medievais.

Facilmente encontramos os mesmos pontos de vista e julgamentos acerca do passado medieval nas *Cartas* e na *História de Portugal*, que apesar de possuírem propostas diferentes, como o discurso científico envolvendo o uso das fontes, a reconstrução da Idade Média feita por Herculano foi elaborada a partir duma única visão histórica.

A crítica especializada, já diversas vezes, apontou a relação dos escritos ficcionais do autor do *Bobo* com as referências basilares de Scott e Hugo, não sugerindo, contudo, como se construiu esse diálogo. Ao longo da presente pesquisa, mais especificamente na análise do *Ivanhoé* e do *Bobo*, vimos como a ideia da “necessidade histórica”, do protagonismo de alguns “heróis” nacionais, exemplificados nas figuras reais de Ricardo

Coração-de-Leão e D.Afonso I, e uma idealizada visão sobre os valores da fidalguia se constituem como elementos interpretativos comuns em ambos os escritos.

A fase de maior produção de Herculano, ou aquela mais relevante e que traduz o cerne de seu pensamento, compreende as décadas oitocentistas de 40 e 50, período em que foram elaborados, muitas vezes de forma concomitante, seus textos ficcionais e historiográficos de maior alcance. Naturalmente, a visão histórica apresentada nesse conjunto de escritos foi semelhante, se levarmos em consideração o fato de que muitos eventos, como a formação do Estado português, e personagens históricas estavam sendo redimensionados em obras distintas, produzidas em poucos anos de diferença.

A inegável unidade da obra do historiador português fez surgir uma sólida interpretação acerca do passado medieval, herdeira dos romances históricos do oitocentos romântico, duma vontade de revalorização do passado português e da vontade de renovação dos estudos históricos em Portugal.

Essa posição de destaque alcançada por Herculano, tanto em relação as suas experiências ficcionais quanto em relação as suas produções declaradamente historiográficas, deixou um legado, de aprovação ou recusa, para os demais intelectuais portugueses.

Almeida Garrett, como contemporâneo de Herculano e dos debates teóricos envolvendo o historicismo romântico europeu, preocupou-se em redefinir o *ethos* literário e cultural português com base num redimensionamento do passado nacional. Exemplos de sua prosa não ficcional foram analisados no presente trabalho com o intuito de mostrar evidências duma possível relação entre a visão histórica de ambos os autores.

O autor das *Viagens na minha Terra*, em sua variada produção intelectual, chamou a atenção para uma série de temas históricos que foram retomados pelo autor da *História de Portugal* entre eles, a importância do resgate afetivo do passado e da identificação dos portugueses com algumas personagens históricas emblemáticas de outrora.

Como exemplos desses canais de ligação entre os dois intelectuais, destacamos as semelhanças interpretativas em relação à figura ímpar de D. Afonso I, monarca dotado dum decisivo protagonismo histórico e que encarnou as melhores qualidades da simplicidade e transparência presentes no “espírito medieval português”. Não podemos deixar de mencionar a maneira como ambos ressaltaram a importância histórica do Cristianismo, como elemento civilizador e como portador dum discurso ético e moral desvinculado de sua face institucional representada pela Igreja Católica.

Almeida Garrett, na sua incursão no território da ficção histórica, produziu o *Arco de Sant'Ana*, narrativa que contém similaridades e diferenças com a maneira como Herculano construiu sua prosa ficcional. Um ponto possível de aproximação está na interpretação feita pelo autor das *Viagens* acerca do monarca Pedro, o cru. Figura histórica que surge no enredo como um líder apaziguador, que mesmo na sua incontrolável valentia e fúria apaixonada, consegue se afirmar como referência de autoridade justa e necessária para aquele determinado momento histórico.

O monarca de Garrett, em sintonia com a construção de D. Afonso I feita por Herculano, surge num momento de embate entre personagens que encarnam forças sociais diversas e Pedro I, com seu senso de justiça e virilidade, consegue retomar um hipotético antigo equilíbrio social.

O diálogo, possível e provável, em torno dessa questão da representação dos dois monarcas portugueses no *Bobo* de Herculano e no *Arco de Sant'Ana* de Garrett fica como sugestão para novas pesquisas acerca do historicismo romântico em Portugal.

Na última etapa da pesquisa escolhemos fazer uma breve análise da produção ficcional de Camilo, enfatizando pontos de convergência com alguns aspectos alavancados por Herculano dentro da sua construção do “medieval romântico”.

O autor de *Amor de Perdição*, mesmo não se referindo diretamente ao período medieval português no *Anátema*, nos *Mistérios de Lisboa* e no *Livro Negro de Padre Dinis*, três exemplos da narrativa camiliana analisados por nós na presente pesquisa, abordou uma sociedade herdeira dum modelo de funcionamento social que gravitava em torno da aristocracia e dos valores éticos e morais fidalgos.

Nos dois autores temos narrativas conduzidas por presságios, dívidas de honra e por uma entrega irrestrita das personagens a suas paixões, elementos que acabam aproximando, de certa forma, a maneira como a sociedade portuguesa foi caracterizada por ambos.

Esses aspectos constituem pontos nevrálgicos para a compreensão duma dinâmica social alicerçada em princípios aristocráticos que exercem influência em todas as esferas sociais, por meio duma rede de favores, privilégios e concessões. Nessas narrativas, o mundo retratado pertence aos fidalgos, local conduzido por um particular código de conduta e pela permanência duma mentalidade tradicional.

Contudo, tanto nas narrativas de Herculano quanto nas de Camilo, podemos notar uma atmosfera de crise, de gradual mudança na sociedade retratada. As transformações estruturais, sutilmente apresentadas, possuem tonalidades distintas, mas o que chama a

atenção é a sensibilidade dos autores em traduzir o processo histórico operado nessas diferentes construções sociais.

Como exemplo dessa percepção histórica, evidenciada nos *Mistérios de Lisboa* e no *Livro Negro de Padre Dinis*, citamos o choque que a entrada de valores oriundos do advento da “modernidade capitalista” provoca na decadente sociedade aristocrática portuguesa, desregulando tradicionais formas de se conceber a realidade em prol da viabilização dum gradual controle de novas forças protagonistas dentro da dinâmica social.

Além disso, a atmosfera que conduz essas histórias está repleta de elementos advindos do estilo gótico, herança estética engendrada por uma visão de mundo romântica também compartilhada por Herculano em sua prosa ficcional. A presença de sombrios e portentosos castelos, protagonistas misteriosos que escondem um passado repleto de tristezas e sofrimentos, enredos labirínticos e uma impulsividade passional dão a tônica a esse universo literário oitocentista forjado pelo autor do *Amor de Perdição* e pelo autor do *Bobo*.

Camilo Castelo Branco, no início de sua trajetória como escritor paradigmático da literatura oitocentista portuguesa, como prova a leitura de seus primeiros romances, foi, indiscutivelmente, portador, em muitos sentidos, do mesmo universo referencial teórico de Alexandre Herculano, e, para a construção de suas narrativas, dialogou com muitos elementos estéticos e com algumas interpretações acerca da realidade portuguesa feitas pelo antigo combatente do exército de D. Pedro IV.

O heroísmo, advindo do vigor físico e moral, a índole irrequieta e febril das personagens, a virilidade aristocrática, extravasada em batalhas ou duelos, o orgulho, a altivez e a defesa de “valores inalienáveis”²⁶⁷, como a honra e amor, são elementos constantes e comuns na prosa de Camilo e Herculano, e se configuram como princípios corriqueiros dum mundo em mudança e decadente e como crítica a uma realidade prosaica e monótona, cada vez mais presente e viva para a sociedade liberal oitocentista portuguesa.

²⁶⁷ COELHO, Jacinto Prado. *Introdução ao Estudo da Novela Camiliana* (1º volume). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1981, p. 429.

Fontes e Bibliografia:

Fontes impressas:

- CASTELO BRANCO, Camilo. **Anátema**. 1ª edição de 1851. Portugal: Publicações Europa-América, 1974.
- CASTELO BRANCO, Camilo. **Mistérios de Lisboa**. 1ª edição de 1854. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2010.
- CASTELO BRANCO, Camilo. **Livro Negro de Padre Dinis**. 1ª edição de 1855. Lisboa: Parceria A. M. Pereira Livraria Editora. Direção e Prefácio de Maria Alzira Seixo, 2007.
- GARRETT, Almeida. **O Arco de Sant' Ana**. 1ª edição – volume I (1845) e volume II (1850). São Paulo: W.M. Jackson Inc., 1950.
- GARRET, Almeida. “Portugal na Balança da Europa” (1827). In: GARRETT, Almeida. **Obras de Almeida Garrett (vol. I)**. Porto: Lello & Irmãos – Editores, 1963.
- GARRETT, Almeida. “Dona Branca” (1826). In: GARRETT, Almeida. **Obras de Almeida Garrett (vol.II)**. Porto: Lello & Irmãos – Editores, 1963.
- GARRETT, Almeida. “Da Educação” (1829). In: GARRETT, Almeida. **Obras de Almeida Garrett (vol. I)**. Porto: Lello & Irmãos – Editores, 1963.
- HERCULANO, Alexandre. **Eurico, O Presbítero**. 1ª edição de 1843 no *Panorama*, 1ª edição em volume de 1844, São Paulo: Editora Ática, 1999.
- HERCULANO, Alexandre. **Eurico, O Presbítero**. 1ª edição de 1843 no *Panorama*, 1ª edição em volume de 1844, Edição crítica dirigida e prefaciada por Vitorino Nemésio. Notas e apêndices estabelecidos por Maria Helena Lucas. Glossário Árabe de David Lopes, revisto por Joaquim de Abreu Figanier. **O Monasticon – Tomo I**, Lisboa: Livraria Bertrand, 39ª edição, s/d.
- HERCULANO, Alexandre. **O Monge de Cister**. 1ª edição de 1848. In: Alexandre Herculano. **Obras Completas de Alexandre Herculano – O Monasticon (Tomo II)**. Portugal: Livraria Bertrand, 1977.

- HERCULANO, Alexandre. **O Bobo**. Publicado na revista “Panorama” em 1843/edição póstuma em volume de 1871. São Paulo: W.M.Jackson Inc. 1950.
- HERCULANO, Alexandre. “Historiadores Portugueses”- “Fernão Lopes” (1839-1840). In: Alexandre Herculano. **Opúsculos – (Tomo V) – Controvérsias e Estudos Históricos (Tomo II)**. 1ª edição de 1881. Portugal: Livraria Bertrand, 5ª edição, s/d.
- HERCULANO, Alexandre. “Historiadores Portugueses” – “Gomes Eannes de Azurara” (1839 – 1840). In: HERCULANO, Alexandre. **Opúsculos – (Tomo V) – Controvérsias e Estudos Históricos (Tomo II)**. 1ª edição de 1881. Portugal: Livraria Bertrand, 5ª edição, s/d.
- HERCULANO, Alexandre. “Cartas sobre a História de Portugal”- *Revista Universal lisbonense*. 1ª edição de 1842. In: Alexandre Herculano. **Opúsculos – (Tomo V) – Controvérsias e Estudos Históricos (Tomo II)**. 5ª edição. Portugal: Livraria Bertrand, 1ª edição de 1881, s/d.
- HERCULANO, Alexandre. “Qual é o estado da nossa literatura? Qual é o trilho que ela hoje deve seguir?” 15/10/1834 publicado na revista *Repositório Literário*. In: Alexandre Herculano. **Opúsculos – Tomo IX**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, Typografia da Antiga Casa Bertrand, 1909.
- HERCULANO, Alexandre. “Crenças populares portuguesas ou superstições populares”. 1ª edição de 1840. In: HERCULANO, Alexandre. **Opúsculos - Tomo IX**. Lisboa: Bertrand, 1909.
- HERCULANO, Alexandre. “A Dama Pé de Cabra”. 1ª edição de 1843. In: HERCULANO, Alexandre. **Histórias Heroicas**. São Paulo: Cultrix, 1959.
- HERCULANO, Alexandre. “ O Alcaide de Santarém”. 1ª edição de 1845. In: HERCULANO, Alexandre. **Histórias Heroicas**. São Paulo: Cultrix, 1959.
- HERCULANO, Alexandre. **Histórias Heroicas** (Lendas e Narrativas). 1ª edição de 1851. São Paulo: Cultrix, 1959.

- HERCULANO, Alexandre. “Poesia (Imitação – Bello – Unidade)” publicado em 1835 na revista *Repositório Literário*. In: Alexandre Herculano. **Opúsculos – Tomo IX**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, Typografia da Antiga Casa Bertrand, 1909.

- HERCULANO, Alexandre. “A Velhice”. In: *Panorama*, nº 170, 01/08/1840. *Scenas de um Ano de Minha Vida e Apontamentos de Viagens*. Coordenação e prefácio de Vitório Nemésio. Lisboa: Editora Bertrand, 1934. Referência obtida do livro de Maria de Fátima Marinho. **O Romance Histórico em Portugal**. Porto: Editora Campo das Letras, 1999.

- HERCULANO, Alexandre. “A batalha de Ourique”. 1ª edição de 1850. In: HERCULANO, Alexandre. **Opúsculos – (Tomo III) – Controvérsias e Estudos Históricos – (Tomo I)**. 7ª edição. Lisboa: Livraria Bertrand, 1ª edição de 1881, s/d.

- HERCULANO, Alexandre. “Cogitações soltas de um homem obscuro”. 1ª edição de 1846. In: HERCULANO, Alexandre. **Opúsculos – (Tomo VI) – Controvérsias e Estudos Históricos – (Tomo III)**. 5ª edição. Lisboa: Livraria Bertrand, 1ª edição de 1881, s/d.

- HERCULANO, Alexandre. “Apontamentos para a história dos bens da coroa e dos foraes”. 1ª edição de 1843-1844. In: HERCULANO, Alexandre. **Opúsculos – (Tomo VI) – Controvérsias e Estudos Históricos – (Tomo III)**. 5ª edição. Lisboa: Livraria Bertrand, s/d.

- HERCULANO, Alexandre. **História de Portugal – Introdução**. 1ª edição de 1846. Lisboa: Ulmeiro, 1980.

- HERCULANO, Alexandre. “Da existência ou não-existência do Feudalismo nos Reinos de Leão, Castela e Portugal”. 1ª edição de 1875-1877. In: HERCULANO, Alexandre. **Opúsculos – (Tomo V) – Controvérsias e Estudos Históricos – (Tomo II)**. 5ª edição. Lisboa: Livraria Bertrand, s/d.

- HERCULANO, Alexandre. **História de Portugal – Volume I** - Desde o começo da Monarquia até o fim do Reinado de Afonso III. Prefácio de José Mattoso. Lisboa: Bertrand Editora, 2007.

- HERCULANO, Alexandre. **História de Portugal – Volume II** – Desde o começo da Monarquia até o fim do Reinado de Afonso III. Lisboa: Bertrand Editora, 2008.
- HERCULANO, Alexandre. “Eu e o clero”. In: HERCULANO, Alexandre. **Opúsculos – Tomo III (Controvérsias e Estudos Históricos – Tomo I)**. Sétima edição. Lisboa: Livraria Bertrand, s/d.
- HERDER, Johann Gottfried. **Também uma filosofia da história para a formação da humanidade**. 1ª edição de 1774. Tradução de José M. Justo. Lisboa: Edições Antígona, 1995.
- HUGO, Victor. **Notre-Dame de Paris/ Les Travailleurs de la mer**. Textes Établis, Présentés et Annotés par Jacques Seebacher et Yves Gohin. France: Gallimard, 1975.
- HUGO, Victor. **Notre-Dame de Paris – 1482**. Tradução de Ana de Alencar e Marcelo Diniz. Prefácio de Louis Chevalier. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.
- HUGO, Victor. **Do grotesco e do sublime** (Prefácio do Cromwell). 1ª edição de 1827. Tradução e notas de Célia Berrettini. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- MARTINS, Francisco d’Assis d’Oliveira. **A Edade-Média na História da Civilização** (Polemica entre Antero de Quental, J.P. Oliveira Martins e Dr. Julio de Vilhena – 1873). Prefaciado e anotado por Francisco d’Assis d’Oliveira Martins. Lisboa: Typographia da Parceria Antonio Maria Pereira, 1925.
- NOVALIS (Georg Philipp Friedrich von Hardenberg). **A Cristandade ou A Europa**. Escrito em 1799. 1ª edição de 1826. Tradução e apresentação de José Miranda Justo. Lisboa: Antígona, 2006.
- SCOTT, Walter. “Waverley (1814). A Postscript Which Should Have Been a Preface”. **The Prefaces to the Waverley Novels by Sir Walter Scott**. Edited by Mark A. Weinstein. Lincoln and London: University of Nebraska Press, 1978.
- SCOTT, Walter. **Ivanhoe**. Edited by Ernest Rhys. Turnbull and Spears: Edinburgh, 1908.

- SCOTT, Walter. **Ivanhoé**. Tradução de Brenno Silveira. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1960.

- THIERRY, Augustin. “Lettre VI – Sur le caractère des Frauks, des Burgondes et des Visigoths”. In: THIERRY, Augustin. **Lettres sur L'Histoire de France pour server d'introduction a l'étude de cette histoire**. 1ª edição de 1836. Paris: Libraire – Editeur, 1842.

Bibliografia específica:

- ALVES, Carla Carvalho. **Figurações do Mouro na Literatura Portuguesa: O Lado Errado do Marenostro?**. Tese apresentada para defesa de Doutorado na Área de Literatura Portuguesa. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

- ALVES, Carla Carvalho. “A Dama-Pé-De-Cabra: Entre o Histórico e o Fantástico”. **Revista Desassossego**. Periódico do Programa de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa da USP, nº 11, Junho de 2014, p. 48 – 59.

- BAPTISTA, Jacinto. **Alexandre Herculano, jornalista**. Amadora [Portugal]: Livraria Bertrand, 1977.

- BEAU, Albin Eduard. **Considerações sobre Alexandre Herculano e a historiografia alemã**. Coimbra: Coimbra Editora, 1938.

- BEIRANTE, Cândido. **Alexandre Herculano: as faces do poliedro**. Lisboa: Veja, 1991.

- BEIRANTE, Cândido. **A Ideologia de Herculano** (Da Teoria do Progresso da Civilização às Reformas Regeneradoras de Portugal). Santarém: Edição da Junta Distrital, 1977.

- CARDOSO, Margarida. “Alexandre Herculano”. In: Álvaro Manuel Machado, João Soares Carvalho, José Augusto França, Margarida Cardoso, Maria de Fátima Outeirinho, Maria Isabel Pires de Lima, Maria João Simões, Ofélia Paiva Monteiro

(colaboradores). **História da Literatura Portuguesa (volume 4) – “O Romantismo”**. Portugal: Publicações Alfa, 2003.

- CARVALHO, Joaquim Barradas de. **As idéias políticas e sociais de Alexandre Herculano**. Lisboa: Seara Nova, 1971.

- CATROGA, Fernando. “Cap.2 – Alexandre Herculano e o Historicismo romântico”. In: CATROGA, Fernando; MENDES, José Maria Amado; TORGAL, Luís Reis. **História da História em Portugal (Séculos XIX – XX) – Volume I (A História através da História)**. Coimbra: Temas e Debates Atividades Editoriais, Lda, 1998.

- COELHO, António Borges. **Alexandre Herculano**. Lisboa: Editorial Presença, 1965.

- COELHO, F. Adolpho. **Alexandre Herculano e o ensino público**. Porto: J. A. Rodrigues, 1910.

- COELHO, Jacinto do Prado. **Herculano poeta**. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1978.

- CRUZ, Carlos Eduardo Soares da. **Pouca Luz em Muitas Trevas: Eurico, o Presbítero no Liberalismo Português**. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ para a titulação de Mestre em Ciência da Literatura (Literatura Comparada), 2009.

- FEDELI, Maria Ivone Pereira de Miranda. **O Poeta Pedagogo – Elementos de um projeto de pedagogia social na poesia de Alexandre Herculano**. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de Literatura Portuguesa, 2002.

- FIGUEIREDO, Fidelino de. “Cap. II – Herculano”. In: FIGUEIREDO, Fidelino de. **História da Litteratura Romântica (1825 – 1870)**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 2ª edição, 1923.

- MACEDO, Jorge Borges de. **Alexandre Herculano – Polémica e Mensagem**. Prêmio de Ensino Alexandre Herculano 1977/78. Portugal: Livraria Bertrand, 1980.

- MARINHO, Maria de Fátima. **O romance histórico de Alexandre Herculano**. Porto: Faculdade de Letras, 1992.
- NEMÉSIO, Vitorino. **A Mocidade de Herculano até a volta do exílio (1810-1832)**. Lisboa: Livraria Bertrand, Volume II, 1934.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. **Alexandre Herculano**. Lisboa: Livros Horizonte, 1970.
- MELÃO, Dulce. “Medievalismo(s) a Duas Vozes: Acordes Românticos de Herculano e Ruskin”. *I Encontro de Estudos Românticos – Faculdade de Letras do Porto*. Imaginários Românticos/Romantic Imaginative Realms. 141-151, Março de 2002.
- OLIVEIRA, Paulo Motta. “Alexandre Herculano: malhas da história, armadilhas da ficção”. In: Maria Cecília Bruzzi Boechat, Paulo Motta Oliveira, Silvana Maria Pessoa de Oliveira. (Orgs.). **Romance Histórico (Recorrências e Transformações)**. Belo Horizonte: FALE/UFGM, Centro de Estudos Portugueses, 2000.
- OLIVEIRA, Silvana Maria Pessoa de. “Alexandre Herculano, narrador”. In: Maria Cecília Bruzzi Boechat; Paulo Motta Oliveira; Silvana Maria Pessoa de Oliveira. (Orgs.). **Romance Histórico (Recorrências e Transformações)**. Belo Horizonte: FALE/UFGM, Centro de Estudos Portugueses, 2000.
- PEREIRA, B. Capelo. “Verbete: Herculano”. In: BUESCU, Helena Carvalhão (Coord.). **Dicionário do Romantismo Literário Português**. Lisboa: Editorial Caminho, S.A., 1997.
- PEREIRA, Leonardo de Atayde. **O sentido de História para Alexandre Herculano: uma interpretação romântica (1830 – 1853)**. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de História Social, 2009.
- PIMENTEL, António de Serpa. **Alexandre Herculano e o seu tempo: estudo crítico**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

- PIRES, António M. B. Machado. “Introdução”. In: PIRES, António M. B. Macho; SANTANA, Maria Helena (Orgs.). **Alexandre Herculano – O Escritor (antologia)**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2010.
- REIS, Carlos. “Herculano e a ficção romântica”. In: **A construção da leitura. Ensaios de metodologia e crítica literária**. Coimbra: INIC, 1982.
- RIBEIRO, Carlos Portugal. **Alexandre Herculano – a sua vida e a sua obra (1810-1877)**. Lisboa: Tip. da Empresa Nacional de Publicidade, 1933.
- SARAIVA, António José. **Herculano desconhecido (1851-1853)**. Amsterdã: Publicações Europa América, 1971.
- SARAIVA, António José. **Herculano e o Liberalismo em Portugal**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Herculano e a Consciência do Liberalismo Português**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Alexandre Herculano – O Historiador**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editôra, Coleção “Nossos Clássicos”, 1964.
- SIQUEIRA, Ana Márcia Alves; DEZIDÉRIO, Felipe Hélio da Silva. “A face negra de Alexandre Herculano: visões históricas do mal na construção do sobrenatural em ‘A Dama Pé de Cabra’”. **Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF**. NEPA/UFF, Niterói, Vol. 4, nº 8, Abril de 2012. p. 67 – 84.
- TRINDADE, Manuel. **O Padre em Herculano**. Lisboa: Editorial Verbo, 1965.

5.3. Bibliografia Geral:

- ABREU, Maria Fernanda de. **Cervantes no Romantismo português – cavaleiros andantes, manuscritos encontrados e gargalhadas moralíssimas**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

- AZEVEDO, Ávila de. “A influência dos ideais pedagógicos de Rousseau em Portugal”. **Cale: Revista da Faculdade de Letras do Porto**. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 281-292, 1966.
- BERLIN, Isaiah. “Cap.6: A revolução romântica: uma crise na história do pensamento moderno”. In: **O sentido de realidade (estudos das idéias e de sua história)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999.
- BERLIN, Isaiah. **Vico e Herder**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- BERLIN, Isaiah. **As raízes do Romantismo**. São Paulo: Três Estrelas, 2015.
- BERMANN, Antoine. **A prova do estrangeiro: A cultura e tradução na Alemanha romântica: Herder, Goethe, Schlegel, Novalis, Humboldt, Scheiermacher, Holderlin**. Tradução de Maria Emília Pereira Chanut. Bauru, São Paulo: Edusc, 2002.
- BOECHAT, Maria Cecília Bruzzi; OLIVEIRA, Paulo Motta; OLIVEIRA, Silvana Maria Pessoa de. (Orgs.). **Romance Histórico (Recorrências e Transformações)**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, Centro de Estudos Portugueses, 2000.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima. **Seis Estudos sobre o Liberalismo Português**. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.
- BORNHEIM, Gerd. “Filosofia do Romantismo”. In: GUINSBURG, J. (Org.). **O Romantismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.
- BOSCH, Bruno. **História da Literatura alemã**. São Paulo: Edusp, 1967.
- BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, s/d.
- BRAGA, Teófilo. **História do Romantismo em Portugal**. Lisboa: Coleção Ulmeiro/ Universidade, nº 6, (fac-símile da edição de 1880), Dezembro de 1984.
- BUESCU, Helena Carvalhão (Coord.). **Dicionário do Romantismo Literário Português**. Lisboa: Editorial Caminho, S.A., 1997.

- CABRAL, Manuel Villaverde. **O desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no século XIX**. Lisboa: Regra do Jogo Editores, 1981.

- CALIXTO, Maria Leonor. **A Literatura “Negra” ou “de Terror” em Portugal nos séculos XVIII e XIX**. Lisboa: Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1955.

- CARPEAUX, Otto Maria. “Prosa e Ficção do Romantismo”. In: GUINSBURG, J. (Org.). **O Romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

- CARPEAUX, Otto Maria. **O romantismo por Carpeaux – História da Literatura Ocidental**, vol. 6. São Paulo: Leya, 2012.

- CASTRO, Andréa Trench de. **O romance-folhetim de Camilo Castelo Branco e Eça de Queirós**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH-USP. São Paulo: 2012.

- CASSIRER, Ernst. “VII – Os Problemas Fundamentais da Estética”. **A Filosofia do Iluminismo**. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

- CATROGA, Fernando. “Romantismo, Literatura e História”. In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal – O Liberalismo (1807 – 1890/ 5º volume)**. Portugal: Editorial Estampa, 1998.

- CATROGA, Fernando. **Antero de Quental – História, Socialismo, Política**. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.

- CIDADE, Hernani. **Lições de Cultura e Literatura Portuguesas – 2º volume**. Coimbra: Coimbra Editora Limitada, 7ª edição, 1984.

- CHAUNU, Pierre. **A civilização na Europa das luzes**. Lisboa: Estampa, 1985.

- CHAVES, Castelo Branco. **O romance histórico em Portugal**. Portugal: Livraria Bertrand, Biblioteca Breve (Instituto de Cultura Portuguesa), 1979.

- CHEVALIER, Louis. “Prefácio”. In: HUGO, Victor. **Notre-Dame de Paris – 1482**. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

- COELHO, Jacinto do Prado. **Introdução ao estudo da novela camiliana**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1º volume, 1981.
- COURTINE, Jean-François. **A Tragédia e o Tempo da História**. Tradução de Heloisa B.S.Rocha. São Paulo: Editora 34, 2006.
- FALCON, Francisco José Calazans. **Illuminismo**. São Paulo: Ática, 1986.
- FALCON, Francisco José Calazans. **A Época Pombalina**. São Paulo: Ática, Coleção Ensaaios, 1993.
- FALCON, Francisco José Calazans. “Historicismo: Antigas e Novas Questões”. In: **História Revista** (*Revista do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História*). Goiânia, 7(1/2), jan./dez. 2002, p.23 – 54.
- FALBEL, Nachman. “Fundamentos Históricos do Romantismo”. In: GUINSBURG, J.(Org.). **O Romantismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.
- FERREIRA, Alberto. **Perspectiva do Romantismo português (1833-65)**. Lisboa: Moraes Editores, 1979.
- FIGUEIREDO, Fidelino de. **História da Litteratura Romantica (1825 – 1870)**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1923.
- FRANÇA, José-Augusto. **História do Romantismo em Portugal**. Lisboa: Livros Horizonte, 6 volumes, 1974.
- FRANÇA, José-Augusto. **O Romantismo em Portugal (Estudos de Factos Socioculturais)**. Portugal: Livros Horizonte, Vol. 1, 1974.
- FRATTINI, Paula Caldas. **Walter Scott e Balzac: Romancistas da História**. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada, 2010.
- FURET, François (Org.). **O homem romântico**. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Editorial Presença, 1999.
- GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1968.

- GOFF, Jacques Le. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- GRESPAN, Jorge. “Hegel e o Historicismo”. In: *História Revista (Revista do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História)*. Goiânia, 7(1/2), jan./dez. 2002, p.55 – 78.
- GRESPAN, Jorge. **Revolução Francesa e Iluminismo**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.
- GUSDORF, Georges. **Le Romantisme**. Paris: Payot, 1993, 3 volumes.
- HARTMANN, Nicolai. **A Filosofia do Idealismo Alemão**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbelkian, 1983.
- HAUSER, Arnold. **História da Arte e da Literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- HAZARD, Paul. **O pensamento europeu no século XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1974.
- HEINE, Heinrich. **Contribuição à História da Religião e Filosofia na Alemanha**. Tradução de Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 1991.
- HOBSBAWM, Erich. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.
- IM HOF, Ulrich. **A Europa no século das luzes**. Lisboa: Presença, 1995.
- JÚNIOR, José Luiz Foureaux de Souza. “O narrador, a literatura e a História: questões críticas”. In: Maria Cecília Bruzzi Boechat; Paulo Motta Oliveira; Silvana Maria Pessoa de Oliveira. (Orgs.). **Romance Histórico (Recorrências e Transformações)**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, Centro de Estudos Portugueses, 2000.
- KAYSER, Wolfgang. **O grotesco** (configuração na pintura e na literatura). Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- LE GOFF, Jacques. “As Idades Médias de Michelet”. In: LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média** (Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente). Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

- LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

- LOURENÇO, Eduardo. **Mitologia da saudade: seguido de Portugal como destino**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

- LOWY, Michael & SAYRE, Robert. **Revolta e Melancolia – O romantismo na contramão da modernidade**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995.

- LUKÁCS, Georg. **A Teoria do Romance**. Tradução, posfácio e notas de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

- LUKÁCS, Gyorgy. **O romance histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

- MACHADO, Álvaro Manuel. **As origens do Romantismo em Portugal**. Lisboa: Livraria Bertrand, Biblioteca Breve, vol.36, 1979.

- MACHADO, José Pedro. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (Com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocabulários estudados) – Quinto Volume (Q-Z)**. Lisboa: Livros Horizonte, 6ª edição, 1990.

- MARINHO, Maria de Fátima. **O romance histórico em Portugal**. Porto: Ed. Campo das Letras, 1999.

- MARQUES, Wilton José. **Gonçalves Dias: o poeta na contramão (literatura e escravidão no romantismo brasileiro)**. São Paulo: EdUFSCAR, 2010.

- MARQUES, Wilton José. “O índio e o destino atroz”. **Letras & Letras**, Uberlândia 22 (1) 175-191, jan./jun. 2006.

- MARTINS, Oliveira. **História de Portugal**. 1ª edição de 1879. *Obras completas de Oliveira Martins*. Lisboa: Guimarães Editores, 1942.

- MARTINS, Oliveira. **Portugal Contemporâneo – volumes 1 e 2**. Lisboa: Guimarães Editores, 1996.

- MEINECKE, Friedrich. **El Historicismo y su Génesis**. Versión española de José Mingarro, San Martín y Tomás Muñoz Molina. México: Fondo de Cultura Económica, 1943.

- MIRANDA, José Américo. “Romance e História”. In: Maria Cecília Bruzzi Boechat; Paulo Motta Oliveira; Silvana Maria Pessoa de Oliveira (Orgs.). **Romance Histórico em Portugal (Recorrências e Transformações)**. Belo Horizonte: FAE/UFMG, Centro de Estudos Portugueses, 2000.
- MOISÉS, Massaud. **A Literatura Portuguesa**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- MONTEIRO, Ofélia Milheiro Caldas Paiva. “Romantismo e Romantismos”. In: MONTEIRO, Ofélia Milheiro Caldas Paiva et al. **História da Literatura Portuguesa (volume 4) – O Romantismo**. Portugal: Publicações Alfa, 2003.
- MONTEIRO, Ofélia Milheiro Caldas Paiva. “A Geração Formadora (Considerações contextuais)”. In: MONTERIO, Ofélia Milheiro Caldas Paiva et al. **História da Literatura Portuguesa (volume 4) – O Romantismo**. Portugal: Publicações Alfa, 2003.
- MORETTI, Franco. **Atlas do Romance Europeu (1800-1900)**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- NASCIMENTO, Maria das Graças de Souza. **Ilustração e história: o pensamento sobre história no Iluminismo francês**. São Paulo: Discurso, 2001.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira; OLIVEIRA, Paulo Motta; DAVID, Sérgio Nazar; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. (Orgs.). **Literatura e política em Portugal (1820-1856)**. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2007.
- NUNES, Benedito. “A Visão romântica”. In: GUINSBURG, J.(Org.). **O Romantismo**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1978.
- OLIVEIRA, Paulo Motta. “De penumbras e sombras: Camilo Castelo Branco e *As três irmãs*”. In: OLIVEIRA, Paulo Motta; PAVANELO, Luciene Marie (Orgs.). **Camilo Castelo Branco e Machado de Assis em diálogo: para além do romantismo e do realismo**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.
- PAVANELO, Luciene Marie. **Camilo Castelo Branco e Joaquim Manuel de Macedo: convergências na ascensão do romance nas periferias do capitalismo**. Tese apresentada para defesa de Doutorado na Área de Estudos Comparados de Literaturas

de Língua Portuguesa. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013.

- PRAZ, Mario. **A carne, a morte e o diabo na Literatura Romântica**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

- REIS, Carlos (Direção). **História crítica da Literatura Portuguesa – Volume V** (O Romantismo). Lisboa: Editorial Verbo, 1993.

- ROSENFELD, Anatol. **Texto e Contexto**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Júlia ou A Nova Heloísa**. Tradução de Fúlvia M.L.Moretto. São Paulo – Campinas, Hucitec/Editora da UNICAMP, 1994.

- SÁ, Victor de. **Instauração do Liberalismo em Portugal**. Portugal: Livros Horizonte, 1987.

- SAFRANSKI, Rudiger. **Romantismo: uma questão alemã**. São Paulo: Estação Liberdade, 2010.

- SALIBA, Elias Thomé. **As utopias românticas**. São Paulo: Editora Liberdade, 2003.

- SANTOS, Luis Alberto Brandão. “Literatura e História: convergências de possíveis”. In: Maria Cecília Bruzzi Boechat; Paulo Motta Oliveira; Silvana Maria Pessoa de Oliveira. (Orgs.). **Romance Histórico (Recorrências e Transformações)**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, Centro de Estudos Portugueses, 2000.

- SARAIVA, António José & LOPES, Óscar. **História da Literatura Portuguesa**. Portugal: Porto Editora, 1975.

- SARIIVA, António José & LOPES, Óscar. **História da Literatura Portuguesa**. Portugal: Porto Editora, 1989.

- SARAIVA, José Hermano. **História Concisa de Portugal**. Portugal: Publicações Europa-América, 1999.

- SERRÃO, João. **Liberalismo, Socialismo, Republicanismo (antologia de pensamento político português)**. Seleção, introdução e notas de João Serrão. Lisboa: Livros Horizonte, 1979.

- SERRÃO, Joel. **Do Sebastianismo ao Socialismo em Portugal**. Lisboa: Livros Horizonte Lda, 1973.
- SERRÃO, Joel. e OLIVEIRA, A.H. (Direcção). **Nova História de Portugal – Portugal e a Instauração do Liberalismo (volume IX)**. Lisboa: Editora Presença, 2002.
- SHELLING, F.W.J. **Filosofia da Arte**. São Paulo: Edusp, 2001.
- SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da Língua Portuguesa (Tomo II – F-Z)**, Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha, Rua da Vinha, nº 38 (Ao Bairro Alto, 6ª edição, 1858.
- SIMÕES, João Gaspar. **Perspectiva histórica da ficção portuguesa (das origens ao século XX)**. Lisboa: Dom Quixote, 1987.
- TODOROV, Tzvetan. **Introdução à Literatura Fantástica**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- VASCONCELLOS, Sandra. “Figurações do passado: O romance histórico em Walter Scott e José de Alencar”. **Terceira Margem**. Rio de Janeiro, Nº 18, 15-37, janeiro-junho de 2008.
- VOLOBUEF, Karin. **Frestas e Aresta – A Prosa de Ficção do Romantismo na Alemanha e no Brasil**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.
- WALPOLE, Horace. **O castelo de Otranto**. Tradução de Alberto Alexandre Martins. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.
- WELLEK, René. **História da Crítica Moderna (volume I – Século XVIII)**. Editora Herder, 1967.
- WERLE, Marco Aurélio. “Winckelmann, Lessing e Herder: Estética do Efeito?”. In: *Revista Trans/Form/Ação*, São Paulo, 23: 19-50, UNESP, Marília – SP, 2000.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade: 1780 – 1950**. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

- WHITE, Hayden. **Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX**. São Paulo: Edusp, 1995.